

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
MESTRADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

MARIA JOCÉLIA SOUZA MURITIBA

**LUTA PELA TERRA, REFORMA AGRÁRIA E TERRITORIALIZAÇÃO:
PRODUÇÃO DE ESPAÇOS PARA TRABALHO E VIDA.**

ITAETÊ/BAHIA

1997-2007

Salvador

2008

MARIA JOCÉLIA SOUZA MURITIBA

**LUTA PELA TERRA, REFORMA AGRÁRIA E TERRITORIALIZAÇÃO:
PRODUÇÃO DE ESPAÇOS PARA TRABALHO E VIDA.**

ITAETÊ/BAHIA

1997-2007

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, na Linha de Pesquisa Territorialidade e Desenvolvimento Social.

Orientadora:

Prof^a Dra Cristina Maria Macêdo de Alencar

Salvador

2008

UCSAL. Sistema de Bibliotecas.
Setor de Cadastramento.

M9771 Muritiba, Maria Jocélia Souza

Luta pela terra, reforma agrária e territorialização: produção de espaços para trabalho e vida. Itaetê / Bahia : 1997-2007 / Maria Jocélia Souza Muritiba - Salvador: UCSal. Superintendência de Pós-Graduação, 2008.
259 f.

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito, para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, na Linha de Pesquisa: Territorialidade, Desenvolvimento social e Meio ambiente.

Orientadora: Profª PhD. Cristina Maria Macedo de Alencar.

Inclui bibliografia

1. Luta pela terra - Territorialização - Processo social. 2. Reforma agrária - Assentamento - Projeto - Itaetê - Bahia. 3. População assentada - Espaço - Produção. 4. Construção territorial - Desenvolvimento. 5. Dissertação. II. Universidade Católica do Salvador. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social. III. Título.

CDU 711.3(813.8)(043.3)

MARIA JOCÉLIA SOUZA MURITIBA

LUTA PELA TERRA, REFORMA AGRÁRIA E TERRITORIALIZAÇÃO:

PRODUÇÃO DE ESPAÇOS PARA TRABALHO E VIDA.

ITAETÊ/BAHIA

1997-2007

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Linha de Pesquisa: Territorialidade, Desenvolvimento social e Meio ambiente
Área do conhecimento: Desenvolvimento Urbano e Regional

Aprovada em 07/07/2008

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Cristina Maria Macêdo de Alencar
Universidade Católica do Salvador – UCSal

Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento
Universidade Católica do Salvador – UCSal

Prof^a Dr^a Guiomar Inez Germani
Universidade Federal da Bahia – UFBa.

Salvador, 07 de julho de 2008

A todos(as) Assentados(as) de Reforma Agrária e Organizações Sociais do Campo, por alimentar a esperança da construção de um novo projeto de desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aqui representado pela Terra com sua força renovadora e criativa, pelas Águas do rio Paraguaçu e rio Una que banham Itaetê e pelos Trabalhadores Rurais da Chapada que vivem em comunhão com a terra e a água, os três, símbolos de resistência. Aos Mestres espirituais, que me dão luz, consciência e proteção.

Aos Mestres do campo empírico, que partilharam comigo a sabedoria apreendida no viver social. Aos assentados e assentadas nos Projetos de Assentamento de Itaetê, representados por Edvando dos Santos, Vera Lúcia L. S. de Oliveira, Edson de A. Novais e Leone O. dos Santos, do PA Baixão e João S. de Melo, Mira e Sr. Zequinha, do PA Europa. Aos Movimentos e Organizações Sociais, representados por Jose Luis de J. Serra (Grilo), Dejacira Araujo, Antonio Araujo, Julio César V. Campos e Vera Lucia da C. Barbosa, lideranças do MST; a Padre Eugênio Bernardelli, por sua indignação com a injustiça social e dedicação as comunidades rurais, Marta P. dos Anjos, Frei Luciano Bernardi e Irmã Terezinha, da CPT, que generosamente disponibilizaram documentos para a reconstituição da história de resistência e luta, no Vale do Paraguaçu; a Vanderlei A. de Souza, da CETA; toda a equipe da EFA; Paulo, Genivaldo e Valéria, assentados e então dirigentes do Sindicato Rural de Itaetê. As antigas lideranças, que viveram os primeiros anos de luta pela terra na região, na década de 1970 e 1980, testemunhas históricas, representadas por Manoel J. das Neves (Estafeta), assentado no Projeto de Colonização Colônia. Aos jovens, filhos de assentados, preciosas sementes brotadas na luta pela terra e frutificadas na construção territorial, representados por Marco A. Bispo, Ivanildo L. dos Santos (Gurino), Jaciara, Paulo, Gerlane, Aline e Ângela Gomes (Dinha) dos PA Baixão e Roseli Nunes.

Aos Mestres acadêmicos, professores da UFBA e da UCSal que tanto ajudaram na construção desse trabalho, especialmente os componentes da minha banca, Humberto Miranda do Nascimento, com contribuições significativas, Guiomar Inez Germani que me inspirou no tema dessa pesquisa, apoio sempre presente, que partilha comigo o fazer com paixão. A Cristina M. Macêdo Alencar, minha querida e brilhante orientadora, com intervenções esclarecedoras e definitivas, irmãzinha de tribo espiritual.

Ao INCRA, que me possibilitou esse mergulho no campo científico. Aos dirigentes, sensíveis a necessidade da qualificação do quadro de servidores, representados por Raimundo João, da Diretoria de Brasília, Marcelino Galo e José Leal, Superintendentes do

INCRA na Bahia quando do meu ingresso no Mestrado, Luiz Gugé, atual Superintendente. Aos colegas, exemplo de compromisso e solidariedade, representados por Maria do Carmo Torres, minha madrinha nessa jornada, Ciro Maia, companheiro de “viatura” e de pesquisa, Paulo Coqueiro, parceiro de reflexões, de pesquisa e colaborador essencial na fotografia e ilustração do trabalho; Dra. Vera, Vital Jonas, Yse Vinhaes, Leila Montenegro, Arlindo Pitombo, Sergio Resende, Mirian Correia e Ângela Carneiro, anjos que facilitaram o meu caminho até as informações buscadas.

Agradeço, também, a outras Instituições que muito contribuíram para o resultado desse trabalho: a FAPESB, que viabilizou a minha imersão na realidade empírica, com a concessão de Bolsa para o Projeto de Pesquisa; ao IBGE, com o empenho de Joilson Rodrigues de Souza, Coordenador Estadual de Disseminação de Informações; ao GeografAR, pelo apoio na pesquisa documental e disponibilização de mapa; a Prefeitura de Itaetê, representada por sua equipe, que contribuiu com valiosas entrevistas, incluindo o então Prefeito Jorge Luiz de Oliveira (Jorge Estrela).

A equipe da Pós-graduação, com a qual somente conheci cordialidade e solução, sempre disponível para ajudar, representada por Eliana e Geraldo. Aos colegas de curso, representados pela “menina” Carina, irmãzinha de alma e de imersão no campo.

Agradeço especialmente e amorosamente a minha família, numerosa, unida e sempre presente, de corpo e/ou de espírito, aqui representada por minha mãe, de quem herdei a alegria de viver a cada dia, meu pai e meus avôs, que me apresentaram as trilhas da terra e minha filha que me acompanha nesse caminhar. A Camila, sobrinha querida, apoio precioso no abstract e revisão do trabalho.

Muita gratidão a meus amigos, Napinho, pai de minha filha, Bernardo, importante acolhimento na maior parte dessa caminhada; Marinólia Bitencourt (Mari), Raimundo Sanches, Ana Mônica Hughes, Valdinei Nascimento, Ana Paolilo, Clelinha e muitos outros, pelo incentivo e força nos momentos de dificuldade.

Meu agradecimento póstumo a Vitor Athayde que me enxergou nesse mestrado antes mesmo de mim, e a Paulo Cunha que tanto me ajudou na construção desse projeto, torceu e vibrou antecipadamente pelo meu sucesso.

Os nomes citados apenas representam os muitos que estiveram comigo, participando direta e indiretamente nesse trabalho.

RESUMO

Essa pesquisa é delimitada pela dinâmica social da população assentada no município de Itaetê, na Bahia, com o estudo de sua territorialização, como processo de desenvolvimento. O período – 1997 a 2007 – é periodizado em dois momentos, o da luta pela terra e o dos assentamentos, considerando ser diferentes as estruturas sociais que os vivenciam: acampados e assentados. Ambos os momentos deflagram o conflito entre os trabalhadores rurais – os quais representam a produção familiar diversificada, tirando da terra o seu valor de uso e de vida – e o latifúndio e o agro-negócio – que representam a improdutividade ou a monocultura especializada e uniformizada, tirando da terra um valor de troca para a acumulação. A conflitualidade é considerada elemento inerente ao processo de territorialização, que dinamiza o espaço e desenvolve os grupos sociais. A luta pela terra é uma luta dos trabalhadores rurais pela sua territorialização, mediada pela política de reforma agrária. Os assentamentos de reforma agrária são entendidos como frações territoriais em construção, através da apropriação e produção de espaços para assegurar a reprodução da vida. O processo de territorialização da população assentada, em Itaetê, convida a “produção” para extrapolar o seu sentido restrito e avançar para outros “espaços”, além da terra conquistada. Os acampamentos e assentamentos possibilitaram a convergência de força social, com poder de mudar os rumos da política local. Os assentados testemunham a importância da Reforma Agrária na oportunização do emprego e da renda, na melhoria da qualidade de vida no meio rural, na consolidação da cidadania, que indicam a política como um vetor de desenvolvimento. O desenvolvimento referenciado, entretanto, sugere uma proposta que considere o modo de vida como um componente do processo produtivo. Modo de vida que inclui a diversificação da produção e sistemas multiconsorciados que colaboram com a reposição nutricional do solo e permitem múltiplas alternativas: o que não alcança valor no mercado pode ser valorizado na mesa familiar ou no quintal com as criações. A construção territorial da população assentada em Itaetê, através da produção de espaços para trabalho e vida, lhes dá a clareza de suas capacidades, como sujeitos de transformação da realidade, em conjunção com sua própria transformação.

Palavras-chave: luta pela terra; reforma agrária; assentamentos; população assentada; territorialização; produção de espaços; desenvolvimento.

ABSTRACT

This research is delimited by the social dynamics of the population settled in the municipality of Itaete, in Bahia, and it is centred in their “territorialization” as a process of development. The period – 1997 to 2007 – is divided in two singular moments, the fight for land and the nesting, which are observed by different social structures: campers and nesters. Both moments confirm the conflict among rural workers – which represent an assortment of familiar production that take from land a value of use and life – and large state and agrobusiness – which represent the non-productiveness or the specialized and uniform cultivation that take from land a value of exchange and accumulation. The usual conflicts are considered an inherent element to the “territorialization” process, which moves the space and enlarge social groups. The fight for land is a social workers struggle for their “territorialization”, mediated by Agrarian Reform politics. The agrarian nestings are comprehended as fractions of territories which are permanently in construction by the use of appropriation and production of spaces in order to guarantee life reproduction. The process of “territorialization” of the nested population in Itaete invites the “production” to extrapolate its restricted sense and advance to other “spaces”, beyond conquered land. The encampments and nestings allowed a convergence of social strength, with the power of changing the goals of local politics. The settled population testified the importance of Agrarian Reform in creating opportunities for employment and income, better life quality in the country and consolidation of citizenship, which indicates politics as a development impeller. This development, nevertheless, offers a proposition that considers the way of living as a component of the production process, including the diversification of production and multi associated systems which cooperate with the nutritional replacement of the soil and consent to several alternatives: what can’t reach the market price is still valuable to the family table or the animals in the yard. The territorial construction of the population settled in Itaetê, through the production of spaces for work and life, gives them comprehension of their capacity to transform reality and also transform themselves.

Keywords: fight for land; Agrarian Reform; nestings; settled population; “territorialization”; production of spaces; development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fluxograma de procedimentos na Pesquisa de Campo	31
Figura 2	Bahia – Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (2005)	62
Figura 3	Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro (VFFLB), 1883	71
Figura 4.1	Bahia – Itaetê e sua inserção estadual	74
Figura 4.2	Bahia – Itaetê e sua inserção regional	75
Figura 5	Oficina 1: trajetória e organização para acesso e posse da terra	88
Figura 6	Territorialidades singulares	100
Figura 7	Projetos de Assentamento – Município de Itaete – Bahia (2005)	116
Figura 8	População residente por situação em Itaetê, Bahia (1970 – 2007)	119
Figura 9	Situação de domicílios permanentes em Itaetê, Bahia (1970 – 2007).....	120
Figura 10	PA Baixão e PA Europa: O Espaço sócio-cultural e político – Oficinas de Reconhecimento e apropriação de Espaços, 2007	140
Figura 11.1	PA Baixão e Europa, Acesso a direitos básicos: habitação e água, 2007.....	149
Figura 11.2	PA Baixão e Europa, Acesso a direitos básicos: energia e acessos, 2007.....	153
Figura 11.3	PA Baixão e Europa, Acesso a direitos básicos: Educação e comunicação, 2007	162
Figura 12	PA Baixão e Europa: O espaço material produzido, 2007	180
Figura 13	Itaetê, população assentada na comercialização da produção, 2007	186
Figura 14	PA Baixão: Novas alternativas de emprego e renda, 2007	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Brasil, Comparação dos Conflitos no Campo, 1997-2006	50
Tabela 2	Bahia, Perfil do Setor Rural segundo Categorias, 1996	56
Tabela 3	Bahia, Territorialização da luta pela terra: Evolução de projetos criados, 1981 - 2007	58
Tabela 4	Bahia, Áreas Reformadas com maior concentração de projetos de assentamento e famílias assentadas, 2006	61
Tabela 5	Bahia, Municípios com maior número de projetos de assentamento e evolução do índice de Gini, 2005	65
Tabela 6	Bahia, Municípios com maior número de projetos de assentamento: Razão entre área da reforma agrária e área municipal e população Assentada e população municipal, 2005	66
Tabela 7	Bahia, Evolução Histórica do Índice de Gini do Município de Itaetê, 1970-1995/96	73
Tabela 8	Bahia, Itaetê, Projetos de Assentamento de Reforma Agrária: data de ocupação, população acampada, data de criação, área e população assentada, 2007	91
Tabela 9	Bahia, Itaetê, População assentada: Moradia e relação de trabalho anterior aos assentamentos, 2007	99
Tabela 10	Bahia, Itaetê, População assentada: Formas de socialização anterior aos assentamentos, 2007	99
Tabela 11	Bahia, Itaetê, razão entre área assentada e área municipal e população assentada e população municipal, 2007	115
Tabela 12	Bahia, Itaete, Imóveis rurais por grupo de área, 2007	117
Tabela 13	Bahia, Itaete, Projetos de Assentamento e famílias assentadas por grupo de área, 2007	117
Tabela 14	Bahia, Itaete, Estimativa de Imóveis Rurais, considerando unidades familiares assentadas em áreas de Projetos de Assentamento, por grupo de área, 2007	118
Tabela 15	Bahia, Itaetê, População residente por situação: Dinâmica populacional a partir dos Projetos de assentamento, 1970 – 2007	119

Tabela 16	Bahia, Itaetê, Situação de domicílios permanentes: Dinâmica populacional a partir dos Projetos de Assentamento, 1970 – 2007	120
Tabela 17	Bahia, Itaetê, Projetos Baixão e Europa: Atividades agrícolas desenvolvidas, por ordem de importância para os assentados – Área utilizada, produção consumida e vendida, 2007	173
Tabela 18	Bahia, Itaetê, Projeto Europa: Pecuária bovina - Sistema de cria e recria e sistema de engorda – Rebanho possível em área de 25 tarefas, 2007	176
Tabela 19	Bahia, Itaetê, Projeto Europa: Pecuária bovina - Sistema de cria e recria e sistema de engorda em área de 25 tarefas – Custos de produção, 2007	176
Tabela 20	Bahia, Itaetê, Projeto Europa: Pecuária bovina - Sistema de cria e recria e sistema de engorda em área de 25 tarefas – Receita e remuneração do trabalho familiar, 2007	177
Tabela 21	Bahia, Itaetê, Projeto Baixão: Consórcios mamona/milho e mamona/amendoim - Custos de produção em área de uma tarefa, 2007	182
Tabela 22	Bahia, Itaetê, Projeto Baixão: Consórcios mamona/milho e mamona/amendoim - Remuneração do dia de trabalho familiar (t/f) em área de uma tarefa, 2007	183
Tabela 23	Bahia, Itaetê, Projeto Baixão: Estratégias de sobrevivência da população assentada, 2007	190
Tabela 24	Bahia, Itaetê, Projeto Baixão: Uma aproximação da renda considerando as principais atividades declaradas, 2007	192

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Bahia, Itaetê, Projeto Baixão e Europa: Lugares mais freqüentados no PA, por motivação e categoria, 2007	132
Quadro 2	Bahia, Itaetê, Projeto Baixão e Europa: Eventos no PA, declarados de maior importância para os assentados, 2007	134
Quadro 3	Bahia, Itaetê, Projeto Baixão e Europa: Eventos fora do PA, declarados de maior importância para os assentados, 2007.....	135
Quadro 4	Bahia, Itaetê, Projeto Baixão e Europa: Lugares mais freqüentados fora do PA, por motivação e categorias, 2007	137
Quadro 5	Bahia, Itaetê, Projeto Baixão e Europa, Articulação Institucional: Organização/Instituição, objetivos, modo de articulação e resultados efetivos, 2007	138
Quadro 6	Bahia, Itaetê, Projeto Baixão e Europa, Comercialização da produção: local, comprador e forma de recebimento, 2007	187
Quadro 7	Bahia, Itaetê, Projeto Baixão, 2007 - Qualidade de vida: O que melhorou na vida como assentado	203
Quadro 8	Bahia, Itaetê, Projeto Baixão, 2007 - Qualidade de vida: O que melhorou na vida como assentado	204
Quadro 9	Bahia, Itaetê, Projeto Baixão e Europa, Referenciais de desenvolvimento e nível de realização, 2007	207

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACVI	Associação dos Condutores de Visitantes de Itaetê
ACVC	Associação de Condutores de visitantes da Chapada
ADAB	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
ASA	Articulação do Semi Árido
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
ATL	Associação Trabalho e Luta
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CACTUS	Associação de Assistência Técnica e Assessoria aos Trabalhadores Rurais e Movimentos Populares
CAFP	Central das Associações de Fundo e Feche de Pasto
CAR	Coordenação de Ação Regional
CARAS	Central de Articulação dos Acampados e Assentados do Semi-Árido
CCABA	Cooperativa Central dos Assentados da Bahia
CDA	Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário
CERB	Companhia de Engenharia Rural da Bahia
CERQ	Conselho Estadual de Remanescentes de Quilombos
CETA	Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
COPRACD	Cooperativa Regional de Reforma Agrária da Chapada Diamantina
COTEBA	Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia
CPC	Comissão Pastoral da Pesca
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra

CRQ	Coordenação Regional de Quilombos
CRRQ	Coordenação Regional de Remanescentes de Quilombos
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EFA	Escola Família Agrícola
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a agricultura
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FATRES	Fundação de Apoio aos Trabalhadores do Sisal
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNDIFRAN	Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
GeografAR	Geografia dos Assentamentos na Área Rural
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento de Educação de Base
MEPF	Ministerio Extraordinário de Política Fundiária
MIRAD	Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária
MLST	Movimento de Libertação de Sem terras
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Extraordinário de Política Fundiária
MSJ	Movimento Socioambiental Jupará (MSJ)

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento
OLC	Organização Luta no Campo
OTL	Organização Terra e Luta
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDSA	Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRA	Plano de Recuperação de Assentamentos
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária
PRRA	Plano Regional de Reforma Agrária
PSF	Programa Saúde da Família
PUC	Pólo de Unidade Camponesa
RTID	Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Demarcação
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SERAC	Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária e Cooperativismo
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Assentamento
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendencia de Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Política e Reforma Agrária
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 A LUTA PELA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA NO CENÁRIO BRASILEIRO	32
2.1 A saga da reforma agrária, a política adiada	34
2.1.1 O “novo mundo rural” e a “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial	44
2.1.2 Recrudescimentos e conquistas da reforma agrária no governo Lula.....	48
2.2 A territorialização da luta pela terra na Bahia	55
2.2.1 A nova geografia de alguns municípios baianos: identificando o objeto empírico	65
3 ITAETÊ: DOS LATIFÚNDIOS AOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA	69
3.1 Resistência e luta dos sujeitos históricos no Vale Paraguaçu	76
3.2 Trajetórias transformando o sonho da terra na realidade dos assentamentos.em Itaetê	86
3.3 População assentada e territorialização	93
3.3.1 Territorialidades singulares em formação	98
3.4 A dinâmica agrária e populacional em Itaetê a partir dos assentamentos	115
4 PRODUÇÃO DE ESPAÇOS PARA TRABALHO E VIDA: CONSTRUÇÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO	123
4.1 A produção social no reconhecimento e apropriação do espaço nos assentamentos Baixão e Europa	126
4.2 O espaço político: articula–ção no exercício da cidadania	136
4.2.1 Acumulação de forças em articulações políticas	141
4.2.2 Acesso a bens e serviços na articulação com diferentes poderes	144
4.2.2.1 A conquista dos direitos básicos da cidadania	148
4.3 A produção material: estratégias para a reprodução da vida	163

4.3.1 Serviços e infraestrutura no projeto produtivo	164
4.3.2 Alimentando a cidadania com os frutos da terra: a agropecuária no espaço produzido	170
4.3.2.1 A comercialização da produção.....	185
4.3.3 Outras atividades: experiências e saberes na diversificação socio-econômica	189
4.3.4 Novas alternativas de emprego e renda, em perspectiva	194
4.4 Desenvolvimento: um conceito em construção	200
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	220
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.....	227
REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS.....	228
APÊNDICE 1: ROTEIROS DAS OFICINAS	233
APÊNDICE 2: ROTEIROS DAS ENTREVISTAS.....	239
ANEXOS	246

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

[...] Natureza artificial, ou social, em construção permanente [...] é a moradia do homem, é o seu lugar de vida e de trabalho.

Milton Santos, 1978, p.119-120.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento capitalista, no campo brasileiro, caracteriza-se pela grande atenção dada à questão agrícola, resolvida nos seus propósitos de produção e produtividade, atendendo ao modelo exportador, desde a Colônia, e as necessidades da indústria, emergente a partir de meados do século XX. Ao processo de industrialização seguiu-se uma rápida modernização na agricultura, com intensificação do capital e redução do trabalho. Esse processo foi marcado por uma forte concentração fundiária, e conseqüente expulsão de trabalhadores rurais do campo, sem a equivalente criação de oportunidades de empregos no setor urbano, configurando um crescimento econômico excludente.

Trata-se de caracterizar a profunda relação que existe entre reforma agrária e política agrícola. Se não se eliminam os subsídios e os incentivos (a grande produção), a concentração de terras no Brasil continuará... por um lado distribui-se terra, por outro facilita-se a concentração fundiária e a expulsão do homem do campo (GUANZIROLE *apud* MEDEIROS, 1994, p. 264).

É neste modelo de desenvolvimento, apoiado pelo Estado, que se agrava a questão agrária, já historicamente complexa pelo caráter de sua formação, dando origem aos conflitos, na luta pela terra, com a marca da violência. Os trabalhadores rurais, sob a pressão da ameaça à sua reprodução social, entram num processo gradativo e crescente de organização.

O controle democrático do Estado só existe onde há cidadania organizada... vontade organizada dos desiguais [...] O Estado somente se coloca ao lado e a serviço das demandas populares se for convenientemente motivado por pressões populares organizadas de modo competente (FERREIRA *apud* MEDEIROS, 1994, p. 44 e 46).

Assim é que a luta pela terra se territorializa¹ em todo o espaço nacional, através da estratégia dos movimentos socioterritoriais², que consiste na ocupação de latifúndios improdutivos e órgãos públicos, evidenciando a questão agrária brasileira e os conflitos que dela advém. Com a evidência dos conflitos e sua repercussão nacional e internacional, os trabalhadores rurais se apresentam como sujeitos políticos e colocam a necessidade de cada governante incluir em sua pauta de governo a política de reforma agrária.

[...] buscaram caminhos para superar a desigualdade real, a situação de subordinação e exclusão que sempre marcou sua história, e colocar-se na cena política como cidadãos. Ou seja, como membros integrais da sociedade, dotados de direitos civis, políticos e sociais, capazes de se fazerem reconhecer pelos demais como sujeitos de sua história e de se auto-reconhecerem como tal. Através de suas práticas, mais do

¹ Territorialização da luta pela terra é um processo social e geográfico compreendido por ações de conquista de frações de território pelos movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2000b; 2004; 2005a).

² Movimentos sociais de luta pela terra, numa perspectiva geográfica, que além de ter o território como trunfo, este é essencial para sua existência (FERNANDES, 2000b; 2004; 2005a).

que de suas palavras impuseram novas questões à sociedade, e problematizaram os espaços e mecanismos instituídos de poder. (MEDEIROS, 1989, p 211).

Porém, a política não se concretiza como divulgada amplamente, a cada mandato governamental. A correlação de forças para os que lutam pela terra é muito desfavorável, uma vez que os interesses do capital no Brasil, em consonância com os interesses do capital internacional, são incompatíveis com uma real reforma agrária que altere a estrutura política e social no campo brasileiro, através da redistribuição da terra, da renda e do poder.

Entretanto, os movimentos socioterritoriais conseguem imprimir ritmo à ação do Estado, viabilizando, na última década, se não a política de reforma agrária desejada, uma política de assentamentos, via desapropriação, principal instrumento de democratização da terra e resgate de sua função social.

A territorialização da luta pela terra, através dos movimentos sociais, constitui-se em início de um processo de reterritorialização, ou de construção territorial dos trabalhadores rurais, que deverá efetivar-se através de seu domínio político econômico e da apropriação simbólico cultural do espaço conquistado (HAESBAERT, 2004). Esse processo se constituirá em fonte de poder, “que dará conteúdo à real democracia”, possibilitando a sua inserção no desenvolvimento, influenciando e decidindo sobre seus destinos (JARA, 2001, p.25).

A luta pela terra é uma luta dos trabalhadores rurais pela sua reterritorialização, mediada por uma política pública. Em consonância com Bernardo Mançano Fernandes, “um conflito por terra é um confronto entre classes sociais e entre modelos de desenvolvimento, por territórios” (2005c, p.26) e o distensionamento desse conflito – os projetos de assentamento – representam um processo de reterritorialização da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. Reterritorialização, pois, uma nova identidade coletiva se construirá, tendo como base uma nova dinâmica social, uma nova estrutura em um novo tempo, um novo processo protagonizado pela população assentada (SANTOS, 1978).

Na Bahia, a questão agrária sempre esteve muito presente, por uma estrutura fundiária historicamente concentrada, tensionada por questões agrícolas em distintos momentos e contextos. Isto explica a forte atuação dos movimentos sociais de luta pela terra, tornando a Bahia no Estado de maior número registrado de famílias acampadas, 30.0000, em 2004 (MST, 2005), configurando-se uma significativa demanda por terra. Identificam-se áreas com forte concentração de população acampada (INCRA, 2004) alterando a paisagem nas rodovias, e em sua maioria, essas áreas também concentram uma população assentada, produzindo espaços para trabalho e vida, em contínuo processo de territorialização.

Para compreensão dessa dinâmica agrária como processo de territorialização, consideramos como aporte teórico as contribuições de Leonildes Medeiros, Sergio Leite e equipe do Departamento de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ. São pesquisadores que se aprofundaram na trajetória dos movimentos sociais e da reforma agrária, contribuindo para desmontar preconceitos e possibilitar o olhar para os trabalhadores rurais como sujeitos ativos, construtores de sua própria história.

Consideramos, também, os trabalhos de Marcelo José Lopes de Souza, Bernardo Mansano Fernandes, Rogério Haesbaert e Milton Santos, que contribuíram para a compreensão da complexidade do espaço humano, onde a micro e a macro escala se influenciam e onde o passado e o presente se articulam, pela marca dos processos vividos. Aqui, a conflitualidade é considerada como elemento inerente a construção territorial, que dinamiza o espaço e a vida. A luta pela terra é o processo precedente de uma nova estrutura social, a população assentada, que dará nova forma e função as fazendas desapropriadas, uma vez assentamentos de reforma agrária.

Dessa forma, o assentamento de reforma agrária é, aqui, entendido como uma fração territorial em construção, pelo processo de re-produção de espaços, pela população assentada, para a reprodução da vida. Milton Santos diz que “O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” e “Produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida” (SANTOS, 1978, p.161,162). A vida plena integra e articula as dimensões política, econômica, social e cultural, vivenciadas por grupos sociais, como fontes de poder construtivo. Dessa forma, nesse trabalho, o processo de territorialização da população assentada convida a “produção” para extrapolar o seu sentido restrito e avançar para outros “espaços”, além da terra conquistada.

[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004, p.91).

Carlos Julio Jara, David Harvey, Ignacy Sachs, José Martins de Carvalho, cada um desses e outros mais, complementam a base teórica dessa pesquisa, tornando possível o entendimento de um conceito de desenvolvimento sob o olhar de uma população historicamente excluída de direitos básicos para o viver. Um conceito construído em bases muito simples e pouco exigentes, de uso e combinação dos recursos disponíveis, bem como da manutenção de valores em função “da redução dos sofrimentos objetivos e subjetivos e da ampliação dos estados de bem-estar pessoal, familiar, grupal e societário” (CARVALHO, 2005, P.13).

Aliada à teoria está a experiência da pesquisadora, adquirida no acompanhamento de projetos de assentamento de reforma agrária nos últimos quatorze anos de trabalho no Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e INCRA/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Essa trajetória profissional agregou-se às valiosas contribuições científicas num processo de construção/desconstrução/construção, ocorridos por imersões alternadas na realidade e no campo teórico, em trilhas de via dupla de conhecimento, nem sempre isentas de conflitos. O feliz resultado permitiu entender o desenvolvimento como a possibilidade de estar em um assentamento de reforma agrária, com acesso à saúde, à educação, e ainda, à comunicação, formação, cultura e lazer; desenvolvimento como a consciência de saber-se cidadão, sem que para isso precise estar na cidade; desenvolvimento como a autonomia de optar por unir o trabalho à vida, sem que se precise abrir mão do viver familiar; desenvolvimento como a alegria de sabe-se sujeito de suas próprias conquistas, através da produção continuada de espaços, mediada pelo viver social.

Esta pesquisa inicia examinando-se alguns efeitos da territorialização da luta pela terra, que reunindo trajetórias e sonhos na construção social e política, resulta na concentração de assentamentos em determinadas áreas e atualiza a geografia de alguns municípios onde ela ocorre. Para examinar esse processo foi delimitado o período entre 1985 a 2005, com a identificação dos municípios baianos com maior concentração de ação dos movimentos sociais. Foi observado o número de famílias assentadas, bem como o número de famílias acampadas, constatando-se uma grande variação em relação ao número de projetos, a depender da região onde os municípios estão inseridos. Assim sendo, foram identificadas relações que pudessem indicar a possibilidade de alteração na correlação de forças no município e/ou região, que resultaram em dois critérios: maior razão entre população assentada nos projetos de reforma agrária e população total municipal; maior razão entre área dos assentamentos e área total municipal.

A partir dessas duas relações foram selecionados dois municípios, passando-se à investigação de resultados, através de pesquisa no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), nos laudos de vistoria quando da desapropriação dos latifúndios (INCRA-BA), nos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (PDSA / INCRA-BA) e no Sistema de Informações de Projetos de Assentamento (SIPRA). A pesquisa de fontes impressa e eletrônica foi confirmada e complementada através de entrevistas com representação dos movimentos sociais, das organizações locais, técnicos das Cooperativas técnicas e do INCRA.

Dentre os municípios baianos com maior número de assentamentos, Itaetê, na Chapada Diamantina, apresentou 16,2% de sua área constituída em projetos de assentamentos

de reforma agrária, bem como 29,4% de sua população total residente formada de trabalhadores rurais assentados³. Esta geografia é resultante da ação organizada dos trabalhadores rurais, apoiados, em um primeiro período, 1976 a 1995, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e em seguida, a partir de 1997, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No município de Itaetê, o estudo indica o impacto dos assentamentos na estrutura fundiária, não tendo sido este, porém, o critério mais significativo e determinante de sua escolha como objeto empírico. Chamou a atenção, especialmente, a resistência e luta dos sujeitos históricos e o modo de inserção da população assentada na dinâmica municipal, atualmente (2005-2007), através de suas representações, principalmente o MST. Em Itaetê, configura-se maior unidade na luta, ampliando a possibilidade de um processo de territorialização da população assentada.

Foi pesquisada a trajetória dos sujeitos sociais e a sua organização para a conquista e posse da terra, entendendo esses processos como parte da formação de uma identidade social, de uma estrutura, de assentados. O poder constituído por suas organizações e representações também foi pesquisado, verificando-se a sua contribuição no planejamento, gestão e desenvolvimento do assentamento e do município. Sendo o Estado brasileiro historicamente autoritário e as práticas democráticas relativamente recentes, foi necessária uma observação da relação Organizações Sociais/Estado, naquilo que diz respeito à confiança e cooperação, na geração de uma Política de Desenvolvimento Territorial. Faz-se necessário saber, de um lado, se o Estado tem assimilado que o poder não se circunscreve a ele e, de outro, se a população assentada tem se projetado como poder instituído, ocupando o espaço que a nova correlação de forças lhe confere.

A pertinência social deste trabalho está em entender a reforma agrária, elemento central de uma política de correção das desigualdades sociais, como estratégia de promoção da participação social no desenvolvimento territorial. O êxito da reforma agrária não pode ser medido apenas em termos de projetos criados e famílias assentadas. Seu êxito está, principalmente, na capacidade da população assentada de transformar suas necessidades em interesses e concretiza-los em um projeto de desenvolvimento, a partir da construção de uma identidade coletiva e do aprendizado da organização, essenciais para a sua territorialização.

³ Área município: IBGE 2000; Área de Reforma Agrária: INCRA 2006. População total do município: projeção segundo taxa geométrica de crescimento IBGE, 1991-2000; População assentada da Reforma Agrária: INCRA, 2006, com base em dado IBGE de nº de residentes por família rural, no respectivo município.

Os movimentos e organizações sociais do campo exercitam os seus poderes de forma articulada. Conquistada a terra, se articulam com outras esferas de poder, além do local, estabelecendo um relacionamento institucional – público e privado – ampliado e diverso, para obtenção de crédito, assistência técnica e outras ações necessárias para sua consolidação como produtores rurais assentados. Essa articulação ampliada contribui para mudanças nos indicadores de desenvolvimento local, bem como dinamiza as relações institucionais locais e interfere no planejamento territorial municipal.

É nesse contexto, da dinâmica social, que se delimita o objeto desta pesquisa, com o estudo da territorialização da população assentada no município de Itaetê, na Bahia. A questão central é: a construção territorial da população assentada, em Itaetê, configura processo de desenvolvimento?

No percurso da pesquisa, essa pergunta foi respondida a partir das seguintes observações:

- Trajetória de vida: origem, relações de trabalho e socialização cultural e política;
- Ações adotadas pela população da reforma agrária, na organização para a conquista e posse da terra, como constituintes de elementos de sua identidade territorial;
- Identificação do reconhecimento e apropriação de espaços objetivos e subjetivos no Projeto de Assentamento (PA);
- Mudança do uso da terra, a partir dos assentamentos, pela produção socio-política e material, com a identificação das estratégias para a sobrevivência;
- Dinâmica das relações entre as representações da população da reforma agrária e demais grupos sociais e institucionalidades;
- Ocorrência de inserção da população assentada no planejamento e gestão territorial municipal;
- Ocorrência de inserção da população assentada no desenvolvimento local, agregando-se os referenciais de desenvolvimento estabelecidos pelos diferentes sujeitos sociais envolvidos na pesquisa e, principalmente, pela população assentada e suas representações.

Considerou-se, teoricamente, que a heterogeneidade das comunidades assentadas, os diferentes modos, de ver, sentir e construir sua realidade devem constituir referenciais específicos de desenvolvimento, que expressem seu bem estar e qualidade de vida desejada (JARA, 2001). Para conhecer e entender essa realidade de construção territorial da população

assentada em Itaetê, apresentamos a seguir o percurso realizado para fundamentar essa pesquisa, bem como os instrumentos utilizados.

Os trabalhos de base dos movimentos sociais para a conquista da terra se constituem em um processo de construção da identidade coletiva, do aprendizado de organização e participação social e política. Os territórios, como as relações sociais que lhe dão vida, são complexos e dinâmicos. Dessa forma, se justificou a utilização da pesquisa qualitativa, que possibilitou a interação das diversas variáveis estudadas, as quais deram compreensão ao processo de transformação da realidade em questão, sem, entretanto, descartar a complementação dos dados quantitativos.

A área de estudo se constituiu no município de Itaetê, Bahia, através dos dez Projetos de Assentamento de Reforma Agrária criados, que ocupam aproximadamente 16% da área municipal, entendidos como possíveis unidades territoriais inseridas em um contexto territorial maior, o município.

A população desta pesquisa, portanto, é constituída pela população assentada em Itaetê e suas representações, assim como as representações de organizações sociais e institucionalidades que atuam no campo e/ou tenham algum tipo de correlação com os Projetos de Assentamentos. A amostragem da população não assentada foi intencional, formada pelos que presenciaram os dois períodos estudados, da luta pela terra aos assentamentos. A população assentada foi estudada no universo total, aprofundando-se o estudo em dois dos dez projetos de assentamento existentes no município de Itaetê, que configuraram distintos percursos e processos de territorialização.

Foi utilizado o método histórico oral e comparativo, para avaliar os resultados obtidos entre dois períodos, antes e depois da implantação dos projetos de assentamento, com diferentes sujeitos e relações sociais no mesmo espaço, sendo que esta avaliação contou com a participação dos sujeitos envolvidos, que contribuiriam com referenciais específicos de desenvolvimento.

Inicialmente, foram levantados dados da realidade representativa de um primeiro período, investigando-se a trajetória de vida da população assentada, bem como do processo de territorialização da luta pela terra, através de pesquisa bibliográfica, documental e oral. Esses dados, após analisados e correlacionados, foram levados a campo para serem validados, ajustados e complementados pelos sujeitos territoriais.

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, verificando se a construção territorial da população da reforma agrária, no município de Itaetê, entre 1997 e 2007, configurou processo de desenvolvimento, utilizou-se os seguintes procedimentos na pesquisa de campo (Figura 1):

- a) **Realização de oficinas.** Nos dez projetos de assentamento criados pelo INCRA, foram realizadas nove oficinas⁴. Nos assentamento criados entre 1997 e 2000, contou-se com a participação de 88,5% das famílias assentadas e nos mais novos, criados entre 2004 e 2005, contou-se com 69% das famílias assentadas, perfazendo uma média de participação de 76,5% das famílias assentadas no município, representadas por 608 pessoas. As oficinas foram moderadas pelo pesquisador, que contou ainda com uma equipe de colaboradores e, em dois Projetos, incluiu jovens, filhos de assentados. As Oficinas foram planejadas para atender dois objetivos. O primeiro, resgatar elementos na trajetória de vida, da luta e da organização para o acesso e a posse da terra, que sinalizassem o processo de consolidação de uma identidade do grupo, como instrumentos de reflexão e reconhecimento territorial. O segundo, verificar o processo de reconhecimento e apropriação de espaços, no assentamento, pela população assentada.
- O primeiro objetivo foi alcançado em dinâmica de grupos, onde foi estimulada a reconstituição de memórias, através de narradores, escolhidos pelo grupo social. A narração, afinal, se coletivizava pela contribuição de outras memórias emergentes no grupo. O facilitador cuidou de trazer para a discussão as questões de foco, com apoio do um roteiro “Identificação da trajetória de vida e organização para acesso e posse da terra” (Coletiva 1, PA)⁵. As opiniões expressas nos grupos foram sintetizadas, pelo facilitador, e levadas a plenária, estimulando-se, mais uma vez, a reflexão sobre os elementos de identidade e fortalecimento do grupo social, bem como, as diferenças e o sentido dessas diferenças para a construção territorial. Esse momento era concluído com o grupo social sendo convidado a escolher uma forma de expressão da trajetória vivida.
 - O segundo objetivo da oficina foi alcançado através de dinâmica desenvolvida com o mapa do assentamento, orientada por roteiro “Identificação do

⁴ Dois projetos criados pelo INCRA abrigam apenas um grupo social, que se reconhece como de apenas um Projeto, que reúne as duas fazendas desapropriadas.

⁵ Todos os roteiros encontram-se no apêndice.

reconhecimento e apropriação de espaços objetivos e subjetivos no PA” (Coletiva 2, PA). Para os primeiros Projetos criados, onde já havia sido feito o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDSA) e a demarcação da área, o mapa foi dividido em partes, ficando cada parte com o grupo de vizinhança. Essa divisão foi feita antes de começar a dinâmica, com o presidente da associação, estabelecida por pontos de referência mais conhecidos pela população. Cada grupo foi convidado a “passar” pelo mapa, identificando o que lhes fosse relevante: Infraestruturas, recursos naturais, áreas coletivas, local de acampamento, e, finalmente, o seu próprio lote. O trabalho se completava em plenária, com o mapa sendo reconstituído, unindo-se as partes. O facilitador ou um assentado expunha o trabalho, destacando o que foi mais relevante no grupo e convidando os demais a complementar os dados, principalmente referente aos espaços comuns, no mapa unificado. Nos Projetos onde não tinha sido feito o PDSA nem a demarcação, foram distribuídos croquis da área para os grupos e cada um trabalhou um aspecto da realidade atual, localizando no croqui: tipos de vegetação existente, pastagens e os diferentes tipos de plantios, individuais e coletivos; relevos, recursos hídricos e fauna; estradas e cercas e os diferentes tipos de solo; localização das moradias e demais construções, espaços de sociabilização, tais como campo de futebol, árvores de encontro, locais de festas, reuniões, etc. Ao final, cada grupo apresentou os dados de seu croqui a ser complementado em plenária.

- b) **Seleção de projetos, para aprofundamento do estudo.** O procedimento inicial da pesquisa de campo possibilitou a seleção de dois projetos, com diferentes percursos, para aprofundamento do estudo. Nesses, continuou-se a investigação do processo de territorialização da população assentada. Para tanto, foram realizadas **mais duas oficinas**, uma em cada um dos dois projetos de assentamento selecionados, com discussões, dinâmicas e exercícios sobre os temas, realizados em grupos, sempre socializados na plenária. Contou-se com a participação de 66% das famílias do PA Baixão e 44% das famílias do PA Europa, representadas por 118 pessoas. Três roteiros facilitaram a condução das oficinas focalizando os seguintes resultados: “Identificação da produção material e estratégias de sobrevivência” (Coletiva 3, PA); “Identificação da sociabilidade e participação política” (Coletiva 4, PA); “Identificação de referenciais de desenvolvimento e qualidade de vida” (Coletiva 5, PA).

- c) **Exercícios de conta de produção.** Para melhor entendimento do processo de apropriação e produção do espaço do assentamento e, também, como processo de reflexão e capacitação, nos dois assentamentos foi realizado exercícios de contas de produção, das atividades desenvolvidas na área, consideradas pelo grupo como as mais importantes. Esse exercício possibilitou a identificação do tipo de manejo dos recursos utilizados pelas famílias assentadas, a produtividade por cultura, os dias de trabalho da família ocupados em cada atividade e a receita, com a dedução de gastos monetários efetuados. Essa receita foi dividida pelos dias de trabalho da família, despendidos na atividade, chegando-se a remuneração do dia de trabalho familiar. Esse exercício também possibilitou a identificação das formas de comercialização da produção, as articulações envolvidas e a discussão sobre as potencialidades e dificuldades encontradas no processo.
- d) **Entrevistas estruturadas e reuniões.** A partir das oficinas, foram realizadas entrevistas estruturadas com lideranças e reuniões com grupos focais da **população assentada**: jovens, mulheres, crianças e professores do assentamento, também assentados, totalizando 41 pessoas entrevistadas. Passou-se, então, a uma análise e avaliação da nova realidade territorial, observando-se os aspectos que traduziram a mudança na qualidade de vida das comunidades assentadas, em um processo cooperativo entre pesquisador e sujeitos sociais. Para a **população não assentada**, articulada de alguma forma com os assentamentos, foram utilizadas entrevistas estruturadas a partir da sistematização dos dados da pesquisa bibliográfica e documental, bem como da pesquisa direta nos assentamentos. Nessa etapa foram entrevistadas 24 pessoas: antigas lideranças que participaram da trajetória de luta, memórias de processos, outras da realidade atual, sempre em processo de transformação, representantes de instituições municipal, estadual e federal, comerciantes e fornecedores. O objetivo foi verificar o olhar de outros atores, para a construção social dos assentamentos e complementar a análise e avaliação da correlação reforma agrária e desenvolvimento.
- e) **Tratamento das informações.** Os depoimentos dados nas oficinas, nas reuniões e na maioria das entrevistas foram gravados e transcritos, procurando-se não intervir na autenticidade e conteúdo do discurso. Justificam-se, dessa forma, algumas transgressões gramaticais. No apêndice encontra-se a referência das entrevistas, bem

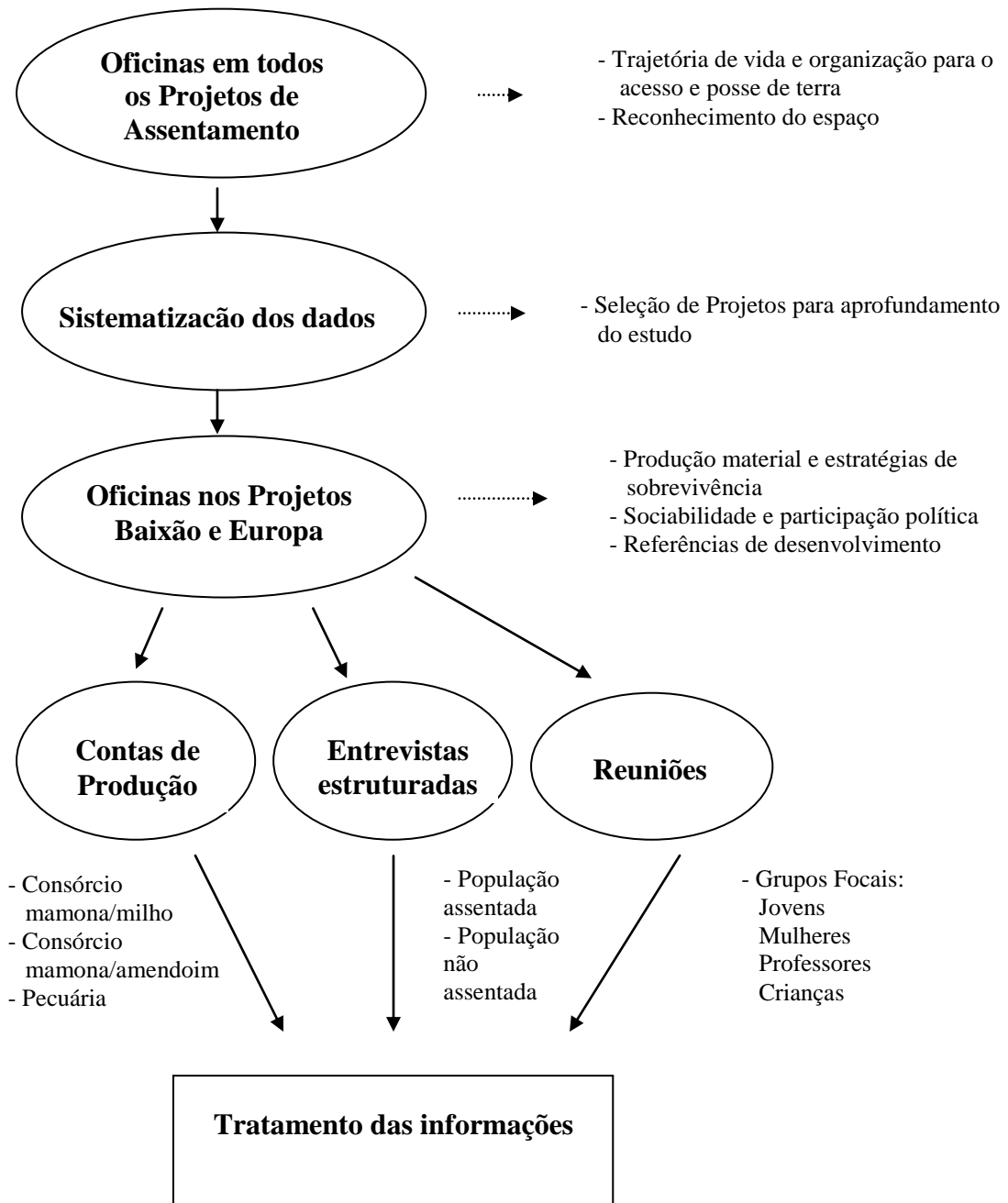
como os roteiros, mas nos trechos citados das falas foi assegurado o anonimato dos entrevistados. Todos os dados foram sistematizados de forma relacional e analítica.

A apresentação da Dissertação está estruturada em dois eixos. O primeiro contém dois capítulos, incluindo este, que faz uma breve contextualização do tema, introduz o trabalho e indica a metodologia e procedimentos da pesquisa; o segundo capítulo aprofunda o contexto histórico e contemporâneo do tema, com uma introdução a questão agrária e ao desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, que traz no seu processo a gênese das organizações sociais do campo e a luta pela reforma agrária; aborda, ainda, a territorialização da luta pela terra na Bahia, resultado de um estudo preliminar, que introduz o segundo eixo de análise do tema em questão, ajudando na escolha do objeto empírico: a população assentada nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, criados no município de Itaetê, a partir de 1997.

O segundo eixo, já resultante da pesquisa de campo, é composto de três capítulos. O terceiro capítulo apresenta o município de Itaetê e a trajetória da luta pela terra na micro-região que o insere, acompanhando o percurso das questões agrárias e agrícolas, dos sujeitos históricos, até os Projetos de Assentamento, com uma breve análise de sua influência na dinâmica agrária e populacional do território municipal; o quarto capítulo discorre sobre o processo de territorialização da população assentada, sua produção social, política e material, os mecanismos de articulação e de inserção no território municipal e o resultado desse processo para o desenvolvimento, no olhar dos sujeitos territoriais; o quinto e último capítulo traz as considerações finais do pesquisador sobre o tema pesquisado.

Figura 1

Fluxograma de procedimentos na Pesquisa de Campo



CAPÍTULO 2

LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO CENÁRIO BRASILEIRO

Felizmente, aos trancos, a Reforma Agrária começou a acontecer, está acontecendo e vai acontecer. Não foi graças aos que prenderam e torturaram; aos que a tinham como problema de Segurança Nacional [...]

Foi graças à pressão dos trabalhadores que ocorreu o pouco que aí está. Não fossem eles, a coisa estaria adormecida no Estatuto da Terra [...] Foi graças também aos padres e freiras, com sua orientação, ajuda e credibilidade, dando ânimo e modificando a devoção à propriedade privada.

Euclides Neto, 1999, p.174,175.

2 LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO CENÁRIO BRASILEIRO

A Luta pela Terra é resultante do cenário agrário brasileiro, marcado pela concentração fundiária histórica e as dificuldades para a implantação de uma política de reforma agrária nos diversos contextos desse percurso. As dificuldades são potencializadas por contradições geradas nas estratégias utilizadas pelo Estado para sustentar um modelo de desenvolvimento com base na acumulação de divisas via exportação de produtos agropecuários e agroindustriais. Mais recentemente, essa integração da economia em escala mundial se deu segundo os princípios neoliberais, referendado por organismos internacionais.

A reforma agrária no Brasil é uma política pública de competência do governo federal, contudo, movida pelos movimentos sociais através da luta pela terra. O governo responde, através da criação dos assentamentos, que têm visado basicamente a redução dos conflitos e da tensão social e a neutralização dos movimentos sociais, em um jogo de compensação pelos efeitos do modelo de ‘desenvolvimento’ adotado, buscando ainda não ferir os acordos com o poder agrário e o capital internacional (LEITE, 2001).

Instala-se daí um grande paradoxo: ao mesmo tempo em que se efetiva uma distribuição de terras, se alimenta o poder econômico e político da classe agrária dominante, que concentra a terra e a renda, alimentando a exclusão econômica e política da classe agrária dominada. Os trabalhadores rurais, sentindo sua reprodução social ameaçada, organizam-se em movimentos socioterritoriais e conseguem imprimir um ritmo na ação do Estado, viabilizando, na última década, a intensificação da criação de assentamentos rurais, em latifúndios improdutivos, via desapropriação, principal instrumento de democratização da terra e resgate de sua função social.

Porém, a reforma agrária não se efetiva satisfatoriamente, uma vez que não são dadas as condições para o desenvolvimento dos assentamentos e da população assentada. Condições para manter-se dignamente na terra conquistada, que dependem de uma favorável correlação de forças nas diferentes esferas de governo, federal, estadual e municipal – espaços disputados por diferentes forças e poderes.

No complexo jogo de forças que se verifica em diferentes instâncias do Estado, tanto em nível federal, como estadual e municipal, há que, a cada circunstância, a cada momento, recuperar as correlações de força, os jogos de interesse envolvidos e que nem sempre são imediatamente visíveis (MEDEIROS, 1994, p. 19).

As organizações sociais que lutam pela reforma agrária hoje entendem que a sua efetivação é imprescindível para a alteração da estrutura política e social no campo brasileiro, através da redistribuição da terra, da renda e do poder. Todavia, elas têm consciência de que a efetividade da Política somente será possível pela contínua ampliação de espaços conquistados, que possibilitará a alteração da correlação de forças e conseqüente participação nas decisões e formulação e implementação de políticas públicas. Dessa forma, poderá haver a possibilidade de “uma ruptura com a política neoliberal e, acima de tudo, um enfrentamento com os poderosos interesses dos que monopolizam as terras (rurais e urbanas), as comunicações e o sistema financeiro” (João Paulo Rodrigues, coordenador nacional do MST, *apud* AUGUSTO, 2006).

A reforma agrária é agora uma bandeira de luta política capaz de unificar não só os trabalhadores do campo, mas inclusive de se estender aos trabalhadores urbanos, e, há muito, deixou de ser uma demanda do desenvolvimento capitalista, passando a ser, hoje, um questionamento da forma que assumiu esse desenvolvimento.

2.1 A SAGA DA REFORMA AGRÁRIA, A POLÍTICA ADIADA.

As caravelas de Pedro Álvares Cabral aproximam-se da praia, onde um grupo de índios as observa. Um índio olha para outro e diz: ‘ Iiih... Lá vem aquele papo de reforma agrária’ (VERISSIMO, 2003).

A forma de distribuição e acesso à terra no Brasil, é historicamente desigual: “Primeiro foram as capitânicas hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. As sesmarias estão na origem da grande maioria dos latifúndios do país, fruto da herança colonial” (OLIVEIRA *apud* STEDILE, 2002, p 55). Em meados do século XIX, a pressão era crescente para o fim do sistema escravista e com a criação da Lei de Terras (1850), que define o acesso a terra através da compra e venda em dinheiro, o país perde sua primeira oportunidade de realizar uma reforma agrária – bloqueio ao acesso a terra livre, áreas devolutas, por homens livres, ex-escravos e emigrantes, que não dispunham de recursos para a compra. O domínio econômico, até então representado pela propriedade de escravos, passa a ser representado pela propriedade da terra (GORENDER *apud* STEDILE, 2002). Dessa forma, desde o final do século XIX, já se tem registro de movimentos de luta pela terra, com destaque para Canudos, em 1893 na Bahia, como resistência à ordem coronelista e latifundiária, mantida na nova República.

No século XX continua-se o processo de concentração fundiária, justificada pela demanda do modelo de desenvolvimento capitalista adotado, sempre legitimado pelas forças políticas dominantes. Em 1912, registra-se outra grande resistência, no Contestado em Santa Catarina, nascida da expropriação gerada para a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande.

A partir de 1945, ocorreram grandes transformações no País: a intensificação da industrialização, com a redefinição do papel da agricultura na economia, a constituição de um projeto desenvolvimentista e a dinamização dos movimentos sociais que começaram a generalizar-se e perder o caráter local. Nesse contexto, ganha espaço o debate da reforma agrária, ligado à industrialização, sendo justificada tanto pela questão agrária como pela questão agrícola: era necessária a alteração da estrutura de posse e uso da terra, consolidando o espaço das relações capitalistas de produção na agricultura, vista como condicionante para o desenvolvimento das forças produtivas no campo. A idéia era que a alteração da estrutura fundiária e das relações de trabalho viabilizaria o aumento da produção, para abastecimento da população urbana e da própria indústria crescente, e, em paralelo, permitiria que os trabalhadores rurais incrementassem o consumo de bens produzidos na indústria.

Desse modo, a reforma agrária se constituía em uma demanda do desenvolvimento capitalista. Essa era a idéia predominante, discutida e divulgada entre teóricos e partidários do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Entretanto, desde então, outra corrente, liderada por Caio Prado Jr., defendia que o capitalismo desenvolvia-se no campo, predominantemente, e as relações de produção não se constituíam entrave ao desenvolvimento capitalista (STEDILE, 2002).

A Constituição de 1946, no seu artigo 147, estabeleceu que “o uso da propriedade está subordinado ao bem estar social”, atendendo a pressão de uma reduzida bancada comunista (MEDEIROS, 2002). Também estabeleceu em 10.000ha a área máxima de terras devolutas a ser vendida, vigorando até 1967, quando foi reduzida para 3.000ha. Entretanto, a lei magna também sempre previu a queda desse limite via intervenção do Senado Federal, como aconteceu na década de 1970, com a autorização para o governo do Mato Grosso vender cinco áreas de 200.000ha cada, no município de Aripuanã, totalizando 1 milhão de ha de terras em mãos de apenas cinco proprietários (OLIVEIRA *apud* STEDILE, 2002). O fato é que, mesmo com bloqueio ao acesso à terra, com a concentração fundiária e expropriação histórica do trabalhador rural, com a industrialização crescente e a abertura de algumas possibilidades de trabalho assalariado no campo e na cidade, grande parte desses trabalhadores recusa-se à

proletarização e insiste na sua reprodução através da posse da terra, contratos de arrendamento, meia e outras relações de trabalhos que diversificam os percursos e diferenciam os processos.

A partir de 1953, desenvolveram-se as primeiras experiências abrangentes de organização de trabalhadores rurais, com a realização da I e II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, em 1953 e 1954, respectivamente, apoiadas pelo PCB. Foi criada, também em 1954, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), contemplando uma grande diversidade de trabalhadores rurais e visibilizando uma pluralidade, tanto de inserções no processo produtivo, como de condições de vida. Os interesses mais imediatos era a legislação trabalhista, o direito à livre organização e alteração na estrutura fundiária, através de uma política de reforma agrária, bandeira que acabou congregando toda a heterogeneidade da classe (MEDEIROS, 1989). Ainda em 1954, em substituição a Divisão de Terras e Colonização (DIC), criado em 1938, foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), com a filosofia de ocupar os espaços vazios do território Nacional e fixar o homem na terra. É nesse período, que foram realizados assentamentos de colonos europeus e implantados Núcleos de Colonização, inclusive na Bahia⁶, passando depois a chamar-se Projetos Integrados de Colonização (GERMANI, 1993).

As desigualdades regionais se evidenciam, expondo a concentração da terra, do crescimento econômico, bem como da pobreza. Começa a ganhar corpo a idéia do planejamento regional e em 1956 é constituído pelo presidente Juscelino Kubitschek e coordenado pelo economista Celso Furtado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que elabora o documento “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, trabalho científico de diagnóstico e proposição para o desenvolvimento socioeconômico da região. Esse documento vai justificar a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, para planejar e administrar recursos de apoio à produção de alimentos na zona úmida do Nordeste, ao desenvolvimento no semi-árido de uma agricultura resistente aos efeitos da seca, a colonização do Maranhão e o desenvolvimento da irrigação no São Francisco. Mas encontra intensa resistência para o cumprimento de seus propósitos, das esferas do poder político oligárquico nordestino, bem como de outras estratégias governamentais com objetivos antagônicos, de incentivo a cultura da cana de açúcar, a pecuária e a fruticultura irrigada para exportação, que privilegiam

⁶ Projeto Integrado de Colonização, criado em 1954, no então município de Andaraí, hoje, município de Itaetê.

somente o produtor capitalizado, penalizando os trabalhadores rurais e os pequenos produtores, que continua sem alternativas que viabilizem sua produção.

Em 1961, no âmbito da Igreja Católica, nasceu o Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que implantou programas de alfabetização, apoiou a formação de associações, sindicatos e a criação das Ligas Camponesas. Elevou-se o grau de consciência política dos trabalhadores, as lutas se radicalizaram e as ocupações de terra começaram no Rio Grande do Sul, através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER). O Governo Federal, sob o comando do então presidente João Goulart, adotou algumas medidas em resposta à intensificação das mobilizações, cuidando, contudo, de manter certo controle: criação da Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA) e regulamentação da sindicalização rural, em 1962, ficando os sindicatos sob a tutela do Estado sem direito a greve, e o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, que estende aos trabalhadores rurais a legislação social que beneficiava os trabalhadores urbanos.

Em dezembro de 1963, foi fundada a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), reconhecida em janeiro de 1964, e em março aconteceu o golpe militar, que reprimiu fortemente o debate e os movimentos populares. Com o impacto da revolução Cubana, o Governo John F. Kennedy passou a ver a reforma agrária como instrumento eficaz para conter as tensões e o potencial revolucionário comunista na América Latina. É nesse contexto que se cria o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à SUPRA, ao mesmo tempo em que o Estatuto da Terra é promulgado, pelo novo governo militar, comandado pelo general Castello Branco. O Estatuto da Terra compunha-se de duas partes distintas, uma referente a reforma agrária e outra referente ao desenvolvimento da agricultura.

Nos anos que se seguem, a estrutura fundiária mantém-se intocada e intensifica-se o processo de modernização tecnológica da grande propriedade. Ainda em 1964, constituiu-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), articulando as atividades de assistência técnica, pesquisa agropecuária, seguro e aquisição de equipamentos e insumos, fornecidos por uma indústria nacional especializada em produzir para a agricultura. O latifundiário se organizou e se adaptou à nova conjuntura, motivando-se a essa modernização, apoiada pelo Estado, através de subsídios e incentivos, que iam da política de preços mínimos, créditos a juros baixos, ou até negativos, redução ou eliminação de impostos para a compra de máquinas, até pesquisas técnicas gratuitas. A renda da terra já se transformara em capital agrário e os meios

de produção que compunham o capital constante, construções, benfeitorias, equipamentos e insumos, passaram a prevalecer sobre o meio de produção terra, ao tempo em que se reduz a necessidade do capital variável, trabalho (eleva-se a composição orgânica do capital: capital constante/capital variável). Esse processo se dá, principalmente em São Paulo, seguidos do Rio Grande de Sul e Paraná (GORENDER *apud* STEDILE, 2002). Dessa forma, o Brasil viveu, até início dos anos 1970, uma fase de grande crescimento econômico, denominada de “milagre brasileiro”, quando se registrou o maior Produto Interno Bruto (PIB), mas, centenas de pequenas unidades produtivas desapareceram.

É nesse período, em 1970, que é criado o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como resultado da fusão do IBRA com o INDA que se revelou mais um instrumento para colonização, do que para uma reforma da estrutura fundiária do país. É instituído, também, o Programa de Integração Nacional (PIN), com o propósito de ocupar uma parte da Amazônia, ao longo da rodovia Transamazônica, através de projetos de colonização, para integrar “os homens sem terra do Nordeste com as terras sem homens da Amazônia”, conforme pronunciamento do então presidente da república, Emílio G. Médice. Em 1974 foi criada a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), encarregada dos projetos de irrigação e desenvolvimento do rio que deu prioridade ao desenvolvimento de destilarias do Proálcool, de usinas de açúcar e empreendimentos de fruticultura irrigada, especialmente a uva.

A ampliação da fronteira agrícola concentrou mais ainda a terra, por sua associação a outras formas de riqueza, tais como a exploração de madeira de lei, minérios, acesso ao crédito farto e barato e benefícios fiscais, atraindo grandes investidores e “grileiros”⁷. Incluiu-se nessa ordem do dia a política energética, como suporte à industrialização, demandando a construção de barragens para a produção de energia hidroelétrica (ALENCAR, 1983). Deslocam-se populações tradicionais ribeirinhas e implantam-se projetos de irrigação, os quais não beneficiam tais populações. Com a crise internacional do petróleo, passa a ser implementado o Pró-alcool, com incentivos ao setor canavieiro. O Estado impulsiona mais uma vez o “desenvolvimento” agrário capitalista, através de políticas agrícolas, consolidando a conjugação de interesses da indústria pesada de equipamentos e de insumos com os interesses do grande proprietário capitalista, que passa a fornecer matéria-prima para a indústria bem como alimentos para a mesa do consumidor.

⁷Grileiros são indivíduos que se apossam de terras públicas, através de escrituras falsas.

A idéia de que a estrutura agrária concentrada seria um obstáculo para a continuidade do crescimento econômico foi descartada e a reforma agrária mais uma vez adiada. A política deixou de ser uma necessidade do desenvolvimento capitalista e da burguesia industrial, agora também agrária, interessando apenas aos trabalhadores rurais. Agravam-se, dessa forma, os conflitos.

É neste contexto que é criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, por uma articulação de bispos que atuavam na Amazônia Legal ⁸, preocupados com o nível de violência que a região mostrava. Tendo o respaldo da CNBB, a CPT passou a apoiar os movimentos, estimulando a organização e denunciando a violência, contribuindo para a formação de uma consciência nacional sobre os problemas do campo (MEDEIROS, 1989; STEDILE, 2002).

No final da década de 1970, as organizações já tinham clareza que o governo militar não iria aplicar o Estatuto da Terra e deliberaram pelo estímulo às mobilizações e apoio a ocupação de terras. Surgiram os movimentos de pequenos produtores do Sul, submetidos à agroindústria (de soja, fumo, uva, suínos), criticando a política agrícola governamental; os posseiros se manifestaram principalmente no Norte e Nordeste, resistindo à ação das grandes empresas agropecuárias; os seringueiros se organizaram, vendo ameaçada a sua reprodução econômico-social, com a substituição dos seringais nativos por pastagens, financiadas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); os atingidos pela construção de barragens passam a realizar acampamentos, com apoio do Movimento Justiça e Terra, organização criada na luta de resistência às obras da barragem de Itaipu, no Paraná (GERMANI, 2003).

Ressurge fortemente o debate da questão agrária. A Igreja, em 1980, produz e divulga o documento “A igreja e os problemas da terra”, onde analisa, com detalhes, a natureza do capitalismo no campo, a exploração, a especulação, a concentração da terra e dos meios de produção, defendendo a necessidade da reforma agrária, a partir do princípio bíblico de que “a terra é para todos” (MEDEIROS, 1989, STEDILE, 2002). Em paralelo, nas áreas urbanas, aconteciam as greves do operariado, seguidas da luta pela anistia, da emergência de novos partidos, da campanha pelas eleições diretas: a demanda por democracia.

⁸ Lei nº 1.806, de 06.01.1953, art.2º - a Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico contém os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

É o momento da abertura política que resulta no fim do regime militar. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que já vinha se estruturando, desde o final dos anos 1970, se consolida como entidade autônoma, em 1984, sob três aspectos: o sócio-econômico, resultante da rápida modernização da agricultura que expropria e concentra a terra; o ideológico pastoral e ecumênico, das igrejas católica e luterana; o político do momento, pela democratização, contando com a solidariedade de toda a sociedade que lutou contra a ditadura militar (STÉDILE, 1999). Em resposta ao intenso debate, criou-se o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária (MIRAD), em 1985. A oligarquia rural reage e cria a União Democrática Ruralista (UDR), que passou a investir em campanhas para eleger deputados e senadores, divulgando a imagem moderna da grande propriedade.

O primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) foi elaborado (1985) sob a coordenação de José Gomes, histórico defensor desta política, e definiu como meta o assentamento de 1,4 milhão de famílias em cinco anos, mais educação, saúde, moradia, justiça e previdência social. Logo em seguida, em 1986, foi criado um Programa de crédito específico para assentados de reforma agrária (PROCERA), tendo como gestores financeiros os Bancos do Brasil, do Nordeste e da Amazônia que previa a aprovação dos projetos de financiamento por comissões estaduais, formadas por representantes dos assentados, dos movimentos sociais e do governo. Uma grande reação acompanhou todo o processo de elaboração até a sua apresentação no IV Congresso da CONTAG, em maio de 1985. Associaram-se no combate a proposta, latifundiários, grileiros, empresários agrícolas, fazendeiros. Registram-se, também, as manifestações de apoio: “Se não tirarmos do latifúndio aqueles que nem o fecundam, nem saem de cima – o melhor que podemos fazer é mergulhar, de maneira definitiva, naquela ‘austera, apagada e vil tristeza’ de que falava o poeta Camões” (Antonio Callado *in* SILVA, 1987, 112.).

As dificuldades para a efetivação do I PNRA eram de toda ordem: começando pela reação de forças políticas ante reformistas, seguida da sistemática falta de informações atualizadas em relação à evolução da estrutura fundiária, da estrutura funcional no campo, bem como das dificuldades de ordem jurídico-legal, administrativa e institucional. A reforma agrária não encontrava então, com uma boa perspectiva na estrutura do poder e José Gomes, então presidente do INCRA, testemunhou a desfiguração do Plano pela pressão dos latifundiários paulistas, com a condescendência do presidente José Sarney (1985-1989). De uma meta de 1,4 milhões chegou-se a pouco mais de 80 mil famílias assentadas. A partir dos

debates realizados nos Congressos Nacionais, convocados pelo MST (janeiro de 1985) e CONTAG (maio de 1985), com grande repercussão política, os trabalhadores rurais tomaram consciência de que a correlação de forças, nos poderes da Nova República, não era favorável para a realização da reforma agrária.

Em 1987, o INCRA é extinto, e, a seguir, é promulgada a Constituição de 1988, que impõe muitos limites para a desapropriação, exigindo leis regulamentadoras, algumas até hoje tramitando no Congresso.

Se a lei pode ser entendida como a cristalização de relações de força e se constitui como um campo de disputas, não menos importante é o aparato institucional em que essas relações se materializam (MEDEIROS, 1994, p. 18).

A bancada ruralista conseguiu incluir no texto da Constituição a concepção de latifúndio “produtivo” e “improdutivo”, para limitar a desapropriação a terras consideradas improdutivas. Dessa forma retirou a força de outros artigos que subordinavam e condicionavam a propriedade à sua função social, estabelecendo um novo ordenamento legal que representava um retrocesso em relação à legislação anterior e ao Estatuto da Terra - reforma agrária adiada.

A violência no campo se institucionaliza com a criação de grupos paramilitares em diversos Estados, a partir do recrutamento de pistoleiros, dentro dos próprios quadros das polícias estaduais. Substituindo a matança indiscriminada de trabalhadores nos anos setenta até meados de oitenta, a violência recai, a partir de então, sobre os dirigentes sindicais, religiosos, advogados trabalhistas e lideranças que apóiam os trabalhadores rurais (SILVA, *apud* STÉDILE, 2002).

Os trabalhadores rurais deliberaram, então, como estratégia de luta, promover os acampamentos e ocupações, que se constituíram em fatos políticos importantes e passaram a dar maior visibilidade à luta pela terra (MEDEIROS, 1989). Até os dias de hoje, acampamentos e ocupações atuam como pressão constante junto ao Governo como a principal estratégia para a territorialização da luta pela terra.

Com esta forte pressão social, que acompanhou a redemocratização do Brasil, o processo de intervenção, por meio da desapropriação, foi intensificado, sem, contudo, produzir os efeitos desejados, devido às dificuldades legais geradas pela Constituição de 1988. Em 1989, o MIRAD é extinto e o INCRA é restabelecido, mas, com o Governo Collor (1990 a 1992), a Instituição entra em inércia para as ações de desapropriação e somente a partir de 1993, já no Governo Itamar Franco, com a edição de Leis que regulamentaram

dispositivos da Constituição referentes à reforma agrária⁹, o INCRA toma novo impulso, acelerando o processo de desapropriação de áreas e assentando grande número de famílias. Também apenas em 1993 o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), criado desde 1985, passou a cumprir suas finalidades, com a destinação de dez por cento dos recursos dos Fundos Constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste e com o aumento da dotação no Orçamento Geral da União.

Entretanto, os acampamentos continuam se multiplicando, pois as oligarquias rurais continuam mostrando o seu poder em uma nova fase de “desenvolvimento” no campo, apoiadas mais uma vez pelo Estado: o agronegócio. Segundo FERNANDES (2005b), o agronegócio é um novo tipo de latifúndio, ainda mais amplo, que não apenas concentra e domina a terra, mas, também, a tecnologia de produção e as políticas públicas, vendendo a idéia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível. Esta construção ideológica vem provocando a intensificação da resistência, que resultou na consolidação da Via Campesina, em meados da década de 1990, uma articulação mundial de movimentos camponeses contra o modelo do agronegócio. No Brasil, a Via Campesina é composta pelo MST, pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

A intensificação da territorialização de luta pela terra através da estratégia de ocupações massivas e acampamentos foi acompanhada da reação da classe dominante agrária, que culminou no massacre de Corumbiara, em Rondônia (agosto/1995)¹⁰ e no massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará (abril/1996)¹¹. Doze dias depois, o governo cria o Gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), que passou a abrigar o INCRA, permanecendo um ano sem nenhuma estrutura operacional, quando passou a se chamar Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), incorporando no seu bojo o atendimento à agricultura familiar. O fato é que os conflitos e a grande tensão na questão agrária levaram o

⁹ Até 1992, a ausência de regulamentação dos dispositivos constitucionais pertinentes à reforma agrária, impediu a União de desapropriar imóveis rurais, conforme entendimentos do Poder Judiciário. Em 1993, o procedimento da desapropriação por interesse social foi regulamentado e disciplinado pela Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e a Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, dispôs sobre o procedimento contraditório especial, do rito sumário, permitindo-se, em 48 horas, a imissão na posse do imóvel expropriado, acelerando-se o processo judicial (Relatório INCRA 1985-1994, p 20).

¹⁰ A ocupação da Fazenda Santa Eliana, no município de Corumbiara, foi um dos 440 conflitos por terra que ocorreram no Brasil, em 1995, e um dos 15 que aconteceram em Rondônia naquele ano (dados da Comissão Pastoral da Terra). Morreram onze pessoas e cinquenta e cinco posseiros foram gravemente feridos.

¹¹ Dezenove trabalhadores rurais foram mortos pela Polícia Militar em confronto com 1.500 sem-terra que estavam acampados na região e decidiram fazer uma marcha em protesto contra a demora da desapropriação de terras, obstruindo a Rodovia PA-150, que liga Belém ao Sul do Pará.

Governo a lançar algumas proposições, como respostas às reivindicações dos movimentos sociais, pelos fatos políticos gerados.

Nesse contexto foi criado, em finais de 1995, o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), dirigido a todos os agricultores familiares que tenham 80% de sua renda proveniente do trabalho na propriedade rural, que tenham no máximo dois empregados e que possuam até quatro módulos fiscais de área. O Programa recebe recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para investimento, e, para custeio, adicionam-se recursos do Tesouro Nacional e dos Fundos Constitucionais. Em seguida passa a ser discutido o Projeto Lumiar de Assistência Técnica aos Assentamentos (1996/1997), proposta descentralizada, com repasse de recursos do governo federal para cooperativas de técnicos indicadas pelos assentados. Unia extensão e capacitação, para técnicos e assentados, através de convênio INCRA/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e INCRA/Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a agricultura (FAO), tendo como elemento diferenciador o reconhecimento e a legitimação das organizações dos trabalhadores, como co-partícipes da política pública.

Marcando um ano do massacre de Eldorado dos Carajás, em abril de 1997, o MST promove a primeira grande Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, quando trabalhadores rurais de diversas procedências que partiram inicialmente de São Paulo, Governador Valadares e Cuiabá, chegaram a Brasília, após marcharem durante dois meses ininterruptos, dialogando com a sociedade, mostrando por onde passavam, a demanda por terra. Em audiência com o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), mostraram, juntamente com diversas representações de outros setores sociais, a insatisfação com a política neoliberal (STEDILE, 1999 e SAUER, 2006). A tensão na questão agrária brasileira ganha ainda mais visibilidade, inclusive internacional, e fica também aparente que, no território da política, os trabalhadores têm poder de resistência e de enfrentamento. Porém, se no território da política os trabalhadores rurais estavam demonstrando tanto poder, no território da economia podiam ser enfraquecidos (FERNANDES, 2003).

2.1.1 O “NOVO MUNDO RURAL” E A “REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO” DO BANCO MUNDIAL

Separar el trabajo de las otras actividades de la vida y someterlo a las leyes del mercado equivaldría a aniquilar todas las formas orgánicas de la existencia y a reemplazarlas por un tipo de organización diferente, atomizada e individual (POLANY, 1989, p.267).

O projeto neoliberal é então reciclado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), como uma “nova” proposta desenvolvimentista. Para estarem em consonância com essa proposta, os camponeses deveriam buscar maior “eficiência econômica”, através de sua integração ao agronegócio. Para o sucesso desta nova estratégia, o governo admitia ser essencial o investimento em educação e capacitação profissional dos agricultores. Entretanto, dessa vez, o Estado não subsidiou nenhum investimento em uma política alternativa de pesquisa e extensão, diferente do padrão tecnológico da revolução verde, com uma maior coerência com a realidade da agricultura camponesa. Dessa forma, essa ideologia, que no Brasil, passou a ser disseminada e implantada, a partir de 1999, através da política agrária divulgada como “Novo Mundo Rural”¹², exclui a maioria dos agricultores familiares brasileiros, considerando que não possuem terra, capital ou qualificação suficiente para acompanhar tal processo. Sendo uma política seletiva, uma vez que distingue os agricultores que devem ser alvo de uma política agrícola ativa dos que devem ser alvo de políticas sociais compensatórias. Assim, 2,3 milhões de estabelecimentos familiares são excluídos do âmbito da política agrícola, por serem classificados como inviáveis economicamente (ALENTEJANO, 2000).

Como o “Novo Mundo Rural” converteu os assentados em agricultores familiares, unificaram-se as políticas de crédito e assistência técnica “para maior eficácia da alocação dos recursos públicos escassos” e passou-se à “estadualização” dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades, inerentes à União, para o “mercado de terras”. O propósito claro era substituir a desapropriação por interesse social pela compra de terras, realizada sob o domínio do mercado e com financiamento do Banco Mundial (BM). Essa política compõe um pacote mais amplo de ações estratégicas de um “novo pacto desenvolvimentista” do BIRD, que inclui a “reforma do Estado”, o avanço da “liberalização dos mercados de trabalho, terra e crédito” e o “combate a pobreza” (PEREIRA *apud* SAUER, 2006).

¹² Em março de 1999 o Governo Federal lançou o documento intitulado “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural”, anunciando uma nova etapa no desenvolvimento rural brasileiro.

Nesse novo pacto de desenvolvimento, identificam-se algumas novidades, referentes às estratégias da política de combate a pobreza, sendo, contudo, iguais em todo o mundo, desconsiderando-se as especificidades dos contextos históricos e da dinâmica social. A principal estratégia, que orienta as demais, é a estratificação dos pobres, classificando-os estatisticamente, para focalização das políticas e logicamente dos recursos disponíveis, sob o argumento de que “seriam mais bem utilizados se focalizados nos mais pobres”, tendo como base uma linha de pobreza traduzida em um valor monetário. Desta forma, os que se situam acima dessa linha são considerados “não-pobres” e deixam de ser “foco” dos programas sociais.

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva e social. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As micro-soluções “ad hoc” substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado do minimalismo no social para enfrentar a globalização no econômico. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza, cada um que cuide do seu como puder. De preferência com um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social. (SOARES, 2006, p.3).

Essa estratificação segue ainda com a subdivisão dos pobres em: extremamente pobres, que serão atendidos por serviços provenientes do Estado, complementados por apelos a solidariedade e filantropia de “parceiros”, que atendam a “mínimos sociais”; e pobres que “podem” inserir-se no mercado, “ajudados” por uma política de micro finanças a uma taxa de juros determinada pelo próprio mercado. A essa estratificação, cruza-se outras variáveis tais como idade, gênero e etnias.

Categorias como classe social, trabalho, exploração, contradição, reprodução da força de trabalho, desigualdade e propriedade privada dos meios de produção, desaparecem como chave de compreensão dos processos que levam à pobreza, deixando incólume a engrenagem geradora. E sobre esse esquecimento, vai sendo moldada uma percepção social da questão, na qual o sujeito vai se transformando em objeto para ações políticas orientadas para a gestão (KRAYCHETE, 2005, p. 206).

Outra novidade é a escolha da “sociedade”, através das Organizações Não Governamentais, como “ator preferencial” no combate à pobreza. Assume-se, por definição e sem contestação, que a “sociedade civil” cuida melhor dos problemas sociais do que o Estado. Na maioria dos casos essas instituições são contratadas diretamente pelos governos para a execução dos programas sociais, assumindo, assim, não um caráter “complementar”, mas “substitutivo” ao Estado. Associada a essa estratégia, pretende-se configurar ambientes de participação, interação e cooperação entre empresas, organizações sociais, e o Estado, reduzindo custos de informação para implantação de projetos, maior controle na aplicação de recursos e redução de riscos. A configuração desse ambiente, naturalmente, pressupõe a existência de uma sociedade civil e um Estado em consenso, sem nenhuma referência “aos

contraditórios interesses econômicos, políticos, sociais e ideológicos, e à luta desses interesses, no interior dessa mesma Sociedade, que estão representados no interior desse mesmo Estado” (SOARES, 2006, p. 7).

A política agrária do Banco Mundial (BM) está subordinada à liberalização das economias nacionais, que aprofunda a mercantilização da vida social, bem como a estratégia de substituição do papel de responsabilidade social e universal do Estado, por políticas focalizadas de “alívio da pobreza”, que não alteram as bases da reprodução da desigualdade. Entre as linhas de ação da política agrária do BM se destacam: o estímulo a relações de arrendamento de terra, que viabilizam a redução de custo de produção das empresas agroindustriais; o estímulo à compra e venda, com a instituição da reforma agrária de mercado; a titulação privada, não importando se um povo considera o valor de uso da terra mais importante que o seu valor de troca.

Desse modo, os projetos do Banco Mundial se contrapõem às lutas históricas dos movimentos sociais, que resistem ocupando áreas improdutivas, concentrando suas ações em territórios do latifúndio, reterritorializando-se a partir da desapropriação e alterando a correlação de forças em determinados municípios.

O governo do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, implantou a “reforma agrária de mercado” no Brasil, sob as mesmas justificativas do Banco Mundial, em três argumentações: inadequação do instrumento da desapropriação por estar vinculado a um “modelo” de ação fundiária centralizador, arbitrário, lento e propenso a corrupção; indisponibilidade orçamentária da União para as indenizações arbitradas pelo judiciário; por último, a necessidade de que as ações do governo deixassem de estar a “reboque” dos movimentos sociais, resultante da pressão provocada pelas ocupações de terra. Com base nesses argumentos, o modelo de reforma agrária de mercado passou a ser implementado a princípio com a denominação de Reforma Agrária Solidária (1997-1998), seguido de Cédula da Terra (1998-2002), Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (SAUER, 2006).

No plano internacional, a experiência brasileira nos diversos programas de “reforma agrária de mercado” é divulgada como a mais exitosa, tendo contado com um grande volume de recursos do Banco Mundial. Entretanto, as pesquisas oficiais de avaliação dos programas, financiadas pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), são pouco divulgadas e as pesquisas empíricas sobre o Programa Cédula da Terra mostram que os resultados estão muito aquém do grande volume de recursos gastos, onde o processo de

assentamento é muito mais caro do que pela via da desapropriação (SILVA, 2007). Os assentamentos dispersos, parcelas menores que o módulo fiscal, terras de baixa qualidade, dificuldade de manutenção de dispendiosas estruturas de apoio, o endividamento antecipado dos assentados e dificuldade na socialização das famílias que, na maioria das vezes, não vêm de um mesmo percurso, são alguns fatores observados.

O fato é que esses programas contam com o apoio do setor privado e de entidades de representação patronal, a exemplo da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), pois, “trata-se de um instrumento que não só remunera o proprietário de terras à vista, a preço de mercado, como compete com a mobilização popular por reforma agrária” (SAUER, 2006, p. 202). Esse apoio é coerente com a finalidade de manutenção da estrutura concentrada da terra e de poder da oligarquia rural, que se mantém inalterado com essa política.

Sob a pressão de diversas representações da sociedade nacional e internacional, devido à repercussão da tensão na questão agrária brasileira, o governo Fernando Henrique Cardoso passou a propagar a sua política agrária como a maior reforma agrária de todos os tempos. Paralelamente, se destacavam na mídia, com grande repercussão, as ações dos movimentos sociais como criminosas. A questão social passou a ser tratada como caso de polícia. Entretanto, não se divulgavam os dados do Censo Agropecuário brasileiro de 1995/1996 que mostravam que, em dez anos, houve queda de cinco milhões de postos de trabalho na agricultura, sendo dois milhões no último ano do período. O emprego não agrícola no meio rural cresceu sem, entretanto, absorver o trabalhador rural expropriado. Daí a continuidade dos conflitos no campo brasileiro, que convida os expropriados do campo e excluídos da cidade a se organizarem, reagirem e resistirem nas ocupações, principal estratégia nacional das organizações da luta pela terra, repercutindo como fatos políticos.

Como suporte à ação governamental, já no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, foram instituídas as medidas repressivas decorrentes da portaria MDA nº 62 de 27/03/2001, a qual exclui assentados da Reforma Agrária devido “a atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”. Os movimentos sociais passam a ocupar áreas públicas e as rodovias no entorno dos latifúndios. As ocupações crescentes e os conflitos se tornam uma contradição à divulgação de realização da “maior reforma agrária de todos os tempos”.

2.1.2 RECRUDESCIMENTOS E CONQUISTAS DA REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO LULA

Em 2003 é eleito o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um governo popular. São anunciadas as novas diretrizes que substituem o “novo mundo rural” do governo anterior por “vida digna no campo”. Deveriam ser identificadas áreas que reunissem as condições necessárias para atender aos objetivos propostos nos Termos de Referência, que apresenta o conceito de “áreas reformadas” como unidade de referência da Reforma Agrária. Essa diretriz, segundo o documento Termos de Referência (março, 2003) produzido pela Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário do INCRA, busca um suporte na dimensão territorial, seja o município, microrregião ou micro bacia hidrográfica, onde deverão ser centradas as ações do Estado. Estas ações deveriam possibilitar a efetivação da desconcentração da terra, geração de emprego, estímulo à produção para o mercado interno e promoção da soberania alimentar, assegurando às famílias assentadas Unidades Territoriais com condições para garantir de forma sustentável a produção, a circulação e o consumo.

Foi constituída uma equipe composta por 40 técnicos do MDA, coordenada por Plínio Arruda Sampaio, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), para elaboração de proposta para II PNRA. Nesse documento propõe-se o assentamento de um milhão de famílias em quatro anos de governo e mais outras metas complementares de qualificação dos assentamentos. A proposta, entretanto, não foi acatada no que diz respeito a meta de assentamento e, assim como o primeiro, elaborado em 1985, foi alterado o suficiente para atender às pressões da anti-reforma.

O II PNRA – 2003/2006 é aprovado, trazendo como metas: o assentamento de 400 mil famílias; a regularização de 500 mil posses; o reconhecimento, demarcação e titulação de áreas de comunidades quilombolas; o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas. Prevê também a recuperação da capacidade produtiva dos assentamentos já criados; a criação de dois mil postos de trabalho nas áreas reformadas. Para isso, inclui assistência técnica, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas, além da garantia ao direito à educação, à cultura e à seguridade social. Inclui, também, a reestruturação do INCRA e propostas de Emenda Constitucional, que prevê a expropriação, para fim de Reforma Agrária, das propriedades em que foi comprovada a utilização de trabalho escravo, bem como, as propriedades com plantação de psicotrópicos.

Vale ressaltar que o II PNRA contemplou a manutenção do crédito fundiário para atender 130 mil famílias.

Ainda em 2003 as Áreas Reformadas são sobredeterminadas por Territórios Rurais em nova política do MDA – Desenvolvimento Territorial – que mais uma vez reúne as diversas categorias de trabalhadores rurais. Em 2004, mesmo as metas do II PNRA, aprovado, “não saem do papel”. Isto, principalmente, em relação às desapropriações, à alocação e liberação dos créditos, sempre tardia, à universalização da assistência técnica, à reestruturação e recomposição da força de trabalho do INCRA, via concurso público, e à capacitação dos servidores. Alia-se a esses condicionantes, a permanência das medidas repressivas e a falta de avanço na perspectiva de alteração do índice de produtividade para efeito de desapropriação, que, apesar da Constituição Federal determinar que a cada dez anos esses índices sejam atualizados, a última modificação foi em 1976.

Estamos vivendo um momento novo carregado de esperança. Conseguimos conquistar o governo, mas não o poder. O atual governo é intensamente disputado... A Reforma agrária não pode estar ligada só com a produtividade, mas entender a terra como lugar de vida, com a manutenção e recriação de espaços de vida na terra (CPT, 2004a).

A reforma agrária não pode estar ligada só à produtividade, mas existe um “equivoco teórico e político que levou o atual governo a encarar a expansão do agronegócio como desenvolvimento rural” (ABRA, 2006, p.12). Esse equivoco alimenta o poder das forças de oposição à política, que se faz representar no Congresso Nacional, tornando cada vez mais desvantajosa a correlação de forças para os que lutam pela Reforma Agrária.

O ano de 2005 testemunhou conflitos e violências de grande repercussão, a exemplo do assassinato da Irmã Dorothy Stang, além da morte de outras 15 pessoas no Estado do Pará. Os registros da CPT denunciam em todo o Brasil esse ano, 36 assassinatos de trabalhadores ou de pessoas que apóiam a luta pela terra e 170 que vivem sob ameaça de morte. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, CPMI da Terra¹³, rejeitou o relatório final apresentado pelo relator, Deputado João Alfredo, que denunciava a falta da Reforma Agrária como responsável pela violência no campo e aprovou relatório apresentado pelo Deputado Abelardo Lupion, que qualificou as ocupações de terra como crime hediondo e ato terrorista, apresentando “as

¹³ Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, instalada no início de 2004, com o objetivo de realizar “amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores, assim como os movimentos de proprietários de terras”, investigando as causas da violência e dos conflitos no campo para identificar os problemas e caminhos para sua solução. (Terra de Direitos, 2005).

vítimas da violência no campo, como responsáveis pela mesma”, acusando ainda os movimentos sociais de malversação dos recursos públicos.

Enquanto a nação está estarecida diante da corrupção que desvia bilhões de reais em favor da elite econômica, os deputados que aprovaram o relatório se escandalizam diante das possíveis falhas administrativas das migalhas destinadas aos projetos do campo. A eles se aplica a afirmação de Jesus que disse aos fariseus: ‘Guias cegos, vocês coam o mosquito e engolem o camelo (CPT, 2005).

Essa correlação de forças, desfavorável para a Reforma Agrária no Congresso e demais esferas de poder, explica a evolução dos conflitos no campo. De 1985 a 2006, a CPT registrou 1.104 ocorrências de conflitos com assassinato. Nestes conflitos morreram 1.464 trabalhadores. Destas ocorrências somente 85 foram levadas a julgamento (CPT, 2007).

Na Tabela 1, podemos observar a evolução dos conflitos no período 1997 a 2006. Os conflitos de terras evoluem num crescente, bem como os conflitos trabalhistas, incluindo as ocorrências de trabalho escravo, para atender a expansão do agronegócio brasileiro, apesar das denúncias sistemáticas documentadas pela CPT.

Tabela 1
Brasil, Comparação dos Conflitos no Campo, 1997-2006.

Conflitos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Conflitos por terra										
Conflitos	195	152	277	174	366	495	659	752	777	761
Ocupações	463	599	593	390	194	184	391	496	437	384
Acampamentos					65	64	285	150	90	67
Assassinatos	29	38	27	20	29	43	71	37	38	35
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	17	14	16	21	45	147	238	236	276	262
Assassinatos				1				2		3
Superexploração e Desrespeito										
Trabalhista	49	56	28	33	25	22	97	107	178	136
Assassinatos	1	5					2			1

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT. Site <http://www.cptnac.com.br>, acessado em outubro/2007.

Elaboração: Maria Jocélia S. Muritiba

Contraditoriamente, o setor do agronegócio tem sido socorrido pelo governo ao longo dos últimos anos, com créditos fartos e baratos para continuar atendendo a “necessária modernização”. Os gastos do governo para refinarçar a dívida contraída pelo setor, entre 2000 e 2006, representaram 43% de todo o recurso desembolsado com a agricultura. O

governo tem gasto mais com a renegociação da dívida do agronegócio, do que com subsídios da taxa de juros do crédito para a agricultura familiar, PRONAF. O pesquisador Gervásio Castro Resende, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entidade ligada ao Ministério do Planejamento, em matéria publicada na revista *Globo Rural*, de maio de 2007, sugere que o recurso gasto para socorrer os produtores de soja, renegociando suas dívidas, poderia ser investido em infra-estrutura, como estradas, ferrovias e portos para escoamento da produção, beneficiando toda a sociedade. Afirma ainda que “faz mais sentido o governo estimular o mercado de capitais, ou seja, criar formas para que o empresário rural se financie diretamente no mercado” (RESENDE *in* KASSAI, 2007, p.34).

Os estudos realizados conferem à burguesia agrária – na qual estão compreendidos os pecuaristas, agro-industriais, produtores de grãos, empresários, banqueiros-proprietários e latifundiários – uma posição de domínio, nas esferas econômica, social e política, estando sempre associada à utilização da “violência como uma tecnologia de poder” (BRUMER e SANTOS, 2000, p.47). Mostram, também, a grande adaptabilidade às mudanças, dividindo o mérito dessa adaptabilidade com o Estado, pelo forte apoio das políticas agrícolas. A modernização justificou a implantação de grandes projetos como o Pro-alcool, produção de papel e celulose e hidroelétricas, expulsando do campo milhões de famílias de trabalhadores rurais e desestruturando espaços sócio-econômicos-culturais de populações tradicionais, gerando um grande impacto também na dimensão ambiental.

Os trabalhadores rurais têm se manifestado, ao longo dos anos, através de dezenas de grupos sociais, chegando aos diversos movimentos sociais de luta pela terra. Têm a reforma agrária como principal bandeira, e como principais estratégias, as ocupações e acampamentos. A burguesia agrária se mobiliza e se organiza em torno da União Democrática Ruralista (UDR), para manutenção do seu domínio, que tem se manifestado através da assembléia constituinte, nas políticas agrícolas, no poder judiciário e outras esferas, os quais têm como bandeira histórica a defesa do direito da propriedade privada e mais recentemente, a bandeira da produtividade, “imagem cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra” (FERNANDES, 2005c, p.38). Suas estratégias de luta são a própria modernização e mais “a troca de votos por concessões políticas” (BRUMER e SANTOS, 2000, p.47) e as diversas formas de violência.

Existem no Congresso Nacional onze projetos relacionados à questão do trabalho escravo em propriedades rurais, dentre eles a PEC 438/2001 (Proposta de Emenda Constitucional), que prevê a expropriação da propriedade. Porém, pesquisa realizada pelo

Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), mostra o crescimento em 58%, da bancada ruralista na atual legislatura da Câmara dos Deputados, segundo mandato do Governo Lula, se constituindo em poderosa articulação contrária a aprovação desses projetos. Dos 116 integrantes da bancada ruralista, 59%, que corresponde a 68 parlamentares, são de partidos da base aliada ao governo (Folha de São Paulo, 2007).

O MPA, MST, MAB, MMC, CPT e ABRA emitiram o texto “Balanço das medidas do Governo Lula (2002-2006) em Relação à Agricultura Camponesa e Reforma Agrária no Brasil”, divulgado no Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2007), onde são discorridas 39 medidas do primeiro mandato, dentre as quais apenas 10 favoráveis a agricultura camponesa e reforma agrária. Dessas, destaca-se o Programa “Luz para Todos”, cuja finalidade é levar energia elétrica de forma subsidiada, a ampliação dos recursos para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a implantação do programa do biodiesel que prevê adicionar 2% de óleo de origem vegetal ao óleo diesel com participação da agricultura camponesa, o aumento do volume de crédito rural disponibilizado aos pequenos agricultores por meio do PRONAF e a ampliação dos recursos para assistência técnica nos assentamentos. Entretanto, essas três últimas, interrelacionadas pela complementaridade, não têm se efetivado, pois, a assistência técnica ainda não é universal e nem pública, uma vez que prioriza convênios com entidades em vez de fortalecer e democratizar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública. Além disso, os recursos descontinuados ocasionam a interrupção constante da prestação dos serviços.

Dentre as 29 medidas consideradas como derrotas para os camponeses, destacam-se a manutenção de subsídio e estímulo ao agronegócio exportador (Lei Kandir, que isenta de ICMS todos os produtos e serviços destinados a exportação); o apoio de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDS) para a instalação de fábricas de celulose e plantações industriais homogêneas de eucaliptos e pinus, que implicaram na destruição de Mata Atlântica no sul da Bahia, norte do Espírito Santo e na destruição do Bioma do Pampa, no sul; a iniciativa governamental de propor lei que permite o arrendamento de florestas nacionais, em áreas públicas, para exploração por empresas madeireiras; manutenção da política orientada pelo Banco Mundial — programas Banco da Terra ou Crédito Fundiário, fundamento da chamada “reforma agrária de mercado”; não mobilização da base parlamentar do governo para aprovar a lei que expropria as fazendas que usam trabalho escravo; não atualização dos índices utilizados para avaliar a produtividade das propriedades para efeito de desapropriação.

Lula marcaria a sua posição se dissesse: “Eu vim em nome da classe trabalhadora, eu vim em nome dos movimentos sociais e populares, e é com eles, e para eles, que eu vou governar” [...] Ele acha que é possível governar concedendo um pouco para cada uma das classes sociais, sem definir, portanto, o seu próprio perfil (CHAUÍ, 2005).

O perfil do governo Lula é definido quando concede tanto para a classe agrária dominante e tão pouco para a classe camponesa. As concessões são traduzidas nas políticas agrícolas voltadas para o grande capital, que dão suporte a um modelo de desenvolvimento que mais uma vez se transmuta para concentrar a terra e a renda e o poder. E como se posicionam os Movimentos Sociais nesse contexto? Pacientemente e solidariamente, esperaram o “companheiro Lula” arrumar a casa, compor com a base aliada, em nome da estabilidade.

Existia uma perspectiva muito grande no governo Lula. Houve um processo de acomodação. E tem a questão também da política... você não pode bater porque é o governo Lula... então de certa forma, o governo Lula acabou retraindo... houve uma retração - das ações dos Movimentos (Entrevista 4, MST, dezembro 2007).

Antes, oposição; agora, o Movimento é extensão do Governo, uma vez que muitos militantes passaram a “ocupar espaços” governamentais, assumindo cargos e funções. Esse fato não agrega consenso e tem levado os Movimentos a uma reflexão, em busca de uma maior clareza do seu papel no atual governo. A confiança na mobilização social como principal estratégia de luta e conquista, divide espaço com a perspectiva da projeção política e acesso a privilégios, de informação e formação, resultando em entendimentos divergentes, como demonstram algumas avaliações, de lideranças do MST na Bahia.

Acho importante a nossa participação na política, mas não na política partidária. Acho que o Movimento é o Movimento e ele tem que caminhar e fazer o que sempre fez. Deve pressionar os políticos para que eles cumpram as promessas. Participar diretamente, entrar... Acho que isso vai trazer o fim... Porque por mais que seja independente, acaba inibindo as ações de Movimento... fragiliza... tem momentos que você tem que ir pra briga... forte e aí, acaba pesando ... (Entrevista 5, MST, dezembro 2007).

A orientação geral é acumular forças e ocupar espaços, já que nosso objetivo é a transformação da sociedade. Precisamos somente saber bem o que se quer e entender que nessa ocupação de espaço algumas ações são meios e não fim, a exemplo da disputa eleitoral. Estamos buscando essa clareza, porque muitas vezes ocorrem equívocos. Tem que ter a clareza de saber o que se quer e que esse momento (de ocupação de cargos) é transitório. A vantagem é que são espaços privilegiados de informação, com oportunidade de reforçar as conquistas pra os PA, se adquire experiência em gestão para o quadro do Movimento, além de ser um espaço de articulação com os outros movimentos. A desvantagem é a perda do quadro e as especulações, dúvidas relacionadas ao papel por ser uma experiência nova (Entrevista 6, MST, dezembro 2007).

O espaço de representação, o Parlamento, é limitante. O Movimento continua acreditando na luta de massas, apesar de muitos acharem que é possível fazer a luta dentro do Estado... Então, é preciso pensar novas estratégias de luta, de organização... Todas as conquistas foram regadas com luta e organização. Muitos preferem negar essa história. Mas as grandes conquistas que o povo brasileiro teve

resultaram dos momentos de reascenso dos movimentos de massa em que a população tenciona e exige a redefinição das políticas... No entanto o Estado é um espaço de disputa, de contradições e as pessoas que vão para o Estado têm um papel importante nesse processo, de discutir essas contradições... No entanto não podemos ter ilusões, não será o Estado burguês o protagonista nesse processo de mudança (Entrevista 4, MST, dezembro 2007).

As lideranças reconhecem a desaceleração da política de reforma agrária e não mais acreditam em sua efetivação pelo governo Lula. Reconhecem, também, que o momento é de dificuldade, pela desfavorável correlação de forças, em decorrência do paradoxo inerente ao modelo de desenvolvimento em curso. O enfrentamento, então, se dá em diversas instâncias, demandando uma reinvenção das estratégias.

O governo esta findando e não houve avanços no plano da reforma agrária... o governo optou por políticas compensatórias e não avançou nas políticas estruturantes que são reforma agrária, educação publica, saúde, geração de trabalho e renda. As reformas previdenciárias, universitária, esta fragilizando as organizações dos trabalhadores e dos movimentos. Não tivemos conquistas no campo dos direitos. O governo Lula só esta administrando o modelo econômico neoliberal com mais competência, no sentido de que as políticas compensatórias apresenta de imediato reflexos de melhoria para os mais excluídos. Os trabalhadores é os que mais perderam... Sairão deste governo, desmobilizados, fracionados e sem organização política. (Entrevista 4, MST, dezembro 2007).

Não vejo perspectiva de avanço para a RA. A não ser que haja uma mobilização forte, ainda a ser construída (Entrevista 6, MST, dezembro 2007).

Lula não foi capaz de revogar a medida provisória que Fernando Henrique implantou que impede a ocupação dentro da área. Hoje não tem o confronto direto, e nós não estamos mais confrontando os fazendeiros de bota preta, estamos enfrentando o agronegócio, com o capital internacional. Mudou a correlação de forças. Mas continua as ocupações mas não se registra conflito. Outro nó é que o governo não tá dando prioridade a RA, está priorizando o agronegócio e o povo está desacreditado, porque fica muito tempo nos acampamentos... há um refluxo... é assim mesmo. Na luta de classes sempre teve essa característica, independente de quem esteja no governo. A outra questão é que tem que se ter uma certa cautela, porque se a gente bate demais no governo, agente só bate em um inimigo e o nosso maior inimigo hoje não é o governo, é o poder judiciário. Se matam um cara... leva até 4 anos pra ser condenado, é assim que funciona a justiça. Mas se eu ocupo um latifúndio hoje a meia noite, amanhã as 7h a justiça dá a reintegração de posse... a mesma justiça que é lenta, ela passa a ser ágil. O outro inimigo é o agronegócio... que estamos enfrentando com as grandes ocupações... essa é a outra diferença.... (Entrevista 4, Europa, fevereiro 2008).

Ainda vive-se uma democracia meramente representativa e se torna necessário uma sociedade cível cada vez mais forte para transformá-la, tornando-a efetivamente participativa. Uma sociedade civil forte não pode prescindir de autonomia e de liberdade, para apoiar e/ou criticar, sempre buscando o discernimento para equilibrar o interesse específico, que representa, com o interesse do conjunto da sociedade (GASPARETTO, 2002). Frei Betto lembra que “a maioria dos direitos civis conquistados não resulta do beneplácito do poder público e sim das lutas dos movimentos sociais...” (BETTO, 2006).

Confirmando os princípios da dialética, todo esse processo é movimentado por fortes pressões (modernização, concentração fundiária, expropriação, desterritorialização do trabalhador rural), que gera sempre uma tensão (reação, mobilização, identidade de classe, organização, luta, conflito), que certamente provoca uma distensão (conquistas, leis trabalhistas, colonização, reforma agrária, reterritorialização). É bom lembrar, entretanto, que a distensão é resultado de acordos e pactos negociados, mas não significa o fim da conflitualidade (FERNANDES, 2005c), que será sempre realimentada pelo desenvolvimento desigual, próprio do capitalismo, dando curso às transformações, se não as necessárias, pelo menos as inevitáveis, quando a própria ordem do capital é ameaçada.

2.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NA BAHIA

Fatores estruturais decorrentes da indução ao desenvolvimento, ancorado nas economias de escala e de aglomeração nos municípios de maior vantagem comparativa, aliado a fatores políticos, expressos pela força dos grandes capitais nas decisões do Estado e ao avanço da grande propriedade, principalmente por meio da grilagem, atualizam a questão agrária na Bahia. A situação é tensionada pelo equacionamento de questões agrícolas em distintos momentos e espaços. Desigualdades regionais intensas, com forte concentração da produção e da renda em poucos municípios baianos, crescente desemprego e conseqüente demanda por terra, aliam-se a esse contexto (INCRA, 2004).

A Bahia tem respondido com bom desempenho à opção nacional de incentivo às exportações, que beneficiou e capitalizou produtores nas esferas da silvicultura, celulose e papel, grãos e frutas. Estudos revelam uma significativa mudança no setor agropecuário baiano, a partir dos anos 1990, com um crescimento da produção agrícola acima da média nacional. Essa mudança foi provocada por massivo investimento tecnológico nas atividades voltadas ao mercado externo, localizadas, principalmente, nas regiões Oeste, Médio São Francisco e Extremo Sul do estado. Esse contexto explica a concentração de 40% do valor da produção total do estado em apenas 10% dos municípios (LEITE, 2007).

Na contra-hegemonia desse modelo de “desenvolvimento rural”, estudos realizados na Bahia, coordenados por Sergio Leite (2007), revelam a viabilidade da agricultura familiar baiana, analisando o perfil do setor rural em 1996, que ocupava posição estratégica na oferta de diversos alimentos. Os dados (Tabela 2) demonstram que a produção do sistema familiar garante trabalho para 84% das pessoas ocupadas em apenas 37,93% de área rural do estado,

gerando 39,84% do Valor Bruto da Produção (VBP). O setor não familiar, garante ocupação para apenas 14% das pessoas numa área rural de 61,57, respondendo por 59,22% do VBP. Os dados absolutos revelam ainda, no mesmo estudo, que a agricultura familiar garantia um valor da produção de R\$74,00/ha, maior do que o gerado pelo setor não familiar, de R\$67,75/ha (LEITE, 2007).

Tabela 2
Bahia, Perfil do Setor Rural segundo Categorias, 1996.

Categorias	Pessoal ocupado (%)	Área ocupada (%)	VPB (%)	VBP / ha (R\$)
Familiar	84,77	37,93	39,84	74,00
Não Familiar	14,08	61,57	59,22	67,75

Fonte: Relatório de pesquisa objeto de convênio entre SEPLAN/BA e equipe CPDA/UFRRJ-REDES (LEITE, 2007), com micro-dados da pesquisa FAO/INCRA (2000), com base no Censo Agropecuário do IBGE (1995/1996).

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

Entretanto, a opção do estado, na última década, pelo incentivo a pólos de crescimento agrícola, voltados para atividades de demanda do mercado externo, configurou um crescimento econômico concentrado espacialmente, com uso intenso e ampliado do fator terra e capital, acompanhado da liberação do fator trabalho. Aumentou-se o desemprego e a expropriação de trabalhadores rurais, que não raro têm suas terras, unidades de produção familiar, “engolidas” pelo agronegócio. Os trabalhadores rurais baianos, sentindo sua reprodução social ameaçada, entram num processo gradativo e crescente de organização, em busca de sua re-territorialização.

Sempre que uma estrutura econômica não permite que os interesses dos trabalhadores se conciliem com os do desenvolvimento, os movimentos sociais assumem a forma de processos revolucionários e pressionam no sentido de superação da estrutura (FURTADO, 1964, p.177).

Esse contexto explica o significativo número de 30.000 famílias acampadas no Estado, em 2004 (MST, 2005), revelando uma significativa demanda por terra. Nas áreas com forte concentração de população acampada, e também assentada, a paisagem nas rodovias expressa a estratégia de ocupação massiva dos movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas (CETA), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento de Libertação de Sem Terras (MLST), Organização Luta no Campo (OLC), Organização Terra e Luta (OTL), Movimento Terra Trabalho e Liberdade

(MTL), Central de Articulação dos Acampados e Assentados do Semi-Árido (CARAS) e o Movimento Socioambiental Jupará (MSJ). Ganhou expressão, mais recentemente, a atuação da Central das Associações de Fundo e Fecho de Pasto (CAFP)¹⁴, a Coordenação Regional de Remanescentes de Quilombos (CRRQ) e o Conselho Estadual de Remanescentes de Quilombos (CERQ). Têm-se ainda as entidades de representação como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Pólo de Unidade Camponesa (PUC) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Enquanto que, entre as organizações de apoio, encontram-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN), a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal (FATRES), a Comissão Pastoral da Pesca (CPC), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) entre outras, como as organizações ambientalistas.

A estratégia de espacialização da luta pela terra, concentrando as ocupações em territórios do latifúndio improdutivo, além de possibilitar aos movimentos socioterritoriais a conquista de frações significativas desses territórios, possibilita uma maior visibilidade de suas ações, bem como o alcance de um maior resultado: modifica a estrutura fundiária municipal, reconfigura a geografia do lugar e facilita a alteração da correlação de forças no âmbito local. Analisando a dinâmica da criação de Projetos de Assentamento ano a ano, na Bahia, ilustrada na Tabela 3, pode-se observar a relação dessa dinâmica com o processo político e econômico brasileiro, como demonstrado a seguir.

A partir da década de 1970, com forte apoio do Estado, através de políticas de incentivos, crédito farto e barato, grandes empreendedores deslocam-se para algumas regiões da Bahia, para a implantação de projetos de pecuária, soja, reflorestamento de eucalipto e outros. A implantação desses projetos se deu, principalmente, nas regiões do Oeste, Médio São Francisco, Chapada, Sul e Extremo Sul, gerando conflitos, acompanhados de violência. Consolidava-se a ocupação da fronteira agrícola do Estado, com grande incremento das áreas ocupadas, de 40% em 1970 para 54% em 1980, segundo registrado pelo IBGE. No entanto, dados de 1984 indicaram que mais de 50% das áreas aproveitáveis dos estabelecimentos agrícolas da Bahia, estavam ociosas. Em contrapartida, o Estado ocupava o primeiro lugar nos registros de conflitos na área rural (GERMANI, 1993). Foi no bojo desse processo que as

¹⁴ Fundo e Fecho de Pasto são sistemas agropastoris de ocupação coletiva de terras, por comunidades, em geral, com certo grau de parentesco e compadrio, encontrados no Semi árido baiano.

Pastorais Rurais, atuantes nessas regiões, seguidas da CPT, passou a apoiar os trabalhadores rurais baianos para manterem-se na terra, e em outras situações para a reconquista da terra.

Tabela 3
Bahia, Territorialização da luta pela terra: Evolução de projetos criados, 1981 a 2006

Ano	Total estado 1981 - 2006		
	Nº PA	Nº família (capacidade)	Área (ha)
1981	1	300	4.497
1984	1	84	1.007
1986	8	2.381	90.602
1987	27	3.429	147.221
1988	2	875	37.542
1989	1	106	3.035
1990	3	275	7.330
1992	7	1.073	37.734
1993	2	331	2.126
1995	14	4.176	134.085
1996	27	2.532	87.462
1997	29	2.717	95.035
1998	55	4.344	137.708
1999	30	2.166	58.461
2000	36	3.239	93.133
2001	23	1.281	43.244
2002	18	1.165	26.435
2003	31	2.302	85.307
2004	72	4.213	151.626
2005	44	2.069	73.082
2006	17	1.239	44.724
2007	7	451	15.993
Total	455	40.458	1.332.665

Fonte: INCRA-BA, SIPRA/2007

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

Waldir Pires assumiu o Governo estadual (1986), estabelecendo uma boa parceria com o INCRA-Bahia. Foi criada a Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária e Cooperativismo (SERAC), coordenada por Dr. Euclides Neto, e a Comissão Agrária do Estado da Bahia, formada por um representante do INCRA-Regional, um representante do governo do Estado, um representante da Universidade Federal da Bahia, três representantes da Federação da Agricultura Patronal e três representantes da Federação dos Trabalhadores Agrícolas (FETAG).

E o Governo Estadual dava provas de empenho na Reforma Agrária. Se o Planalto não nos ajudava o suficiente, pelo menos era indiferente ao nosso trabalho e o INCRA, na Bahia, com Arruti, nos acompanhava. Possuíamos terra, trabalhadores não faltavam, técnicos admiráveis (NETO, 1999, p. 61).

O INCRA teve que intervir em três áreas de conflito com muita violência, sendo uma na região Sul e duas na região da Chapada/Paraguaçu, criando três projetos de assentamento: Puxim-Sarampo, Caxá e Itaguaçu VII, nos municípios de Canavieiras, Marcionílio Souza e Andaraí, respectivamente (GERMANI, 1993). Depois de aprovado o I PNRA, o governo do Estado, em parceria com o INCRA-Bahia, elaboraram o Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), aprovado em maio de 1986 e se destaca nas ações de desapropriação, comparando-se ao realizado no país. Ainda no mesmo ano, são desapropriadas mais cinco áreas, totalizando oito projetos de assentamento em 1986.

Em paralelo, alguns trabalhadores das articulações de luta organizadas pela CPT participaram do primeiro congresso do MST, realizado em Curitiba (PR) em janeiro de 1985. Deliberou-se pelo Extremo Sul da Bahia como ponto de partida para a organização do MST no estado e no Nordeste. Esses mesmos trabalhadores passaram, então, a compor a Coordenação Nacional, e nesse mesmo ano criaram a Secretaria do Movimento e uma escola sindical para formação política no estado. Em novembro formaram uma Coordenação Regional com representantes dos municípios de Teixeira de Freitas, Itanhem, Alcobaça, Itamaraju, Eunápolis e Caravelas. Em janeiro de 1986 foi realizado o primeiro Encontro Estadual e até 1987 se consolidaram com o apoio das Pastorais Rurais, das Comunidades Eclesiais de Base e dos Sindicatos. A primeira ocupação, em setembro de 1987, gerou desapropriação no então município do Prado, hoje Alcobaça, em área da Companhia Vale do Rio Doce, parte de um projeto de eucalipto (FERNANDES, 2000; SANTOS, 2003), constituindo-se no projeto de assentamento 4045. Ainda em 1987 são criados 27 assentamentos.

Período de intensa discussão e muita ação dos Movimentos Sociais, com a abertura política, acompanhado, também, de muita reação da oligarquia rural, com a UDR recém criada, mas, já influenciando nos rumos da política. Em 1987 foi extinto o INCRA e, mais tarde, o Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário, mas, ainda assim, na Bahia, as ocupações continuaram e o MST se expandiu, territorializando-se no Sul e Sudoeste do estado. A monocultura do cacau entra em crise, com a queda dos preços no mercado internacional associada à incidência da doença vassoura-de-bruxa, que dizimou grande parte dos plantios. Isso ocasiona desemprego em massa, que por sua vez, leva a demanda por terra e mais ocupações.

Em 1989, o INCRA é restabelecido, mas a conjuntura política nacional, do governo Collor, colaborada ainda pela conjuntura política do Estado, quando Waldir Pires deixa o

governo da Bahia¹⁵, reflete na retração das ações de reforma agrária, entre 1988 a 1993, quando são criados apenas 15 projetos de assentamento.

Em 1994, o INCRA-Bahia recebe novos servidores, efetivados através de concurso público, realizado no final da década de 1980. A estratégia de ocupações e acampamentos se intensifica em todo o país. Explodem conflitos, com grande repercussão política internacional. O Governo Federal é pressionado a dar uma resposta aos trabalhadores Sem Terra, que se impõem como sujeitos políticos. Surgem novos movimentos de luta pela terra no campo baiano, e a CPT convida o MST para organizar a luta pela terra na Chapada, onde já existia uma demanda significativa e uma grande concentração de terra ociosa (MATOS, 2004). A reforma agrária na Bahia tem um impulso e, entre 1995 e 2000, registra-se a criação de 191 Projetos de Assentamento na Bahia, beneficiando 19.174 famílias.

Entretanto, as medidas repressivas decorrentes da portaria MDA nº 62 de 27/03/2001 que exclui assentados da Reforma Agrária devido “a atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”, no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, atingem a territorialização da luta pela terra na Bahia, ocorrendo uma retração na política de assentamentos nos dois últimos anos do mandato, 2001 e 2002.

A partir de 2003, o novo e popular Governo eleito substitui o Programa “Novo Mundo Rural” pelo Programa “Vida Digna no Campo” que define que a Reforma Agrária será centrada no conceito de “Áreas Reformadas”. A equipe técnica do INCRA na Bahia se reúne com Universidades e movimentos sociais, para discussão das novas diretrizes, apropriação do conceito e realização de estudos para reconhecimento das Áreas Reformadas no estado. Foram identificadas sete áreas que reuniam as condições necessárias para atender aos objetivos propostos nos Termos de Referência e, não por acaso, essas áreas configuravam a territorialização da luta pela terra, com grande número de acampamentos e assentamentos. Esse fato sinaliza a visão estratégica dos movimentos sociais, que se anteciparam à ação do Estado, massificando e concentrando suas ações em espaços de viabilidade para a territorialização da luta pela terra. Restava ao Estado implementar as ações de sua responsabilidade, previstas no “Programa” para o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Nessas áreas, em que a questão agrária assumiu essa face diferenciada [...] as ações dos trabalhadores e de seus movimentos acabaram fazendo o que o poder público abriu mão de fazer: estabelecer um certo zoneamento capaz de garantir alguma

¹⁵ Waldir Pires deixa o cargo de governador para candidatar-se a vice-presidente da República, sendo substituído por Nilo Coelho, sem o mesmo compromisso de seu antecessor.

sistemática à política agrária e assegurar-lhe uma eficácia social [...] (LEITE, et al, 2004, p.64,65).

Em três das sete Áreas Reformadas da Bahia, a do Sul, da Chapada e do Médio São Francisco, encontravam-se aproximadamente 70% dos projetos de assentamento criados, 83% das famílias assentadas e 68% das áreas desapropriadas para fins de reforma agrária do estado baiano, conforme podemos verificar na Tabela 4. Nessas áreas, diferentes contextos motivaram a territorialização da luta pela terra, que resultou no adensamento de assentamentos. No Sul da Bahia, o contexto foi de desemprego gerado com a crise do cacau e conflitos trabalhistas com os grandes empreendimentos de celulose. Na Chapada e no Médio São Francisco, os conflitos se davam pela manutenção da posse, em um contexto de valorização das terras, com a chegada de investidores de outras regiões e estados. Esses chegavam atraídos pelos benefícios da expansão da fronteira agrícola, inicialmente com a pecuária extensiva, seguida dos grandes empreendimentos na área de grãos e fruticultura irrigada.

Tabela 4
Bahia, Áreas Reformadas com maior concentração de Projetos de Assentamento e famílias assentadas, 2006.

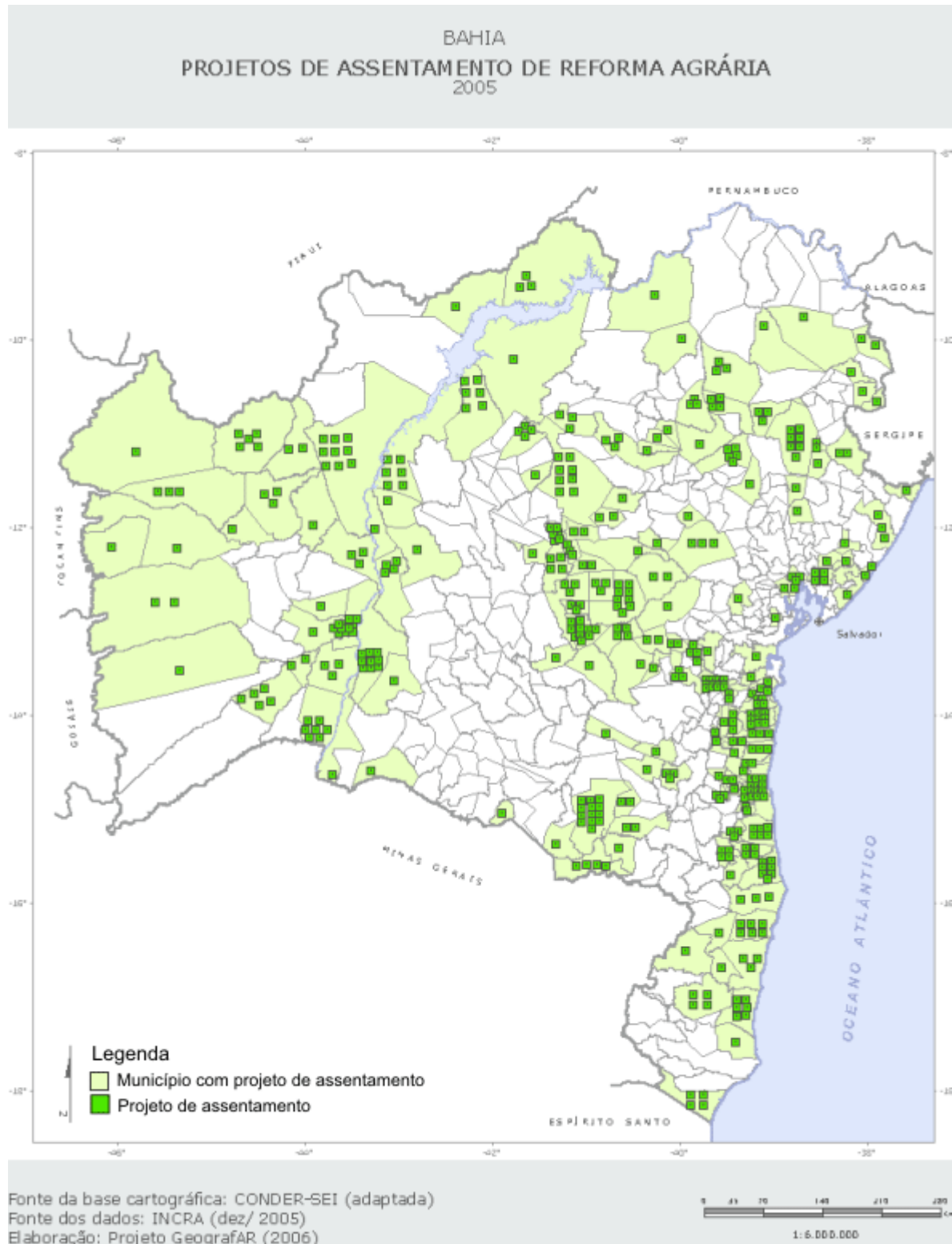
Áreas Reformadas	Sul		Chapada		Médio São Francisco		Total Estado	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Nº PA	130	30	90	21	79	18	431	100
Nº família	7.250	24	8.555	28	12.300	31	39.058	100
Área (ha)	119.734	9	230.723	18	543.275	41	1.316.672	100

Fonte: SIPRA/INCRA-BA, 2006

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

Em 2004, as expectativas começam a se frustrar diante da timidez do governo nas ações de Reforma Agrária. As Áreas Reformadas são sobredeterminadas pela Política de Desenvolvimento Territorial, lançada pelo MDA, que reúne, mais uma vez, as diversas categorias do campo. As metas do PNRA são realizadas parcialmente e os movimentos sociais de luta pela terra retomam a mobilização e radicalizam a estratégia de ocupações e acampamentos, principalmente nas margens das rodovias. A Bahia atinge o recorde nacional de 30.862 famílias acampadas (MST, 2005) e, conseqüentemente, o recorde anual do estado de 72 PA criados, até o mês de dezembro. A estratégia dos Movimentos, de atuação massiva e concentrada espacialmente, pode ser visualizada em cartograma do Estado da Bahia (Figura 2), com os Projetos de Reforma Agrária criados até 2005, por município, elaborado pelo GeografAR (2006).

FIGURA 2



A partir de 2005 a CPT registra uma redução das ocupações, bem como dos conflitos e os dados do INCRA-BA confirmam uma retração nas ações de desapropriação e assentamentos de famílias (tabela 3). Os Movimentos Sociais continuam mobilizados, porém, como as ocupações se dão fora das cercas dos latifúndios, não acontece o confronto direto

com os fazendeiros, reduzindo os conflitos. Percebe-se, também, certo receio, por parte dos Movimentos em, com um maior enfrentamento, desestabilizar o governo que ajudaram a eleger. A esses fatos agrega-se a própria conjuntura, com políticas agrícolas voltadas para o agronegócio, que ganha poder, demonstrado nas diversas esferas, a exemplo da disputa de recursos nos Ministérios e representação no Congresso, como já demonstrado por dados nesse capítulo e no depoimento de liderança do MST, assentado em Projeto de assentamento no município de Itaetê, Bahia, a seguir.

[...] em vez de fazer pequenas e várias ocupações, estamos fazendo grandes ocupações, como a da Veracruz Celulose, no Extremo Sul da Bahia... a ocupação do projeto Salitre, de irrigação pelo São Francisco, tocado pela Codevasf, que era pra estar nas mãos da agricultura familiar e hoje esta nas mãos dos grandes produtores de uva pra exportação, nas mãos do agronegócio... que é quem ta com acesso as terras e as águas hoje. Então o problema ta no judiciário, no agronegócio e nas decisões do governo. E a estratégia hoje do movimento é manter as pequenas ocupações, mas priorizar as grandes mobilizações massivas e grandes ocupações nas áreas do agronegócio. No judiciário as ações estão so a nível de algumas articulações, mas temos que pensar nisso (Entrevista 4, PA Europa, fevereiro 2008).

Pelo acompanhamento histórico de atuação do Estado, pode-se constatar que sua ação tem se dado principalmente em áreas de tensão. Logo, a ausência de conflitos pode gerar certa acomodação, retardando os processos de desapropriação. Outro fato significativo que revela a falta de prioridade do governo para a política é o próprio orçamento para a Reforma Agrária, aquém da demanda do Estado, tanto para as ações de obtenção como, especialmente, para as ações de qualificação dos Projetos, tais como créditos iniciais para começo da produção (Crédito Instalação), estudo e planejamento do uso da terra (PDSA e Plano de Recuperação de Assentamentos - PRA) e demarcação, requisitos condicionantes para acesso ao PRONAF, crédito de apoio a habitações, infraestrutura e outros. A nível de ilustração, segundo dados do orçamento 2007, informados por equipe técnica do INCRA-BA, as ações de obtenção previstas para 2007, superior aos exercícios anteriores, somente atendem a 15,25% das famílias acampadas no Estado. Os recursos orçados para Plano de Desenvolvimento e demarcação dos assentamentos atende aproximadamente 12% e 18% da demanda, respectivamente, o que repercute no impedimento ao acesso aos recursos do PRONAF, agravado ainda por uma assistência técnica descontinuada e não preparada para o público da reforma agrária. Essa ação, programa específico de Assistência Técnica Social e Ambiental deveria atender, na Bahia, 35.000 famílias assentadas em 2007, sendo liberado recursos, entretanto, para apenas 7.750 famílias, aproximadamente 22% da demanda¹⁶.

¹⁶ Informações divulgadas em texto 'Demanda, orçamento e recursos humanos na reforma agrária da Bahia', elaborado por equipe intersetorial de técnicos do INCRA, Bahia, resultante de estudo realizado durante mobilização de greve, em junho de 2007.

Apesar do orçamento não atender a demanda do Programa na Bahia, existe também a defasagem de recursos humanos para executá-lo. Defasagem traduzida em números insuficientes de servidores, bem como na falta de sua valorização via justa remuneração e capacitação, para o bom desempenho institucional, conforme constata liderança do MST, na Bahia.

[...] a RA parou, tem assentamento que depois de sete anos, agora que tá recebendo o crédito fomento e alimentação... então, não há prioridade, a RA deixou de tá na pauta do governo... por exemplo, não há RA sem estruturar o INCRA e o INCRA tá sucateado. A maioria dos funcionários do INCRA da Bahia é REDA e o REDA vence esse ano... aí diz: o governo faz outro REDA. Mas os que vão entrar, se entrar, é novo, daqui que pegue o funcionamento da máquina, o ano já acabou. Não se faz RA sem um órgão executor forte (Entrevista 4, PA Europa, fevereiro 2008).

Esse problema se estende em nível nacional. Entretanto, na contramão da desestruturação do INCRA, para executar, a contento, a Reforma Agrária necessária, agregasse ao público da Reforma Agrária, as Comunidades Remanescentes de Quilombo, os Atingidos por Barragens e as Comunidades de Fundo e Feixes de Pasto, singularidade do Estado. O governo tem buscado cumprir o acordado na primeira gestão, no que se refere à abertura de vagas para serem preenchidas via concurso público. Contudo, quanto mais as atividades da Instituição exigem conhecimentos especializados e qualificação do corpo técnico, para atuar, coerentemente, com as especificidades de seu público, mais defasados são os salários em relação a outras categorias, profissionais de mesmo nível de outros órgãos públicos. Isso tem ocasionado uma evasão dos técnicos, principalmente os recém-contratados, que migram para outras instituições ou partem para outros concursos.

Enquanto isso, a demanda por terra, pelas diversas categorias, se acumula no estado baiano. A Fundação Cultural Palmares certificou 212 áreas Quilombolas (2007), que necessitam de Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Demarcação (RTID), a serem elaborados pelo INCRA. Segundo dados dos principais movimentos sociais que atuam no estado estima-se que existem atualmente 300 acampamentos, agregando aproximadamente 32.000 famílias demandantes por terra (Doc. ASSINCRA/BA, 2007).

A localização dos assentamentos e dos acampamentos é aqui considerada como uma dimensão constituinte da territorialização da luta pela terra, que se configura área de conflito e campo de força das organizações e movimentos sociais do campo baiano.

2.2.1 A NOVA GEOGRAFIA DE ALGUNS MUNICÍPIOS BAIANOS: IDENTIFICANDO O OBJETO EMPÍRICO

A construção territorial dos trabalhadores rurais, a partir da luta pela terra, é um processo que se inicia nos trabalhos de base para as ocupações, redefinindo formas e conteúdos dos acampamentos aos assentamentos, até a efetivação, externada pelo domínio político e econômico, colaborado pela apropriação simbólico cultural do espaço conquistado. Esse percurso vai resultar diferentes modos de inserção e de participação no processo de desenvolvimento municipal.

Para definir o município objeto da pesquisa, foi realizado um estudo preliminar, delimitado no período entre 1997 e 2006, com a identificação dos dez municípios baianos, localizados nas três “Áreas Reformadas” da Bahia, com maior número de assentamentos, resultante da atuação dos movimentos sociais.

A estrutura fundiária dos municípios baianos com o maior número de assentamentos de reforma agrária, analisada pela evolução do índice de Gini¹⁷, nos anos de 1980, 1985 e 1996, se mostra concentrada (Tabela 5), não apresentando variações significativas nos períodos observados.

Tabela 5
Bahia, Municípios com maior número de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (PA) e Evolução do índice de Gini – 1980/1985/1996

Municípios em Áreas Reformadas	PA criados antes de 1996	PA criados entre 1996 e 2005	Evolução do índice de Gini		
			1980	1985	1996
Camamu	1	10	0,764	0,767	0,734
Wenceslau Guimarães	1	12	0,683	0,649	0,678
Ilheus		12	0,653	0,619	0,682
Vitória da Conquista	2	14	0,733	0,817	0,777
Itaetê		10	0,868	0,869	0,840
Boa Vista do Tupim	2	9	0,797	0,807	0,760
Morro do Chapéu		8	0,741	0,763	0,760
Barra	2	9	0,954	0,955	0,959
Bom Jesus da Lapa		10	0,812	0,841	0,875
Sítio do Mato		12		0,767	0,928

Fonte: número de Projetos de assentamento - INCRA 2006; índice de Gini – Projeto GeografAR, 2006, com dados de Censos Agropecuários IBGE (1980, 1985, 1996).

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

¹⁷ Índice criado por Conrado Gini, pesquisador italiano, para medir a concentração de um bem, no presente estudo mede-se a concentração da terra, podendo o resultado ir de zero a um, sendo que, quanto mais próximo de 1, mais forte o grau de concentração (de 0,701 a 0,900 – forte a muito forte), chegando a absoluta (de 0,901 a 1,000 – muito forte a absoluta).

Essa estabilidade em um forte grau de concentração pode ser explicada pelo fato da massificação das ocupações, e conseqüente criação dos Projetos de Assentamentos nesses municípios, ter se dado, principalmente, a partir de 1996.

Foi observado o número de famílias assentadas, bem como o número de famílias acampadas, constatando-se uma grande variação em relação ao número de projetos, a depender da região onde os municípios estão inseridos. Assim sendo, foram identificadas relações que pudessem indicar a possibilidade de alteração na correlação de forças no município e/ou região, que resultaram em dois critérios: maior razão entre população assentada nos projetos de reforma agrária e população total municipal; maior razão entre área dos assentamentos e área total municipal (Tabela 6).

Tabela 6
Bahia, Municípios com maior número de projetos de assentamento
Razão entre área e população da Reforma Agrária (RA) e do município, 2005.

Municípios	Área município (ha)	Área Reforma Agrária (ha)	Área RA no município (%)	População município	População Reforma Agrária	População RA no município (%)
Sítio do Mato	171.000	65.000	38,0	13.665	5.500	40,2
Itaetê	119.400	19.293	16,2	13.824	4.065	29,4
Bom Jesus da Lapa	395.100	85.000	21,5	57.874	11.000	19,0
Boa Vista do Tupim	263.000	42.000	16,0	19.199	6.300	32,8
Wenceslau Guimarães	66.200	10.500	15,9	28.501	3.000	10,5
Camamu	88.500	11.000	12,4	34.169	2.800	8,2
Barra	1.133.300	63.000	5,6	46.958	6.500	13,8
Vitória da Conquista	320.400	18.000	5,6	285.927	4.500	1,6
Morro do Chapéu	553.200	28.000	5,1	36.203	3.300	9,1
Ilheus	184.100	5.300	2,9	221.110	2.000	0,9

Fonte: Área município: IBGE 2000; Área de RA: INCRA 2005. População total município: projeção segundo taxa geométrica de crescimento IBGE, 1991-2000; População assentada da RA: INCRA, 2005, com base em dado IBGE de nº de residentes por família rural /município.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba.

A interpretação dos dados de área dos assentamentos e população assentada, em correlação com os dados de área e população municipal total, evidenciou que uma nova geografia se apresenta, principalmente, em quatro desses municípios. Verifica-se que frações consideráveis da área municipal se constituem em espaços de vida e trabalho de centenas de unidades familiares, produzindo diversidade, onde antes havia a terra improdutiva de poucos. Correlacionando área municipal e área reformada, constata-se até 38% da área total de alguns municípios constituída em projetos de assentamento de reforma agrária. Considerando dados do IBGE de número de residentes por família rural nos respectivos municípios, verifica-se que a população assentada constitui até 40,2% da população total municipal.

Dessas correlações de população e área, foram identificados os municípios de maior razão entre essas variáveis, quais sejam, Sítio do Mato e Bom Jesus da Lapa, da área do Médio São Francisco, e o município de Itaetê e Boa Vista do Tupim, localizados na área da Chapada. Tomando dados de imóveis rurais do Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA (SNCR), sistematizando-os por grupos de áreas e relacionando-os com dados do Sistema de Projetos de Assentamento (SIPRA), pode-se verificar uma evidente alteração na estrutura fundiária desses municípios. Dentre esses quatro municípios identificados, com maior razão nas variáveis área e população, foram selecionados dois, um de cada área reformada, que configuram maior índice de concentração de terras registrado em 1996 (Tabela 5): Sítio do Mato e Itaetê.

Reduzindo a escala de observação, buscou-se apreender diferenças decorrentes dos modos de inserção dos movimentos socioterritoriais nos municípios, verificando a dinâmica agrária e populacional na paisagem territorial, através das atividades desenvolvidas e da configuração de articulações municipais. A investigação se deu através de pesquisa nos laudos de vistoria quando da desapropriação dos latifúndios (INCRA-BA) e nos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (PDSA / INCRA-BA), complementada através de entrevistas com representações dos movimentos sociais, de técnicos do INCRA, das equipes de ATES e organizações locais.

Nos dois municípios, o processo de territorialização da luta pela terra se iniciou com o apoio e assessoria da CPT. Em ambos a bandeira da reforma agrária tem duas motivações: a luta de resistência na terra pelos posseiros e meeiros ameaçados de expropriação e a luta pelo retorno à terra dos já expropriados, que chegaram a vivenciar outras relações de produção, com a chegada dos grandes investidores.

Em Itaetê, apesar de um menor impacto na estrutura fundiária comparado a Sítio do Mato, se configurou uma maior unidade na luta e também, com maior evidência, um processo de territorialização da população assentada, que se constitui em força política reconhecida no município. Existe também entre essa população a consciência dessa força, nascida no processo de luta: pela conquista da terra; pela articulação ampliada com o governo do estado e o governo federal, que traz para o município, representantes do poder público de outras esferas; pela solidariedade expressa, na continuidade da luta, aos que ainda estão em acampamentos; pela conquista dos créditos que alteraram a relação com o comércio local, possibilitando, inclusive, a permanência de um posto do Banco do Brasil, que seria fechado. O IBAMA, antes considerado como poder de polícia, hoje é convidado para discussões nos

assentamentos de Itaetê. Entre 2000 a 2004, a Secretaria de Agricultura foi assumida por um assentado, liderança do MST, Grilo Serra; um coordenador Estadual do Movimento, Valmir Assunção, recebeu apoio da população assentada e acampada para eleger-se deputado estadual, recebendo o título de cidadão pelo município; a câmara municipal conta com a colaboração de dois assentados eleitos como vereadores.

A ação massiva dos Movimentos Sociais reúne, organiza e gera conteúdo que dá vida própria ao processo social, ampliando a conquista do espaço físico, transformando-o em espaço social e político. Os municípios estudados mostram que a estratégia de luta dos movimentos socioterritoriais modifica a estrutura fundiária municipal, reconfigurando a geografia e possibilitando a alteração da correlação de forças com o poder local. Sendo o território a expressão do domínio político econômico e cultural de grupos sociais, resultante do movimento de suas relações no tempo e espaço, a configuração da territorialização da população assentada é requisito fundamental para sua inserção no desenvolvimento municipal. É no caminho para verificação dessa hipótese que trilha essa pesquisa, com a população dos assentamentos de reforma agrária no município de **Itaetê**.

CAPÍTULO 3

ITAETÊ: DOS LATIFÚNDIOS AOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Antes, a terra estava presa... Não produzia.

Estafeta, liderança local.

3 ITAETÊ: DOS LATIFÚNDIOS AOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Os roçadinhos dos lavradores nada significam ante a história de destruição da floresta. É que, desde a chegada de Cabral começou a exploração do pau-brasil. Exportou-se até exaurir. Em seguida, levaram os vinháticos, cedros e outras essências para a construção de igrejas, conventos e castelos. Mais tarde, chegaram os madeiros e dizimaram os ipês, jequitibás, paus-d'arco, claraibas, jacarandás, sucupiras e por aí foram. Em seguida, os pecuaristas semearam colônias. Como antes de queimar nem faziam aceiros, o fogo invadia a mata, devastando-a. Melhor, porque era só jogar mais semente de capim. Transformou-se naquele peladão de pasto. Expuseram os riachos à insolação (NETO, 1999, p.129).

Nossa jornada começa de trem, no final do século XIX e início do século XX, no município de Andaraí, aonde chegou a ferrovia ligando o Recôncavo baiano a Chapada Diamantina (Figura 3), no povoado Madeira de Melo, em 1885, visando o escoamento de pedras preciosas. Quase três décadas depois, em 1918, quando já começava o declínio da exploração de diamantes¹⁸, é construído um terminal no povoado de Tamanduá, também município de Andaraí. O acesso ferroviário aproximou o município da capital do estado, atraindo investidores interessados em explorar suas matas intocadas, ricas em madeira de lei.

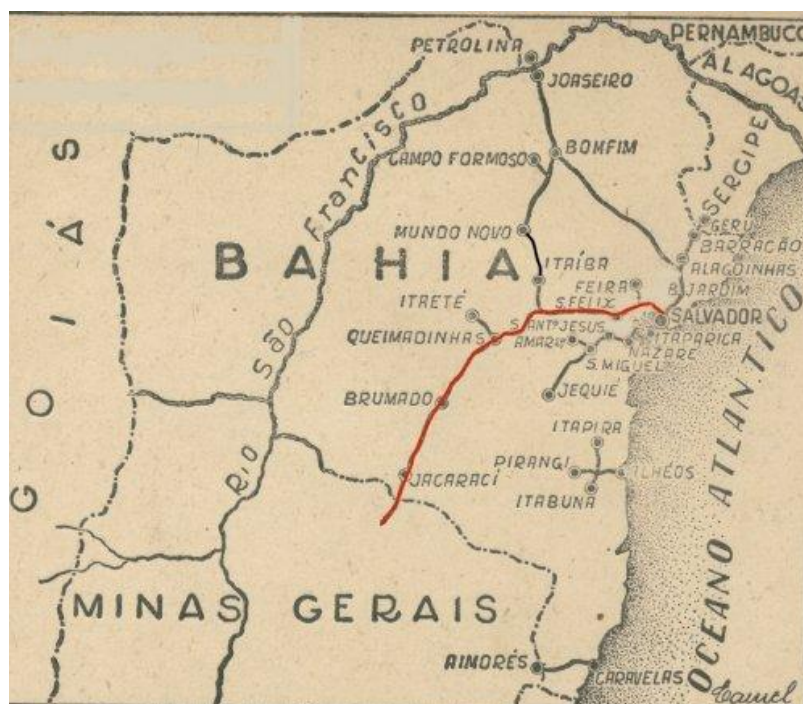
O Povoado de Tamanduá era abrigado pela Fazenda Iguaçu, antiga Fazenda Rio Una, grande sesmaria que fazia divisa com outra, a Capivara. Em 1922, Américo Martins e esposa Arlinda Medrado, proprietários da Fazenda Iguaçu, venderam-na para uma companhia belga, que passou a explorá-la através da Empresa Agrícola de Una S/A, se constituindo em uma das mais importantes na região. Segundo memórias documentais, o objetivo inicial declarado pela Companhia era a extração de madeira, associada à produção de algodão, efetivando-se entretanto, com intensidade, apenas a exploração da madeira.

A Companhia Belga foi a primeira que se instalou aqui, em 1918. Eles compraram uma área de terra muito grande aqui na região, uma sesmaria, e vieram com dois projetos – o primeiro de agricultura e o segundo de extração de madeira, projeto que realmente vingou. A agricultura não deu certo. Fundaram uma vila chamada Iguaçu – sede da Empresa, a Agrícola de Una S/A (Entrevista 3, Sec. Administração, julho 2007).

¹⁸ Descobriram-se jazidas de diamante na África do Sul, mais fartas e lucrativas, além de mais próximas da Europa, passando-se a explorar na região os carbonatos, utilizados principalmente na fabricação de brocas.

FIGURA 3

Bahia, Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro (VFFLB), 1883.



Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_lbras/fotos.

As décadas seguintes testemunharam a chegada de outros ‘investidores’ que passaram a disputar o rio, que recebia em suas águas as toras de madeira, com a marca de cada explorador, transportando-as até o terminal ferroviário de Tamanduá. Além do rio, disputavam as ‘pranchas’ no transporte ferroviário e o mercado da capital do estado (Entrevista 3, Memória, julho 2007). Uma pequena parte da madeira era beneficiada por algumas serrarias instaladas na região, sendo transportadas já serradas.

A terra fecunda precisava substituir seus filhos arrancados, ipês, perobas e pau d’arco. A agricultura começa a ganhar expressão, com a mamona como a primeira cultura, seguida do milho, feijão e mandioca respectivamente. Enquanto as matas se escasseavam, por mãos de poucos e grandes proprietários, a agricultura abundava, essencialmente por mãos de numerosos camponeses e colonos de fartas famílias. A estrada de ferro era a principal via de escoamento da madeira e da produção de grãos e da farinha.

Em 1951, 50% das ações da Empresa Agrícola de UNA S/A foram compradas dos belgas, por Sr. José Américo Araújo, que continuou a extração da madeira, destinando as terras descobertas para o plantio de lavoura, através da venda de áreas desmembradas, do

arrendamento e cessão de posses. Em 1952, uma área de 8.188,24 ha. foi doada ao Ministério de Agricultura, através de escritura pública. Esta doação foi condicionada à instalação de um Núcleo Colonial Agrícola, devendo ser loteada e povoada no prazo máximo de seis anos, devendo ser ainda demarcado o perímetro e assinada a escritura no prazo de 12 meses. Não tendo sido cumprido o acordado por parte do Estado, então Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), a firma doadora protestou judicialmente, visando anular a doação e rever as terras. Porém, foi feito um novo acordo, amigavelmente, firmado através de escritura de ratificação e, em 1954, foi criado o Projeto Integrado de Colonização de Andaraí, conhecido por Colônia.

Foram demarcados 285 lotes rurais de 30 ha. e mais 371 lotes urbanos de 800m², sendo ocupados apenas 284 dos lotes rurais. As famílias que ocuparam os lotes têm sua origem na região, não se tendo registro dos critérios utilizados para a seleção das mesmas. A área é desprovida de recursos hídricos proveniente de lençol freático de superfície, estando distante do rio Una 12 km e do rio Paraguaçu aproximadamente 24 km, contando apenas com um poço tubular na área da sede. Esse fator foi considerado um grande entrave para a sobrevivência dos colonos, que além da produção de subsistência com o feijão, milho e mandioca, cultivam a mamona e a pecuária bovina.

A extração da madeira seguia e os antigos povoados adensavam-se, com as famílias que viviam de seu trabalho nas terras nuas e férteis como diaristas, arrendeiros ou posseiros. O povoado de Tamanduá, que abrigava uma das sedes da Agrícola de Una S/A, bem como o terminal ferroviário, teve o processo de povoamento mais intenso, expandiu-se e, em 25/09/1961, a Lei Estadual 1.497 criou o município: *Itaetê*. Nome de origem Tupy-Guarany, que significa “Pedra dura”.

Em 1968, sob alegação da necessidade de equilibrar as despesas com ramais ferroviários deficitários, foi noticiada pela imprensa da capital a supressão do ramal de Itaetê – Queimadinhos, então responsável ainda pelo transporte da madeira, de uma produção de mamona estimada em 100 mil sacos, e “volume não menor de feijão, milho e farinha de mesa pela transformação da mandioca”¹⁹. O escoamento deveria, a partir de então, contar apenas com o ramal rodoviário existente, sem condições de utilização “pela sua precariedade”, o que gerou manifestações de protesto, registrado em documento elaborado por representantes da Prefeitura, Câmara de vereadores, Comércio, Indústria, Lavoura e Pecuária do município.

¹⁹ Câmara de Vereadores de Itaetê. Documento encaminhado ao Ministro dos Transportes Mário Andreazza. Itaetê, 1968. Circulação restrita, Anexo 4.

Este documento foi encaminhado ao Superintendente da Rede Ferroviária Federal, na Bahia, mas a mobilização do jovem município não foi suficiente para a reversão da decisão. A extração da madeira entra em declínio, no entanto, o prejuízo ambiental já era uma realidade.

A partir da década de 1970, alia-se ao vazio deixado na terra pela exploração da madeira e a desativação do trecho da ferrovia, à proposta do Governo Federal de abertura das fronteiras agrícolas, com os créditos fartos e baratos, para dar espaço à intensificação da pecuária bovina. Chegam investidores de outros estados e do Sul da Bahia, implantando empresas agropecuárias, comprando grandes áreas e/ou empurrando as posses, substituindo a lavoura, cobrindo as terras com pastagens.

Antes de 70 praticamente só tinha dois proprietários de terra em Itaetê: a Agrícola de Una e Herculano Pina. A Agrícola de Una arrendava e dava a posse para centenas de pequenos produtores e era um grande centro de produção agrícola familiar. Na época dos posseiros a economia era a lavoura - de mamona e subsistência - olaria e caêra... As áreas de Queimadas e Cruzinha são as mais perto e as mais antigas da agricultura familiar... Poço Encantado e Macaco Seco também, tudo com produção de posseiros... mamona, feijão, milho... Meu pai esteve por aqui e voltou pra casa, entusiasmado: 'Aquilo é um novo mundo... Que riqueza... Nasce de tudo! Chove todo dia, uma riqueza de produção, tudo perdendo de tanta fartura!' Vendeu as terras do Iguape e comprou aqui [...] Em 1970 chegaram os capixabas e proprietários do sul da Bahia, Ipiaú e Jequié... Os pequenos produtores, além de trabalhar na roça, tinha muitas pequenas olarias e caêiras. Acabou tudo! Agora só eu tenho a minha aqui. Os proprietários que compraram as terras acabou tudo! Os pequenos... Coitados... Algumas partes da agricultura familiar, elas foram realmente desaparecendo com a vinda de fazendeiros de outras regiões que viam comprando as áreas. As terras aqui eram muito boas e são até hoje. O sujeito ia fazendo a roça e o capim ia tomando conta, o capim ia invadindo e a pessoa... terminava que os fazendeiros botava o olho em cima... ia vendendo (Entrevista 1, Memória, julho 2007).

A estrutura fundiária de Itaetê se apresenta com uma concentração relativamente estável a partir da década de 1970, até o último Censo Agropecuário divulgado, em 1996, variando entre 0,864 a 0,840, o que mostra uma leve desconcentração (Tabela 7). Espera-se que o resultado do Censo de 2007, a ser divulgado ainda em 2008, apresente uma desconcentração mais significativa, pois as fazendas de origem dos assentamentos foram desapropriadas na última década.

Tabela 7

Bahia, Evolução Histórica do Índice de Gini, município de Itaetê, 1970-1995/96.

Município/Ano	Índice de Gini				
	1970	1975	1980	1985	1996
Itaetê	0,864	0,825	0,868	0,869	0,840

Fonte: Projeto GeografAR, 2006, por Censos Agropecuários IBGE

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

Estamos na Mesorregião Geográfica do Centro Sul Baiano, na Microrregião de Seabra, sob a região administrativa de Itaberaba na região econômica do Paraguaçu (Figuras 4.1). O município de Itaetê está a 381 km de Salvador, limitando-se com os municípios de Andaraí, Boa Vista do Tupim, Iramaia, Marcionílio Souza, Ibicoara e Nova Redenção (Figuras 4.2). Abriga, hoje, os povoados de Rumo, Colônia, Bananeira, Nova Almecega, Cana Brava e nove agrovilas inseridas nos Projetos de Reforma Agrária, com populações originárias desses povoados e de outras pequenas povoações: Guanabara, Queimadas, Cruzinha, Alecrim, Poço Encantado e Macaco Seco.

Itaetê situa-se numa altitude de 321m (sede), latitude de 12°59'11" e longitude de 40°58'21", possuindo clima semi-árido e subúmido a seco, com uma precipitação pluviométrica média de 716 mm anuais, concentrada no período de novembro a março, com períodos mais secos de maio a outubro (1969 a 1995).

FIGURA 4.1

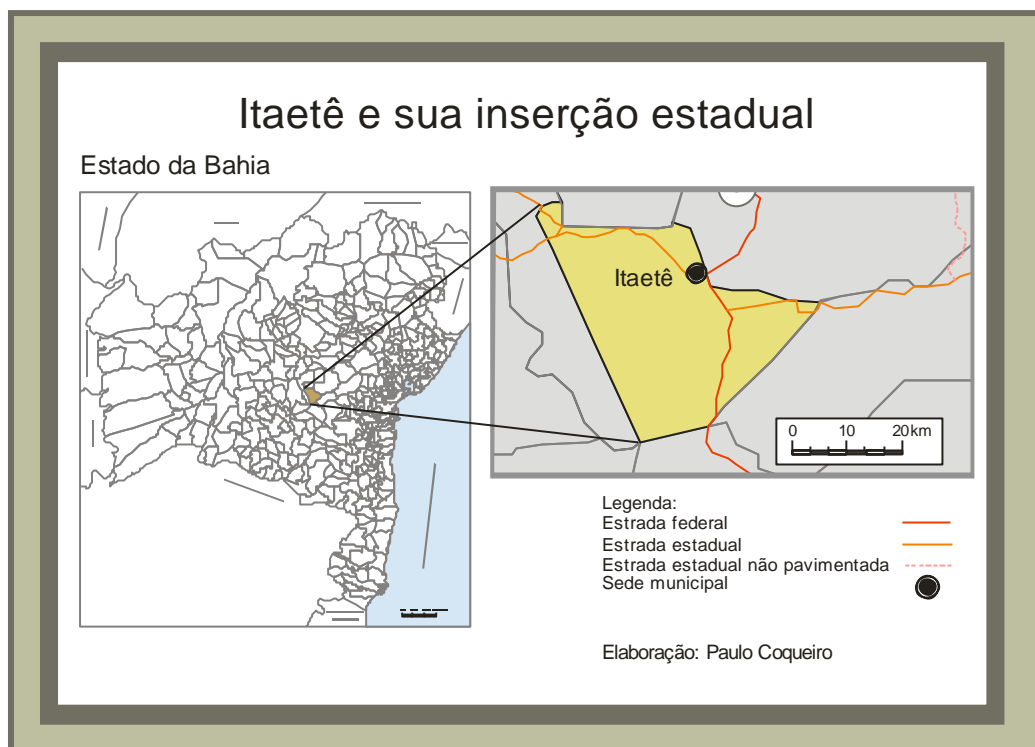
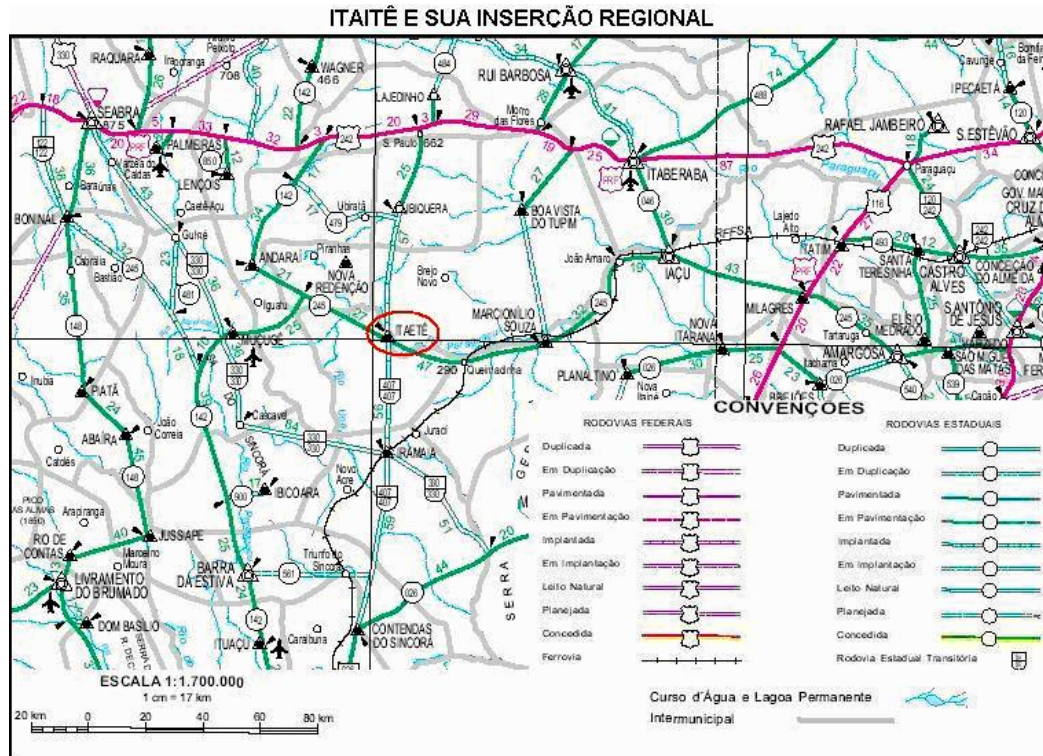


FIGURA 4.2



Itaitê está no entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina e da Área de Proteção Ambiental Marimbus-Iraquara e se insere na sub-bacia hidrográfica do rio Una, integrante da bacia do rio Paraguaçu, do qual é um dos maiores afluentes. Está no roteiro turístico do Parque Nacional da Chapada da Diamantina, possuindo grande potencial para atividade de turismo ecológico. O desenvolvimento do turismo é uma iniciativa que está sendo apoiada pela administração municipal, através da Secretaria de Turismo, em parceria com as Organizações ambientalista, Gambá e Cipó, o INCRA e a Associação dos Condutores de Visitantes de Itaitê (ACVI). A ACVI tem uma sede no Projeto de Assentamento Baixão, que conta com a participação dos jovens assentados e filhos de assentados. Dentre os atrativos naturais destaca-se o Poço Encantado, que já se encontra no roteiro turístico, cartão de visita da Chapada: caverna com uma fenda pela qual a luz solar penetra até o espelho d'água, que adquire a tonalidade azul turquesa. Outras belezas menos conhecidas, pela dificuldade do acesso, como a Cachoeira Encantada, com queda de 180m, se preservam para momentos mais oportunos, quando o município receber maior investimento em infra-estrutura e serviços.

A região do Paraguaçu, desde a década de 1970, conheceu a estratégia de ocupação de terras como meio de permanência e acesso a esse fator produtivo. O processo de expansão das fronteiras agrícolas da região teve novo impulso na década de 1980, com o desenvolvimento

da fruticultura, fomento à produção agrícola através de práticas de manejo, mecanização e irrigação, com grande investimento de capital.

A partir de então intensificaram-se também os conflitos entre os fazendeiros e os lavradores, agricultores familiares que sempre ocuparam espaço significativo, apesar da maioria ter uma relação de posse sem título da terra, sendo proprietários por herança, meeiros, arrendeiros ou ocupantes.

3.1 RESISTÊNCIA E LUTA DOS SUJEITOS HISTÓRICOS NO VALE PARAGUAÇU

Tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro. Desse modo, um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado são ambos insuficientes (SANTOS, 1978p.205).

O agricultor familiar de Itaetê, que também se identifica como “Lavrador”, é resultado de um longo percurso, que agrega diversos valores. A cultura indígena, original, deixou a herança da vida em comunhão com a natureza; o negro deixou a resistência marcada pelos Remanescentes dos Quilombos, presentes na região; o garimpeiro deixou o sonho. Dessa conjunção destaca-se a arte de tirar a subsistência da terra, com os plantios de mesa, e da água, com o pescado. Da mistura da terra com a água, à transmutação do barro para o tijolo, trabalhado nas pequenas olarias. Tiraram-lhes a terra, a água, o barro. Mas não lhes tiraram a resistência nem o sonho. E a resistência e o sonho haveriam de lhes conduzir no caminho de volta à terra, à água, ao barro.

Os assentados dos Projetos de Assentamento do município de Itaetê têm uma trajetória que agrega a história de resistência e luta desse lavrador. Colonos, posseiros, meeiros e filhos, que resistiram e lutaram com a seca, com o gado, com o grande fazendeiro. Lutaram e resistiram na terra. Lutaram, desistiram e resistiram, no sonho: de voltar a ter a terra, ou de vir a ter uma terra. Trajetória partilhada pelos vizinhos, lavradores do Vale Paraguaçu, que viveram em espaços, na maioria das vezes, apropriados pelo mesmo dono, o grande fazendeiro. Lavradores que viveram o mesmo tempo e o mesmo sonho. Não importava se eram terras de Itaetê, Andaraí, Boa Vista do Tupim, Marcionílio Souza, Ibiçara, Nova Redenção ou Iramaia. Eram terras disputadas por somente uma categoria, de lavradores, com o grande fazendeiro, ou, muitas vezes, com o gado, mais diretamente. Assim, essa pesquisa

tomou esse rumo, ampliando a período e o espaço de investigação, para percorrer a trajetória desse lavrador, buscando entender sua identidade, transmutada para “colono”, “assentado”, ou “sem terra”. Para muitos, sempre lavradores, ainda que colonos, assentados, ou sem terra.

Enquanto os lavradores, “colonos”, do Projeto Integrado de Colonização, denominado, por seus assentados, de Colônia, continuam lutando para se apropriarem e resistirem na terra, sem dono, sem gado, mas também sem água, os lavradores, posseiros e meeiros, de todo o Vale Paraguaçu, lutam para resistirem na terra, apropriada por seus plantios, com “dono”, com gado e com água. Os que não tinham a posse ou meia, filhos dos que ainda resistiam e dos que não conseguiram resistir, alimentavam o sonho de vir a ter a terra, agregados a suas famílias, nas posses, lotes ou nos povoados que se adensavam, ou mesmo em terras distantes, vendendo sua força de trabalho. Nos anos 1970, as pastagens continuaram a se expandir e os proprietários, ávidos, passaram a usar o gado de escudo para essa expansão, avolumando-se os conflitos.

Religiosos ligados à Diocese de Rui Barbosa, sensíveis às injustiças dos latifundiários com os posseiros, passaram a apoiar os lavradores. Com um novo jeito de ser da igreja, que unia o Evangelho à Vida, despertaram na população rural uma visão crítica da realidade e valorizando a vida comunitária. Orientaram na formação de associações, de grupos de jovens, filhos dos colonos e, a seguir, de sindicatos. Nas memórias da luta pela terra, em Itaetê, os lavradores trazem com muito reconhecimento e gratidão, nomes que prometem “nunca esquecer”, a exemplo de padre Creardo e padre Eugênio, “o profeta do povo”, ambos italianos.

O que eu me lembro muito assim, é que a história começou através das comunidades, através das reuniões, dos encontros. Meu pai e muitos outros, como Leone, Seu Fabricio, Estafeta, os filhos de Estafeta, os filhos de Leone também... Nós todos pequenos... as atividades do domingo eram os encontros, os cultos, as reuniões e as missas.... Gostava muito de participar, e uma coisa ia puxando a outra, né? Nas reuniões ia se falando da necessidade da terra, da necessidade de justiça, né? De igualdade. Eu me lembro que eu ia muito pras reuniões montada, meu pai ia montado e eu ia montada também, de jegue. Às vezes a gente ia de bicicleta... Eu não perdia uma reunião (Entrevista 4, PA Baixão, julho 2007).

Começa ganhar espaço à luta dos lavradores da região, para manterem-se na terra. Algumas com pouco ou nenhum ganho concreto, outras vitoriosas. Os que conseguiam permanecer, serviam de estímulo para novas lutas. Os que eram expulsos migravam em busca de outro meio de vida, ou adensavam os povoados vendendo o dia de trabalho para as fazendas do entorno ou, ainda, ocupavam outras fazendas, como ilustram as memórias, muitas confirmadas nos registros da CPT de Itaberaba e nos jornais do período (Anexo 7).

Em 1971, perto do Povoado de Rumo, em Itaetê, os posseiros da Fazenda Limpanzol são expulsos, com queima de suas casas e espancamento, deixando uma morte e quatro feridos. Algumas das famílias migraram para Iramaia e ocuparam a Fazenda Baratinha, localidade conhecida como Toca da Onça²⁰.

Ainda em 1971, outro conflito foi deflagrado em Andaraí, localidade de Nova Vista; dessa vez, entretanto, os posseiros tiveram o apoio da FETAG, resistindo. Os trabalhadores rurais de Andaraí criam o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que passa a mediar os conflitos da região. Quatro anos depois, o mesmo fazendeiro investe mais uma vez contra os posseiros, fazendo-os pagar pelas terras de posse. Muitos migraram para outras localidades, sem terra, somente com a força de trabalho para vender²¹.

Em 1973, acontecem diversos conflitos em Andaraí, um deles envolvendo 600 famílias expulsas das terras da Fazenda Morro Encantado, por um acordo sem ganhos do Sindicato recém criado de Andaraí. Em Itaetê, o Projeto Integrado de Colonização, Colônia, foi emancipado (resolução 164/1973), com a emissão de 284 títulos de lotes rurais, sem que nenhuma solução fosse dada para a questão da falta de água. A partir de então, as famílias foram levadas a uma autonomia compulsória, sem assistência técnica, difíceis acessos aos lotes e para a própria sede. Toda infra-estrutura foi se deteriorando por falta de manutenção pelos receptores: Estado, Município e Cooperativa. Os colonos, diante das dificuldades, começaram a vender os lotes para fazendeiros que chegavam a deter mais de uma dezena deles, concentrando a terra mais uma vez²². Os assentamentos de reforma agrária da região contam hoje com uma grande parcela de assentados originários de Colônia, filhos que se dividem entre a velha e uma nova família constituída.

Em 1974/75, muitas famílias foram expulsas, de terras entre Colônia, Iguazu e Itaetê, pelo fazendeiro Lourão, por outro acordo sem ganhos do mesmo Sindicato de Andaraí, segundo depoimentos registrados na CPT de Itaberaba. As famílias se deslocaram para o povoado de Cana Brava. Esse mesmo fazendeiro, que concentra grande área de terras do município, comprou diversos lotes na Colônia. Uma de suas propriedades, a Fazenda Santa

²⁰ Conflito relatado em entrevistas de pesquisa de campo, confirmado em documento Primeira Missão da Terra em Bom Jesus da Lapa, Bahia. Entrevista de Frei Luciano Bernardi, CPT, aos trabalhadores/as que participaram do evento. Itaberaba, novembro, 1990 (Referências documentais CPT, 1990; Anexo 5).

²¹ Idem.

²² De acordo com dossiê elaborado por Oldemir Lopes Alvim, vereador e 1º Secretário da Câmara de Vereadores de Itaetê, em 24/06/1987, 45% dos lotes já estavam agrupados em mãos de fazendeiros (Referências documentais Câmara de vereadores, 1987; Anexo 3).

Clara, anos depois, foi objeto de ocupação dos lavradores liderados pelo MST, sendo desapropriada em 2005.

Na Assembléia Diocesana, em novembro de 1975, Padre Eugênio e Padre Creardo narraram os conflitos ocorridos no Vale do Paraguaçu, colaborando para que outras pessoas se envolvam no apoio ao povo do campo, sendo criada, a partir daí, a “Pastoral do Lavrador”. Foi contratada a advogada Marta Pinto dos Anjos, “para assessorar a defesa dos lavradores e conscientizá-los dos direitos...”²³. Nesse mesmo ano começou o Movimento da Animação Cristã no meio Rural (ACR), uma maneira encontrada pela igreja para se aproximar mais dos lavradores, entender sua cultura, seu modo de vida e suas motivações, como ilustra o depoimento a seguir.

Foi muito difícil descobrir aquilo que anima a vida do camponês [...] as coisas que no começo chamava de superstições, depois se revelaram valores culturais. Além disso, três diferentes tradições se entrelaçam nas origens do povo de Andaraí, Redenção e Itaetê. O povo do Sertão de Seabra: galego, trabalhador, ganancioso, casquinha, com estrutura religiosa católica; o povo da mata: preto, trabalha mais devagar, jeito comunitário, sofredor, ligado a mata, mais ligado ao candomblé; povo da caatinga: um pouco mais organizado, mais treiteiro [...] (Doc. CPT, 1990b).

Em 1976, começou a grande seca e dezenas de famílias se evadem em busca de trabalho e subsistência em outras regiões, enquanto outras tantas resistem. Evidencia-se o conflito com os posseiros da Cruzinha, em Itaetê, comunidade inserida em áreas da Empresa Agrícola de Una S/A, de propriedade do “velho fazendeiro Zé Américo, uma vez bondoso e doador de terras...” (Doc. CPT, 1990b), que queria as terras de volta para implantação de um projeto de mandioca, para produção de álcool. O conflito se estabeleceu com o fazendeiro ‘botando o gado na roça do povo’. Com o apoio da CPT e de outras Comunidades vizinhas, fizeram a “expulsão do gado” das roças e foi feita uma caminhada até Andaraí, sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pois, Itaetê ainda não tinha o seu próprio. A resistência dos posseiros e o apoio da igreja possibilitaram a permanência das famílias na terra.

Religiosos da CPT passam a entender o significado de algumas práticas culturais vivenciadas, como o mutirão e as procissões. Em agradecimento e celebração pela vitória de Cruzinha, foi organizada a primeira Romaria da Terra, para Bom Jesus da Lapa, que aconteceu de 5 a 9 de junho de 1976, com cerca de 150 pessoas, em dois caminhões saindo de Itaetê e um de Redenção. A programação incluía, além das missas e celebrações, depoimento das lutas e palestras de Marta, a advogada, como ilustra os depoimentos a seguir.

²³ Referências documentais: CPT, 1990b. Documento generosamente cedido para enriquecimento dessa pesquisa por Frei Luciano Bernardi e Irmã Terezinha Maria Foppa.

Lá a gente encontrou com o sofrimento de outros companheiros, eram os das agrovilas da Lapa, uns poucos mas estavam lá com o padre deles... A idéia da Missão da Terra era de permanecer na luta e anunciar ela em vista da terra. Além do caso da Cruzinha, tinha também o caso triste da Fazenda Limpanzol (ou Toca da Onça). Lá teve espancamento de lavradores, um rapaz de tanto ser espancado depois morreu depois de ter dado entrada no hospital; teve várias casas queimadas e despejos (Doc. CPT, 1990).

E era a primeira turma, a gente foi porque na Lapa fazia romaria junto com a juventude. E aí o padre dizia, juntaram né... é como agradecer a Deus, e foi bom, deu certo, tiramos o gado da roça. E o povo da Cruzinha firme e animado, era um povo forte. Chegou a ter uma delegacia do sindicato lá em Cruzinha de tantos sócios que tinha (Entrevista 4, Baixão, julho 2007).

Em 1979 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaetê. Os conflitos contínuos foram a motivação, a Romaria da Terra foi a preparação.

[...] A necessidade fez fundar... O gado comia a terra do povo e o povo ia lá no sindicato, pra diretoria do sindicato ir lá olhar e ver o prejuízo, pra fazer o cara pagar. Então era um clima muito ruim... (Entrevista 4, Baixão, julho 2007).

Na volta, lembro que a gente estava animado e começamos a pensar nas nossas comunidades e que a gente não podia ficar só rezando ou celebrando, ou cantando “de cores”, porque a gente tinha feito o cursilho. Se a gente fica nisso, era como ficar numa espécie de caduquice religiosa. Foi daí que começamos a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Doc. CPT, 1990).

Ainda em 1979, reincidia o conflito na Toca da Onça, com posseiros que vieram expulsos da Fazenda Limpanzol, com a mesma estratégia. Ameaça de despejo e o gado “tocado roça adentro” para destruir o trabalho, a subsistência. Seu Zé Bocão²⁴, liderança curiosa, chegou com a notícia que tinha visitado o INCRA, onde ficou sabendo que as terras da Toca da Onça eram do Estado. A notícia se espalhou e muitos trabalhadores rurais resolveram se solidarizar com os 17 posseiros antigos, que já viviam sob a ameaça do segundo despejo. A solidariedade motivou o investimento no sonho da terra e acamparam na área, já trabalhando a terra na vizinhança dos moradores.

Então aí, a gente foi também trabalhar nessa área: trabalhamos roçando mais de uma semana... quando eu tava em casa, ficamos sabendo que teve o despejo, com 50 policial... aí fizemos uma reunião na casa de Estafeta, que era secretário do Sindicato, junto com o pai de Vera que era o presidente. Resultado, nós... veio a advogada da CPT, Marta e procurou... ‘gente, quem é que está disposto a dar o apoio pra o pessoal?’ Resultou que eu fiquei disposto a ir e nós fomos. Foi até um menino meu mais velho... chamado Luiz Gonzaga. E ficamos detidos. Marta era advogada, mas naquele momento ela não podia fazer nada por nós. Lá tinha repórter, tinha muita gente do poder... os posseiros não levaram, mas deu no jornal que levaram também os posseiros e isso pra nos foi uma força (Entrevista 3, PA Baixão, julho 2007).

Segundo depoimento de testemunhos que vivenciaram o conflito, quando chegaram os policiais, muitos correram. Foram detidos os que ficaram para dar apoio, 19 pessoas, de mais

²⁴ José Francisco Correia, conhecido por Zé Bocão.

de uma centena. O destino era a delegacia de Jequié, mas antes foram levados até uma outra Fazenda, onde ficaram presos em um curral.

[...] e a gente ficou preso no curral, muita gente chorando e Estafeta fazendo música e a gente cantando pra passar o tempo, que ninguém sabia aonde nós ia... meia noite levaram a gente pra outra fazenda que era de um ex-prefeito de Iramaia, um tal de Wilson Rangel, aí, de lá, levaram a gente pra Jequié e chegamos lá umas 4 horas da manhã... direto pra o quartel... Passou o dia, o dia se findava e recebemos uma ajuda de comida e cobertores da igreja, que tinha um padre chamado Jesus. No outro dia de manhã chegou Dr. Carlinhos e Dra. Marta que começaram a mexer nas cumbucas pra soltar agente... Meio dia soltaram agente, arranjaram um carro... antes de ir embora levaram a gente na casa paroquial de Jequié, deram um almoço muito bom pra gente e o padre fez uma pregação na paróquia pra animar a gente e a gente não ficar abatido demais... Aí... dessa luta, a gente não saiu mais dela. (Entrevista 3, PA Baixão, julho 2007).

Os netos de Zé Bocão, líder dessa ocupação, são hoje lideranças do MST na região²⁵ e as fazendas então ocupadas foram desapropriadas nos anos de 2003 e 2006, sendo hoje os Projetos de Assentamento Dandara e Boa Sorte, respectivamente, no município de Iramaia.

A década de 1980 chegou com perspectiva de mudanças no País, com grande mobilização exigindo democracia. Em 1983 foi criada a CUT, e logo em seguida a CUT Regional da Chapada. Com muita participação de todo o povo com posses, e também o sem posses, que quanto mais se solidarizava com os companheiros de resistência na terra, fortalecia o sonho de conquistar a sua própria, e mais coragem encontrava, nesse sonho, pra continuar a luta. Eram realizados grandes encontros com celebrações e místicas. Em 20 de julho de 1983, aproximadamente 1000 pessoas se mobilizaram em torno da Caminhada do Lavrador, em Itaberaba.

[...] quando a gente tava em fileiras na rua ... na caminhada, uns levando pés de milho, outros de cana... o camburão da polícia tomou a frente e fez todo mundo voltar... A caminhada parou antes da hora e a noite a gente viajou pra Salvador pra um Congresso da CUT... Não saía mais da mente a luta. A gente sabia que pra conquistar a terra precisava ter essa luta (Entrevista 4, PA Baixão, julho 2007).

Estouram as greves de São Paulo, o movimento contra a carestia, a luta pela anistia, pela democracia. É tempo de abertura política e reabrem-se as portas para a organização popular. Estouram ocupações em muitas áreas de antigos conflitos: “trabalhadores do Crispim, Canabrava, Macambira, Campo de Gado, Açude, Serrania, Coité em Boa Vista do Tupim são ameaçados várias vezes com despejos e violências” (Doc. CPT, 1990). A igreja lança a “Campanha da Fraternidade da Organização”, pois, mais do que nunca era necessária a solidariedade para coibir as ações de violência dos fazendeiros de então, diferentes dos antigos, pelos aportes tecnológicos e pelo distanciamento com o viver local, como bem esclarece o depoimento a seguir.

²⁵ José Francisco Correia Neto e Arlito Correia dos Santos.

Os fazendeiros não eram mais os velhos donos do lugar, conhecidos por todos e com um relacionamento afetivo com a terra e o povo; mas eram os empresários das capitais que queriam a terra livre para produzir (Doc. CPT, 1990b).

Em 13 de agosto de 1985, Marcionílio Souza, na Fazenda Pau-a-Pique, propriedade disputada por dois “donos” na justiça e palco de conflitos com muitos posseiros há alguns anos, é morto o líder sindical Zacarias José dos Santos. Zacarias, juntamente com outros posseiros, limpavam uma área do seu lote, em mutirão, para a construção da delegacia Sindical, da escola e uma capela. Foram surpreendidos por pistoleiros que atiraram a curta distância nos lavradores desprotegidos, resultando na morte de Zacarias e mais cinco companheiros feridos. O Projeto de Assentamento Cachá, resultante desse conflito, beneficiou 450 famílias (Doc. CPT, 1985).

Com a morte de Zacarias, a sua família não consegue se recuperar da tragédia e deixa o lote, que passa a sediar uma escola, organizada com o apoio da CPT e a participação de jovens, que receberam formação na metodologia da alternância, dentre eles, Jerônimo Souza Santos, hoje integrante do Movimento CETA.

[...] Pe. Eugenio disse: ‘Esse lote não pode ficar por água abaixo! Nós temos que juntar umas famílias e botar aqui. A gente tem que tocar essa experiência pra frente. Nós vamos botar uma escola aqui?... Eles foram ao Riacho de Santana conhecer a experiência. Foram em mais duas ou três escolas de alternância porque ele queria começar essa escola aí... pegou esses jovens que tinha mais liderança e botou pra fazer uma formação... E começou. Lá na casa de Zacarias... Jerônimo casou e foi morar lá. Então Jerônimo é o continuador da história de Zacarias lá no Pau-a-Pique. E ele é um cara assim, seguidor de Eugênio mesmo, e ele é muito do povo. Um cara muito direito. E ele entrou na CETA e ta aí mesmo... (Entrevista 4, PA Baixão, julho 2007).

A tragédia da Fazenda Pau-a-Pique provocou “um grande grito pela Reforma Agrária”, gerando a desapropriação da área e de diversas outras fazendas na região²⁶.

Em 1986, com o governo Waldir Pires, são estabelecidas parcerias formalizadas através de convênio firmado entre o MIRAD e o Governo do Estado. Muda o comando das forças policiais, fato que intimida os pistoleiros e favorece o trabalho das lideranças. Em paralelo, no Extremo Sul baiano, o MST se consolida com o apoio da CPT e Sindicatos. Diversas áreas são desapropriadas no Estado, entre 1986 e 1987, respondendo a situações de conflito sem, entretanto, estarem inseridas nos Planos de Desenvolvimento Regional (SANTOS, 2003). Na região do Paraguaçu foram criados quatro Projetos de Assentamento, beneficiando 1375 famílias.

Terra, sinal de contradição! Conquistamos uns pedaços de terra, mas os capitalistas conquistaram mais. Para os grandes se tornou sinal de mais poder; para os pequenos

²⁶ Depoimento em entrevista de pesquisa de campo, com assentada do PA Baixão, filha do presidente do sindicato na época, confirmado por Doc. CPT, 1987.

favoreceu mais a divisão e a fraqueza... Uma semente foi plantada; não apareceu ainda a flor e o fruto; porém, um pedaço de chão é do povo... Afirmou o pé... Abriu a picada para novos caminhos; começaram as tentativas de organização comunitária nestas terras libertas (Doc. CPT, 1990b).

Em 1988, quando Waldir Pires deixa o Governo da Bahia, assume no seu lugar Nilo Coelho, conhecido como grande latifundiário, e fecham-se novamente os canais de interlocução com os Movimentos Sociais.

Registra-se na região mais um conflito, resultante do despejo de Seu Simplicio, que tinha uma posse entre Bananeira, povoado de Itaetê, e Iramaia (Doc. A Tarde, 1988; Doc. Jornal da Bahia, 1988). Despejado e não tendo para onde ir, Seu Simplicio criou um fato político, acampando na margem da rodovia que liga Itaetê a Iramaia.

[...] igual a acampado do Movimento Sem Terra. Fez uma barracona e aí trouxe as galinhas dele, os animaizinhos que ele tinha, os porquinhos... E aí nós ia, do sindicato, passava lá a noite com ele. Aí aconteceu que essa causa não era resolvida. O sindicato não conseguia resolver, porque o homem se aproveitou da simplicidade de Seu Simplicio, pegou um papel, botou Seu Simplicio pra assinar embaixo, e chegou lá botou que Seu Simplicio não tinha direito mais a nada... E pra revogar isso era muito difícil (Entrevista 3, PA Baixão, julho 2007).

A CPT, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaetê, além de levar o caso à justiça, divulgou amplamente a injustiça através das rádios locais, sendo marcada uma audiência em Barra da Estiva, comarca de Iramaia.

[...] aí o que foi que padre Eugênio fez? Vamos dizer, o peso era pouco pra combater aquele fazendeiro, aí pegou os estudantes da escola agrícola lá do Pau-a-Pique trouxe pra aí e fez uma greve de fome. E muitos que solidarizavam com ele ia pra lá e ficava lá, um dia lá, com fome. Aí o juiz começou tomando medo. Aí o juiz tomando medo, começou a revogar, falar que não tava achando assim um motivo grave pra Seu Simplicio, que achava que Seu Simplicio tinha razão, e tal. E revogou a causa... certo é, que conseguiu o fazendeiro indenizar o Seu Simplicio... E Seu Simplicio, com aquele dinheiro comprou parece que 60 tarefas de terra com a metade do dinheiro, e a outra metade foi pra fazer a infra-estrutura da propriedade... E aqui (PA Baixão) tem uma sobrinha dele (Entrevista 3, PA Baixão, julho 2007).

O município e região, a partir da década de 1970, apresentaram uma deficiência hídrica de 24,5 mm, persistente. A pecuária “do boi solto” era a alternativa mais segura. A dificuldade aumenta para a agricultura familiar de Itaetê, concentrada no Projeto Colônia e nos pequenos povoados, fortemente dependente da generosidade da natureza e de alguns poucos projetos pontuais do Estado, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Muitos se deslocaram para o Sul do país, em busca de melhores oportunidades de sobrevivência e muitos outros resistiram e insistiram, como ilustra o testemunho a seguir.

Chegaram os anos duros das secas: a grande maioria ficou presa pelo paternalismo dos projetos e através do clientelismo político. Acabou a ditadura política e começou a ditadura econômica (Doc. CPT, 1990b).

No final da década de 1980 e início da década de 1990, o país vive uma intensa crise econômica, com um alto índice inflacionário. O governo se retira da regulação dos mercados agrícolas, ocorre a falência do Sistema de Crédito Rural, escasseia-se o crédito farto e barato privilegiando-se um certo tipo de produtor, o “moderno”, e alguns produtos tipo exportação, como a soja, a cana e a laranja para suco. A liberalização comercial se consolida, abrindo-se as portas do país para as importações, aumentando a competição tanto no mercado da indústria de transformação como no mercado de produtos agrícolas e carnes. O agronegócio ganha corpo, com uma forte dependência de pesquisa, capital, insumos, principalmente os fertilizantes, e exploração do trabalho, para possibilitar custos competitivos.

É um período em que a atividade agropecuária passa por um processo seletivo rigoroso, em que o principal critério é o uso intenso dos fatores de produção terra, trabalho e agora também a água. É o período de disseminação de pivôs central. Somente ficam os que têm “suporte” para o “negócio”. O momento de crise chega também em Itaetê, sendo percebido pela população, como sugere o depoimento de produtor rural e oleiro de Itaetê, a seguir.

Os grandes proprietários, num período de mudança que teve aí, de moeda no governo de Fernando Collor, acabou até com o gado. Desse tempo para cá, nesses anos, ninguém tomou mais conta das fazendas... não zelaram mais as fazendas, acabou até com a pecuária... foi quando a reforma agrária chegou (Entrevista 1, Memória, julho 2007).

A territorialização do MST já estava consolidada no Extremo Sul e o Movimento já se expandia para o Sul e Sudoeste, entendendo como uma necessidade a generalização da luta em todo o Estado. O momento vivido pela Agropecuária na Chapada era favorável à Reforma Agrária e aliava-se o fato de se ter a história de luta e resistência com o embrião de organização, com o apoio da igreja, que perdia grande parte de seus fiéis pelo êxodo rural. Assim, em 1994, a CPT convida o MST a expandir-se para a Chapada.

O MST percebeu a importância do momento e do espaço vivo e deu início aos trabalhos de base, implementando a formação política, já em curso pela própria trajetória dos lavradores. O Movimento contou, inicialmente, com duas lideranças locais, Ademar Alves Martins, conhecido por Bigorenço e Luis Pereira Argolo, conhecido como Luis Farol Baixo, ambos da região, preparados nos trabalhos de base, com apoio das lideranças estaduais, Jean e Lucinha, e em seguida, José Serra, Grilo, hoje assentado no município.

Em 05 de fevereiro de 1995 aconteceu a primeira ocupação na região da Chapada, no Vale Paraguaçu, município de Andaraí, na Fazenda Águas Belas, com 500 famílias. O despejo veio rápido, no 17º dia, com queima dos barracos pela polícia militar. Os ocupantes se transferiram para a área de reserva de Itaguaçu Sete, projeto criado em 1986, denominado hoje de Andaraí I, ficando por lá durante 11 meses, acumulando formação política e força. Reocuparam e sofreram um segundo despejo, retornando para a mesma área da reserva de Itaguaçu Sete. Já em 12/11/1996, ocuparam a segunda área, no município de Wagner, sofrendo despejo quatro meses depois, mais uma vez com queima dos barracos, fazendo-os retornar, novamente, para Itaguaçu VII. Passados 30 dias, reocuparam a área e finalmente, conseguiram a imissão na posse que deu origem ao Projeto de Assentamento São Sebastião de Utinga, com 92 famílias assentadas (MATOS, 2004).

A partir dessa primeira conquista o Movimento decidiu expandir para o município de Boa Vista do Tupim. Ocuparam a fazenda de Ângelo Calmon de Sá, conhecido empresário da área financeira, com uma área de 11.007 ha., alcançando repercussão nacional pela ligação do proprietário ao Grupo Econômico. O fato político foi gerado, culminando com a vinda ao município do então Ministro da Reforma Agrária, Raul Jugman. Um ano depois foi criado o PA Beira Rio, que beneficiou 400 famílias.

Ainda em 1996, o MST focaliza sua ação em Itaetê, pela existência da demanda histórica dos lavradores, potencializada pela oferta de grandes propriedades, agora, improdutivas e ainda pelo grande potencial hídrico e fertilidade de suas terras (MATOS, 2004). O Movimento identificou imóveis passíveis de desapropriação, foi reunindo a população e identificando lideranças locais. Recomeça o movimento para a reorganização da luta pela terra; recomeçam os “trabalhos de base” coordenados pelo MST, na sede e nos povoados do município.

Os trabalhos de base dos movimentos sociais acontecem por meio da construção do espaço de socialização política. As experiências vivenciadas nos movimentos de luta pela terra são um processo educativo de formação humana que expressa uma vivência sócio cultural, e qualifica os grupos sociais (MEDEIROS, 1994). Essa população reunida em interatividade já se constitui um grupo social em continuada qualificação, condição essencial para enfrentamento do latifúndio improdutivo. Dá-se a territorialização da luta pela terra, para desterritorialização dos grandes fazendeiros improdutivos de Itaetê.

3.2 TRAJETÓRIAS TRANSFORMANDO O SONHO DA TERRA NA REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS EM ITAETÊ

A população assentada nos nove Projetos de Assentamento em Itaetê, como mostra a história de resistência e luta, relatada no item anterior, se constitui de famílias de origem rural, que moravam, então, em sua grande maioria, nos pequenos povoados. Dessas famílias, 87% são do próprio município e 13% vêm de municípios vizinhos. Apenas 3% viviam na “cidade”, sede municipal. A socialização se dava principalmente dentro da própria família, mas 35% participavam de grupos religiosos, 27% de associações, 20% de sindicatos e 18% de outros grupos de interesse, mulheres, jovens e esporte²⁷.

Não faltaram motivações para a população, hoje assentada, entrar “nos Sem Terra”, como registram as memórias das piores lembranças de antes: “a fome” (Baixão), “a situação precária de vida” (São Judas Tadeu), a partilha do pouco que produzia com os fazendeiros. Trabalhavam nas fazendas de entorno dos povoados, agregavam-se em pequenas propriedades da própria família, insuficientes para sua reprodução, ou ainda em posses nas terras de terceiros. A maioria, 92%, recorria à venda do dia de trabalho, para sobreviver.

Entretanto, não somente as dificuldades para a reprodução da vida motivaram essa população. Reuniram-se ao sofrimento outras grandes motivações e armas de luta, conforme relatos da trajetória, nas oficinas (Figura 5): o desejo de “não ser mandado e humilhado” (Baixão, Rosely Nunes), o desejo de “morar e trabalhar no seu”, o desejo de “o sonho de ir para a cidade se transformar no sonho de voltar para a terra” (São Judas Tadeu). A realidade vivida de antes, sem terra, agora amargas lembranças, e o desejo de mudar essa realidade alimentaram e fortaleceram o sonho comum a 100% dos, hoje, assentados: ter a terra.

Em 24 de agosto de 1996 se deu a primeira ocupação em Itaetê, na Fazenda Bartira, localizada no entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina, com acesso no km 30, da rodovia Itaetê-Andaraí. Resultou em desapropriação e, 10 meses depois, em 16 de junho de 1997, foi criado o **Projeto de Assentamento Rosely Nunes**, beneficiando 160 famílias. A vitória da desapropriação dessa primeira área ocupada, no município, despertou em muitos outros lavradores o entusiasmo e a fé na possibilidade da terra. Muitos retornam da migração

²⁷ Apêndice I: Identificação da trajetória de vida e organização para acesso e posse da terra – 1ª oficina, nos nove Assentamentos, Coletiva 1.

compulsória pela seca e falta de perspectiva de trabalho em Itaetê, como mostra a declaração que segue.

[...] e eu tinha ido pra São Paulo com todo mundo pra trabalhar... começou a passar os conflitos do Carajá e a luta da terra aqui em Itaetê já tinha conseguido o Rosely... aí me deu o destino de voltar prá cá... e cheguei na hora certa, cheguei em outubro (1997) e em março (1998) o povo ocupou aqui (no Baixão)... peguei minha bicicleta velha e rumei prá cá... (Entrevista 3, PA Baixão, julho 2007).

O povoado de Rumo, um dos maiores do município, além de reunir uma significativa demanda por terra, possuía em suas proximidades uma grande fazenda, a “Brasiléia, de um grupo de Capixabas e que era o sonho dos trabalhadores daquela localidade” (MATOS, 2004). Começaram os trabalhos de base do MST, em Rumo.

Bigorenço fazia os trabalhos de base em Itaetê e eu era tesoureiro em um grupo de jovens chamado Grupo Cristo jovem, ligado a igreja, e eu ficava com a chave da paróquia, onde era feito o serviço de base por Bigorenço e Luiz Farol Baixo. O dia da ocupação foi 1º de março de 1988 (Entrevista 2, PA Baixão, julho 2007).

Assim, em 1º de março de 1998, aconteceu a segunda ocupação em Itaetê, na Fazenda Brasiléia, também localizada no entorno do Parque Nacional da Chapada Diamantina, com acesso no km 5, da rodovia Itaetê-Andaraí, no sentido de Rumo. Pertencia a Agropastoril Quatro Irmãos Ltda, empresa do estado do Espírito Santo. O acampamento reuniu 300 famílias e não menos sonhos.

Tinha quatro filhos, peguei a bicicletinha quando soube da ocupação e fui me afiliar [...] Já tinha ouvido falar pelo rádio e pela televisão que era baderna. Mas também ouvi na novela ‘O rei do gado’, que vi que era diferente, organizado. Chegando no acampamento... tinha uma pessoa organizando... eu disse: quem é o responsável? Eu quero me afiliar. Eu tava com a melhor roupa que eu tinha, sapato preto e tudo, todo social, bem vestidinho... com essa roupa mesma, fiquei oito dias, acabou minha roupa e meu sapatinho, mas deixei meu barraquinho pronto (Entrevista 5, PA Baixão, julho 2007).

Em novembro de 1998, oito meses depois, a Fazenda é desapropriada e, em dezembro, é criado o **Projeto de Assentamento Baixão**, com capacidade para beneficiar 140 famílias.

Em 29 de julho de 1998, o MST organiza a terceira ocupação, na Fazenda Moçambique, localizada próximo a sede municipal, com acesso no km 4, da rodovia Itaetê-Iramaia. O movimento obteve a informação, do gerente da fazenda, de que o proprietário estava em dificuldades financeiras e tinha interesse em que a área fosse desapropriada. Esse acampamento contou com 70 famílias remanescentes de uma ocupação, com intenso conflito e sem sucesso, no município de Marcionílio Souza, agregando mais 130 famílias dos Povoados e da sede de Itaetê, totalizando 200 famílias. Essa Fazenda somente foi desapropriada em novembro de 1999 e em 20 de novembro de 2000 foi criado o **Projeto de Assentamento Moçambique**, com capacidade para 50 famílias.

Figura 5
Oficina 1 – Trajetória e organização para acesso e posse da terra
Pesquisa de campo, maio de 2007



PA Moçambique. Foto: M. Jocélia S. Muritiba / 2007.



PA Santa Clara.
Foto: M. Jocélia S. Muritiba / 2007.



PA União da Chapada. Foto: Carina Cezimbra / 2007.



PA Baixão. Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Rosely Nunes.
Foto: Carina Cezimbra / 2007.

A quarta ocupação no município de Itaetê se deu diferente das primeiras, pois não contou com a coordenação do MST. Um grupo de famílias de lavradores da Comunidade Macaco Seco soube através do prefeito de então, Leonildo Damasceno, que o proprietário da Fazenda São Judas Tadeu estava interessado em vender o imóvel. Este se localizava nas proximidades da Comunidade, com acesso no km 25 da rodovia Itaetê-Andaraí. Organizaram-se, criaram a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Macaco Seco, legalizada em abril de 1998, com o objetivo de adquirir a Fazenda através do Programa Cédula da Terra. Contudo, o proprietário convidou-os a ocuparem a Fazenda, demonstrando interesse pela desapropriação, na condição dos moradores, posseiros, serem beneficiados. Somente em 12/04/2000, o processo resultou na criação do **Projeto de Assentamento São Judas Tadeu**, com capacidade para 35 famílias.

Em 29 de setembro de 1998, aconteceu a quinta ocupação do município de Itaetê, para fins de desapropriação, a quarta organizada pelo MST, com 150 famílias reivindicando a Fazenda Europa do Timbó, que faz divisa com o Parque Nacional da Chapada Diamantina e tem acesso pela rodovia Itaetê-Andaraí, no km 5, sentido Colônia. O acampamento era formado, basicamente, por filhos dos antigos colonos do Projeto de Colonização emancipado, que moravam, na maioria, no povoado ou ainda nos lotes, como agregados dos pais. O **Projeto de Assentamento Europa** foi criado mais de dois anos depois, em 05 de dezembro de 2000, beneficiando 50 famílias.

O ano de 2001 traz a Medida Provisória que impede os imóveis ocupados de serem desapropriados, por dois anos²⁸. Continua uma intensa mobilização, devido a grande demanda por terra ainda existente, sob nova estratégia: os acampamentos passam a ser montados nas margens das rodovias. Começam os trabalhos de base em diversos Povoados de Itaetê e, ainda no segundo semestre de 2001, são organizados três acampamentos. Em 11 de agosto de 2001, na margem da rodovia Itaetê-Iramaia, próximo ao Povoado de Bananeiras, 80 famílias reivindicam a desapropriação das fazendas do conjunto Rancho do Bia, de um ex prefeito de Ibirataia, no Sul de Estado. Em 26/08/2001, na margem da rodovia Itaetê-Andaraí, 200 famílias das localidades de Canabrava, Alecrin, Queimadas, Cruzinha, Poço Encantado e Come Sem Sal, reivindicam a desapropriação da Fazenda Santa Clara, do Fazendeiro Lourival Evangelista de Siqueira, o Lourão, citado nas memórias dos conflitos, da luta pela permanência dos posseiros na terra. Em 02 de setembro de 2001 foi organizado acampamento

²⁸ Portaria MDA nº 62 de 27/03/2001 que exclui assentados da Reforma Agrária devido “a atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”.

com 40 famílias do Povoado de Florentina, na margem da rodovia Itaetê-Iramaia, reivindicando a Fazenda de mesmo nome.

Em 06 de dezembro de 2002 o MST organiza mais um acampamento, o nono do município, no Povoado de Colônia, com 100 famílias, reivindicando uma grande área das fazendas do conjunto Rio Negro, com acesso pela rodovia Itaetê-Andaraí. Esse acampamento recebeu o nome de União da Chapada, pois, reuniria parte das famílias excedentes dos outros acampamentos, onde os imóveis desapropriados tinham uma baixa capacidade de assentamento.

As fazendas reivindicadas pelos quatro acampamentos, organizados a partir da Portaria MDA nº 62 de 27/03/2001, somente foram desapropriadas nos anos de 2004 e 2005. Foram criados os Projetos de Assentamento Florestan Fernandes, com capacidade para 68 famílias, Santa Clara Paraguaciuna, beneficiando 58 famílias, Santa Maria Florentina, para 52 famílias e União da Chapada, que beneficiou 200 famílias, excedentes das ocupações anteriores. Muitas outras grandes propriedades, de Itaetê, foram e ainda são requeridas pelo MST, que mantêm dois grandes acampamentos nas margens das rodovias, mas após 2005 nenhum imóvel foi desapropriado.

Para a população assentada, sob a coordenação do MST, a data da criação oficial dos Projetos, via Portaria do INCRA, é pouco lembrada, ganhando muito mais significado o dia da ocupação, que marca os aniversários dos Projetos de Assentamento, com festejos e místicas. No INCRA, em 2007, constavam dez processos de desapropriação no município de Itaetê, equivalentes a dez Projetos de Assentamento criados, entretanto, a população assentada somente identifica nove grupos sociais, originados dos nove acampamentos realizados para a reivindicação dessas áreas. Portanto, o município conta com nove Projetos de Assentamento, como demonstrado na tabela 8.

A transformação do sonho da terra, na realidade dos assentamentos, se deu para 87% das famílias assentadas em Itaetê, através do engajamento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Uma parcela significativa, 7%, trabalhava para o dono da fazenda e muitos desses se transferiram para os acampamentos, engajando-se na luta pela terra. Outros 6%, recebendo o incentivo do sindicato, associações e/ou parentes e amigos que participavam do trabalho de base do Movimento, procuraram se agregar aos acampamentos. Perto de 100% participaram da ocupação da terra desapropriada e/ou de outras, que não tiveram capacidade de assentamento suficiente para todos os acampados.

Tabela 8
Bahia, Itaetê, Projetos de Assentamento de Reforma Agrária:
Data de ocupação e criação, área e população acampada e assentada, 2007.

Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Data de ocupação/ acampamento	População acampada (famílias)	Data de criação	Área (ha)	População assentada (famílias)
Rosely Nunes	24/08/1996	160	16/06/1997	4.230	160
Baixão	01/03/1998	300	30/12/1998	3.520	140
São Judas Tadeu (Macaco Seco)	-	35	12/04/2000	927	35
Moçambique	29/07/1998	200	20/11/2000	2.026	50
Europa	29/09/1998	150	20/11/2000	1.191	50
Florestan Fernández* (Rancho do Bia, Hararas/Lag. do Tião)	11/08/2001	80	27/12/2004 22/04/2005	582/1291	18/50
Sta Clara/Paraguaciuma	26/08/2001	200	03/08/2005	1.530	58
Sta Maria Florentina	02/09/2001	40	11/05/2005	1.006	52
União da Chapada	06/12/2002	100	28/10/2004	2.990	200
Total de 09 Projetos de Assentamento*		1.265		19.293	813

Fonte: SIPRA – Sistema de projetos de assentamentos, INCRA 2007 / Pesquisa de campo 2007.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba.

* O PA Florestan Fernandes se desdobra para o INCRA em dois Projetos criados, mas a população assentada se identifica como um só grupo social, em apenas um Projeto de Assentamento. O INCRA registra dez Projetos de Assentamento no município, mas a população assentada identifica apenas nove.

Os acampamentos, quando na luta pela terra, permitem a interação das famílias, através da troca de experiências, que são associadas à questão agrária vivida e a condição de excluídos do direito de apropriar-se do fator de produção, objeto de seu trabalho, a terra. A participação “do coletivo” é essencial para a sua legitimação como acampado, meio de educar-se na organização e fortalecer-se como Movimento. Além do trabalho no “coletivo”, são desenvolvidas atividades internas que consistem em reuniões, festejos, místicas, plantios de subsistência no entorno do acampamento, educação e recreação para as crianças.

Cheguei ao acampamento oito dias depois da ocupação... Me dirigi aos militantes e achei na seqüência né, do alinhamento, acha o último barraco e faz o seu depois, sucessivamente... Participava das assembléias, fazia parte de uma brigada e fui entendendo o que era a luta e fui me interessando. Naquele tempo era muita dificuldade de sobreviver no acampamento... (Entrevista 2, PA Baixão, julho 2007).

Em Itaetê, também foram desenvolvidas atividades externas como a participação em passeatas e marchas, eventos festivos no município e ajuda na ocupação de áreas de demanda de outras famílias. Todas as ocupações que deram origem aos assentamentos de Itaetê foram pacíficas, porém, muitas famílias vivenciaram conflitos: antigos, pela posse, conforme os relatos anteriores, ou mais recentes, em acampamentos de outras áreas, resultando em ameaças, agressões e despejos. Além dos conflitos provocados pelos antigos proprietários, as memórias registram amargas lembranças de despejos provocados por incêndios e/ou enchentes, como ilustra o depoimento a seguir.

Cheguei no acampamento, na esperança de ter a terra própria, pra dali tirar o meu sustento de vida. Nós demos sorte, só ficamos oito meses acampado. Nesses oito meses o que mais marcou foi o incêndio e muitas discussões para sobrevivência... o incêndio dos barracos que marcou muito; trabalhava no coletivo, de dia... Tinha trinta e uma brigadas e cada um tinha que fazer uma noite da semana para segurança e trabalhava fora também para o sustento. Aquela apreensão, que você tinha, porque corria o boato que o fazendeiro vinha matar todo mundo de avião, as ameaças do gerente da fazenda... e 8 meses depois sair a imissão de posse... Aí foi uma alegria (Entrevista 2, PA Baixão, julho 2007).

Todas essas dificuldades vividas possibilitaram a construção de um elo de solidariedade, o sentido de grupo, a consciência de uma nova categoria em formação, única forma de relevar as diferenças, superar as disputas de idéias e poder, e manter a resistência para realização do maior desejo, comum a todos, 100%, de ter a terra de trabalho e vida.

[...] Só que a linha do Movimento Sindical era diferente da linha do MST, que é mais fechada: ‘se alguém quer me ajudar, me ajude, mas eu não saio da minha linha’... assim é a linha do MST. Mas a gente se aderiu... houve alguns imprevistos... mas a gente se juntou e eles viram que a gente tava forte... mas isso não me importava porque eu queria chegar no alvo, que era ter a terra (Entrevista 3, PA Baixão, julho 2007).

Quando acontece a desapropriação, efetiva-se a conquista da primeira luta, a terra, materializada em um ato administrativo do INCRA: a Portaria de Criação do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária.

A tensão do acampamento é “aliviada” com a desapropriação da área e criação do Projeto, mas não acaba aí. Outra grande tensão acompanha as famílias: a “Seleção e Legitimação”, simbolizada para o grupo pela “lista do INCRA”, com o nome das famílias que irão compor o novo assentamento, normalmente compatibilizada com “a lista do Movimento” ou do grupo social, se já se configurar, no novo acampamento. A quantidade de famílias acampadas, na maioria das vezes, é maior do que a capacidade de assentamento da área desapropriada, definida pela equipe técnica do INCRA. Significa que, para muitos, ou alguns, a depender do tamanho do acampamento e da capacidade da área desapropriada, ainda pode não ser o momento de transformar o sonho da terra, na realidade do assentamento. O tempo de acampamento, condicionado ao tempo do Estado no processo de desapropriação, já confere a persistência do sonho, que precisa ser alimentado a cada dia, condição para resistir na ocupação.

O Sistema de Seleção do INCRA é orientado por norma, que define critérios eliminatórios e classificatórios, onde são lançados os dados cadastrais declarados e a partir daí gerada uma relação classificatória. Entretanto, em todos os projetos de assentamento de Itaetê, inclusive o Macaco Seco, o processo de seleção se deu conjuntamente pelo INCRA e associação, mais MST e coordenadores de brigadas, nos oito assentamentos coordenados pelo

MST, com a participação das famílias acampadas, em assembléia. Dessa forma, os critérios normativos são apresentados e a esses se agregam outros considerados de igual ou maior importância para o grupo, como o tempo de acampamento e a participação “no coletivo”, instituído por grupos e brigadas. Exerce-se a participação democrática efetiva, numa definição importante para a nova construção social, que também imprimirá responsabilidade. Muitos têm que continuar a luta em outro acampamento. Recomeçar, com um novo grupo, outro barraco provisório, outros temores... Ou desistir do sonho.

3.3 POPULAÇÃO ASSENTADA E TERRITORIALIZAÇÃO

Para as famílias “selecionadas”, inicia-se um novo processo. Sua ligação com a vida natural e a condição de trabalhadores que lutaram pela terra, são os elos originais que regam e oxigenam a nova identidade a ser formada, de assentado. A luta pela terra se constitui, para muitos, numa “iniciação” social e política. A territorialização da luta pela terra dinamiza a ação do Estado e possibilita a criação dos assentamentos. Criados os assentamentos, começa uma nova luta, para manter-se na terra conquistada e consolidar-se como assentados. Será necessário a territorialização da população assentada, uma nova estrutura social em um novo processo.

A territorialização, além de possibilitar a impressão da visão e da compreensão de mundo, do novo grupo social, no contexto geográfico, vai permitir a visibilidade da nova estrutura como elemento constitutivo e interativo de um contexto mais amplo. O reconhecimento e a apropriação do espaço pela população assentada é caminho para a sua territorialização. Compreendemos o espaço “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1999, p.51, *in* SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004, p.6). Os sistemas de objetos são as formas encontradas, ressignificadas ou transmutadas, bem como as novas formas criadas, pela população assentada, nas áreas desapropriadas. Os sistemas de ações formam a estrutura, aspectos sociais e econômicos de uma sociedade em dado momento: assentados da reforma agrária, que através da organização social lutaram pela terra e agora deverá lhe dar o sentido da luta, atribuindo-lhe e a tudo que está sobre ela, uma função-social.

Inicia-se o processo de territorialização quando a população assentada se apropria do assentamento, tornando-o um território, que em conjunto com os demais, passa a fazer a mediação com o município, a região, o estado, o mundo. Essa mediação vai dar continuidade ao processo de territorialização, com a apropriação de outros espaços, objetivos e subjetivos, em diferentes escalas e contextos, que devem resultar em novas conquistas, que possibilitem a qualidade de vida e bem-estar desejados, no seu modo de viver.

Como todos os projetos foram precedidos de ocupações sem conflitos, 74% das famílias já tinham algum conhecimento da área desapropriada. Exploravam inicialmente no entorno dos acampamentos, alguns adentravam mais, outros usavam os caminhos, de passagem para outros lugares ou ainda trabalhavam para o antigo dono da fazenda. Mas, finalmente, todos consolidavam o reconhecimento através das “brigadas”, divisão de trabalho utilizada pelo Movimento, com formação de grupos de dez famílias, que se revezam nas diversas atividades de produção e manutenção do espaço comum e, principalmente, quando da demarcação da área. Novo acampamento será construído, numa nova construção social. O novo acampamento terá mais uma vez um caráter provisório, pois que, enquanto não se planeja a unidade produtiva como um todo, a produção e a economia continuam somente de subsistência, com plantas temporárias, como na etapa anterior, nos acampamentos de luta pela terra.

A escolha do local do novo acampamento normalmente se deu aproveitando recursos existentes na fazenda desapropriada, para atendimento às necessidades básicas: proximidade de recursos hídricos e infra-estruturas de apoio, tais como estradas, construções, rede de energia e outras. A subsistência é uma grande preocupação na vida inicial do assentamento, pois, mais uma vez, depende da prioridade e agilidade do Estado em disponibilizar os primeiros serviços e recursos do Programa Crédito de Instalação. Direcionados para o suporte inicial às famílias, de alimentação, produção e moradia, possibilitando a sua permanência no assentamento, esses créditos dificilmente são disponibilizados com agilidade. O Estado não consegue imprimir nas suas ações, o ritmo demandado pela necessidade das famílias em trabalhar a terra. Conforme Germani (1997), “a lógica e o ritmo das ações do Estado transformam o espaço produtivo dos assentamentos em uma contínua situação de contradição e conflito” e, dessa forma, “a produção nos assentamentos extrapola a ótica produtivista e passa a ser uma estratégia política”. Por isso, os assentados antecipam-se, na maioria das vezes à ação do Estado, e passam a atuar no planejamento da terra conquistada, com os conhecimentos e informações de que dispõem.

O abastecimento de alimentos, nessa etapa dos projetos de assentamento de Itaetê, tem sido feito principalmente através da venda de diárias, complementadas com os plantios de subsistência individuais e coletivos, mais a ajuda da prefeitura e das cestas básicas, “conseguidas pelo Movimento”. As primeiras necessidades conduzem à aproximação com o espaço, que se permite apropriar, algumas vezes de forma generosa. Todavia, essa apropriação, sendo por um coletivo, é preciso cautela, discussões e acordos. É preciso delegar responsabilidades e assumir responsabilidades, é preciso superar diferenças e dúvidas e, sobretudo, confiar. É o começo de uma nova luta pela sobrevivência sob novas bases, sob novas relações.

Quando saiu a imissão de posse... a gente começou a alugar o pasto né... Pras famílias ir sobrevivendo... e me tiraram na época, eu, como tesoureiro prá administrar o recurso... O que entrava de recurso... Eu me lembro que a gente comprou dois caminhões de comida e partia entre todos os assentados... Nós compramos de um viajante de Jequié, chamado Rogério... Dividia tudo em partes iguais com todos os acampados da época (Entrevista 2, PA Baixão, julho 2007).

Todas as desapropriações incluíram algum tipo de beneficiamento e/ou implemento, tais como pastagens, cercas, curral e balança. As brigadas davam manutenção e até a demarcação dos lotes, de acordo com as declarações das famílias assentadas durante as oficinas, os pastos eram alugados a terceiros para ajudar a sobrevivência do Projeto. A renda era revertida para a manutenção dos implementos comuns, bem como para a ajuda alimentar. Além dessas benfeitorias, oito fazendas desapropriadas possuíam boas sedes, cinco possuíam reservatórios e motor-bomba, uma dessas com sistema de irrigação, contando com quatro pivôs centrais.

Essa experiência inicial se constituiu no primeiro desafio de gestão a ser vivenciado pelas novas organizações, uma vez que foram testadas na responsabilidade de administrar o bem comum, de forma cuidadosa, ética e justa, sem ter tido antes, na maioria das vezes, qualquer vivência gerencial de fatores de produção que não fosse o próprio trabalho. As decisões foram e são tomadas em assembléia e, dessa forma, quando a prática se desvia do planejado os conflitos surgem como mais uma oportunidade do aprendizado na construção social. Entretanto, em alguns PA esse processo se constituiu em elemento de conflito ou frustração, pelo pouco ou nenhum conhecimento do uso e gestão desses recursos. Nesses, as instalações não foram bem utilizadas, tendo por isso uma precária manutenção, correndo o risco de perder-se. O projeto de assentamento que dispõe de um sistema de irrigação, com os pivôs centrais, também não os utiliza, até então. Cabe o questionamento da necessidade de ter sido desapropriada esse tipo de benfeitoria, para uma população sem nenhuma tradição nessa

tecnologia sem, tampouco, ter recebido qualquer orientação técnica ou capacitação para utilizá-la.

Para iniciar a atividade de plantio, foi identificada uma “área comunitária” de boa fertilidade, onde cada família pôde se apropriar de um “lotinho”, que varia entre 2 a 5 tarefas, para cuidar e para plantar. Além do trabalho nos lotinhos, também se identificou uma área para plantio coletivo, a ser trabalhada pelas “brigadas”.

[...] Grilo (liderança do MST) veio conversar comigo e viu que a minha discussão era para o coletivo e me pediu idéias e eu sugeri que tinha que começar os trabalhos em uma área e aí surgiu os lotinhos – demarcados no grito... nosso engenheiro era o grito (Entrevista 2, PA Baixão, julho 2007).

Quando ainda acampados, identificam-se lideranças, embriões das direções da associação a ser constituída, exigência do INCRA, como entidade representativa do Projeto de Assentamento. Todos os projetos de Itaetê formaram sua associação antes da criação do projeto, oficializando-a depois, em chapa única, homologada em assembléia. A exceção foi no assentamento São Judas Tadeu que legalizou antes de entrarem na área, por orientação do prefeito de então, como condição estabelecida pelo Programa Cédula da Terra. Nos demais projetos, coordenados pelo MST, existe uma mediação mais frequente e permanente, entre a associação e os assentados, através das brigadas, por seus coordenadores, responsáveis pela animação do “coletivo” e prestação de contas dos trabalhos, definidos para a brigada.

O “coletivo” traduz a união e a cooperação, sendo uma das melhores lembranças do momento no acampamento. Apesar disso, é uma prática mantida com dificuldade e sem entusiasmo, pois, a maioria já se concentra no individual, ou melhor, no familiar, necessitando de chamada, quase apelo, nas reuniões, assembléias e encontros diversos, para garantia da manutenção das áreas e equipamentos comuns. A participação na construção do novo espaço de socialização é cobrada, seja nos trabalhos do coletivo, nas festividades comemorativas, nas reuniões convocadas pela associação e, em oito projetos, nas atividades promovidas pelo Movimento, internas e externas ao assentamento. As crianças e jovens freqüentam a escola e também participam de atividades domésticas, plantios nas áreas da família e coletivos. Nos eventos cívicos do município, encontros e festas comemorativas se assumem como “sem-terrinhas”, apresentando-se em peças de teatro, re-contando sua história. A história de luta e realização do sonho.

Apesar do empenho para manutenção do espaço social, antes construído em todos os projetos de assentamento estudados, o assentamento é apresentado como um novo momento, uma nova construção social. Esse fato é ilustrado quando falam da “saúde” das práticas

sociais, culturais e políticas vivenciadas quando da ocupação. Significa que muitas dessas vivências se perderam com a criação do projeto. Na oficina de pesquisa de campo, no momento de reflexão sobre a trajetória do grupo, muitas lembranças e emoções foram revividas. Contudo, quando convidados a encerrar os trabalhos com uma apresentação, que expressasse a trajetória vivida, alguns assentamentos quiseram trazer uma mística, nem sempre lembrada. Outros expressavam, sem dificuldade, com vigor e emoção o processo de luta coletiva, através de um hino ou um poema seguido de palavras de ordem ou mais algum detalhe lembrado.

Alguns assentamentos mantêm as antigas práticas, mesmo que outras tenham surgido. Alimentam sua identidade com místicas utilizadas durante a luta pela terra, re-significam os lugares, ricos de memórias das lutas, como símbolo da cooperação que resultou na conquista. Daí, quando se questiona sobre os espaços mais freqüentados, é comum citar-se um certo “pé de Juá”, ou a “praça da beira do rio” (PA Santa Clara), ou o “palco das árvores” (PA União da Chapada), testemunhos, antes e agora, de muitos sentimentos, discussões e deliberações. No Projeto Santa Clara, a oficina se tornou itinerante: começou-se “a prosa”, com poucas pessoas, no pé de Juá; chegando mais companheiros, mudou-se para a escola recém construída em mutirão; em seguida seguiu-se, em procissão, pelo caminho que nos levou para um bosque, na beira do rio, “praça” de referência para os grandes encontros.

Os galpões são espaços onde acontece todo tipo de socialização, desde reuniões, trabalhos artesanais, estudo e diversão; os campos de futebol e área de cavalgada, fonte de lazer; o “coletivo”, trabalho de grupo desenvolvido pelas brigadas e desenvolvido, mais recentemente, também, por grupos de jovens é atividade relacionada à manutenção da unidade e identidade do assentamento. Entretanto, os lugares mais freqüentados são os lotinhos, espaços de produção presentes na maioria dos assentamentos de Itaetê, que garantem a reprodução familiar quando desapropriada a área, normalmente consolidados com o PDSA e a demarcação. A escola é, também, freqüentemente utilizada para reuniões de grupos de interesses, comemorações e festejos. Os rios, espaços de lazer e trabalho.

Apenas em um assentamento de Itaetê, a organização para a conquista e posse da terra, se deu sem a participação do MST. Em oito dos nove assentamentos, também, o planejamento inicial de ocupação e uso da área se deu com a participação do MST, debatido em assembléias, as quais tiravam indicativos das atividades iniciais: reconhecimento do espaço conquistado; identificação do lugar de moradia, onde vão fazer os novos barracos, até a chegada dos primeiros recursos federais para implantação do projeto; limpeza das áreas

comuns; o que, onde e como plantar para subsistir e resistir; como organizar e dividir o trabalho. Entretanto, para cada grupo social, essa condução repercute de uma forma diferenciada, dependendo da constelação de fatores e bagagens individuais trazidas, como veremos no decorrer dessa investigação.

Diversos fatores e atores estarão envolvidos no processo de territorialização da população assentada, atuando em diferentes contextos. O meio físico, as relações sociais, as famílias assentadas, as experiências e saberes, o entorno, as institucionalidades. Cada assentamento é constituído de uma forma única de combinação de fatores, com uma identidade e uma territorialidade singular, mesmo que, praticamente, sob uma única bandeira, a do MST.

3.3.1 TERRITORIALIDADES SINGULARES EM FORMAÇÃO

Observamos que, sendo o assentamento de Reforma Agrária um mosaico de relações sociais, resultante de heterogeneidades próprias da sua constituição, vamos encontrar no seu interior diversos grupos sociais que se relacionam, configurando territorialidades próprias.

As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica, etc. [...] é um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos *mediatizada* pelo espaço (SOUZA *in*, CASTRO, I. E., 1995, p.99).

Existem as diferentes trajetórias dos sujeitos sociais, que, mesmo vindo de um mesmo povoado, trazem sua bagagem cultural própria. Viveram relações de trabalho com distintas formas de subordinação, viveram relações sociais, com distintos focos e orientações, ou, até mesmo, mantinham as relações sociais restritas apenas ao ambiente familiar (Tabela 9 e 10). A família, por sua vez, constitui constelações únicas. As diferenças se apresentam na força de trabalho disponível, na organização e distribuição de atribuições, no aporte de experiências, bens e recursos. A conjunção e interrelação entre os vários componentes humanos, tais como trajetórias, experiências e culturas, mediadas pela configuração espacial encontrada nas áreas desapropriadas e entorno, vão determinar o processo de territorialização da população assentada em cada Projeto de Assentamento criado.

Tabela 9
Bahia, Itaetê, População Assentada:
Moradia e relação de trabalho anterior, em números relativos (%).

Moradia e relação de trabalho anterior	Rosely Nunes	Baixão	Moçambique	São Judas Tadeu	Europa	União da Chapada	Maria Florentina	Florestan Fernandes	Sta. Clara
Povoados - venda de diária ou ganho por produção.	66	71	17	77	58	78	54	18	42
Terras da família - subsistência	24	-	42	9	19	13	9	9	53
Terras de outros - posseiros	5	28	35	-	23	5	25	70	5
Fazenda desapropriada - moradia e trabalho	-	-	6	9	-	1	-	3	-
Cidade - Moradia e trabalho	5	1	-	5	-	3	12	-	-

Fonte: pesquisa de campo em maio de 2007.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

Tabela 10
Bahia, Itaetê, População Assentada: Formas de socialização antes do assentamento, em números relativos (%).

Projetos / Formas de Socialização anterior	Rosely Nunes	Baixão	Moçambique	São Judas Tadeu	Europa	União da Chapada	Maria Florentina	Florestan Fernandes	Sta. Clara
Associação	21	4	2	83	-	8	-	-	28
Sindicato	5	6	-	-	-	19	-	-	16
Grupo religioso*	9	25	-	26	4	19	8	-	10
Grupo de esporte	1	3	-	-	-	20	-	-	-
Grupo de jovem	-	3	-	-	4	4	-	-	-
Grupo de mulheres	-	-	-	-	8	1	-	-	-

*Incluindo os de raízes africanas, "Terreiros de Santo", sendo 2% no PA Baixão e 4% no PA Europa.

Fonte: pesquisa de campo em maio de 2007.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba.

É a combinação dos espaços, social, político e material, em processo contínuo de apropriação e produção, que configura a territorialização singular de cada Assentamento, resultante de sua dinâmica própria (Figura 6).

Figura 6 Territorialidades Singulares



PA Europa..
Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Baixão.
Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Santa Clara.
Foto: M. Jocélia S. Muritiba / 2007.



PA Baixão.
Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Santa Clara.
Foto: M. Jocélia S. Muritiba / 2007.



PA Moçambique.
Foto: M. Jocélia S. Muritiba / 2007.



PA Moçambique.
Foto: M. Jocélia S. Muritiba / 2007.

O Projeto de Assentamento Rosely Nunes (1997), primeira conquista no município de Itaetê, resultante da primeira ocupação organizada pelo MST, reúne os pioneiros, comissão de frente do Movimento em Itaetê, contando inclusive com uma das primeiras lideranças formadas nos trabalhos de base na região. Das 160 famílias hoje assentadas, a maioria de 66% veio de povoados vizinhos, principalmente Colônia, e sobreviviam da venda de diárias ou trabalho por produção nas fazendas de entorno. Um número significativo, 24%, morava e trabalhava em áreas de terra da própria família e os demais moravam em terras de outros ou desenvolviam algum tipo de atividade urbana, nos municípios de Itaetê, Nova Redenção e Andaraí. Referente à socialização, antes do assentamento, essa se dava principalmente através de associações e, em menor expressão, em grupos religiosos, sindicato, grupos de jovens e esporte (futebol). Alguns foram vítimas de despejos em outras ocupações e outros municípios da região.

As melhores lembranças que ficaram de antes do assentamento para a população de Rosely Nunes são a união e cooperação durante a ocupação. Entre as piores lembranças, estão os perigos que enfrentaram nos barracos e uma marcha do MST, quando foram vítimas de um acidente e um assalto.

Tinham uma ligação estreita com o fazendeiro desapropriado e com o prefeito anterior, Leonildo Damasceno, mais conhecido por Bolota, que, segundo declarações, ajudou no abastecimento de alimentos quando da ocupação. Em 1998, um ano depois do projeto criado, romperam com o MST. Alguns assentados declararam que não queriam ser mais mandados. Lideranças do Movimento declararam que, além do desgaste das lideranças locais que acompanhavam o Projeto na época, houve a influência do prefeito Bolota, também técnico da EBDA, que temia perder “o controle” sobre a população assentada e, conseqüentemente, o apoio político.

Nos contatos com a população assentada no PA Rosely Nunes, foi possível perceber certa dependência dos “projetos” para aquisição de crédito, que são desejados como a solução de todas as dificuldades. Entretanto, ao questionarmos a quais projetos se referem, mostraram-se confusos, finalmente associaram-nos a recursos, ainda assim sem ter a clareza de em que investir. Percebe-se uma necessidade no grupo de uma “proteção” externa, talvez pelo vácuo deixado pelo rompimento com o MST, que, todavia, continua a não ser bem-vindo como liderança.

A maior sombra no PA hoje é a inadimplência pelo PRONAF, que acreditam ser o único impedimento para os “projetos” e para o sucesso do PA. Outro constrangimento é a

falta de perspectiva para os jovens, que, contudo, começaram a se organizar e discutir alternativas para ajudar na renda familiar, mas ainda estão quebrando as barreiras da própria cultura, pois, sofrem a resistência de muitos pais a sua organização. Estrategicamente, estão ganhando a confiança com a promoção de atividades para a socialização da comunidade, nas datas religiosas. Apesar de terem contato com jovens de outros Assentamentos, através do ensino médio na sede municipal e da Escola Família Agrícola (EFA), não estabeleceram ainda nenhuma articulação como assentados que são, mas já percebem que essa pode ser uma alternativa para se fortalecerem como grupo.

O Projeto Baixão (1998), segunda conquista resultante da segunda ocupação em Itaetê, foi criado com capacidade para beneficiar 140 famílias, segundo equipe técnica do INCRA. O acampamento, muito grande, teve que reduzir a menos da metade o número de famílias, tendo sido estabelecido pelo grupo e o INCRA, os critérios para encaminhar a questão, como ilustra o depoimento de assentado.

Nós começou com trezentas famílias acampadas, vindas de primeiro lugar de Rumo, segundo Colônia, poucos de Bananeiras, cinco, e só dois de Iramaia. Quando saiu a imissão de posse nós tinha 220, processo difícil de ir eliminando, numa área que na discussão com o INCRA, só cabia 140. Mas, na legitimação tinha 161 famílias... Com um critério: cada uma dessas famílias que fosse saindo não reocupar a vaga, até chegar as 140 que é hoje (Entrevista 2, PA Baixão, julho 2007).

Das 140 famílias hoje assentadas, 71% vieram dos povoados próximos, principalmente Rumo, seguido de Colônia e Bananeiras e trabalhavam, principalmente, nas fazendas do entorno; 26% faziam roças em posses ou áreas arrendadas em terras de outros; 2% eram assalariados rurais e 1% desenvolvia algum tipo de atividade na sede municipal.

Dos participantes da oficina, um percentual significativo de 41% declarou ter tido vivências de socialização fora do ambiente familiar, antes de serem assentados. Desses, 25% socializavam em grupos religiosos, incluindo nesse percentual 2% que freqüentavam “Terreiros de Santo”, 6% eram sindicalizados, 4% integravam alguma associação, 3% participavam de grupos de esporte (futebol) e 3% declararam participar de grupos de jovens.

A maioria, 94%, participou do acampamento da luta pela terra e alguns já haviam sido vítimas de despejos em outras ocupações em outros municípios da região. Os desejos mais recorrentes na vida de todos, podem ser contemplados na declaração de um: “Possuir terra, cultivar e continuar ampliando a produção - começar de alpercata pra terminar de sapato” (Coletiva 1, Baixão, maio 2007). Todos declararam ter conhecido o que a fazenda tinha a

oferecer, antes da desapropriação, mas afirmam que, na demarcação, “cortando os rumos”, a conheceram melhor.

A associação, segundo declararam, foi constituída e oficializada antes da criação do Projeto, tendo concorrido duas chapas. A apropriação das benfeitorias encontradas, pastagens, currais, 15 caixas d’água, que ficam em lotes, mas que possuem uso comum e três motores com bomba d’água, se deu passando por discussão em assembléia, beneficiando todo o grupo. O grupo social demonstra disposição em procurar alternativas para as dificuldades encontradas. Os problemas existentes e os conflitos são deflagrados e discutidos amplamente com a participação inclusive dos jovens e das crianças, presentes, curiosas e envolvidas durante a pesquisa.

Entre as piores lembranças de antes está a fome que alguns passaram em momentos da vida, os perigos que enfrentaram no acampamento, e, a mais recente, a dívida do PRONAF. As melhores lembranças que ficaram de antes do assentamento são a união e cooperação durante a ocupação, ver o nome no cadastro do INCRA e a notícia da imissão na posse. As crianças, hoje jovens, quando no acampamento, contribuía nos eventos na cidade como sem-terrinhas – com apresentação de teatro nas datas cívicas e encontros regionais do MST. Fizeram questão de registrar algumas alegrias depois de desapropriada a área, como o acesso a água, luz e telefone, a construção da escola e o acesso aos recursos iniciais provenientes do INCRA, seguido do PRONAF.

Dentre os maiores desejos, hoje, estão: o pagamento da dívida do PRONAF, para ter acesso a novos créditos para produção e investimento; o desenvolvimento do PA através da manutenção da união, do aumento da produção; implantação de uma agroindústria de farinha, com feccularia; o ensino médio no PA, que cursam hoje em Itaetê; e o Projeto de Inclusão Digital.

Percebe-se, no grupo social do PA Baixão, um grande respeito pelo “Movimento”, sempre mencionado nas boas lembranças e no apoio recebido nas discussões internas, na tomada de decisões e na organização. No entanto, lembram das dificuldades quando do acampamento e criação do assentamento, geradas pela forma de condução de alguns processos, pelas lideranças locais do MST, com a qual não concordavam, causando conflitos. Porém, lembram também que os conflitos eram dissipados em função do que consideravam mais importante, “chegar no alvo, que era ter a terra” (Entrevista 3, Baixão, julho 2007), enquanto iam conquistando o respeito das lideranças regionais, como podemos observar na declaração de assentado, a seguir.

Quando desapropriou tinha conflito entre Bigoreço... um militante da época e muitos de nós... Aí, uma coisa boa é que o movimento mandou Grilo para coordenar os trabalhos, e eu acho... para me tirar também... Grilo veio conversar comigo e viu que a minha discussão era para o coletivo... (Entrevista 2, PA Baixão, julho 2007).

Observa-se uma autonomia diferenciada na população desse assentamento, tanto em relação ao Movimento, mesmo tendo vários assentados hoje militantes, quanto em relação às demais institucionalidades com as quais se articulam, em maior número que os outros Assentamentos do município. O grupo busca encaminhar os processos internamente e somente quando encontra dificuldades em algum encaminhamento, envolvem o Movimento, INCRA e outros, a depender do tema em questão, entretanto, estabelece claramente os pontos de chegada, os objetivos pretendidos.

Através da Associação, foram definidos critérios que estabelecem a moradia e o trabalho na área como condição para permanecer assentado, reunindo, dessa forma, a vida ao trabalho. As famílias que não atendem a essa definição são chamadas, em assembléia, na qual se justificam, ajustando-se à determinação da maioria do grupo, em tempo votado e acordado. As que escolhem continuar morando ou trabalhando fora da área são substituídas por outras, a maioria formada por filhos dos próprios assentados nesses quase dez anos do Projeto criado, em um processo de muita discussão e disputa em assembléias.

A sobrevivência na área, à primeira vista, ainda é difícil, segundo declaram, pela escassez das chuvas que resulta em muita perda de produção, principalmente do feijão e do milho, mas, segundo depoimentos, poucos recorrem a venda do dia, ocasionalmente, em outras propriedades. Assim, apesar da dificuldade para geração de renda, o PA Baixão é, entre todos, o que configura mais claramente o processo de territorialização da população assentada, tanto na construção social e política como na apropriação do espaço material.

O Projeto de Assentamento Moçambique (2000), terceira conquista no município, beneficia 50 famílias. A maioria dessas famílias declarou ter tido uma relação de posse da terra, antes do assentamento, sendo 42% em pequenas áreas de terra da própria família e 35% em terras de outros. De povoados do entorno e da sede municipal vieram 17% e 6% eram moradores da própria fazenda. Referente à socialização, antes do assentamento, declararam que, fora do ambiente familiar, somente freqüentavam a igreja e uma liderança participava de uma associação. Todos declararam conhecer a área antes da desapropriação e todos participaram do acampamento na ocupação da fazenda, alguns já tendo sido vítimas de despejos em outras ocupações, com tiroteio e ameaças.

A associação foi constituída e oficializada depois da criação do Projeto, com apenas uma chapa, escolhida e votada em assembléia. Dentre as benfeitorias desapropriadas, encontraram pastagens, dois currais, uma baia, quatro motor-bomba, três reservatórios de água, quatro casas de trabalhadores, localizadas na área que sediou a agrovila e duas casas sede. A apropriação das benfeitorias encontradas se deu passando por discussão em assembléia. As pastagens foram alugadas para manutenção dos equipamentos encontrados e compra de alimentos. Um dos currais foi adaptado para servir à nova estrutura social e assumir uma nova função: espaço de discussão e deliberação nas assembléias e espaço de música e dança nas datas comemorativas - espaço de socialização.

Como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo. Por isso, estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social (SANTOS, 1985, p.2).

Reservatórios e motores-bomba, que eram usados para abastecer os pastos do latifúndio, passaram a abastecer, também, a agrovila e lotes. As casas receberam adaptações nas suas formas para assumir as novas funções: duas escolas, dois depósitos, um escritório e uma casa para visitantes.

As melhores lembranças que ficaram, de antes do assentamento, para a população de Moçambique, são a união e cooperação durante a ocupação, bem como as festividades e brincadeiras. As crianças, hoje jovens, recordam que participavam “do coletivo”, dançavam forró e brincavam no rio. Um desses jovens é tratorista da associação. Entre as piores lembranças, estão uma primeira marcha do MST e a “expulsão de companheiros errados”. O maior desejo da população atualmente é o acesso a novos créditos “para plantar e criar”. Entretanto, constatamos a apropriação do assentamento, pelas pastagens, plantada ao lado de cultivos de mamona, consorciada com milho, amendoim e feijão, tendo sido implementado, nos últimos dois anos, o cultivo do abacaxi por algumas famílias, com recursos próprios.

O grupo demonstra uma boa articulação com a Prefeitura, e já elegeu um vereador, então assentado, hoje desistente por divergências internas e com o MST. Uma pequena área do Assentamento foi inundada pela Barragem Madeira de Melo, resultando em um acordo, com a Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB), que vai propiciar água em todos os lotes. A população assentada de Moçambique, dessa maneira, configura um processo de territorialização, tendo como a principal base a apropriação política, seguida da apropriação material em curso.

O Projeto de Assentamento São Judas Tadeu (2000) foi resultante da quarta ocupação em Itaetê que gerou assentamento, em total acordo com o proprietário, que mostrou interesse em ser desapropriado e convidou as famílias da comunidade de Macaco Seco a montarem o acampamento na propriedade, sem a liderança, portanto, do MST. Das 35 famílias hoje assentadas no PA São Judas Tadeu, 77% veio da comunidade próxima à fazenda desapropriada e trabalhava na própria fazenda e em outras do entorno, 9% veio da comunidade, mas eram agregados em pequenas posses da família, aproximadamente 10% eram moradores da própria fazenda e 5% morava na sede municipal. Referente à socialização, antes do assentamento, 83% participava da associação Macaco Seco, e desses, 26% era sindicalizado e participava de grupos religiosos. Um pequeno percentual, de menor expressão, declarou participar em grupos de mulheres, jovens e esporte (futebol). Todos declararam conhecer a área antes da desapropriação, trabalhando para o proprietário e utilizando os caminhos internos de passagens para outros lugares. Apenas um não participou do acampamento na ocupação da fazenda, chegando depois do PA criado. Mesmo os moradores foram aconselhados pelo fazendeiro a participarem do acampamento. Nenhum enfrentou conflitos.

A apropriação das benfeitorias encontradas se deu, passando por discussão em assembléia. Encontraram pastagens e um curral com balança, que utilizam hoje para manejo dos animais financiados pelo PRONAF, e um motor-bomba com sistema tubular que levava água para os pastos, até hoje sem uma destinação, apesar de uma grande dificuldade, declarada, ser a distância do rio para os lotes. A tubulação ficou enterrada e, segundo depoimentos, “já se acabou”. Encontraram também pequenas roças de subsistência dos antigos moradores, que foram colhidas pelos mesmos.

As únicas boas lembranças que a população do PA São Judas Tadeu tem, de antes do assentamento, é a entrada no barraco dentro da fazenda e o dia que receberam a notícia de imissão na posse. A partir do assentamento, os momentos de maior alegria foram proporcionados pela casa com água, a partir do recebimento do crédito Aquisição Material de Construção e “o corte dos lotes”, como ilustra o depoimento de um dos assentados: “Fiquei tão enceguerado que nem comia, só trabalhava, até que adoeci.”. Entre as piores lembranças, estão a “situação precária da vida”, antes do assentamento, e a morte de companheiros, antes de ter a terra (Coletiva 1, São Judas Tadeu, maio 2007).

O maior desejo da população hoje é ter água nos lotes e acesso a novos créditos, para obter renda da produção. As famílias declararam ter que trabalhar vendendo o dia fora, para se

manterem na área, que, por ser muito seca, não possibilita a lavoura. Contudo, tiveram acesso ao PRONAF A para financiamento de bovinos, sendo o único, dos cinco assentamentos, que não está inadimplente. Afirmam que, sem irrigação, a única atividade possível é a pecuária, mas a área dos lotes, onde mantêm o pequeno rebanho, é insuficiente para a sustentabilidade e reprodução da família, somente com essa atividade. A mamona é plantada, consorciada com o milho ou o feijão, bem como a mandioca, em pequena quantidade, pelo risco da perda e por falta de recursos de crédito para se manterem até a colheita da produção, segundo declararam.

O grupo demonstra preocupação em manter-se organizado e cumprir suas obrigações, para garantir o acesso a novos recursos, mas tem tido dificuldade de encontrar assistência técnica confiável, que elabore o projeto e continue acompanhando as atividades. Tem uma boa articulação com a Prefeitura, que atende o PA com os serviços de educação, saúde, transporte e merenda escolar. O PA São Judas Tadeu demonstra coesão no grupo social, que procura manter-se unido e cooperativo, mantendo suas tradições culturais. O uso de ervas e rezas de cura é muito freqüente. Entretanto, apesar de ser o único Assentamento adimplente com o PRONAF, o grupo demonstra uma grande fragilidade na apropriação material e muita dependência do poder público municipal.

O Projeto de Assentamento Europa (2000), resultou do quinto acampamento no município para fins de reforma agrária, que, diferente dos demais, foi montado próximo ao imóvel, mas, fora dele, em área do Projeto de Colonização de Andaraí, emancipado, nas proximidades do povoado de Colônia. A fazenda, segundo depoimento de lideranças locais, era muito isolada e abandonada, não oferecendo segurança para o acampamento de 150 famílias. O Projeto foi criado com capacidade para o assentamento de 50 famílias. Dessas, 58% moravam no Povoado de Colônia e trabalhavam no próprio povoado e nas fazendas vizinhas, 23% eram meeiros e 19% eram agregados aos lotes da família. Moravam em outros municípios 4% das famílias. Referente à socialização, antes do assentamento, 8% declarou participar de grupos de mulheres, 4% de jovens, 4% de terreiros de Santo. O PA Europa conta com uma liderança regional assentada, Jose Luis de Jesus Serra (Grilo), também vereador no município. As memórias registram um conflito com o gerente da fazenda, quando da ocupação, sendo todos chamados a depor na delegacia municipal. Somente 44% declararam conhecer a área antes da desapropriação, trabalhando para o proprietário.

Como a maioria das famílias veio do Projeto de Colonização, com grande dificuldade de acesso a água, o maior desejo motivador da ocupação era ter terra com água, o que não falta no Projeto Europa, banhado pelo rio Una e Timbó. A associação foi constituída durante a

ocupação, mas somente foi oficializada depois da criação do Projeto, com chapa única, escolhida e votada em assembléia. A benfeitoria encontrada foi um curral, em mau estado de conservação, que reformaram e utilizam hoje para manejo dos animais financiados pelo PRONAF.

As melhores lembranças que a população do PA Europa tem, de antes do assentamento, é o sonho da terra, a união da ocupação e o dia que receberam a notícia de imissão na posse: “...quando o congo²⁹ tocava todo mundo vinha para saber se era uma notícia boa ou ruim” (Coletiva 1, PA Europa, julho 2007). A partir do assentamento, os momentos de maior alegria foram proporcionados pelo “corte dos lotes” e recebimento dos créditos. Entretanto, lembram que, como “chegou tudo de uma vez” (Coletiva 2, PA Europa, julho 2007), foi muito difícil administrar para se ter bons resultados.

O maior desejo da população hoje é ver concluída a ponte que liga a agrovila aos lotes, uma grande obra inacabada, com recursos da ação de infra-estrutura do INCRA. A água tão desejada “é a maior riqueza e a maior pobreza” (Coletiva 2, PA Europa, julho 2007), a um só tempo, pois, no período das chuvas, quando mais precisam estar trabalhando, o rio enche, impedindo-os de chegar aos lotes. As famílias declaram ter que trabalhar vendendo o dia fora para se manterem na área. Tiveram acesso ao PRONAF A para financiamento de um pequeno plantel de bovinos, mas também estão inadimplentes. A mamona é plantada, consorciada com o milho ou o feijão, bem como a mandioca, em pequena quantidade.

Não demonstram nenhuma satisfação com o Prefeito, apesar de serem atendidos com os serviços de educação, transporte, merenda escolar e abastecimento de água para as casas, sendo parte desses serviços executados por membros das famílias assentadas, que recebem salários da prefeitura. O serviço de saúde é oferecido no Povoado Colônia, a dois quilômetros da agrovila, o que causa muita insatisfação.

O PA Europa demonstra uma apropriação material bastante diferenciada dentro do grupo, por distintos meios utilizados para a sobrevivência: produção agropecuária, aposentadoria, bolsa família e assalariamento da prefeitura. Demonstram uma grande dependência do poder público municipal. A sociabilidade também se dá de forma diferenciada dentro do grupo. Os que moram na agrovila, muito cooperativos e interativos, vivem e revivem muitos momentos de encontros, brincadeiras e festividades, referência no entorno, na sede municipal e nos outros assentamentos. A diversidade se expressa, também, na

²⁹ Disco de metal pendurado em uma árvore, espaço de assembléias, desde a época do acampamento, utilizado ainda hoje para reunir as famílias.

religiosidade, com a convivência de diferentes crenças no mesmo espaço. Entretanto, o grupo ainda não consegue aproveitar a riqueza cultural e a sociabilidade como sinergia para a produção material da vida. Os que moram e trabalham nos lotes, interagem pouco e produzem um pouco mais, apesar das dificuldades da seca e do isolamento no período chuvoso, pela enchente do rio. Os que moram na Colônia e somente trabalham nos lotes, 32% das famílias, não construíram vínculos sociais e afetivos no assentamento, continuando ter como referência a vida no povoado.

Os acampamentos organizados após a criação do PA Europa, a partir da Portaria MDA nº 62, de 27/03/2001, passaram a ser montados nas margens das rodovias de Itaetê. O fato político era criado, a tensão existia, mas o conflito nem sempre se configurava, gerando certa acomodação do fato e prolongando-se a espera e o sofrimento das famílias que permaneciam acampadas. Muitas retornaram para os povoados de origem, descontinuando a organização e a socialização iniciada, enquanto aguardavam a ação do Estado. Todos os quatro acampamentos, organizados nesse contexto, somente resultaram em Assentamento nos exercícios de 2004 e 2005.

Além da demora no processo de desapropriação, arrastaram-se também outras ações a serem implementadas, a partir da criação dos Projetos, por conta da conjuntura econômica e política do País, que estabelece uma correlação de forças desfavorável para os movimentos sociais, em um governo de intensa disputa. Os Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária, segundo Norma de Execução Nº 53, de 20 de dezembro de 2006, deveriam começar a receber os recursos do Crédito Instalação nos 12 primeiros meses seguintes de sua criação. Esses créditos, “indispensáveis à qualidade de vida e ao início da fase produtiva...”, possibilitam o suporte às primeiras atividades no assentamento, com as modalidades Apoio e Fomento em dois momentos, que somam R\$5.800,00 e o acesso a habitação através da modalidade Aquisição Materiais de Construção, no valor de R\$7.000,00 por família (2007). Os assentamentos de Itaetê criados em 2004 e 2005, dois e três anos depois de organizado o acampamento, quando da realização da pesquisa de campo em julho de 2007, não tinham sido beneficiados, sequer, pelo crédito Apoio Inicial. Esse fato, segundo depoimento dos assentados, dificulta a permanência na área, sendo as famílias submetidas a um grande nível de dificuldades que pode comprometer a própria sociabilidade. A insegurança, o sofrimento e a precariedade de vida, pela impossibilidade de uso e produção da terra conquistada, podem fortalecer a construção social em curso na busca de alternativas, ou

frustrar, desumanizar, corromper e fragmentar o todo, como ocorreu na maioria dos PA de Itaetê, nessa situação.

No Projeto de Assentamento **União da Chapada (2004)**, 78% vieram de povoados vizinhos e trabalhavam nas fazendas próximas como diaristas, 13% moravam e trabalhavam em pequenas áreas de terra da própria família, com lavouras de subsistência, 5% das famílias assentadas morava em terras de outros, como posseiros ou meeiros, 3% morava e desenvolvia algum tipo de atividade na sede municipal e 1% morava e trabalhava, como assalariado rural, da fazenda desapropriada.

Participaram da oficina 58% das famílias assentadas e a maioria declarou estar integrada em algum tipo de socialização, externa a família, antes da ocupação: 20% participavam de grupos esportivos, 19% eram sindicalizados, 19% participavam de grupos religiosos, 8% eram ligados a associações, 4% participavam de grupos de jovens e 1% de mulheres. Apenas 1% dos assentados declarou ter chegado à área depois do Projeto criado, portanto 99% participaram de acampamentos para fins de desapropriação, sendo, entretanto, fora da área. Esse assentamento reúne famílias excedentes de outros acampamentos, mas 58% declararam conhecer a área antes da desapropriação. Muitos deles foram vítimas de despejos por proprietários, enchente e incêndio. A associação foi oficializada depois da criação do PA, com chapa única definida em reunião de lideranças e em seguida levada para a assembléia.

Das piores lembranças da vida, antes, sem terra, falam da seca e da fome. Depois de entrarem na luta pela terra, os perigos nos barracos na beira da pista, incêndio nos barracos. Das melhores lembranças ficou, além da cooperação na ocupação, comum a todos os PA, a alegria de entrada nos barracos, na área, quando da imissão na posse.

Das benfeitorias desapropriadas, contaram com pastagens, um curral com balança e um sistema de irrigação com quatro pivôs central, que, segundo declararam, não utilizavam. Todavia, percebeu-se um grande mal estar entre o grupo, possivelmente pela discordância na falta de transparência na gestão das benfeitorias. Houve depoimentos, em momento posterior, que denunciaram o aluguel de pastagens e a venda de três dos quatro pivôs, sem que se soubesse a destinação dos recursos.

No PA **Santa Maria Florentina (2005)**, 54% vieram de povoados vizinhos, 25% das famílias assentadas morava em terras de outros, 12% trabalhavam na sede municipal e 9% morava em pequenas áreas de terra da própria família. Participaram da oficina 48% das famílias e apenas 8% dessas declararam participar de grupos organizados religiosos. 71%

declararam ser a primeira experiência de ocupação, não tendo enfrentado nenhum tipo de conflito e não conheciam a área antes da desapropriação. A associação foi criada depois da criação do PA, com chapa única definida em assembléia. Foram poucas as benfeitorias desapropriadas, que incluíam cercas, alguns reservatórios de água, no chão, para consumo dos animais e uma sede em ruínas, que retiraram o telhado e a madeira, reaproveitando na escola. Das piores lembranças da vida, antes, sem terra, falam de doenças e morte de parentes na área ocupada. Das melhores lembranças, ficou a entrada nos barracos dentro da área, quando da imissão na posse. Grande parte das famílias vive e desenvolve atividades para a sobrevivência fora do Projeto. As que vivem na área cultivam a combinação dos demais, mamona em consórcio com as lavouras de subsistência.

O Projeto Florestan Fernandes (2004/2005), 70% das famílias assentadas morava em terras de outros 18% vieram do povoado vizinho, Bananeiras, 9% morava em pequenas áreas de terra da própria família, e 3% trabalhavam na fazenda desapropriada, sendo um vaqueiro, assalariado. Participaram da oficina 53% das famílias assentadas que declararam não ter tido nenhum tipo de socialização, externa à família, antes da ocupação, que todos declaram ter participado. Segundo liderança do MST, foi preciso “várias reuniões e encontros para convencer os trabalhadores da necessidade de montar o acampamento, pois os mesmos ficaram temerosos da reação do proprietário” (Entrevista 1, MST, agosto 2006). No entanto o acampamento foi montado nas margens da rodovia sem enfrentamento direto com o fazendeiro. Todos declararam ser a primeira experiência de ocupação, não tendo enfrentado nenhum tipo de conflito e apenas 11% conheciam a área antes da desapropriação.

A desapropriação incluiu uma série de benfeitorias, tais como pastagens, cinco casas de trabalhadores, uma casa sede muito boa, pomar de mangueiras, dois currais, uma balança de quatro toneladas, um motor-bomba, quatro reservatórios de água, seis depósitos, três poços artesianos e duas aguadas. Segundo declararam, as pastagens são utilizadas por alguns com pequenos plantéis e também são alugadas a terceiros para pagamento das despesas de manutenção das famílias na área e pagamento da energia elétrica. Porém, na ocasião da pesquisa o clima era de insatisfação, pois, a luz se encontrava cortada sem que a presidente da Associação prestasse conta do recurso do aluguel dos pastos. Apenas duas das cinco casas de trabalhadores estavam ocupadas com os antigos moradores e a casa sede, precisando de reparos, era utilizada pelo Movimento para os encontros na micro-regional. Todas as demais benfeitorias estavam sem utilização, precisando de manutenção, segundo alguns depoimentos na oficina. A constatação de várias pessoas assentadas era de que “esta tudo se perdendo”

(Coletiva 2, Florestan Fernandes, julho 2007), entretanto, ainda não era suficiente para que se mobilizassem para cuidarem do bem comum, ainda não apropriado. O momento de entusiasmo da maioria foi a lembrança da “folia” de chegada no acampamento, com forró, dança e churrasco.

Essa população se considera assentada de um único assentamento, mas foram desapropriadas áreas descontínuas e criados dois projetos pelo INCRA em diferentes momentos. Boa parte da população ainda vive no Povoado de Bananeiras, considerado um dos mais pobres do município. Existem pequenas áreas, plantadas com mamona, em consórcio com outras culturas, com produção insuficiente para a sobrevivência, o que demanda a venda do dia de trabalho e outras estratégias.

Depois de mais de três anos de acampamento fora da área, e mais de dois anos como assentados nas casas improvisadas de taipa, é visível uma grande fragilidade na produção social e material nos três assentamentos: União da Chapada, Florestan Fernandes e Maria Florentina. Percebe-se uma acomodação das famílias assentadas, que demonstram não ter pressa na apropriação do espaço, deixando ainda subtendido, que essa apropriação se dá pelo Movimento.

No PA **Santa Clara (2005)**, 53% moravam em pequenas áreas de terra da própria família, 42% vieram de povoados vizinhos e trabalhavam nas fazendas próximas, como diaristas e apenas 5% das famílias assentadas morava em terras de outros. Participaram da oficina 98% das famílias assentadas, dentre essas 54% declararam algum tipo de socialização, externa à família, antes da ocupação, sendo 28% ligados a associações, 16% eram sindicalizados e 10% participavam de grupos religiosos. Foi o segundo acampamento sem enfrentamento direto com o fazendeiro, tendo sido montado nas margens da rodovia estadual, que corta a fazenda desapropriada. Apenas um assentado declarou ter tido outra experiência de ocupação, sofrendo despejo e 60% afirmou conhecer a área antes da desapropriação. A associação foi criada antes da criação do PA, com chapa única definida em assembléia.

Das piores lembranças da vida, antes, sem terra, falam da seca e da fome. Depois de entrarem na luta pela terra, os perigos nos barracos na beira da pista, incêndio nos barracos e “a incerteza de ficar ou não como assentado” (Coletiva 1, PA Santa Clara, maio 2007). O acampamento contava com duzentas famílias para uma capacidade de 58. Das melhores lembranças, ficou, além da cooperação na ocupação, comum a todos os PA, o sonho de receber a terra e a festa de entrada na área, quando da imissão na posse.

Além da oficina, foi realizada uma dinâmica com as crianças que estavam em aula. Essas falaram de seu cotidiano no assentamento, da participação nos plantios; apresentaram previamente as culturas desenvolvidas no PA, “ensinaram” para a equipe de pesquisa as etapas do plantio de cada cultura e manifestaram suas preferências. Durante o acampamento, “participavam do coletivo e aguavam a horta”.

Das benfeitorias desapropriadas, foram mencionadas as pastagens, cercas, um motor-bomba, e um reservatório de água. Segundo declararam, as pastagens são utilizadas por alguns com pequenos plantéis próprios e a maioria alugada a terceiros para pagamento das despesas de manutenção das famílias. O motor-bomba e o reservatório distribuem água para os pastos.

A apropriação simbólica se dá pela significação dos espaços vividos no momento da ocupação, considerado por todos os assentados, de todos os Projetos criados, como o tempo da união e da cooperação. Santa Clara viveu quatro anos de ocupação fora da área e já está vivendo quase dois anos como assentados, sem recursos oficiais. Foram poucos os espaços de socialização referenciados, mas, com um sentido simbólico forte: o pé de juá que “sabe de muita história”, onde sempre aconteceu às reuniões, a “praça da beira do rio”, um bosque onde sempre acontecem os encontros maiores e assembléias, o rio, espaço dos banhos e lazer e a lagoa Zé de Santa, onde muitas famílias desenvolvem a horticultura (Coletiva 2, PA Santa Clara, maio 2007).

O PA Santa Clara é apresentado ainda na rodovia que liga Itaetê a Andaraí, pela bandeira do MST hasteada permanentemente, e os cultivos consorciados na mesma margem direita. Logo a seguir encontra-se a escola construída em mutirão, que funciona em classe multisseriada, com crianças que depõem a favor da vida na área, afirmando não terem saudades dos povoados de onde vieram. Segue, a partir da escola, a vila improvisada, com os pequenos barracos de taipa, mas, muitos deles cobertos com telha de cerâmica, com plantas e flores na frente, ornando o barro das casas e das ruas de chão, batido e limpo. No interior dessas moradias improvisadas encontram-se equipamentos não tão provisórios, como os fogões a lenha, escurecidos pelo uso. Panelas, ferramentas e parte da produção colhida, separada para a manutenção, completam o cenário. Os pequenos quintais combinam ervas, legumes e frutas, um indicativo de permanência. Destaca-se a significativa área plantada no espaço escolhido para os lotinhos, bem como a produção, já colhida e comentada pelos comerciantes locais. Os lotinhos não são demarcados, mas apropriados pela capacidade de trabalho familiar, tendo, dessa forma, dimensões variadas. O grande destaque são as

hortaliças, cultivadas na margem da mencionada lagoa, sob grandes árvores, molhadas com regador, cuidadas com muito zelo, colhidas fartamente e vendidas no mercado novo, em espaço específico para os produtos orgânicos da Reforma Agrária, conquistado com a Prefeitura.

Dos Projetos criados entre 2004 e 2005, Santa Clara configurou um processo de territorialização da população assentada, mesmo diante da ausência do Estado. Fortalecer a construção social em curso foi a alternativa, expressa na apropriação material e simbólica do espaço, com a busca conjunta de soluções para as dificuldades que permeiam todos aqueles Assentamentos. Todos os quatro têm os maiores desejos expressos na demarcação dos lotes e construção da moradia definitiva, a ser viabilizada pelo Crédito Aquisição Material de Construção. A população acredita serem essas as principais condições para a apropriação do espaço e desenvolvimento dos assentamentos. No entanto, a esses desejos, uma vez realizados, certamente se agregarão muitos outros no longo caminho ainda a percorrer até a territorialização.

Dos primeiros Projetos criados, entre 1997 e 2000, o PA Baixão configurou maior amadurecimento no processo de territorialização da população assentada, que desde a seleção, no momento da legitimação do projeto, pelo INCRA, demonstrou autonomia. Contrapôs-se às primeiras lideranças locais do MST, atuando na constituição do grupo social, mas soube, estrategicamente, relevar as diferenças com o Movimento, na condução do processo, focando no objetivo de realizar o sonho da terra, ajustando o percurso através de conquistas graduais. Atualmente (2007), é o grupo social que tem dado mais resposta ao Movimento, contribuindo, inclusive, com o quadro de militância, como depõe a declaração de liderança.

O Baixão esta a anos luz de organização de todos os PA de Itaetê, porque sempre teve um grupo de dirigentes capazes de pensar o assentamento e desenvolver as tarefas. Outro fator determinante foi a forma da distribuição das terras... os lotinhos desde o começo, diferente do Europa, que foi depois. Foi feita uma seleção natural... Quem não produzia nos lotinhos ia saindo... Então só ficou que queria mesmo produzir (Entrevista 4, PA Europa, fevereiro 2008).

À apropriação de espaços do assentamento, segue a apropriação de espaços externos ao assentamento, mas de grande relevância na construção territorial. A área de cada assentamento reúne-se na área reformada municipal, e a população assentada em cada assentamento, passa a constituir-se na população assentada municipal, ganhando organicidade e expressão, configurando uma nova geografia em Itaetê.

3.4 A DINÂMICA AGRÁRIA E POPULACIONAL EM ITAETÊ A PARTIR DOS ASSENTAMENTOS

A relação com o entorno assume diferentes perfis nos distintos momentos. Sendo a maioria da população assentada originária dos povoados próximos aos assentamentos, essa relação vem de antes dos Projetos. Quando começaram as ocupações, havia certa desconfiança no MST, que foi transferida para a vizinhança que o seguiu, aderindo aos “sem terra”, como ilustra o depoimento de uma liderança do MST, assentada no Projeto de Assentamento Europa.

[...] a gente era muito discriminado na cidade, a gente foi rejeitado uma vez numa pizzaria... a dona disse que pra sem terra não tinha pizza. A gente não conseguia fazer reunião nos colégios e nem caminhão a gente conseguia alugar para os dias de ocupação - pagando! Com a construção dos primeiros acampamentos a gente foi começando a acumular forças. Resgatamos a dignidade de muitos trabalhadores (com os assentamentos) (Entrevista 4, PA Europa, julho 2007).

Para a comunidade municipal, nasciam os novos sujeitos políticos, mesmo que ainda “Sem Terra”, nos acampamentos. A mesma expressão, dessa forma, ganhou um novo conteúdo, um novo sentido. Com a conquista dos primeiros assentamentos, a desconfiança foi transmutada em reconhecimento. Os migrantes retornam do Sul do país e do Sul do estado e a demanda por terra cresce. Quando os assentamentos começam a consolidar-se, com a apropriação do espaço pelo plantio, pela produção nos mercados, pelo giro do comércio com o recebimento dos primeiros créditos, o relacionamento se expande com novas articulações e agregam-se novas conquistas, serviços de saúde, educação, transporte. Soma-se ao reconhecimento, o respeito, e nasce o cidadão.

Itaetê, em 2007, contava com uma população assentada de aproximadamente 4.000 pessoas, representando 28% da população municipal, produzindo espaços de trabalho e vida em 16,2% da área municipal, nos nove Projetos de Assentamento, conforme tabela 11.

Tabela 11
Bahia, Itaetê, razão entre área assentada e área municipal e população assentada e população municipal, 2007.

Variáveis	Município	Assentamentos RA	Razão (%)
Área (ha)	119.400	19.293	16,2
População (pessoas)	14.154	4.000	28,3

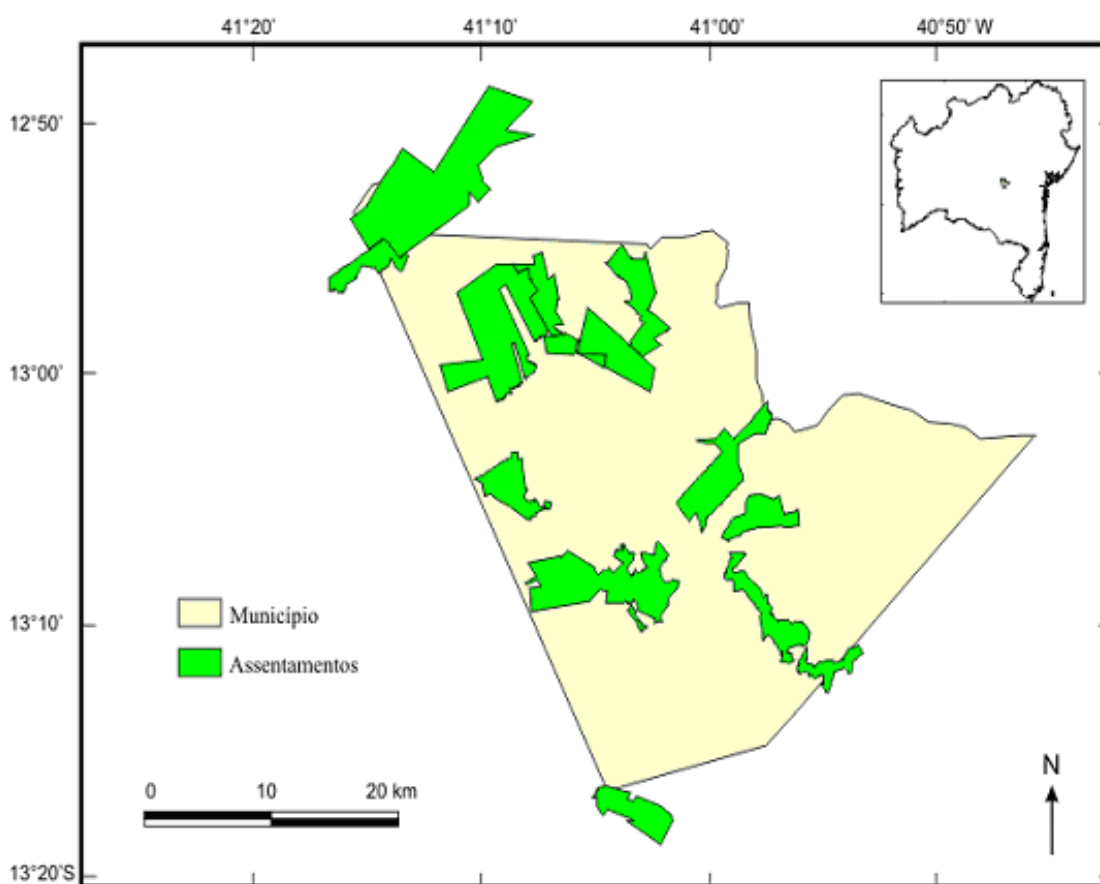
Fontes: Assentamentos de RA: área, INCRA 2005; população assentada, INCRA, 2005, com base em dado IBGE de nº de residentes por família rural, no município. Itaetê: área, IBGE 2000; população, projeção segundo taxa geométrica de crescimento IBGE, 1991-2000.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba.

O último Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE em 2007, ainda não divulgado, deverá evidenciar a dinâmica agrária que decorreu no município de Itaetê, a partir de 1997, com a criação dos Projetos de Assentamento. A Área reformada é significativa, indicando a alteração da estrutura fundiária municipal, como demonstra a figura 7.

Figura 7

PROJETOS DE ASSENTAMENTO - MUNICÍPIO DE ITAETÊ - BAHIA - 2005



FONTE: INCRA, 2005

Onde existiam dez estabelecimentos rurais improdutivos, apropriados por apenas dez proprietários, existem agora centenas de estabelecimentos das 813 famílias assentadas, diversificando a produção e tentando sobreviver da terra, apesar de depender inteiramente do ritmo da natureza.

Buscando identificar as possíveis alterações, mesmo antes dos esperados resultados do novo Censo, realizou-se um exercício que permitisse vislumbrar mudanças na estrutura fundiária, como demonstrado a seguir.

Através dos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), do INCRA, foram reunidos os imóveis rurais declarados do município de **Itaetê**, sistematizando-os por grupos de área. Pode-se constatar que no grupo de área de pequenas propriedades, com até quatro módulos fiscais, 260 ha., se encontram 90,57% dos imóveis rurais detendo apenas 23,14% da área rural declarada no município (Tabela 12).

Tabela 12
Bahia, Itaetê: Imóveis Rurais por grupo de área, 2007.

Grupo de área (ha)	Imóveis Rurais	Área (ha)	Imóveis Rurais (%)	Área (%)
0,0001 a 260,0000	605	22.705,24	90,57	23,14
260,0001 a 975,0000	43	21.718,1255	6,44	22,13
975,0001 a 99.999,9999	20	53.701,5633	2,99	54,73
TOTAL	668	98.124,9253	100	100

Fonte: INCRA-Cadastro Rural-SNCR, 2007

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

Nos dois últimos grupos de área, de médias e grandes propriedades, acima de 260ha, estão apenas 9,43% (6,44%+2,99%) dos imóveis rurais que ocupam 76,86% (22,13%+54,73%) da área rural declarada no município.

Nesses últimos grupos, de imóveis com mais de 260 ha, se encontram, também, as 10 propriedades desapropriadas, cadastradas em nome do INCRA, que são os Projetos de Assentamento criados nessa última década, hoje espaço de vida e trabalho de 813 famílias assentadas no município, como demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13
Bahia, Itaetê: Projetos de Assentamento e famílias assentadas, por grupo de área, 2007.

Grupo de área (ha)	Nº projetos de assentamento criados	Área projetos de assentamento (ha)	Nº famílias	Média de área por família (ha)
260,0001 a 975,0000	2	1.509,3404	53	28,4781
975,0001 a 99.999,9999	8	17.783,3706	760	23,3992
TOTAL	10	19.292,7110	813	

Fonte: INCRA-SIPRA, 2007

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

Dessa forma, no grupo de área de até 260 ha., onde se tem declarado 605 imóveis rurais, podem-se acrescentar as 813 unidades familiares inseridas nos 10 projetos de

assentamento criados, resultando em 1.418 imóveis rurais. No mesmo grupo de área, pode-se acrescentar a área referente às propriedades desapropriadas, 19.292,7110 ha., cadastradas nos dois grupos de área com imóveis acima de 260 ha. (Tabela 12), que vai totalizar 41.997,9475ha., como demonstrado a seguir na Tabela 14.

Tabela 14
Bahia, Itaetê: Estimativa de imóveis rurais, considerando unidades familiares assentadas em áreas de Projetos de Assentamento, por grupo de área, 2007.

Grupo de área (ha)	Imóveis Rurais (unidade)	Área (ha)	Imóveis Rurais (%)	Área (%)
0,0001 a 260,0000	1.418	41.997,9475	96,40	42,80
260,0001 a 975,0000	41	20.208,7851	2,79	20,59
975,0001 a 99.999,9999	12	35.918,1927	0,82	36,60
TOTAL	1.471	98.124,9253	100	100

Fonte: INCRA-SNCR-SIPRA, 2007.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

Assim, pode-se estimar que as propriedades de até 260 ha., que detinham apenas 23,14% da área rural declarada (Tabela 12), passam a ocupar após a criação dos assentamentos 42,80% da área rural declarada no município (Tabela 14). As médias e grandes propriedades que detinham 76,86% passam a ocupar 57,20% (20,59%+36,60%). Constata-se o impacto da Luta pela Terra e Reforma Agrária no município, que possibilitou a transferência de 19,66% de área das médias e grandes propriedades para a agricultura familiar.

Entretanto, podemos observar ainda uma grande concentração nos grupos de área das médias e grandes propriedades, que equivalem a apenas 3,60% (2,79%+0,82%) dos imóveis e detêm 57,20% da área municipal rural declarada. Essa persistente concentração justifica a existência de dois acampamentos com 700 famílias e sete imóveis indicados pelos movimentos sociais, em processo de desapropriação no INCRA. O fato é que esses imóveis desapropriados, transformados em Projetos de Assentamento, passam a ser apropriados por outros sujeitos sociais, que darão novas formas e funções a esses espaços, produzindo-os e reorganizando-os.

A última contagem populacional, feita pelo IBGE, em 2007, permite a visualização de algumas transformações na dinâmica populacional do município de Itaetê, possivelmente decorrente da luta pela terra e conseqüente criação dos Assentamentos de Reforma Agrária. Segundo projeção do IBGE, com base nos dados do período 1991-2000, a população de Itaetê teria um decréscimo a uma taxa negativa de 0,23% ao ano. Contudo, o Censo populacional de

2007, recém divulgado, revela uma taxa de crescimento positiva de 0,16% ao ano, como demonstrado na tabela 15.

Tabela 15
Bahia, Itaetê: população residente por situação, 1970 – 2007
Dinâmica populacional a partir dos Projetos de assentamento

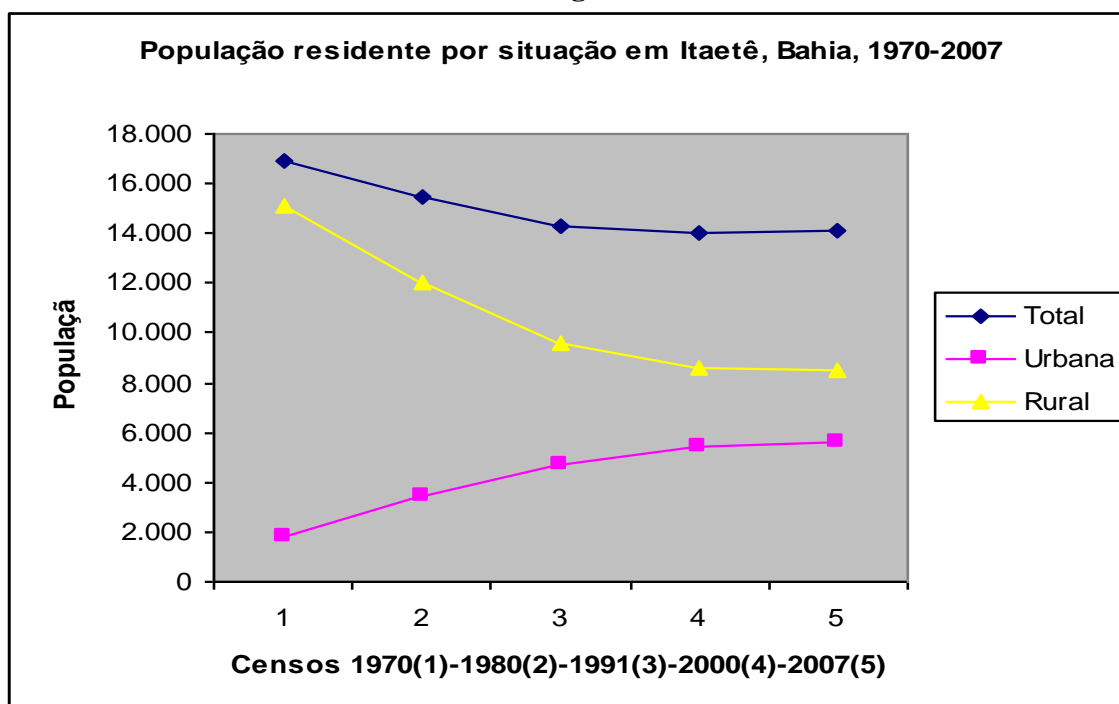
Censos	População residente (Pessoas)			População residente (Percentual)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1970	16.924	1.823	15.101	100	10,77	89,23
1980	15.440	3.408	12.032	100	22,07	77,93
1991	14.296	4.676	9.620	100	32,71	67,29
2000	14.006	5.454	8.552	100	38,94	61,06
2007	14.154	5.611	8.543	100	39,64	60,36

Fonte: INCRA-SNCR-SIPRA, 2007.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

Desse modo, possivelmente, a reforma agrária reverteu em Itaetê, no período pesquisado, a tendência de esvaziamento populacional dos pequenos municípios, fato mais claramente percebido na figura 8, que demonstra a estabilidade nas três situações, população total, urbana e rural a partir de 2000.

Figura 8



Mais surpreendente ainda é o que demonstra a situação dos domicílios permanentes, pois os domicílios rurais, que vinham reduzindo a cada Censo, aumentaram entre 2000 e 2007. Observa-se a tendência decrescente da taxa de variação, na série histórica da situação domiciliar rural, bem como a tendência crescente da taxa de variação, na série histórica da situação domiciliar urbana, tendências essas que se reverteram no último Censo, de 2007, como podemos observar na tabela 16 e figura 9.

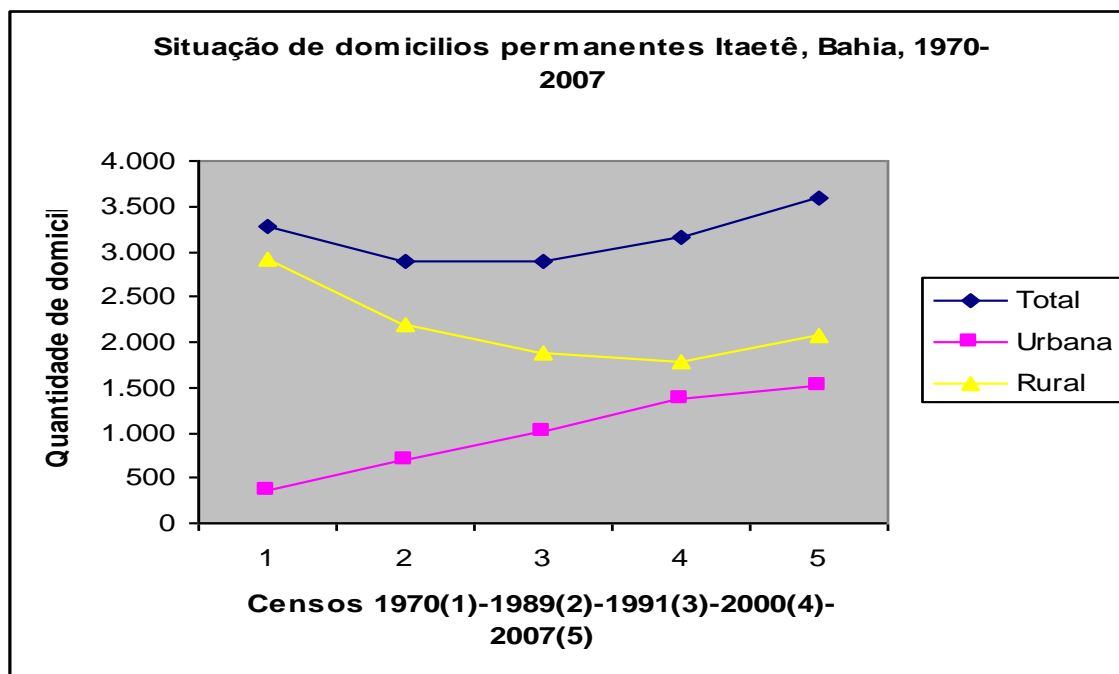
Tabela 16
Bahia, Itaetê: Situação de domicílios permanentes, 1970 – 2007
Dinâmica populacional a partir dos Projetos de assentamento

Situação do domicílio	Variável X Ano									
	Domicílios particulares permanentes (Unidade)					Domicílios particulares permanentes (Percentual)				
	1970	1980	1991	2000	2007	1970	1980	1991	2000	2007
Total	3.280	2.900	2.889	3.152	3.586	100	100	100	100	100
Urbana	372	696	1.002	1.374	1.508	11,34	24	34,68	43,6	42,05
Rural	2.908	2.204	1.887	1.778	2.078	88,66	76	65,32	56,4	57,95

Fonte: IBGE 2007

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

Figura 9



Fonte: IBGE 2007

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

A reversão dessa tendência poderá se acentuar quando a população dos quatro Projetos criados entre 2004 e 2005, que beneficiam 378 famílias, receberem o crédito Instalação, na modalidade Aquisição Material de Construção, e fixarem residência dos Assentamentos.

As áreas desapropriadas trazem a herança da pecuária extensiva, tendo hoje capoeiras em diferentes estágios de regeneração, convivendo com diversos subsistemas de produção, combinando várias culturas (mamona, feijão, milho, amendoim, gergelim, abóbora, melancia e outros) com pequenas criações de animais (bovino, suíno e aves). Existe ainda em alguns assentamentos experiências com plantios de abacaxi e foi financiado pelo PRONAF o plantio de pequenas áreas com caju anão, no sentido de ajudar no reflorestamento e na renda familiar.

O sistema de produção dos projetos de assentamento é constituído, na maioria, de duas formas de organização, administração e distribuição da produção: o sistema coletivo ou comunitário e o sistema individual ou familiar. Os cinco primeiros assentamentos, criados entre 1997 e 2000, com a apropriação do espaço mais consolidada, têm uma estratégia de sobrevivência que combina plantio de pastagens para pecuária bovina, culturas de subsistência e a produção de milho, de amendoim e da mamona que se integra de forma subordinada a cadeias agroindustriais. Está em implantação, no município, uma indústria de beneficiamento da mamona. A renda agrícola proveniente dos assentamentos é ainda complementada por diárias rurais vendidas no próprio assentamento e entorno, artesanato, assalariamento por atividades do serviço público municipal no assentamento (professores, merendeiras, agentes de saúde e outras), aposentadorias e bolsa família.

Os quatro assentamentos criados entre 2004 e 2005 estão ainda em fase de implantação, não tendo tido acesso a nenhum tipo de crédito até 2007. Têm como foco, portanto, a garantia da sobrevivência através da venda de diárias na vizinhança e assalariamento rural e não rural, fora do assentamento, complementados com plantios de subsistência, de mamona, amendoim e hortigranjeiros, em área comum do assentamento destinada para esse fim. A maioria dessa produção vai para a mesa e uma pequena parte é comercializada.

A população assentada se faz presente não somente no espaço físico rural, mas, também, no espaço físico urbano, no espaço social e político do município. A CPT e o MST, através da luta pela terra, deram sua contribuição, iniciando a formação cidadã. O Estado deverá contribuir para a consolidação dessa cidadania, em um novo processo. Entretanto, a contribuição/intervenção do Estado não deve prescindir das referências do viver da presente

estrutura, assim como não pode ser indiferente às marcas nela impressa, por processos precedentes.

[...] sendo cada pedaço do território definido por uma história, por um arranjo específico dos homens, dos equipamentos e das atividades, nenhuma ação externa e nenhuma ação do Estado podem ser indiferentes a estas rugosidades (SANTOS, 1978, p.184).

A democratização da terra em Itaetê está acontecendo, através da criação dos Projetos de Reforma Agrária. A partir dessa terra e da construção social que advém dela, deverá ser democratizado o emprego e a renda, possibilitado através do desenvolvimento das parcelas territoriais, os assentamentos, e da população assentada, que, certamente protagonizará o desenvolvimento do município, com a marca de sua estrutura.

O novo momento, dos assentamentos, exige a assimilação da necessidade de adaptar-se a um novo modo de vida social, que não será identificado com o anterior, no começo da luta, nem tampouco com o acampamento que antecede a conquista da terra. Antes, ainda sem terra, ou com pouca terra, ou empregados e/ou usuários de terras de outros, se constituíam em unidades familiares de produção isoladas. O desafio, agora, é que as partes devem constituir um todo, o assentamento, e, mais ainda, a população assentada, unidade capaz de garantir o projeto de desenvolvimento de sua referência. É necessário, entretanto, um tempo para a territorialização. Tempo para a “reconstrução do espaço herdado das gerações precedentes, através das diversas instâncias de produção” (SANTOS, 1978, p.195). Tempo para a construção de sua própria institucionalidade, identificada com o novo espaço de trabalho e vida.

CAPÍTULO 4

PRODUÇÃO DE ESPAÇOS PARA TRABALHO E VIDA: CONSTRUÇÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO

[...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças[...]

Milton Santos, 1978, p. 122.

4 PRODUÇÃO DE ESPAÇOS PARA TRABALHO E VIDA: CONSTRUÇÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO

Ressaltamos, na abordagem territorial adotada, a importância da apropriação e gestão do espaço pelo grupo social que representa a população assentada, para a sua autonomia e desenvolvimento, assim como do Projeto de Assentamento, aqui considerado como um território. Território definido a partir de duas bases: o espaço e o poder. E poder resultante do controle e domínio desse espaço, através se sua apropriação.

[...] o uso e controle do território, da mesma maneira que a repartição real do poder, devem ser elevados a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social e não se limite a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica (SOUZA, 1995, p. 100-101).

O processo de territorialização da população assentada é aqui entendido como resultante da produção objetiva e subjetiva de espaços. O espaço social, produção primeira, sempre em processo, dará legitimidade à estrutura da fração territorial, o assentamento, bem como à nova categoria, de assentados. O espaço político, traduzido na capacidade de articulação e no reconhecimento do poder territorial pelas demais institucionalidades. O espaço material, como a garantia dos que têm na terra a base do trabalho e da vida. Se no acampamento, estrutura anterior, a unidade foi encontrada para gerar força na conquista da terra, essa unidade deverá agora se reconstituir para manter-se nela, territorializando-se a partir de sua apropriação, que deve, além de produzir a manutenção da vida, consolidar a cidadania.

[...] o assentamento expressa no momento da sua criação um ponto de inflexão histórico entre dois processos políticos e sociais e, portanto, uma transição histórica mais complexa do que o mero ato administrativo da sua criação formal. Nesse momento encerra-se um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social localizado pela posse da terra são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental naquela área, com a posse da terra por uma heterogeneidade social de famílias de trabalhadores rurais sem terra (CARVALHO, 1999, p.8).

Contudo, há de se ter um tempo para a nova construção social, pois, “resolvida a questão mais imediata do acesso a terra, atualiza-se um conjunto de valores e conhecimentos, que fazem aflorar diferenças” (MEDEIROS, 1994, p 21). Tempo diverso para cada grupo social que vive diferentes processos, com conflitos, disputas de idéias e de poder, dissenso e consenso, com desencontros e desencantos, encontros, encantos e reencontros, alegrias, medos e, ainda, muita incerteza. É um novo momento, uma nova economia, que poderá trazer

uma nova cultura ou fortalecer a que existe. A condição de trabalhadores rurais, de ligação com a vida da terra e na terra, é o antigo elo, original, que fica e dá o sentido ao novo viver social. O antigo e persistente sonho comum de trabalhar na ‘própria terra’, de libertar-se do ‘dono’ aproxima-os, ao mesmo tempo em que os afasta, pois, cresce o desejo de ter o ‘seu’ lote, a ‘sua’ casa, desejo que ganha um significado de superação das incertezas de toda a vida: “superação do nomadismo geográfico e social” (CARVALHO, 1999).

Vencendo a rígida estrutura agrária, é necessário vencer as contradições da sociedade, que insistem em se reproduzir no interior dos Projetos de Assentamento. As utopias sonhadas podem ruir às tentações da ideologia dominante que tudo transforma em mercadoria. (SANTOS, 2003, p.62).

Os Projetos de Assentamento são espaços que contêm elementos diversos em contínua atuação e interação. Trata-se do processo de construção da identidade do novo grupo, no aprendizado da organização e participação social, da transformação das necessidades em interesses, concretizados em bandeiras e projetos, condições básicas na formação territorial. Práticas e experiências são recuperadas, partilhadas e, muitas vezes, transformadas. As culturas vividas nos diferentes percursos são manifestadas, revividas ou re-significadas, nas formas de canções, poesias, histórias e casos, em certo jeito de lidar com o outro, em certo jeito de lidar com a terra. O assentamento pode ser para alguns o espaço somente de trabalho, para muitos outros o espaço de trabalho e vida. Para todos, em algum momento, o espaço de socialização somente para o trabalho e/ou para a vida.

A primeira imersão nos Projetos de assentamento de Itaetê, através das oficinas, possibilitou a identificação do Projeto de Assentamento Baixão, entre os criados até 2000, notadamente com mais elementos que indicavam o amadurecimento no processo de territorialização.

Entretanto, para aprofundamento do estudo, consideramos mais um Projeto, o Europa, também criado no mesmo período, com uma trajetória diferenciada e distinto nível de apropriação. Esse procedimento objetivou melhor compreender os elementos condicionantes dos diferentes resultados. Nos dois Projetos de Assentamento, Baixão e Europa, continuou-se a investigação do processo de Territorialização da população assentada, através da construção sócio-política e material, na produção de espaços para trabalho e vida.

4.1 A PRODUÇÃO SOCIAL NO RECONHECIMENTO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO, NOS ASSENTAMENTOS BAIXÃO E EUROPA

A força motriz é a totalidade social que se encaixa numa adequação dinâmica às condições preexistentes, através de uma variedade de processos políticos, econômicos, culturais, ideológicos, etc. A totalidade é a força motriz e o processo é também força, mas força movida que se extingue quando a realidade social é, por seu intermédio, transferida às formas geográficas para atribuir-lhe uma função [...] a sociedade vive em um movimento contínuo e permanente, que é o princípio de sua própria transformação e, por conseguinte, da transformação dos seus processos (SANTOS, 1978, p. 175).

A socialização é o primeiro espaço de construção, necessário para a apropriação do espaço político e material. Já no momento anterior ao assentamento, na estrutura de acampados, começam a configurar afinidades, relações e perfis que destacam lideranças e possibilitam o surgimento das institucionalidades internas. A primeira organização criada é a Associação, como instância representativa dos beneficiários, a maioria das vezes por imposição do INCRA, condição preestabelecida para a legitimação do Projeto e recebimento dos primeiros créditos. Esse fato pode atropelar um processo sem o amadurecimento necessário, fragilizando-o mais ainda, ou fortalecer a construção social em curso, possibilitando crescimento e autonomia.

Nos assentamentos sob a coordenação do MST, existe também a organização das brigadas, nascidas desde o processo anterior, da luta pela terra, para motivar a socialização e cooperação através do trabalho “no coletivo”. Agora, no novo processo, serão grupos de apoio à Associação, formados, cada um, por aproximadamente dez famílias, mantendo como objetivo meio a operacionalização e manutenção das atividades de interesse comum e como objetivo fim a continuidade da formação cooperativa. Em cada brigada é eleita uma coordenação que faz, sistematicamente, a mediação entre o grupo e a associação e, em algumas situações e ocasiões, entre o assentamento e o Movimento.

O trabalho em comum, esse trabalho social definido por um objetivo comum e por uma divisão de tarefas, que reduz o esforço de cada indivíduo e diminui o esforço do grupo – ao mesmo tempo que aumenta a sua produtividade – chama-se *cooperação* (SANTOS, 1978, p.164).

À medida que a construção social vai se consolidando, surgem novas organizações, que traduzem a diversidade de interesses nos assentamentos. A população do PA Baixão está organizada em torno de algumas institucionalidades internas, além de outras que extrapolam o assentamento. A primeira organização instituída, a Associação dos Pequenos Produtores do Projeto de Assentamento Baixão, se estrutura por uma diretoria eleita por um mandato de dois

anos, tendo como atual presidente (2007) o assentado Edvando dos Santos. É uma instância que inspira confiabilidade aos seus sócios, por configurar um espaço de participação, pela discussão e deliberação de todas as questões que interferem de algum modo na vivência do grupo social. Confiabilidade também adquirida na representação da população nos espaços externos, demonstrando firmeza na defesa dos interesses da maioria. No assentamento, a Associação conta com o apoio de 14 brigadas, que se revezam nas atividades internas de interesse comuns.

Alguns assentados do PA Baixão estão também organizados na Associação responsável pela criação e manutenção da Escola Família Agrícola (EFA), de Colônia, constituída para atender os filhos dos assentados, com uma educação qualificada e voltada para o meio rural. Também no PA Baixão, alguns jovens estão organizados na Associação dos Condutores de Visitantes de Itaetê (ACVI), que agrega jovens da sociedade urbana e rural, criada com o objetivo de geração de emprego e renda através do eco-turismo e preservação ambiental. Atualmente (2007), desenvolve atividades de Monitoramento, tais como, limpeza de trilhas, preservação do parque, educação ambiental, eventual, nas escolas de Itaetê e no PA Baixão, orientação aos trilheiros e outros guias e combate a incêndios, junto ao IBAMA. Do PA Baixão participam nove jovens, um assentado e oito filhos de assentados.

A população do PA Europa esta organizada na Associação dos Pequenos Produtores do Projeto de Assentamento Europa, constituída legalmente em janeiro de 2001, que também se estrutura por uma diretoria eleita por um mandato de dois anos. Tem como atual presidente a assentada Zenaide Moreira Pinho, apoiada por cinco brigadas. Sendo filhos dos Assentados de Colônia, a população do PA Europa já tinha na sua trajetória certa descrença na experiência de assentamento, devido às dificuldades enfrentadas no projeto de colonização. A esse fato, agregou-se a tolerância do grupo social em relação à moradia no referido povoado. Daí resulta uma desarticulação interna que compromete a socialização do grupo como um todo, determinando uma apropriação internamente diferenciada. Do total de assentados, 32% moram no Povoado de origem e 10% moram nos lotes, resultando numa agrovila do PA esvaziada, contando apenas com 58% das famílias assentadas, como ilustra depoimento de liderança do MST, assentada no PA.

Europa é um lugar muito melindroso... o pessoal veio todo de um mesmo lugar e devia ser mais fácil de organizar... mas tem uma diferença... eles são filhos dos assentados da Colônia... Então os pais deles se frustraram com a cooperativa da Colônia que foi um fracasso... O INCRA saiu fora de uma hora pra outra e entregou tudo a cooperativa... Então eles são herdeiros dessa coisa, desse fracasso e não acreditavam mais no coletivo, tinha uma resistência à organização... Outra coisa é que o pessoal de Europa, desde o acampamento não dormia no acampamento, ia

dormir em Colônia, morava quase todo mundo em Colônia e era uma dificuldade reunir. Até hoje tem 16 famílias que moram na Colônia, só vem no Europa trabalhar nos lotes. Tem um grupo, desses, que nem passa na agrovila, vai direto pros lotes (Entrevista 4, PA Europa, fevereiro 2008).

No PA Baixão, das 140 famílias assentadas (2007), aproximadamente 6% não moram na área, mas algumas dessas desenvolvem atividades produtivas no assentamento. Significa que pelo menos 94% das famílias tiram sua sobrevivência da ou na área. Com as dificuldades inerentes aos assentamentos, algumas famílias procuram atividades ocasionais, fora da área, para geração de renda, que em raras situações se tornam permanente. No PA Baixão, quando esse fato ocorre é levado pela associação para debate em assembléia, que delibera por um prazo para retorno ou pela transferência dos lotes. Existem vários candidatos das próprias famílias, filhos e parentes que já vivem e trabalham na área, que são selecionados, através de um processo de discussão, seguida de votação e sorteio dos lotes. Esse é um procedimento acordado pelo grupo desde a criação do assentamento, corroborado pelo fato do grande número de famílias acampadas excedentes, quando da criação do PA, como ilustram os depoimentos de uma liderança do MST, que acompanhou o processo inicial após a criação do projeto, e de um assentado, respectivamente.

Quando eu cheguei no Baixão, porque as lideranças locais estavam desgastadas, os assentados, uma grande parte estavam num povoado chamado Cascavel, porque não tinha área pra plantar... aí veio a minha idéia dos lotinhos... Aí a gente mediu 1500 metros acima, distante do rio pra preservar a mata ciliar, ninguém meche, e marcamos quatro tarefa por assentado. Aí todos voltaram pro assentamento... Foi feita uma seleção natural... Quem não produzia nos lotinhos ia saindo, porque tinha 160 assentados e o acordo feito com o INCRA era ficar só 140. Então só ficou quem queria mesmo produzir... (Entrevista 4, PA Europa, fevereiro 2008).

[...] moro no assentamento desde o começo, sempre ajudando. A mulher era empregada e não queria deixar o emprego e eu fiquei por seis anos morando cinco dias sozinho e pegando a família de bicicleta e rodando 31 km, de Iramaia, para passar as três noites comigo no final de semana (Entrevista 5, PA Baixão, julho 2007).

A gestão dos bens de uso comum, a partir da criação do Projeto, é a primeira motivação para a construção social. Os primeiros bens da coletividade a serem geridos, exigindo discussão e decisão, são os equipamentos e benfeitorias desapropriados juntamente com a Fazenda. A população do PA Europa teve pouca motivação no planejamento inicial da área, pois somente contaram com um curral, em estado ruim de conservação, que recuperaram e atualmente utilizam para o manejo do rebanho financiado pelo PRONAF. A população do PA Baixão, entretanto, recebeu equipamentos e benfeitorias, apropriadas com otimização. O curral com a balança é utilizado para manejo do rebanho bovino financiado pelo PRONAF; os tanques, reservatórios e motor bomba abastecem a maioria dos lotinhos. A casa sede, no entanto, está ainda sem uso, tendo-se a perspectiva de apropriação pela ACVI, que pretende

reformá-la e transformá-la em pousada para os visitantes, através do projeto de turismo rural, com recursos do INCRA, em fase inicial de implementação.

Existe no PA Baixão uma área coletiva de aproximadamente 2 ha, para cultivo. Aí se encontram pequenos plantios de caju, banana, pinha, sem valor comercial, mantidos como forma de incentivar a cultura do coletivo. Nesse mesmo espaço comum foi implantado um projeto de transferência de tecnologia em fruticultura, pela EMBRAPA, com a capacitação dos jovens da ACVI para o plantio de manga, citros, umbu e maracujá. As ruas da agrovila estão sendo arborizadas com as mudas desse projeto. No entorno da agrovila foi reservada uma área para expansão, de aproximadamente 26ha, parte da qual pretendem dar uma nova função: formação de um banco coletivo de sementes. No PA Europa também se destinou uma área de 1 ha para plantio “pelo coletivo”, que, segundo declaram, estava parada, mas estão reativando, com culturas da banana, batata, feijão de corda, andu e milho.

A deliberação para utilização e cuidados na manutenção de todos os bens de uso e domínio comum se dá através da associação, em assembléia ou em reunião ampliada, com os coordenadores de brigadas. A manutenção obedece escala de um cronograma. Apesar de se perceber o esforço para dar continuidade aos trabalhos cooperados, no Baixão, a sede e o curral, como reconhecem os próprios assentados, “precisa maior cuidado pelo coletivo, que está enfraquecido. Falta companheirismo e a maioria deixou de comparecer... O coletivo só era fiel em tempo de acampamento” (Coletiva 2, PA Baixão, maio 2007).

Dos bens comuns naturais, os dois Projetos são banhados pelos rios, Una e Timbó. O PA Europa conta ainda com o rio Invernada, próximo da área cortada pelos lotinhos e o PA Baixão recebe também as águas do rio Samina. Os rios são visitados regularmente pela população dos dois assentamentos, para dar água para os animais, bem como para o lazer, com passeios e banhos, como espaço de socialização. Para a população do PA Europa, os rios são considerados o bem comum mais importante.

As áreas de preservação permanente e as reservas trazem a marca da pecuária extensiva, principal atividade dos antigos donos. No PA Baixão, a reserva ocupa 16,09% da área, menos do que exige a legislação. Abriga uma grande variedade de espécies, como o ipê, pau d`arco, caraíba, arueira e umburana. Encontra-se aí, também, três tanques de chão que acumulam água de beber para os animais, necessitando de corredores de acesso. Enquanto isso, o rebanho, financiado pelo PRONAF, continua o pastoreio, prática do antigo dono, configurando-se, dessa forma, uma apropriação inadequada da reserva. Declaram que pretendem recuperar, replantando as espécies nativas e impedindo a entrada dos animais,

porém a necessidade de expansão de reserva alimentar para a pecuária os acomoda no adiamento da atitude. O rio Una é preservado por 700 ha de mata (500 a 1000m de margem), mas o rio Timbó, segundo declaram, já receberam do fazendeiro muito degradado por pastoreio, estando em recomposição. O rio Samina desce pela Cachoeira Encantada, inclusa no roteiro turístico do Parque Nacional, eventualmente freqüentada pelos jovens guias assentados, da ACVI, na condução de visitantes. Declararam a existência de uma apropriação irregular por ocupantes não assentados, em quatro tarefas do entorno da cachoeira, ameaçando a preservação da área. Não se sentem em condições de tomar uma atitude sem a ajuda do INCRA e do IBAMA, que já conhecem a situação, mas nada até então foi feito. O INCRA disponibilizou para o assentamento um recurso no valor de R\$140.000,00, através da ação Manejo e Recuperação de Recursos. A população assentada articulou com a ONG ambientalista local Gambá para elaboração de projeto, que apresentou um valor superdimensionado em relação ao liberado, inviabilizando a execução da ação.

No PA Europa, o grupo se divide no que se refere ao entendimento quanto ao estado de preservação da reserva. Enquanto alguns entendem que a reserva se encontra preservada, outros reconhecem certa degradação, já encontrada quando da desapropriação. Segundo declaram, não é consentido, como no PA Baixão, o pastoreio do rebanho financiado pelo PRONAF. A reserva é constituída por variedade de espécies como o Juá, cambuí, angico, aroeira, pau d'arco, baraiuna, ipê, itapicuru, jurubeba, claraíba, calumbi, e outras. O Projeto faz divisa com o Parque Nacional contando com atrativos naturais, dentre eles a Cachoeira do Roncador, no rio Invernada, que assim como no PA Baixão, possibilita a atividade do ecoturismo. Segundo declarações, os cuidados com a reserva estão por conta das brigadas e, também, do IBAMA.

A destinação e manutenção dos bens comuns, encontrados na área, se constituem no primeiro exercício de gestão do grupo social em formação. Assim, quando finalmente chegam os primeiros créditos, a construção social já está em curso e dará forma e conteúdo à construção material que, por sua vez, desenvolverá e fortalecerá a construção social, numa via dupla e articulada. Com a disponibilização dos Créditos de Instalação, através do INCRA, novo esforço deve ser empreendido pela população assentada para a tomada de decisão sobre o uso dos recursos. Esses créditos são concedidos individualmente e aplicados coletivamente, conforme Instrução Normativa. É mais uma oportunidade de amadurecimento da construção social. Nesse momento a associação já está constituída e deve gerir os recursos, otimizando-os para o bem de todos. Todavia, as decisões quanto à aplicação devem ser precedidas de um

efetivo exercício de participação, imprescindível para se estabelecer a confiança nessa primeira instância representativa.

No assentamento Baixão, o Crédito Instalação, na modalidade Apoio e Fomento, foi disponibilizado dois anos depois do projeto criado, envolvendo muita discussão, segundo depoimentos dos próprios assentados e de técnicos do INCRA que acompanharam o processo. A população assentada entendeu a necessidade de aplicar parte do recurso em uma ponte, importante infra-estrutura para a apropriação de toda a área do assentamento, dividida pelo rio. Entretanto, o INCRA não concordava, uma vez que a inversão em infra-estrutura fugia à modalidade do crédito, de apoio à alimentação e ao fomento da produção de subsistência. O depoimento a seguir, ilustra o processo.

Saiu o crédito apoio e novamente tivemos a capacidade de sentar e discutir. Veio Julio (técnico do MST) discutir o uso do recurso – a idéia era irrigar... foi três dias de briga e discussão. Os motores foi derrubado, o trator de esteira foi derrubado, mas não abrimos mão do trator agrícola com implementos , R\$36.600,00 e a ponte, R\$5.000,00, que foi difícil do INCRA aceitar. Os companheiros que não queria concordar dizia que a primeira enchente ia derrubar... e são mais de trinta enchentes e a ponte está aí até hoje. Foram 2h de trator de esteira para o lotinho, foram dois trator de esteira que agente alugou, compramos milho e feijão pra plantar e comer... Compramos uns três ou quatro caminhões de comida... Dividimos por brigada, em partes iguais, um processo muito bem coletivo, muito bem trabalhado. O crédito apoio rendeu e foi uma grande produção aqui no assentamento... Milho e feijão para comer e para plantar, uma scania de eternit para os barracos, ferramentas, uma galinhota e três bolas de arame para cada assentado. Participou o INCRA, o MST e os assentados... da discussão... tudo foi distribuído por coordenação de brigada (Entrevista 2, PA Baixão, julho 2007).

A associação defendeu seguramente a proposta da maioria do grupo, em um exercício singular de participação e autonomia, resultando na vitória da decisão que fortaleceu e legitimou mais uma vez a construção social. A ponte foi construída com a mão de obra dos próprios assentados, com trilhos de ferro comprados de uma antiga ferrovia, possibilitando o acesso do lado oeste do imóvel. Atualmente, oito anos depois, ainda garante o deslocamento da população e escoamento da produção por carroças e veículos de pequeno porte. Os recursos do crédito Instalação possibilitaram, além disso, certa autonomia na produção com o preparo de área nos lotinhos, para cada assentado, por trator de esteira, alugado, complementado pelo trator agrícola, adquirido com o referido crédito.

No PA Europa, resultante do planejamento de aplicação de crédito implantação (2004), se encontra um trator e uma caminhonete, adquiridos para uso coletivo, que, quando da pesquisa de campo (julho de 2007), se encontravam parados por falta de manutenção, reflexo da má gestão e falta de controle pelo grupo. Declararam que o desgaste da caminhonete se completou por conta de a terem cedido para a campanha de Valmir Assunção,

candidato do MST, eleito deputado Estadual. O trator, além de estar sem condições de funcionamento, não tem quem o opere.

Os lotes individuais são produzidos, basicamente, pela família nuclear, nos dois Projetos. A ajuda de parentes e a troca de serviços são eventuais. A contratação de diária também é eventual e, quando ocorre, se dá dentro da área.

A socialização no Projeto Baixão, se dá tanto pela motivação do trabalho como do lazer ou religiosidade. No PA Europa, as principais motivações são a religiosidade e o lazer (Quadro 1).

Quadro 1
Bahia, Itaetê, Projeto Baixão e Europa:
Lugares mais freqüentados no PA, por motivação e categoria, 2007

Lugares freqüentados?	mais	Para que é freqüentado?	Quem freqüenta? (por ordem de prioridade)
PA Baixão			
Lotinhos da área comum		trabalho	homens, mulheres, jovens, e crianças
Lotes individuais		trabalho	homens, mulheres, jovens e crianças
Rio		trabalho e lazer	homens, mulheres, jovens e crianças
Galpão multifuncional:			
Escola		Estudo	Crianças
Associação		Reuniões e assembléias	homens, mulheres, jovens e crianças
Salão de festas		lazer	homens, mulheres, jovens e crianças
Igreja		religiosidade	Mulheres, crianças, jovens e homens
Área cavalgada		Lazer	homens, jovens, mulheres e crianças
Campo de futebol		Lazer	homens, jovens, mulheres e crianças
Mercadinho		compras	homens, mulheres, jovens e crianças
ACVI (Associação de jovens guias)		Jovens	Jovens
PA Europa			
Lotinhos da área comum		trabalho	homens, mulheres, jovens, e crianças
Lotes individuais		trabalho e lazer	homens, mulheres, jovens e crianças
Rio/Cachoeira		trabalho e lazer	homens, mulheres, jovens e crianças
Espaço multifuncional:			
Escola		Estudo	Crianças
Associação		Trabalho e Reuniões	homens, mulheres, jovens e crianças
Salão de festas		lazer	homens, mulheres, jovens e crianças
Casa de farinha		trabalho	Mulheres, crianças, jovens e homens
Pista de argolinha		Lazer	Homens
Campo de futebol		Lazer	homens, jovens, mulheres e crianças
Quiosque (bar)		Lazer	Homens e jovens
Sede		Ronda	Jovens

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

Em ambos os assentamentos, percebe-se uma semelhança no que se refere aos lugares que freqüentam, bem como na diversidade do uso por geração e gênero. Alguns espaços são utilizados somente para o trabalho, como os lotinhos e também os lotes. Outros mesclam o

trabalho com o lazer, como o rio e a associação, que agrega também a atividade escolar no PA Europa. São espaços apropriados para diferentes funções, em tempos distintos. A igreja, a área de cavalgada e o campo de futebol são espaços de socialização pelo lazer.

O que difere os dois Assentamentos é o nível de participação na apropriação dos diferentes espaços. No PA Baixão essa participação é mais geral, contando com quase a totalidade das famílias assentadas, abrangendo ainda a significativa presença das mulheres, jovens e crianças. No Projeto Europa, o grupo se fraciona entre aqueles que moram na agrovila e os que moram no Povoado Colônia, que têm o Assentamento apenas como espaço de trabalho.

Alimentar a cultura é uma forma de territorializar-se, através da apropriação simbólica dos espaços considerados mais importantes, pela população assentada (Quadro 2). É reviver as boas lembranças e fortalecer elos ameaçados de romper-se pela luta constante para sobreviver na terra conquistada. O aniversário dos dois assentamentos, comemorado no dia da ocupação da área, mobiliza a todos tanto para a organização como para a celebração.

Em todos os eventos definem-se comissões para as diversas atividades que acontecem, desde missas, místicas, música, poesia, dança, teatro, bingo, argolinha, até a segurança, alimentação e bebidas. Esse exercício de organização é iniciado no momento dos acampamentos e mantido na convivência do Assentamento, consolidando o grupo social e alimentando os vínculos.

No Projeto Baixão, os eventos de organização para o trabalho são apresentados em um mesmo nível de importância dos eventos festivos, que são aproveitados, também, para a formação política. As assembleias obedecem a um calendário mensal, mas são convocadas em dias de quinta-feira, em caráter extraordinário, quando alguma demanda exige. A religiosidade é muito presente, motivando eventos semanais, destacando-se, ainda, a festa anual do padroeiro.

O PA Europa tem nos eventos festivos e religiosos sua principal motivação para a socialização. “Batem tambor” e oferecem caruru, rezam missa para São Roque e N. Sr^a das Graças e “já tem também muito crente” cantando nos cultos, numa profusão de religiosidade. Os chás e as ervas de cura são muito utilizados (Coletiva 2, PA Europa, julho 2007). Os eventos organizados nos dois Projetos de Assentamento contam com a participação das comunidades dos povoados próximos e outros assentamentos, onde se encontram parentes, amigos e antigos vizinhos.

Quadro 2
Bahia, Itaetê, Projeto Baixão e Europa:
Eventos no PA, declarados de maior importância pelos assentados, 2007.

Evento	Período	Motivação	Organizadores	Participantes
PA Baixão				
Assembléias	mensal	Pauta de demandas, decisões e informes gerais.	Associação	Todos do PA e lideranças do MST
Cavalgadas	anual	Lazer	Antigos vaqueiros, hoje assentados.	Todos do PA e do entorno.
Futebol - torneio	Aos domingos	Lazer	jovens	PA e entorno. Jovens e pais jogando e todos torcendo.
Reuniões ACVI		Trabalho: planejamento e o que ocorrer	jovens	Jovens do PA e de Itaetê.
Aniversário do PA no dia do acampamento	Anual 01/março	Significação/socialização – fortalecimento do sentido da luta (banda de música, de dança, apresentação de místicas, bolo)	Associação, jovens e professores.	Todos do PA e convidados do entorno
Festa do padroeiro do PA, S. Francisco de Assis	Anual 03/outubro	Religiosa: 9 noites comemorativas, celebradas por grupos dos povoado de origem, com missa, procissão e batizados.	Associação, jovens, professores e a igreja	Todos do PA e entorno
Missas	mensal	Religiosa	grupos	PA e entorno
Cultos	2 vezes por semana	Religiosa (católicos e evangélicos)	grupos	Pregadores e assentados.
Banhos de rio	Finais de semana	Lazer e socialização	jovens	Jovens e crianças com os pais
Festas infantis	Datas comemorativas	Educação e cultura: folclore, dia dos pais, dia das crianças, São João e final de ano	Professores	Crianças e pais
PA Europa				
Aniversário do PA / Festa de São Roque	29/08	Lembrar o dia da ocupação e festejar São Roque	Associação e brigadas definem comissão	Assentados, outros PA's, Colônia e Itaetê
Dia dos pais, mães e crianças	Datas convencionais	Socialização	Professores e comissão escolhida	Todos do PA
São João	24/junho	Socialização	Associação define cada ano comissão	Todos do PA e parentes de fora
Candomblé (2)	27/09 27/12	Festa de S. Cosme (2) e Orixás	Pai de Santo e Mãe de Santo	Todos que gostam
N. S. das Graças	22/11	Religiosa	Comissão	Todos
Corrida de argolinha	3 vezes no ano	Lazer	Esposo de Mirian	Vaqueiros do PA e de fora
Torneio de futebol	3 vezes no ano	Lazer	Assentados	Todos do PA e de fora

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

Outras formas de socialização são provocadas pela interação com outros grupos sociais e institucionalidades do entorno, fora do assentamento (Quadro 3). A mobilização social continua sendo a principal forma de participação cidadã para a população assentada. Essa mobilização se concretiza nas marchas, eventos religiosos e festivos, encontros que proporcionam trocas e o fortalecimento da identidade cultural, na valorização das lutas, das conquistas e dos símbolos. Alguns desses eventos são considerados de maior relevância.

Quadro 3
Bahia, Itaetê, Projeto Baixão e Europa:
Eventos fora do PA, declarados de maior importância pelos assentados, 2007.

PA Baixão				
Evento	Periodo	Organizadores	Participantes	Forma de participação
Festa de São João (padroeiro de Rumo)	Anual 23, 24 e 25/06	Comunidade de Rumo e assentados	Assentados do PA e entorno e parentes.	Organizam quadrilhas, dançam, montam barracas. É o evento mais significativo para a população do PA, pois, a maioria tem suas raízes no povoado de Rumo.
Festa do lavrador	anual 29/07	Sindicato Rural de Itaetê	Todos – aprox. 45% dos assentados	Mostra produtiva; passeata; apresentação de bandas (No Baixão, Rafael do samba e filhos, Benedito do pandeiro, banda dos filhos de José Medrado).
Romaria da Terra	anual	CPT e MST	Grupo de famílias	Organização, palestras religiosas, cursos de formação política e mística.
Encontros estaduais, regionais e Congressos Nacionais	Anual-datas comemorativas	MST	Todos – aprox. 10% dos assentados	Pauta de reivindicação para governos estadual e federal; místicas; seminários e cursos de formação política; debates de grupos de cultura, produção e outros. Participam também das comissões de trabalho (cozinha, segurança, etc).
Encontros da brigada Valdete Correia	mensal	MST	Coordenadores de brigada dos assentamentos e acampamentos (Itaetê, Iramaia).	Informações do PA e acampamentos, reflexões, identificação demandas e planejamento de ações.
Marchas	Anual-Abril	MST	Todos – aprox. 10% dos assentados	Pauta de reivindicação para governos estadual e federal; místicas. Participam também das comissões de trabalho (cozinha, segurança, etc)
PA Europa				
Festa do lavrador	anual 29/07	Sindicato	Poucos	Mostra produtiva; passeata; música.
Congresso	3 dias julho	MST	10% dos assentados - lideranças	Passeatas; místicas. Participam também das comissões de trabalho (cozinha, segurança, etc).

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

O São João, Santo padroeiro do Rumo, é a maior festa do ano para os assentados do PA Baixão, possibilitando encontros e trazendo pra casa até os que se foram em busca de outras oportunidades de trabalho. A festa anual do lavrador, em julho, mobiliza a totalidade da

população assentada de Itaetê e demais agricultores familiares, por ser organizada pelo Sindicato. Configura uma manifestação produtiva e cultural, expressando o modo de vida da população rural. A Romaria da Terra, também ampla, agrega todos os que têm na terra a sua vida, ligando o passado com o presente, a luta pela terra com a luta pela água e outras mais.

Eventos organizados pelo MST reúnem mais especificamente a população assentada dos sete assentamentos sob sua orientação e a população acampada, do município e região. Um número significativo de assentados e filhos de assentados, principalmente do PA Baixão, desenvolve atividades como lideranças do Movimento, promovendo a formação política e produtiva fora do assentamento. As crianças, através das escolas, vivenciam a valorização do modo de vida camponês e a trajetória de lutas e conquistas. Na Semana Cultural do Município, segundo declaração dos professores do PA Baixão, a escola produziu um DVD, com o apoio da Prefeitura, sobre a memória do assentamento com performance teatral feita pelos alunos.

A vivência sócio-cultural da população assentada é elemento fundamental na construção social, que fortalece a identidade da nova estrutura para a conquista do espaço político.

4.2 O ESPAÇO POLÍTICO: ARTICULAÇÃO NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

[...] ao mesmo tempo em que podem ser vistos como ‘ponto de chegada’, de um processo de luta pela terra, os assentamentos tornam-se ‘ponto de partida’, para uma nova condição de vida, onde muitas vezes tudo está por fazer... passam a organizar-se, procurar os poderes públicos, demandar, pressionar, negociar em fim um amplo aspecto de atividades que os colocam frente ao exercício de participação política e que os levam a ter, em muitos municípios, peso cotidiano na vida pública, impondo-se como interlocutores em diversas iniciativas. (LEITE, *et al*, 2004, p.260).

As instituições existem onde existem sociedades humanas, sendo elas responsáveis pelo aprofundamento e enriquecimento do caráter das construções sociais. As redes de caminhos e lugares de reunião formam as primeiras instituições humanas (CORNELL, 1998). Assim também ocorre nos assentamentos de reforma agrária de Itaetê. As práticas sociais, culturais e políticas, próprias da lida do viver comum, vão mudando a paisagem, criando novas formas para as diversas funções, ou dando novas funções a velhas formas, marcando caminhos, ressignificando o concreto, tornando-o símbolo. Consolidam-se as primeiras

instituições: a Associação, a escola, os grupos de trabalho, antigos, novos, ou renovados, abrindo-se a discussão do modo de produção e da definição dos recursos de uso coletivo.

Manifesta-se a necessidade de articulação com a institucionalidade externa ao assentamento, dos povoados do entorno, da sede municipal, de outros municípios vizinhos, da região, do estado. Essa necessária articulação possibilita o reconhecimento de sua própria institucionalidade e somar-se-ão novas conquistas que darão suporte à permanência no assentamento: água para consumo, manutenção da escola, merenda escolar, e, com apelos, acordos e sorte, melhoria dos acessos, transporte, visita de um profissional da saúde, etc.

Os lavradores de Itaetê – a maioria hoje assentada – entenderam, desde o período de luta pela manutenção das posses, a importância da articulação entre suas próprias institucionalidades: Associações, Sindicato e grupos de interesses (Quadro 4). Do mesmo modo, compreenderam a importância da articulação com a institucionalidade externa ao assentamento: Prefeitura, Bancos, Fórum, CDA, CAR, INCRA, e outras (Quadro 5).

Quadro 4
Bahia, Itaetê, Projetos Baixão e Europa:
Lugares mais freqüentados fora do PA, por motivação e categoria, 2007.

Lugares mais freqüentados	Para que freqüenta?	Quem freqüenta?
PA Baixão		
Feira em Rumo e Itaetê (Iramaia por poucos).	Vender e comprar	Homens, mulheres e jovens
Prefeitura Itaetê	Reunião para reivindicação	Homens, mulheres e jovens
Escola em Colônia, Rumo, Itaetê e Rui Barbosa.	Estudo	jovens
Casa lotérica Itaetê.	Bolsa família	mulheres
Supermercado Itaetê.	Compras	Homens, mulheres e jovens
Sindicato Itaetê.	Aposentadoria, bolsa família e reunião	Homens, mulheres e jovens
Banco do Brasil Itaetê.	Projetos produtivos e aposentadoria	Homens, mulheres e jovens
PA Europa		
Feira em Colônia e Itaetê.	Vender e comprar	Homens, mulheres e jovens
Prefeitura de Itaetê.	Reunião para reivindicação	Presidente associação e assentado vereador
Escola em Colônia e Itaetê.	Estudo	jovens
Casa lotérica Itaetê.	Bolsa família	mulheres
Supermercado Itaetê.	Compras	Homens e mulheres
Sindicato Itaetê.	Aposentadoria, bolsa família e reunião	Homens e mulheres
Banco do Brasil Itaetê.	Projetos produtivos e aposentadoria	Homens e mulheres
Posto médico em Colônia.	Doenças (pressão e coluna)	Homens, mulheres e crianças
Hospital (Itaetê)	Doenças (pressão e coluna)	Homens, mulheres e crianças

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

Quadro 5
Bahia, Itaetê, Projetos Baixão e Europa: Articulação Institucional –
Organização/Instituição, objetivos, modo de articulação e resultados efetivos, 2007.

Instituições / Organizações	Objetivo da articulação	Modo de articulação	Resultados efetivos
PA Baixão			
Outros assentamentos	Encontros festivos; lutas; discussão e avaliação de ações.	Entre representações, reuniões ampliadas, encontros e marchas.	Ajuda na organização – fortalecimento; conquistas.
INCRA (Salvador)	Solicitação de documentos; reivindicações.	Entre representações, reuniões ampliadas, ocupações.	PDSA e demarcação dos lotes; recursos Créditos Apoio e habitação; abastecimento d'água; energia; estrada; Projeto Terra Sol para turismo rural; capacitação.
MST	Luta pela terra; discussão de avanços e dificuldades; produção.	Entre representações, reuniões ampliadas, encontros e marchas	Conquista da terra e organização.
Sindicato	Previdência e outros benefícios.	Entre representações, individualmente e em grupos.	Aposentadoria; salário maternidade; alguns cursos.
Prefeitura	Reivindicações de serviços e busca de apoio diversos.	Representações do PA e grupos específicos com as secretarias de saúde, educação, agricultura e turismo.	Obras de convênios; serviços de educação, saúde e transporte; apoio a reforma agrária; abastecimento de água; apoio a ACVI; local de venda da produção; capacitação.
IBAMA	Busca de apoio.	Jovens da brigada de incêndio e ACVI	Preservação dos minadouros no entorno do Parque, que beneficia os recursos (rios) do Baixão; controle dos incêndios.
Comerciantes	Compra de cesta básica e ferramentas; venda de produção.	individualmente	Confiança.
PA Europa			
Outros assentamentos	Reuniões e festas	Entre representações, reuniões ampliadas, encontros e marchas	Reuniões e festas.
INCRA (Salvador)	Reivindicações	Entre representações, encontros e marchas	Infraestrutura (a ponte não terminou) e créditos.
MST	Reivindicações.	Entre representações, encontros e marchas	Formação, projetos de infraestrutura e outros.
Sindicato	Previdência e outros	Individualmente	Aposentadoria e salário maternidade.
Prefeitura	Reivindicações de serviços	Representações do PA e grupos específicos	Manutenção de dois professores do PA, merendeira, zelador, agente de saúde e transporte escolar.
IBAMA	Busca de apoio e liberação para limpeza de área.	Entre representações, reuniões ampliadas e assembleias	Liberação para limpeza de área para os projetos.

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

Inicialmente, contaram com a mediação da igreja pelas Dioceses e CPT. Atualmente, contam com a mediação do MST, do Sindicato e das próprias associações. Em questões mais específicas, próprias da diversificação de percursos e de interesses, as representações se mobilizam para encaminhamento das demandas. As articulações implementadas nos Projetos

Baixão e Europa são motivadas, basicamente, pelas mesmas demandas, com pequenas diferenças em alguns locais onde se realizam, que indicam a origem das famílias.

O Projeto Baixão se articula com maior frequência com o Povoado de Rumo, distante do assentamento 13 km, de onde veio a maioria dos assentados e aonde sempre retornam, pelo menos uma vez por semana, para visitar parentes, fazer feira e vender a produção. Depois de Rumo, o Povoado de Colônia, que fica a 14 km, é o lugar mais freqüentado, aonde vão semanalmente, seguido de Bananeiras, que fica a 15 km. O município de Itaberaba é visitado muito raramente, por poucos. Itaetê, distante 32 km do PA, recebe diariamente os jovens estudantes de 2º grau, entretanto, a maioria da população assentada somente vai à sede municipal, mensalmente, para recebimentos bancários, principalmente bolsa família e aposentadoria. Uma minoria vai semanalmente para venda da produção nos mercados e feira, reunião do sindicato ou agendas com a prefeitura. Alguns jovens estudantes do 1º grau se deslocam quinzenalmente para a da Escola Família Agrícola de Colônia e os de 2º grau para a Escola Família Agrícola do município de Rui Barbosa.

O Projeto Europa se articula com maior frequência com o Povoado de Colônia, que fica a 3 km do assentamento, onde mora grande parte das famílias e para onde retorna a maioria dos assentados que residem na agrovila do assentamento, pelo menos duas vezes por semana, para visitar os parentes, fazer a feira e vender a produção, quando existe. Além de Colônia, a maioria visita mensalmente Itaetê, distante 24 km, para recebimentos de salários da prefeitura, bolsa família e aposentadoria. Os jovens estudantes do 2º grau vão diariamente à sede municipal.

Os resultados efetivos das articulações, em nível local, estimulam outras, em nível regional, estadual e nacional, mediadas principalmente pelo MST, ampliando o acesso a outros espaços e instâncias, que, por sua vez, colaboram para a projeção e o fortalecimento da organização social no município. Configura-se a maior conquista: o auto reconhecimento como sujeitos políticos, com direito a cidadania. Associado a esse auto-reconhecimento, manifesta-se o reconhecimento e respeito pelo Movimento (Figura 10):

[...] todas as conquistas foram do processo de luta e organização. (O MST) É o pai da nossa organização (Entrevista 1, PA Moçambique, julho 2007).

Algumas articulações foram especialmente significativas para a população assentada, tanto na apropriação de espaços políticos, como materiais, resultando em conquistas que marcaram o reconhecimento de sua cidadania.

Figura 10

PA Baixão e PA Europa: O Espaço sócio-cultural e político, Oficinas de Reconhecimento e apropriação de Espaços, 2007.



PA Europa. Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Baixão. Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Baixão. Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Baixão. Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Baixão. Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Europa. Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Europa. Foto: Paulo Coqueiro / 2007.

4.2.1 ACUMULAÇÃO DE FORÇA EM ARTICULAÇÕES POLÍTICAS

O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia (SOUZA, 1995, p. 108).

A partir de 1999, as forças políticas do município iniciam as articulações para a eleição de 2001, para prefeito. O MST mobiliza os acampamentos e assentamentos em torno do candidato Jorge Estrela, que é eleito em final de 2000, com grande vantagem. Uma liderança do Movimento, Jose Luis de Jesus Serra, conhecido como Grilo, recém-assentado no Projeto Europa, é convidado para assumir a Secretaria de Agricultura.

Em 2002 acontece a mobilização para a candidatura de Valmir Assunção, liderança Estadual do MST, que tem votação expressiva no município, e, em 2004, reelegem o Prefeito Jorge Estrela e fazem dois vereadores assentados, um do PA Moçambique e outro do PA Europa, que na gestão anterior assumiu a Secretaria de Agricultura.

Os assentados se tornam muitas vezes, importantes demandantes de uma série de bens públicos, constituindo-se em atores, com diferentes relevos, no cenário político local... A potencialização das demandas relaciona-se com sua capacidade organizativa e com a conjuntura política local em que se inserem, resultando, ao longo de sua constituição, quer no reforço dos tradicionais mecanismos de clientela, comuns em situações de precariedade, quer na constituição de novas lideranças que possam disputar espaços públicos. (LEITE, *et al*, 2004, p.87).

Configura-se o poder político da população acampada e assentada no município de Itaetê, que se reconhece como “o fiel da balança” nas eleições municipais. O reconhecimento desse poder é evidente nos assentados, chegando também a outras instâncias do município, como ilustram os depoimentos de liderança do MST e assentado do PA Europa, assentado do PA Baixão, de comerciante local, professor e dirigente sindical, respectivamente.

[...] hoje nós somos a segunda força política de Itaetê. A primeira é o grupo do prefeito (Entrevista 3, MST, agosto 2006).

Todos votam no município. Fizemos dois vereadores do PT pra defender nossos direitos na Câmara, ajudamos o prefeito a se eleger duas vezes e conseguimos 1500 votos pra Valmir (Entrevista 2, Baixão, julho 2007).

Os assentados elegeram um deputado estadual e têm força na eleição do prefeito também. As famílias crescem. Filhos de assentados já votam (Entrevista 2, Comércio, julho 2007).

São muitos que votam. O MST está bastante político e os assentados participam ativamente (Entrevista 1, EFA, maio 2007).

É um povo crítico e esclarecido em questão eleitoral. Houve a renovação da Câmara (Entrevista 1, Sindicato, maio 2007).

Iniciada a segunda gestão do prefeito Jorge Estrela, o Movimento se diz traído por não ter, como acordado anteriormente, a indicação da Secretaria de Agricultura, passando a ser oposição. Alguns méritos do Prefeito são ressaltados, pois “é a favor da Reforma Agrária”, atendendo a população assentada nas áreas de saúde, educação e transporte. As críticas vão para a “falta de visão da importância da agricultura familiar no município” e para a ausência na Prefeitura cotidianamente. Esse fato é constatado em entrevista com o próprio prefeito, quando se refere à sobrecarga de trabalho ao acumular duas atividades, afirmando não ter sacrificado a sua ocupação na medicina. Atende como médico no hospital de Itaetê e em hospitais de outros municípios, restando muito pouco tempo para responder como Prefeito, mas ressalta a competência e importância da equipe que dispõe, sempre em contato, por telefone, se reconhecendo, também, como um bom administrador. Dessa forma, percebe-se, tanto no MST, como na população assentada, uma visão crítica da gestão, mesmo sendo manifestado certo reconhecimento, como ilustra depoimento de liderança do Movimento, assentado e vereador no município.

Com as forças políticas locais temos um bom relacionamento, inclusive com a prefeitura, embora a gente esteja na oposição ao prefeito por ter traído o MST... Embora a gente converse, dialogue... Eu voto em algumas matérias do Prefeito, sem problema... Ele trabalha como médico a semana toda, um dia em cada canto... Aristides Maltez, Feira de Santana, Itaetê, Itaberaba, Boa Vista do Tupim... o dia que fica aqui, atende como médico, faz 100 ultra-sonografias pelo SUS e ganha popularidade... Um município carente... Imagine... O pessoal gosta dele porque, olha quantos funcionários da prefeitura tem no Europa! Ele paga os salários em dia, mas não é favor, é obrigação. A mesma coisa é a merenda escolar que não deixa de ir, mas é recurso do governo... Tem uma certa vantagem dos outros... O último deixou de fornecer merenda escolar por dois anos, hoje tem merenda todo dia. Porque antes não tinha, então ele é bom... são esses detalhes que acaba dando certa popularidade a ele [...] Já apresentamos através da Câmara vários projetos, de distribuição de sementes, não só pra os assentados, mas pra toda a agricultura familiar, de construção de escola, de abastecimento de água... A Câmara aprova, entra no orçamento e não faz... O prefeito não realiza, apresenta uma desculpa, retorna pra Câmara, como tem a maioria da Câmara, fica por isso mesmo (Entrevista 4, PA Europa, fevereiro 2008).

O Sindicato reconhece o apoio da Prefeitura nas áreas de saúde e educação, mas, ressentido-se, também, por não ser considerada a especificidade rural, nas ações desenvolvidas pelo Poder público municipal. Observa que as Secretarias, inclusive a de Agricultura, e as funções provenientes de cargos de confiança, não têm autonomia.

A população assentada está representada na Câmara de Vereadores, no Conselho de Saúde, através de assentado no PA União da Chapada, e no Conselho de Educação, através de assentado do PA Baixão. Entretanto, declaram que a participação direta e efetiva no planejamento e gestão municipal, através de espaços representativos como os Conselhos, ainda é pouco expressiva. Existe efetivamente, todavia, uma participação indireta, mais

caracterizada como uma interferência, através da mobilização, para reivindicar e pressionar. É dessa forma que conquistam os serviços sociais básicos, as infra-estruturas, o espaço para comercialização no mercado e outros. Mesmo inseridos na estrutura de poder institucional, os assentados continuam atuantes nos movimentos socioterritoriais. Em 2005, a prefeitura recebeu a “visita” de centenas de trabalhadores rurais, assentados e acampados, que levaram pessoalmente a sua pauta, que incluía melhor atendimento na área de saúde e educação. Afinal, “quanto mais a massa se mobiliza, mais ela se educa e se disciplina na participação” (GOHN, 1997, p. 147).

Um fator determinante para a evidência política da população assentada no município e na região é a articulação com forças políticas de destaque estadual e nacional. Fatos políticos são gerados com a organização de eventos em Itaetê e municípios vizinhos, como encontros de brigadas, encontros pedagógicos dos professores de todos os assentamentos e atos públicos de grande repercussão, com a presença de personalidades públicas como o Presidente e o Superintendente Regional do INCRA, políticos e lideranças nacionais. Essa articulação é propiciada, na maioria das vezes, pelo MST, que está inserido em uma ampla rede de relações sociais, como podemos observar em depoimento de liderança.

O principal objetivo... transformação social, pela discussão entre as diversas forças, de um projeto alternativo de sociedade, mais humana, mais justa. Essa discussão acontece através da articulação entre os setores, a nível nacional e internacional: assembléia popular, a nível estadual, puxada pela igreja, consulta popular, a nível nacional, Coordenação dos Movimentos Sociais – (CMS), Coordenação Latino Americana das Organizações do Campo (CLOC) e Via Campesina, a nível internacional (Entrevista 6, MST, fevereiro 2008).

A articulação entre organizações e movimentos sociais, CETA, FETRAF, CPT e MPA, tem se tornado cada vez mais freqüentes em algumas regiões, objetivando a unificação das ações de luta. Estão tendo cada vez mais clareza de que a diversidade de visões e interesses não impede a conjunção de forças para potencializar a sinergia no objetivo maior: a reforma agrária. Segundo declaram as lideranças, essa articulação tem também proporcionado debates e reflexões, ampliando o nível de conhecimento sobre a questão agrária atual, adequando a visão sobre a política, bem como aumentando o nível de pressão para se conseguir as pautas. O Sindicato Rural de Itaetê, recentemente ligado à FETRAF, afirma ter como objetivos ampliar suas ações, procurando manter a fidelidade à agricultura familiar, estimular a segurança alimentar e avançar na luta pela Reforma Agrária, apoiando os movimentos sociais.

A população assentada de Itaetê se articula entre si, nos assentamentos do município, pelas relações de parentesco, ou ainda por organização do MST e do Sindicato, para diversos fins. Essa articulação extrapola a escala dos assentamentos e até do município, nas romarias da terra organizadas pela Igreja e nos encontros regionais, estaduais e nacionais, organizados pelo Movimento.

A territorialização da população assentada, através da construção do espaço sócio-político, dá-lhes a clareza de suas capacidades como sujeitos de transformação de sua realidade. A organização da categoria de assentados é imprescindível para o sucesso das articulações implementadas, que resultarão em políticas públicas de provisão de bens e serviços indispensáveis à sua permanência na terra e conquista da cidadania.

4.2.2 ACESSO A BENS E SERVIÇOS NA ARTICULAÇÃO COM DIFERENTES PODERES

[...] o assentamento não se conclui com o acesso do trabalhador à terra: antes terão que lhe ser propiciadas condições necessárias e suficientes para que se concretize a determinação constitucional da terra cumprir sua função social. Se, por um lado, a noção de assentamento envolve a fixação do homem à terra, não pode se desvincular do provimento das condições para torna-la produtiva (FERREIRA *apud* MEDEIROS, 1994, p. 43).

A tensão é inerente à relação movimento social e poder público. Quando no acampamento de luta pela terra, essa tensão se dá, principalmente, com a instância federal. A partir do assentamento ela se amplia para as instâncias estadual e municipal, na luta para manter-se dignamente na terra conquistada. O abastecimento de água, a energia, a habitação, a locomoção, a saúde e a educação são serviços imprescindíveis à vida no assentamento. Essas infra-estruturas e serviços estão sob a responsabilidade das esferas federal, estadual e municipal. Entretanto, mesmo constituindo-se em direitos elementares de todo cidadão, para o reconhecimento dessas demandas como legítimas, pelos poderes públicos, essas terão de ser pautadas e pleiteadas, de modo claro e objetivo, convincente e organizado. O Projeto de assentamento, ao ser criado por ato administrativo do Estado, já tem o direito estabelecido de acesso a todas essas ações. Porém, a escassez de recursos para a política de Reforma Agrária, faz desse processo um novo momento de luta, que exige organização e muitas articulações em espaços de disputas e arranjos institucionais.

O poder público municipal deve responder às demandas na área de saúde, educação, comunicação, transporte e lazer, necessitando algumas dessas da parceria com o governo estadual. Cabe também à esfera estadual realizar os serviços de apoio à produção, que, ultimamente, têm sido assumidos de forma parcial e descontínua pela esfera federal. As vias de acesso aos assentamentos são de responsabilidade das três instâncias.

O poder público federal tem sua principal representação no INCRA, que tem a responsabilidade de viabilizar além dos créditos iniciais de apoio a chegada das famílias ao assentamento, PDSA, a demarcação topográfica, as habitações, os acessos vicinais, o abastecimento de água e outras ações. Às ações no âmbito do INCRA, somam-se outras do MDA para a agricultura familiar, que beneficiam direta e/ou indiretamente os assentamentos: crédito produtivo PRONAF, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), documentação da mulher e outras. O Ministério das Minas e Energia (MME), em parceria com o estado, é responsável pelo abastecimento da energia elétrica, através do Programa Luz para Todos.

Das ações de responsabilidade do INCRA, os recursos do Crédito Instalação são disponibilizados em várias modalidades, preferencialmente no primeiro ano de vida do Projeto: o Apoio Inicial, no valor de R\$2.400,00 por família, se destina à segurança alimentar e suprimento das necessidades básicas. O crédito Apoio Inicial deverá ser seguido do planejamento de uso do assentamento, que deve ser concretizado no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDSA). Esse planejamento possibilita o recebimento do crédito na modalidade Aquisição Materiais de Construção, hoje no valor de R\$7.000,00 por família, condicionada a correta aplicação de 75% do Apoio Inicial e definição da localização das habitações, seguida de planejamento e demarcação da área destinada a agrovila. Se a decisão do grupo social for pela habitação nos lotes individuais, esse crédito fica condicionado à demarcação dos mesmos. O PDSA possibilita, também, a demarcação da área para o acesso aos créditos na modalidade Fomento, no valor de R\$2.400,00 por família, para fortalecimento das primeiras atividades produtivas, e aos recursos do PRONAF, para produção, investimento em benfeitorias fixas e plantios permanentes. Para os PA localizados na região do Semi-árido, existe a modalidade de Crédito Adicional do Semi-árido, no valor de R\$1.500,00 por família, para suprir a necessidades emergências de água para consumo.

Os cinco primeiros Projetos de Assentamento criados no município de Itaetê, inclusive Baixão e Europa, já foram beneficiados com a maioria dessas ações, exceto o Crédito Apoio ao Semi-árido. Entretanto, os últimos quatro assentamentos, criados entre 2004 e 2005, até 2007 não tiveram acesso a qualquer uma dessas ações, pela insuficiência de recursos nos

últimos anos, segundo declarações de técnicos do INCRA. Informam, ainda, que em 2007, foram programados recursos orçamentários para atendimento de grande parte da demanda do Crédito Apoio, mas o financeiro somente foi disponibilizado no final do exercício, inviabilizando o pagamento. Está previsto o pagamento desse crédito para a população assentada em Itaetê no exercício de 2008.

Está também nas ações do INCRA, para projetos mais antigos, criados até 2003, a recuperação de habitações, com a modalidade de Crédito Recuperação Material de Construção, no valor de até R\$5.000,00 por família, e a modalidade Reabilitação de Créditos de Produção, para renegociação de dívidas provenientes do antigo Crédito PROCERA. Além dessas, cabe ao INCRA o Licenciamento Ambiental e Manejo de Recursos, para recuperação de passivos ambientais, ações primeiras que, por indisponibilidade e inadequação de recursos, financeiros e humanos, tanto em nível do INCRA como dos Órgãos ambientais do estado, têm sido adiadas ao longo dos anos.

O acesso às ações de responsabilidade do Estado, tempestivamente e de forma complementar e articulada, deverá possibilitar uma maior garantia de desenvolvimento dos assentamentos e da população assentada. Mas, infelizmente, não tem acontecido dessa forma, comprometendo a sustentabilidade dos assentamentos e a qualidade de vida da população assentada.

A partir de 2003, foi implantada a Política de Desenvolvimento Territorial do MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), com foco em arranjos espaciais que configurem uma forte atuação de grupos sociais da Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Comunidades Tradicionais. Foram selecionados alguns territórios nos estados, que deveriam se organizar em um Colegiado, para o acesso às ações da política. Até o ano de 2007 a política atuou com a disponibilização de recursos do PRONAF infraestrutura, para investimentos numa escala que, preferencialmente, extrapolasse o município. No entanto, a execução de recursos destinados à infra-estrutura básica e produtiva deverá se dar pelo poder público municipal, que nem sempre está adimplente e envolvido no processo, o qual estimula e prioriza o planejamento e a gestão das ações pela sociedade civil organizada.

A falta de articulação com outras políticas e a limitação de recursos, provenientes apenas de uma fonte, o MDA, associada à dificuldade na execução, vêm gerando críticas à política e desestimulando a participação. O município de Itaetê está inserido no Território da Chapada Diamantina, sendo representado no Colegiado Territorial pela Prefeitura por meio da Secretaria de Agricultura e pela EFA de Colônia. O MST está também representado, apesar

de não configurar uma efetiva participação, pois constata-se certa resistência do Movimento à Política, como podemos observar nos depoimentos das lideranças.

Só um jeito de fazer os pobres disputarem, brigaram pelas migalhas. Não resolve (Entrevista 6, MST, fevereiro 2008).

Não sei como está a discussão hoje. Existia certa resistência, desconfiança... Agora, já se repensa na necessidade de participar, mas, ainda não se efetivou a participação do Movimento (Entrevista 4, MST, dezembro 2007).

O caminho é o território que dá a visão do todo. É a saída, mas tem que melhorar porque está muito emperrado o processo por causa das prefeituras, que é quem executa o recurso. Tem que dar autonomia pra os Movimentos sociais. Mudou a forma, mas o conteúdo é o mesmo. Grilo é o representante pelo MST. Mas a FETAG polariza e quando avisa das reuniões, já aconteceu (Entrevista 4, PA Europa, fevereiro 2008).

Contudo, recentemente, (2007) novas perspectivas favoráveis se apresentam, pois, a instância estadual incorporou os Territórios de Identidade como unidade de planejamento. Está prevista para 2008 a implantação do Programa Territórios da Cidadania, do âmbito federal, que consiste na articulação de políticas públicas de diversos Ministérios. Prioritariamente, foram selecionados sessenta Territórios de identidade no país, estando quatro na Bahia, sendo um deles o da Chapada Diamantina. A seleção obedeceu a critérios de maior concentração de Agricultores Familiares, Assentados de Reforma Agrária e Comunidades Tradicionais, bem como maior índice de pobreza. Nos quatro Territórios da Cidadania da Bahia estão aproximadamente 50% das famílias assentadas do estado, aguardando um projeto de ações integradas, a que se propõe o Programa, abrindo novas possibilidades de desenvolvimento.

No entanto, espera-se que as ações integradas das políticas ministeriais sejam suficientes para atender as demandas de forma satisfatória, universalizando-se os serviços essenciais ao exercício da cidadania. Se assim não acontecer, os Territórios da Cidadania serão espaços de disputas e conflitos entre iguais, desviando-se o foco dos verdadeiros concorrentes dos recursos e do poder no Estado: os seguimentos capitalizados e patronais da agricultura.

4.2.2.1 A CONQUISTA DOS DIREITOS BÁSICOS DA CIDADANIA

A luta pela terra dá lugar para a luta pelo acesso à **infra-estrutura e serviços sociais** básicos: estrada, energia, abastecimento de água, habitação, saúde, educação, comunicação e outros. Direitos básicos para configuração da cidadania, tanto da população do campo como da cidade. Mas, a depender da configuração local, esses direitos podem exigir muito tempo para serem atendidos, dificultando a vida e testando, mais uma vez, a resistência da população assentada. A consciência desses direitos é o primeiro passo para a sua conquista. O acesso aos mesmos, pela população assentada em Itaetê, é resultante da força da organização e articulação dos grupos sociais.

Depois da terra, o **abastecimento de água** é a primeira demanda emergencial. Os cinco primeiros assentamentos criados, incluindo Baixão e Europa, contam com sistema de abastecimento de água para as agrovilas, viabilizado através de recursos de infra-estrutura disponibilizados pelo INCRA³⁰. No PA Baixão, foi aproveitada infra-estrutura da fazenda desapropriada, uma barragem junto à serra com o armazenamento de água de qualidade, tendo sido necessário apenas substituir a tubulação. A estrutura, além de abastecer a agrovila com água de qualidade, já possibilitou água nos lotes para consumo do rebanho bovino de aproximadamente 40% dos assentados, que instalaram, por iniciativa própria, tanques de alvenaria abastecidos por gravidade (Figura 11.1). A associação já encontrou alternativa de viabilizar água nos demais lotes e está buscando meios de realizar a proposta, articulando-se com o poder municipal.

As **condições habitacionais** dos PA Baixão e Europa são satisfatórias, desde que receberam o crédito Instalação, em 2003 e 2004, respectivamente, na modalidade Aquisição Material de Construção (Figura 11.1). As habitações possuem dois quartos, sala, cozinha e banheiro com chuveiro, vaso sanitário, descarga. Os dejetos da maioria das casas são depositados em fossas. Foram utilizados na construção bloco e telha de cerâmica, demandando, ainda, reboco na maioria. Ambos os assentamentos estão demandando do INCRA disponibilidade de recursos, provenientes de modalidade de Recuperação Materiais de Construção, para recuperação e melhoria das casas, incluindo reboco e complementação das instalações sanitárias, naquelas que ainda não possuem.

³⁰ Serviços executados em parceria com a Prefeitura (Diagnóstico de PA's, Planejamento INCRA/Bahia).

Figura 11.1
PA Baixão e Europa, Acesso a direitos básicos: habitação e água, 2007



PA Baixão: Crédito habitação. Foto: Valter Pontes / 2005.



PA Baixão: Quintal. Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Baixão: Abastecimento de água. Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Europa: Agrovila. Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Europa: Abastecimento de água. Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Baixão: Estratégia de abastecimento de água para os animais Foto: Paulo Coqueiro / 2007.

A área destinada para cada habitação, especialmente no Baixão, é ampla, possibilitando a manutenção de quintais cultivados com fruteiras, hortaliças e plantas medicinais. Existe, por parte do Movimento, uma concordância quanto ao atendimento satisfatório da necessidade da habitação, pelo Crédito Aquisição Material de Construção, mas eles acreditam que o planejamento da agrovila pode ser mais discutido, com a participação da população assentada, contemplando espaços para a cultura e o lazer.

[...] dão conta de responder a necessidade da habitação (os recursos do crédito), mas penso que é necessário ir aprimorando a participação da comunidade. Com uma melhor projeção das agrovilas com um estudo dentro do próprio PDA. Projetando melhor os espaços sociais e comunitários necessários a comunidade... Os espaços de lazer, de esporte, trabalho. O atraso dos recursos atrasa a produção (Entrevista 5, MST, dezembro 2007).

A Superintendência Regional da Bahia, atualmente (2007), somente dispõe de um engenheiro e um arquiteto para atender a toda demanda dos assentamentos do estado, no que se refere à implantação de infra-estrutura e habitação, comprometendo uma discussão mais cuidadosa no planejamento das agrovilas. Essa carência de quadro deveria ser suprida pela Assistência técnica, social e ambiental, infelizmente, intempestiva e descontínua, ainda assim, em menos de 50% dos assentamentos.

O grupo social do PA Baixão mostrou, mais uma vez, a boa gestão dos recursos, quando do recebimento do crédito Aquisição Material de Construção. Através de articulação com a empresa que ganhou a licitação, conseguiram a gestão, pela associação, do recurso orçado para a areia, transformando-o em oportunidade de trabalho e renda. Adquiriram um caminhão usado para o carregamento de areia, serviço feito pelos próprios assentados, em mutirões organizados pelas brigadas. Além de garantir trabalho e renda, ficaram com o caminhão, apesar de bastante desgastado, ainda utilizado para as necessidades do assentamento.

Alguns assentados no PA Europa e a maioria dos assentados do PA Baixão construíram, com recursos próprios, habitações simples nos lotes. É comum a permanência de pelo menos o pai da família no lote durante a semana, para estar mais perto do trabalho, e aproximadamente 20% das famílias do PA Baixão e 10% do PA Europa moram no lote. Esse fator gera discussão e reflexão para a equipe do INCRA, que estimula a formação da agrovila como forma de facilitar o acesso aos serviços e às infra-estruturas básicas e sociais. Algumas famílias resistem em separar o trabalho da vida, e, principalmente, em fragmentar a família. Justificam, com razão, que as agrovilas, distantes da maioria dos lotes, inviabilizam o modo de vida do agricultor familiar, uma vez que tem que abrir mão da ajuda dos filhos e até da

companheira, que fica na agrovila para cuidar dos filhos. Preocupam-se, por outro lado, com o “não ter o que fazer” do restante da família, nas agrovilas que se adensam, gerando conflitos sociais, como ilustra a declaração de assentado do PA Baixão.

Acho que uma falha do INCRA é fazer a agrovila. Você tá lá (no assentamento) pra que? Não é pra trabalhar? Na produção só trabalha muitas vezes o homem, o pai. Os filhos e a mulher têm que ficar na agrovila... Ajunta muita gente, muitos costumes... Tá ocorrendo muito problema social... Porque que a cidade hoje tá ruim? Porque aglomerou demais... Meus filhos sempre moraram comigo no lote. Pelo menos (o INCRA) tinha que dividir as agrovilas, pra ficar mais perto dos lotes... Aí dava pra todo mundo ir e voltar... (Entrevista 9, PA Baixão, fevereiro 2008).

O percurso da agrovila até os lotes mais distantes é feito em 2 horas, caminhando. Sendo de animal ou carroça, gastam 1 hora e 30 minutos, e, de bicicleta, 35 minutos. No PA Baixão, utilizam muito a carroça, financiada pelo PRONAF, pois possibilita o transporte da família.

O acesso à *energia elétrica* (Figura 11.2) foi viabilizado para as habitações e escolas, por rede monofásica, através do Programa Luz para Todos, em 2005. No Baixão, demandam a rede trifásica para funcionamento de quatro equipamentos financiados pelo PRONAF, em desuso, dentre eles um moinho, que necessitam para a moagem do milho, como suplemento alimentar para os animais. Estão articulando com a Prefeitura o atendimento dessa demanda, que sinalizou positivamente, desde que assumam o gasto adicional da manutenção.

O direito de ir e vir, através da viabilização das vias de acesso, está na responsabilidade das esferas federal, estadual e municipal. Uma grande demanda dos dois Projetos é a melhoria das *estradas* (Figura 11.2). No PA Baixão houve um investimento do INCRA em 10 Km de estrada, em parceria com a CDA, em 2002³¹, mas este não atende a toda área. O estado de conservação das vias, de modo geral, é péssimo, tanto as estaduais, que ligam o município ao entorno, como as de acesso aos assentamentos e as internas, de acesso aos lotes. É um problema que exige a atenção do Estado, nas três esferas, para que sejam efetivadas as ações nesse sentido, uma vez que se trata de uma infra-estrutura essencial para o desenvolvimento dos assentamentos, bem como do município. Essa situação é considerada pelos assentados e suas representações como fator de dificuldade para o desenvolvimento dos Projetos, ressaltando a inoperância tanto do município, como do estado e do INCRA nesse sentido. O prefeito, por sua vez, declara que esse é um indicador de mau desenvolvimento no município, mas alega ser impossível a intervenção do poder municipal, pela indisponibilidade de recursos, afirmando estar sempre se empenhando em solicitar apoio aos governos estadual

³¹ Fonte: Controle de obras do Setor de Planejamento do INCRA/Bahia/2002.

e federal, sem, contudo, ser atendido. No PA Europa a situação se agrava pela falta de conclusão da ponte de acesso aos lotes.

O acesso aos serviços de saúde, educação, transporte e comunicação, nos assentamentos, é entendido pela população assentada nos Projetos Baixão e Europa como um indicador de avanço, no processo de desenvolvimento. Esses estão diretamente relacionados ao Poder Público Municipal e vão sinalizar não apenas a sua eficiência, mas o reconhecimento da população assentada, pelos gestores, como um grupo social consciente de sua cidadania e de seus direitos.

Os serviços de *saúde*, para os dois Projetos estudados, vêm garantindo atendimento satisfatório, através do poder público municipal. O serviço é mantido por “territórios de identidade”, definidos pelas povoações mais antigas, Colônia, Rumo, Bananeiras e, uma mais jovem, na agrovila do PA Rosely Nunes. Nessas localidades, há instalações adequadas a um posto médico, para onde convergem as demais pequenas povoações do entorno. Além desses, na área rural, mais duas equipes do Programa Saúde da Família (PSF) foram instaladas na sede municipal, totalizando seis equipes, que atendem 100% da população. As equipes são compostas por um médico, um dentista, um enfermeiro, um técnico de enfermagem e dois agentes de saúde, que atendem por 8 horas diárias, contando ainda com veículos para atendimento e deslocamento de emergência. As povoações maiores justificam o deslocamento da equipe do povoado, atendendo a um cronograma regular. Além dos PSF, a população assentada conta com o Hospital Municipal, com boas instalações, contando com equipamentos e atendimento de ultra-som, fisioterapia e radiologia.

O PA Baixão conta com um agente de saúde, filho de assentado, e um médico, acompanhado de uma enfermeira, visitam o PA, semanalmente, às quintas-feiras, utilizando as instalações da escola. As doenças de maior incidência são de pressão alta, gripe e diarreia. Quando acontece alguma ocorrência, nos demais dias da semana, o paciente é encaminhado para Rumo ou Itaetê, a depender da necessidade. O agente de saúde solicita o carro, que sempre fica disponível para qualquer emergência, no povoado de Rumo, distante 13 km do assentamento. Além da medicina tradicional, fazem uso freqüente de ervas medicinais, plantadas nos amplos quintais.

Figura 11.2

PA Baixão e Europa, Acesso a direitos básicos: energia e acessos, 2007.



PA Baixão: Estrada vicinal. Foto: Paulo Coqueiro / 2006.



BA-145 Andaraí - Itaetê. Foto: Camila Tenório / 2008.

PA Baixão: Ponte construída pelos assentados.
Foto: Paulo Coqueiro / 2006.PA Europa: Ponte em construção / INCRA
Foto: Paulo Coqueiro / 2007.PA Europa: Estrada de acesso.
Foto: Paulo Coqueiro / 2007.PA Baixão: Rede de energia elétrica.
Foto: Paulo Coqueiro / 2006.

No PA Europa, o agente de saúde é filho de uma família assentada, que, entretanto, não mora no assentamento. O mesmo agente deve atender também o Povoado de Colônia, onde mora, pois a população residente no PA não justifica um agente exclusivo para o assentamento. Os assentados se ressentem por não terem a assistência desejada. As doenças de maior incidência são de pressão alta, gripe e problemas de coluna. O atendimento de saúde é feito normalmente em Colônia, e, quando necessário, se deslocam para Itaetê, principalmente para atendimento fisioterápico. O PA não recebe a visita da equipe por falta de estrutura, segundo declaram os assentados, que demonstram insatisfação, pois caminham 3 km para buscarem o serviço de saúde. Não raras vezes utilizam o tratamento com plantas medicinais, cultivadas nos quintais da agrovila.

Ambos os assentamentos desejam poder contar com posto de saúde, bem como atendimento na agrovila. A realidade na área de saúde, apesar da insatisfação pontual, é reconhecida, pela maioria de assentados dos dois Projetos, como um indicador de desenvolvimento para o município e para os assentamentos.

Os serviços de *educação* são providos, também, pelo poder público municipal. São promovidos encontros mensais de orientação, por intermédio da Secretaria de Educação. Os livros didáticos são fornecidos pelo município, bem como a pedagogia e os conteúdos, que são definidos através da Secretaria Municipal de Educação, “porque é ela quem paga”, segundo declaram os professores. O Movimento e a população assentada indicam os professores, que recebem também orientação pedagógica do MST, em dois encontros anuais das escolas dos assentamentos, com a inclusão, segundo informação dos professores, de conteúdos de socialização, formação de boa conduta e ação coletiva.

Os assentamentos coordenados pelo MST têm a oportunidade de beber na fonte da proposta pedagógica desenvolvida pelo Movimento, que considera a educação como prática social. O ensino e a aprendizagem acontecem nos diversos espaços vividos, que estabelecem os conteúdos: a luta pela terra, a cooperação, a cultura camponesa e o trabalho, como processos educativos. É o aprendizado através da investigação e compreensão da própria vida. No momento em que o aprendizado se dá com base em outra realidade, não vivida, a educação pode transformar-se num descaminho, pois, outros valores e perspectivas se impõem à vida dos jovens, sobrepondo-se a sua cultura e o seu modo de vida original.

Se tu pensa o campo como espaço do latifúndio, nesse espaço não cabe educação para emancipação, para transformação. Então, o primeiro pilar é a educação vinculada ao projeto popular de agricultura... Então, há um vínculo entre o processo de formação e o processo de trabalho, né? Então, no MST nós discutimos a questão dessa junção e a valorização do trabalho como processo educativo – esse é o outro

pilar do nosso projeto pedagógico. Um outro é o vínculo com a pedagogia do oprimido, na perspectiva de que o projeto pedagógico não é neutro, ele tem um lado e nosso lado é o do oprimido, da classe trabalhadora. E quando falamos em trabalho estamos falando também da cultura, que enraíza... O trabalho faz parte também da cultura, como matriz de formação: a cultura camponesa, a memória histórica de luta... E essas coisas se perdem nesse modelo de educação tradicional (Entrevista 4, MST, dezembro 2007).

Dáí porque a falta de maior autonomia pedagógica resseente os professores e lideranças ligadas ao MST, como se pode observar no depoimento a seguir, de liderança assentada no PA Europa.

Os professores dos assentamentos são indicados pelo Movimento, mas ultimamente quem tá dando assessoria é somente a prefeitura... A secretaria não aceita a intervenção nossa... Os professores pra ir pra os encontros pedagógicos (do MST) é muita briga pra ir, vão na raça (Entrevista 4, PA Europa, fevereiro 2008).

O PA Baixão tem uma escola de boa estrutura, construída em 2001 com recursos provenientes do INCRA, em parceria com a CAR, mantida pela prefeitura. Conta com duas salas de aula, quatro banheiros, sendo um para professores, um masculino, um feminino e um para portadores de deficiência, uma cantina com depósito e uma sala para diretoria. Funciona nos dois turnos diurnos com quatro turmas, da educação infantil a quarta série do ensino fundamental, sendo uma turma multisseriada com a segunda e terceira série. Frequentam essa escola no assentamento aproximadamente oitenta alunos. À noite, funciona mais uma turma de educação para adultos.

O PA Europa também conta com uma escola, em instalações improvisadas, com apenas uma sala e um banheiro, mantida pela prefeitura. Funciona no turno matutino com uma turma multisseriada de 25 alunos, da educação infantil a quarta série do ensino fundamental, e a noite, com a turma de adultos. Os assentados reivindicam à prefeitura a construção de escola com duas salas.

A equipe no PA Baixão é composta por um diretor, um coordenador pedagógico, quatro professores e uma zeladora, sendo somente do assentamento os dois professores e a zeladora. A merenda escolar vem pronta do Rumo, de moto, sendo regular e satisfatória nos dois turnos. A Associação reivindica que a merenda seja preparada no PA, assegurando mais um emprego de merendeira para o assentamento, bem como que todos os servidores, inclusive diretor e coordenador pedagógico, sejam assentados, uma vez que o assentamento dispõe de quadro, formado no curso de Pedagogia da Terra, através do PRONERA. A escola conta, ainda, com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde para orientação e profilaxia, e os jovens da ACVI realizam, eventualmente, atividades que refletem em cuidados com os recursos naturais. A escola produziu um DVD, com o apoio da Prefeitura, sobre a memória do

assentamento, com performance teatral feita pelos alunos, apresentado na Semana Cultural do Município. A equipe no PA Europa é composta por um professor titular, um professor “regente” e um zelador do PA, mais diretor e coordenador pedagógico de Colônia. A merenda escolar vem pronta de Colônia, não sendo identificada insatisfação pela qualidade e regularidade.

Quanto à frequência, os professores do PA Baixão declararam que é mais irregular com a educação infantil, por motivo de doenças. Os demais faltam muito eventualmente, para ajudarem os pais no manejo do rebanho, levando ao rio para beber água, o que pode significar um turno de tempo gasto. Os professores reclamam da pouca participação da comunidade e da família, apesar de terem o apoio da associação sempre incentivando. Em relação ao ano de 2007, afirmam que mães de alunos da educação infantil têm colaborado. Os professores do PA Europa declararam que a frequência dos alunos é regular, havendo também uma boa participação dos pais na escola.

Os estudantes da 5ª à 8ª série do PA Baixão se deslocam para a escola no Rumo e os de 2º grau para Itaetê. A prefeitura disponibiliza três linhas regulares de *transporte* escolar, sendo duas de ida e retorno para Itaetê, nos turnos da manhã e noite, e uma de ida e retorno para o Rumo, no turno da tarde. Os jovens assentados que já terminaram o ensino fundamental manifestam o desejo de continuar os estudos, mas, não conseguem dar conta do trabalho diário com a terra e viajar a noite para estudarem na sede municipal. Alguns já tentaram e desistiram. No PA Europa, os estudantes da 5ª à 8ª série se deslocam para a escola no povoado Colônia e os de 2º grau para Itaetê, como no Baixão. A prefeitura disponibiliza três linhas regulares de transporte escolar, sendo duas no trecho Europa-Itaetê-Europa, nos turnos da manhã e noite, e uma no trecho Europa-Colônia-Europa, no turno da tarde.

Apesar da tensão demonstrada na disputa pelo espaço entre as propostas pedagógicas do município e do MST, a educação é um serviço que recebe cuidado e investimentos diferenciados, orgulho do Prefeito. Segundo ele, todos os professores do nível fundamental são de nível superior e recebem capacitação continuada, resultado de parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que formou, em 2007, oitenta profissionais em curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. O município também participa do Projeto Chapada, que deu origem ao Instituto Chapada de Educação e Pesquisa, criado em dezembro de 2006, que trabalha na formação continuada, dos profissionais da educação, articulada ao contexto de trabalho.

Sendo convidado a expressar sua opinião sobre a proposta pedagógica do Movimento e a validade de uma orientação pedagógica diferenciada para o campo, o Prefeito não parece discordar, mas sugere a autonomia da Secretaria de Educação, que lhe inspira confiança, como podemos observar em comentário a seguir.

Acho que tem que ser um diferencial da cidade. É por isso que eu apoio a EFA... Tem que estar ligada à realidade, até na cidade. Se precisa de técnicos, deve se formar técnicos... Os Movimentos indicam os professores e a gente acata. Só se for constatado uma total falta de vocação. Temos uma Diretoria Pedagógica muito boa... Mas não acredito que seja orientada uma metodologia diferenciada para os assentamentos (Entrevista 2, Prefeito, fevereiro 2008).

Uma conquista significativa dos assentados na educação foi a criação da Escola Família Agrícola (EFA) em Colônia, resultante de um processo que envolveu, além de organização, articulações diversas e, principalmente, muita vontade de alguns pais em proporcionar uma oportunidade de aprendizagem qualificada para os filhos, como podemos constatar no relato da história de sua constituição.

Na década de 1990, no Projeto Colônia, antes dos assentamentos de reforma agrária, 15 jovens produtores de milho, filhos dos assentados que resistiram às dificuldades próprias da área, se associaram e, com o apoio da CAR, conseguiram um moinho, passando a beneficiar a produção deles e do entorno. Alguns anos depois, com a grande oferta do grão, o preço caiu ao ponto de desestimular o plantio. Venderam o moinho, agregaram mais algum recurso, compraram uma pequena área de terra e, articulando mais uma vez com a CAR, conseguiram financiamento para irrigar a área e para construir um galpão. Passaram a produzir batata doce e maracujá.

Com a chegada do MST na região e a organização dos acampamentos em Itaetê, eles se integraram na luta e, já nas primeiras conquistas, foram assentados no Projeto de Assentamento Rosely Nunes e Baixão. A associação, nascida no Projeto Integrado Colônia, se esvaziou, pois seus associados já assumiam uma nova institucionalidade, as associações dos assentamentos. Todavia, nessa nova realidade, dos assentamentos, eles já traziam uma bagagem de frustração e preocupação, pela vivência de dificuldades com no Projeto de Colonização, principalmente no que se refere à falta de um projeto educacional voltado para o modo de vida do lavrador, que contribuísse para a geração de oportunidades para os jovens no meio rural. Resolveram, então, reativar a antiga associação e pequena área de terra, dando-lhes uma nova função, mais útil para a nova estrutura: a constituição de uma Escola Família Agrícola (EFA), anteriormente referida, como ilustra o depoimento a seguir.

Já tinha a terra... já tinha tido roça... já tinha produzindo, o povo tinha saído, e a terra tava lá parada. A associação ficou sem gente. O povo indo embora, nascendo

novos assentamentos... E como você vai garantir uma vida digna de continuidade da agricultura no campo, pros filhos do campo? Aí começou a discussão de uma escola. E aí a gente meteu a cara, e conseguiu o projeto através dos padres, né? Era um padre chefe da diocese aí... Ele conseguiu através de alguém pra fazer a planta... Ao invés da gente fazer outra associação... já tinha CNPJ, já tinha tudo, a gente fez uma reunião e alterou o estatuto, ao invés de ser Associação de Pequenos Produtores agora é Associação da Educação (Entrevista 4, PA Baixão, julho 2007).

O projeto foi se consolidando, através de articulações com a Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA), localizada no município Riacho de Santana, na Bahia. Desde 1979, a AECOFABA atua na área educacional, prioritariamente com jovens da zona rural, com o objetivo de “fortalecer e incentivar a agricultura familiar em todo o estado, despertando e formando lideranças”. Os técnicos da AECOFABA prestam assessoria às EFAs nos aspectos pedagógicos, técnicos e administrativos. Ao todo, são 25 EFAs, em 24 municípios baianos, sendo 23 do ensino fundamental e duas com ensino médio e educação profissionalizante na área de Agropecuária. Cada EFA é autônoma e tem uma associação própria que responde jurídica e administrativamente, constituídas por pais de alunos e pessoas da comunidade, e tem como função ajudar a gerir a escola, zelando pelo seu bom funcionamento e buscando apoio para mantê-la.

Em 2002, com o incentivo e apoio do Padre Eugênio³² e da CPT de Rui Barbosa, começou a funcionar a EFA de Colônia, oferecendo o ensino fundamental, buscando atender aos anseios dos associados, de fixação do jovem no campo através da valorização do trabalho rural. Além da formação básica, a EFA oferece a formação técnica, com a “agropecuária para agricultura familiar; a formação para a cidadania e a consciência política supra partidária”. Ainda segundo declarações dos professores, “o projeto pedagógico é desenvolvido através da alternância, o que significa estar quinze dias na escola e quinze dias em atividade orientada na propriedade familiar”. Segue um plano de estudos com seis temas, incluindo agroecologia e pesquisa de campo. A equipe conta com seis técnicos, professores, que ministram as disciplinas normais mais as disciplinas técnicas (zootecnia, agricultura, engenharia e administração rural e economia doméstica), atividades de campo e manutenção do prédio e da propriedade de 30ha. A visita dos professores aos lotes nos assentamentos faz parte do calendário de Plano de Estudo – PE, como atividade de retorno do conhecimento à unidade familiar (Entrevista 1, EFA, maio 2007).

³² Segundo depoimentos dos associados, o padre Eugênio desfez-se de um imóvel herdado da família, doando os recursos para a Associação, o que tornou possível a realização do projeto.

As famílias associadas, assentados pais dos alunos, acreditam na proposta e partilham com a equipe técnica a manutenção da escola, colaborando na captação de recursos, no transporte dos alunos e outras atividades necessárias, como a sensibilização de outros pais para a participação no projeto, como mostra os depoimentos de associada, mãe de alunos, assentada no PA Baixão.

A alternativa é a escola agrícola, porque se meu filho vai passar pela escola agrícola, e toma gosto de que o campo é uma coisa boa, e que meu filho vai saber tirar um leite, cuidar da vaca... Entendeu? Ele não vai mais ter vontade de ir embora... Só que a gente precisa falar isso nos assentamentos pro povo acreditar nisso. Aí tem gente que não quer deixar a filha ir pra lá, porque vai ficar lá na escola agrícola, e quem vai cuidar? E lá é bagunçado e não sei o que. Mas deixa a filha ir pra cidade ser doméstica... Onde é que está mais difícil? (Entrevista 4, PA Baixão, julho 2007).

Do nascimento da idéia até o funcionamento da EFA de Colônia, muitas articulações tiveram que ser feitas, para viabilizar desde a estrutura organizacional à estrutura física, capacitação e finalmente a parceria com a prefeitura para garantir o funcionamento e a manutenção.

A gente queria começar antes, justamente não deu porque era um momento muito crítico e a gente não confiou no poder público local na época. Então, com Jorge Estrela, antes da eleição a gente já teve umas conversas com ele e já foi muito real... É uma parceria muito importante, sem o poder público a nossa escola não funcionaria (Entrevista 4, PA Baixão, julho 2007).

A EFA de Colônia (Figura 11.3) está articulada com as EFAs dos município de Rui Barbosa e Riacho de Santana, que garantem a continuidade dos estudos do ensino médio. Segundo declaração dos professores e pais associados e assentados, 90% dos 53 alunos da EFA Colônia são dos assentamentos de Reforma Agrária, e quinze jovens assentados nos PA de Itaetê cursam o 2º grau na EFA de Rui Barbosa, sendo quatro do PA Baixão. Na EFA de Riacho de Santana estudam três jovens assentados nos PA Rosely Nunes e São Judas Tadeu. Do PA Europa, não se encontra nenhum jovem matriculado nas EFAs. Os jovens estudantes da EFA de Colônia, entrevistados, demonstram amadurecimento, visão crítica, satisfação e auto-estima diferenciadas, expressando ainda a confiança no futuro do rural. Podemos observar um pouco desse fato nos depoimentos de estudantes da EFA Colônia e Rui Barbosa, de 13 a 16 anos, filhos de assentados do PA Baixão e Rosely Nunes, quando comercializavam produtos de subsistência com os pais, na feira de Itaetê (Entrevista 3, EFA, maio 2007).

Sobre os professores da EFA:

Ouvem, consideram e orientam, mas nem toda orientação combina com a Comunidade.

Sobre o que os assentamentos necessitam:

As controvérsias precisam de união para serem resolvidas. Conhecimento através de outras organizações técnicas, conhecimento de mercado para não ficar à mercê dos atravessadores.

Planejamento das ações. Mas isso precisa vir de pessoas especializadas que saibam ouvir o que os que vivem ali têm pra dizer e não trazer projetos e enfiar de qualquer jeito...

Participação pra conhecer o que se fala e dar a própria opinião; não ter medo nem vergonha, para ser um grupo. Se a decisão é da maioria, devem estar lá para não reclamar depois.

Sobre a vida no campo:

A vida no campo, o que se planta colhe e pode ser consumido ou vendido, mas sem estrutura para comercialização.

Às vezes nós mesmos não valorizamos o que temos. Temos a terra, se planta o que quer...

É bom viver no campo, sem correria. Não precisa ficar correndo de um lado para outro atrás de trabalho. Falta organização dos produtores para produção e comercialização para se fixar de vez no campo.

A vida da cidade é muito corrida; busca de bens materiais como objetivo; tudo o que precisa tem que comprar; as pessoas ficam escravos do trabalho; os pais não acompanham os filhos, stress, tudo em função de ganhar dinheiro; muito lucro; muita violência... De bom, tem mais oportunidades de conhecimentos, de cursos...

Sobre a natureza:

... É o que a gente vive, o que envolve rios, matas, seres humanos; é a continuação da vida.

A criação de oportunidades para os jovens, principalmente no PA Baixão, é uma grande preocupação dos pais, assentados, e um grande desafio para os movimentos sociais e para o Estado. A cultura de grande parte das famílias leva os pais a considerarem os jovens como uma mão de obra complementar, a maioria das vezes sem participação na renda, desestimulando e contribuindo para a evasão. A escola que freqüentam na cidade, por sua vez, estimula os desejos pelo consumo de bens que o campo ainda não oferece. Por outro lado, existem poucas iniciativas do Governo para proporcionar alternativas nos assentamentos.

A qualificação da educação é entendida pelas lideranças como uma alternativa fundamental para oportunizar emprego e renda para os jovens, sendo objeto de luta dos movimentos sociais e demais grupos organizados. Através de articulação a nível nacional, têm conseguido ampliar os recursos para o Programa Nacional de Educação para Jovens e Adultos da Reforma Agrária (PRONERA), no entanto, ainda são insuficientes para atender a demanda, como depõe uma liderança do MST, na área pedagógica.

A ausência de políticas educacionais para a juventude do campo compromete qualquer projeto de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária. O PRONERA é a referência pedagógica de alternativas educacionais para o campo. Certamente uma forma de escola mais adequada à juventude do campo. Entretanto, ainda permanece como um programa com um financiamento insuficiente para a demanda escolar do campo (Entrevista 4, MST, dezembro 2007).

No PA Baixão, encontramos dois assentados formados no Curso de Pedagogia da Terra e um filho de assentado recentemente aprovado para o curso de Agronomia, a ser iniciado em 2008.

Quanto ao serviço de *transporte*, o poder público municipal atende satisfatoriamente a demanda de transporte escolar de todos os Projetos de Assentamento do município. Essas linhas atendem aos estudantes e, eventualmente, aos demais, quando necessário. Além dessa alternativa de deslocamento diário para os povoados e para a sede municipal, a população dos Projetos Baixão e Europa conta com uma linha diária para Salvador, da empresa de transporte rodoviário Águia Branca. As associações dos dois projetos articularam com a empresa, munidas de abaixo assinado, conseguindo que o ônibus, que já passava em Rumo, entrasse no assentamento Baixão e no povoado de Colônia. Dessa forma, os dois assentamentos podem pegar o ônibus em torno das 4:30 hs, vindo do Rumo, em direção a Salvador, via PA Baixão, Colônia e Itaetê, e aproximadamente as 17:00 hs, em Itaetê, vindo de Salvador, em direção ao Rumo, Colônia e PA Baixão.

Em relação ao serviço de *comunicação*, o PA Baixão conta com três telefones públicos na agrovila (Figura 11.3), e o PA Europa tem uma linha, que atende a contento. Esse serviço foi resultado da articulação da liderança do MST, um assentado no PA Europa e um vereador eleito pelos assentamentos.

Dessa forma, apesar das condições precárias das estradas estaduais, municipais e de acesso aos assentamentos, os dois Projetos têm a comunicação relativamente facilitada, pelos serviços de transporte e telefonia. Outros meios de comunicação muito utilizados são a televisão e o rádio, presentes na maioria das casas. É desejo da população, principalmente da mais jovem, ser atendida pelo programa de inclusão digital. Os assentados têm acesso à internet, se deslocando para o Rumo ou, mais usualmente, na sede municipal, aonde grande parte dos jovens vão diariamente estudar. Além de equipamentos de informática, por meio do acesso ao projeto de inclusão digital, ambos os assentamentos desejam poder contar equipamentos de lazer na agrovila. No Baixão reivindicam, ainda, a cobertura no ponto de ônibus e apoio da prefeitura para a coleta seletiva do lixo. A população assentada de Itaetê entende que a articulação nos diversos níveis, entre seus iguais, assentados e representações constituídas, e com a institucionalidade externa aos Projetos, se constitui em instrumento político do exercício da cidadania. Compreende também que, quanto mais ampla essa articulação, maiores são as conquistas, em função da reprodução da vida.

Figura 11.3

PA Baixão e Europa, Acesso a direitos básicos: educação e comunicação, 2007.



Escola Família Agrícola de Colônia. Fotos: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Baixão: Telefone público. Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Baixão: Antena parabólica.
Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Baixão: Televisão.
Foto: Paulo Coqueiro / 2007.

4.3 A PRODUÇÃO MATERIAL: ESTRATÉGIAS PARA A REPRODUÇÃO DA VIDA

A produção material para a reprodução da vida é a primeira motivação da população assentada para a construção dos espaços social e político. Em um primeiro momento, a terra conquistada é vista como a única provedora dessa materialidade. Contudo, existem as internalidades e externalidades no processo de territorialização, que vão transformando essa idéia. As internalidades são intrínsecas ao espaço físico, já tão mexido e transformado por processos anteriores, como a escassez das chuvas; são intrínsecas, também, ao espaço social, sempre em construção, revelando diferenças e contradições, dificultando a busca de alternativas cooperadas de resultado. As externalidades se referem às ações públicas inexistentes ou descontinuadas, ao mercado incerto, aos modelos impostos. Milton Santos lembra que, antes, o próprio homem da terra era capaz de escolher as formas de realização das potencialidades de sua área, mas que, hoje, “os instrumentos de trabalho ou de poder vêm também de fora, assim como as idéias de como utilizar o espaço” (SANTOS, 1978, p.174).

Entretanto, os assentados dos projetos estudados entendem que “viver do assentamento” é ainda o principal indicador de desenvolvimento. Mesmo que para tal seja necessário diversificar as estratégias e buscar alternativas em atividades não agrícolas.

Sendo o trabalho agrícola diretamente dependente das condições climáticas e do solo, a sua possibilidade de manutenção de um determinado nível de rentabilidade já sofre uma restrição natural. Agregando-se a isto o fato de que os pequenos produtores dispõem de menor espaço de manobra para superar as limitações naturais, é difícil conceber-se a Unidade de Produção Familiar estritamente agrícola... (ALENCAR, 1983).

Das atividades agropecuárias desenvolvidas nos assentamentos Baixão e Europa, as consideradas mais importantes como estratégia para a sobrevivência são a pecuária bovina e a cultura da mamona, consorciada com as demais culturas de subsistência, principalmente o milho, mais resistente às estiagens. O amendoim ganhou expressão no último ano, pela boa resposta em produtividade, mas ainda é cultivado com receio devido a certa dificuldade na comercialização.

A venda do dia e o trabalho por produção³³ são outras formas de complementação da renda. O beneficiamento da mandioca é a única estratégia de agregação de valor à produção,

³³ O trabalho por produção é mais usual em município vizinho, localidade de Cascavel, sede do agronegócio na região: o serviço é pago por tarefa feita ou por volume de colheita.

atividade desenvolvida nos dois assentamentos em casas de farinha de estrutura simples, localizadas nos lotes, de propriedade particular.

Outras rendas são geradas, em grupos mais restritos, por atividades não agrícolas, desenvolvidas basicamente no próprio assentamento, provenientes de iniciativas individuais e/ou experiências trazidas das diferentes trajetórias de vida. Estas atividades incluem pequenos comércios locais, revenda de produtos do assentamento, manejo de máquinas e equipamentos, construção civil, artesanato e “guiagem” de visitantes em turismo ecológico, esta ainda em fase inicial de implementação. A essas, agregam-se os salários por serviços sociais municipais e as transferências governamentais. No entanto, apesar das internalidades e externalidades, a sobrevivência das famílias assentadas nos Projetos de Assentamento Baixão e Europa é assegurada, principalmente, pela atividade agropecuária, desenvolvida dentro e fora do assentamento. Para tal, utilizam basicamente o seu conhecimento empírico do espaço produtivo, dispondo de raros aportes técnicos e infra-estruturais, que deveriam ser uma constante, sob a responsabilidade do Estado.

4.3.1 SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA NO PROJETO PRODUTIVO

O desempenho de um assentamento é o desempenho do Estado. (LEITE, et al, 2004, p.65).

A *infra-estrutura e serviços produtivos*, condição básica para a produção no e do espaço do assentamento, também, deve ser garantida pelo Estado. Além das infra-estruturas encontradas nas fazendas desapropriadas, os Projetos Baixão e Europa foram beneficiados com outras, resultantes de articulações para recebimento e aplicação dos recursos do Crédito de Instalação. Entretanto, as Infra-estruturas produtivas devem ser acessadas através de recursos do PRONAF, condicionados à assistência técnica de qualidade e continuada para a elaboração de projetos a acompanhamento dos investimentos. Todavia, a falta ou deficiência desse serviço tem sido colocada, pelos assentados, movimentos sociais e técnicos do INCRA, como o maior entrave para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamento e população assentada. Além de dificultar o acesso aos créditos produtivos, impossibilita o acesso à capacitação técnica e, o que é mais grave, contribui para a má aplicação dos recursos, quando acessados, gerando inadimplência. As comunidades buscam saídas articulando-se com as instituições de assistência técnica local (EBDA), as secretarias do município e as cooperativas dos Movimentos Sociais que, a partir de 2004, participam do Programa de Assessoria

Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), INCRA/MDA, mas também com recursos descontinuados. No município de Itaetê, no decorrer da pesquisa, em 2007, nenhum assentamento contava com a assessoria técnica desejada, estando os assentamentos Baixão e Europa em situação de inadimplência, pelo PRONAF A e pela CONAB.

O crédito PRONAF foi acessado pelos dois assentamentos, em 2004, tendo sido financiados cinco vacas com aptidão leiteira, para cada assentado, e um reprodutor para cada brigada de 10 famílias. Além do gado, foram financiados para cada família, carroça, capim, cerca, além de palma forrageira, caju, pinha e ainda um pequeno plantel de galinha caipira. Para uso coletivo foram financiados trituradores e um resfriador para o PA Baixão que, até então, se encontra desativado. Para o PA Europa, o projeto contemplou uma despoupadeira, também não adquirida, cujo recurso se encontrava, até 2007, no agente financeiro.

Apesar da tradição da região ser o gado para corte, segundo declarações dos próprios assentados, a instituição financeira, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), então, somente financiava gado de leite, atividade em que a maioria deles não tinha experiência. Agravando a situação da falta de experiência, não se procurou garantir primeiro um suporte alimentar, o que complicou com a escassez das chuvas no período que seguiu a aquisição do rebanho. Hoje, depois de alguns desacertos, o plantel está praticamente renovado, com um rebanho mais adaptado para corte, e apenas três famílias comercializam o leite. A palma não foi cuidada e se perdeu, pois os assentados não acreditavam ser necessário esse tipo de reserva alimentar, declarando que “nunca se precisou”. Os trituradores continuam sem utilização, necessitando inclusive de rede tri-fásica para funcionamento.

O projeto de galinha caipira também não resultou em expressão comercial, tendo havido muita perda. Segundo declarações do técnico do MST, que acompanhava os assentamentos no período, o tipo das matrizes escolhidas exigia cuidados sanitários e suplementação alimentar adequados, o que não ocorreu (ANDRADE, 2006). Poucos dos quarenta financiados continuam criando para o auto-consumo.

Pode-se constatar que, das atividades financiadas, a pecuária é a que ainda se desenvolve a contento nos PA's, ficando daí a idéia nos assentados que é a única atividade “que paga o projeto”. As dificuldades enfrentadas na aplicação do PRONAF deram-se, em parte, pela ansiedade dos assentados para ter o gado antes de produzir a comida do rebanho e, em parte, por conta de uma assessoria técnica inadequada, como avalia Andrade (2006).

[...] a elaboração do projeto de crédito produtivo se dá sem uma devida apropriação pelo técnico e assentados das possibilidades de exploração para o assentamento,

muitas vezes, as atividades produtivas não possuem compatibilidade técnica com o lugar, além de desconsiderar a realidade e limitações de quem vai tocar o projeto, os próprios assentados. Por fim, no caso do PA Baixão, a liberação dos recursos não se deu com o acompanhamento técnico adequado (ANDRADE, 2006, p.189).

Mas as dificuldades não começam nem se encerram na aplicação dos recursos. Quando no recebimento do crédito – para facilitar a operação, garantir maior controle na aplicação de recursos, bem como reduzir os riscos – os assentados eram “convidados” a avaliarem uns aos outros, sem direito a uma escolha, orientada pelas relações de confiança. No momento de receber o recurso, desejado alento para consolidar o processo produtivo, essa questão foi pouco observada. Quando do pagamento da primeira parcela, a maioria dos devedores buscaram o agente financeiro para começar a quitar seu débito e foram surpreendidos por uma dura realidade, como depõem dois assentados do PA Baixão.

Dentro do próprio projeto um tem que ser avalista do outro, certo? Um processo que já vem de lá, não tem como escolher, já vem de lá. O gerente disse que se os oitenta pagasse e os sessenta não pagasse tava inadimplente do mesmo jeito. O que adiantava vender os animais para pagar e continuar devendo do mesmo jeito por causa do avalista? [...] Nós fizemos uma discussão em assembléia e decidimos que não pagaríamos até sair uma resolução do Governo Federal, abrindo para renegociação da dívida... Os assentados têm interesse de pagar a dívida, só não pode pagar perante essa situação que está aí porque...acumulou, já é difícil e mesmo se alguém consegue não adianta se fica inadimplente da mesma forma, se o avalista não pagar- no nosso caso mesmo, nós temos lá vinte e dois casos que não paga mais porque não tem nenhum animal e não tem mais condições de pagar (Entrevista 2, PA Baixão, julho 2007).

A fonte de pagar esse dinheiro é o gado. É esse que eles não tem. Venderam. E era fácil de pagar... nós todos que trabalhou para pagar, tem com que pagar...oitocentos reais por ano é um bezerro! Os companheiros esqueceram de onde veio, que trabalhava um dia para um fazendeiro, amanhã para outro e uma semana parado, e chegar num lugar desse ai, que estamos hoje, com tudo nas mãos, e precisa acabar com a sementinha de gado coisa que nunca possuiu, como eu... que nunca tive uma vaca... É uma pena uma perca dessa pra eles, que não vai achar mais nunca (Entrevista 5, PA Baixão, julho 2007).

Esse procedimento de escolha aleatória do avalista já foi abolido e as famílias podem tentar uma renegociação da dívida, que acumulou ao longo dos anos, sem que o avalista devedor salde a sua ou mesmo compareça. Porém, como mais um complicador, a adesão ao crédito se deu com os fundos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que, mesmo sendo comprovados problemas relativos aos longos períodos de estiagem, não renegocia as dívidas, como relata, com indignação, um assentado do PA Baixão.

[...] O PRONAF, a gente não consegue pagar não por falta de discussão. Quando fomos no banco para pagar, oitenta pessoas certo para pagar, agente parou defronte de uma realidade que o nosso recurso saiu pelo STN, nossos técnicos na época não explicou prá gente o que era isso, STN, e o gerente disse para gente que essa fonte não permitia renegociação... (Entrevista 2, PA Baixão, julho 2007).

A articulação com agentes bancários para recebimento e, principalmente, para o pagamento dos créditos exige do grupo, esforço e discussão para subsidiar nas deliberações e

decisões. Na questão da CONAB, o financiamento para a mandioca condicionava o pagamento do empréstimo em produto, no caso a farinha, com a equivalência do preço mínimo regional. Quando da época do pagamento, foi exigido pela CONAB o produto com uma especificação de qualidade que as “casas de farinha” de que dispunham não possibilitavam, como esclarecem os depoimentos de assentado e do técnico do MST, respectivamente.

[...] sabia que tinha que pagar com produto ao preço mínimo de cinquenta reais e depois eles querem que a gente pague com um produto beneficiado em feccularia, coisa que aqui na região não tem. Então a gente tá aí perrengue, nessa situação (Entrevista 2, PA Baixão, julho 2007).

[...] gerou inadimplência porque se pensou na produção sem pensar no beneficiamento, na qualidade do produto beneficiado exigida pela CONAB. Houve a falha nossa e da CONAB, que também não avaliou a falta de casa de farinha adequada ao tipo de produto que ela exigia. Está se tentando renegociar a dívida (Entrevista 5, MST, dezembro 2007).

Fica evidente em todo o processo a dificuldade de acesso a informações e orientações claras, fato decorrente parte da deficiência do corpo técnico, parte da pouca prática dos agentes financeiros em lidar com o pequeno investidor. Essa realidade gera questionamentos e críticas por parte dos beneficiários sobre os Programas ATES e PRONAF. O MST, que participava do ATES, através de suas Cooperativas, já se desvinculou do programa diante das muitas dificuldades, que vão desde a descontinuidade dos recursos, até a falta de estrutura administrativa para dar conta das exigências burocráticas, como prestação de contas.

Os programas de ATES por não haver continuidade são ineficientes e caem no descrédito dos assentados. O PRONAF ou sopa de letrinhas, carinhosamente conhecidas (pronaf a – pronaf b - pronaf c, etc. etc. etc.), no ditado popular é igual a catapora, só se pega uma vez. Devido a forma como está desenhado não possibilita continuidade dos investimentos... Endividando o assentado e impossibilitando novos investimentos. A grande maioria não consegue passar do primeiro crédito PRONAF-A, caem na inadimplência e muitos não conseguem nem receber todas as parcelas do crédito. As normas de liberação, e de aplicação deverão ser revistas (Entrevista 7, MST, fevereiro 2008).

O fato é que as famílias assentadas, tanto no PA Baixão, como no PA Europa, estão sem direito para acessar novos créditos produtivos. Enquanto isso, elas aprendem a produzir em um ritmo mais lento, evitando riscos e inventando novas estratégias de sobrevivência. A disseminação das pastagens para suporte do rebanho cresce. A atividade pecuária, além de encontrar respaldo na vocação da região, oferece menos risco para um clima tão incerto. Entretanto, ameaça a diversificação da produção para a produção de alimentos para a mesa e autonomia alimentar, ameaça o meio ambiente e a própria sustentabilidade das famílias, por se constituir numa atividade que exige uma área maior da que dispõem no assentamento, individualmente, para garantia da renda.

A saída da cooperativa do MST do Programa de ATES levou o Movimento a buscar alternativas, através de articulação com a Petrobras. Essa articulação resultou em uma parceria, pelo Projeto Biodiesel, para incrementar a produção de leguminosas nos assentamentos da região com a garantia de comercialização da mamona, tradição regional. A partir de julho de 2007, a assistência técnica nos Projetos Baixão e Europa, apesar de descontínua e eventual, está sendo prestada por dois técnicos da Cooperativa Regional de Reforma Agrária da Chapada Diamantina (COPRACD), contratados por meio da referida parceria para atender toda a região. Como a população do PA Baixão tem se destacado no interesse de novas iniciativas, o incentivo e a atenção da assessoria técnica também se mostram diferenciados, com o aporte de recursos para apoio ao preparo da área. A EMBRAPA também se aproxima, através dos jovens, e ensaia a implantação de frutíferas, com capacitação na formação de viveiro.

O manejo do solo é feito pela maioria de assentados no PA Baixão, por trator da associação, que trabalha sem ociosidade, basicamente para os assentados, em escala, a um custo de R\$25,00 a hora. Esse preço da hora, mais baixo que o do mercado (R\$35,00), é suficiente para assegurar a manutenção e operação da máquina, feita por dois assentados que se revezam, das 8 as 18 hs, sendo remunerados por uma comissão de 20% da hora trabalhada. Quando a situação é de desmatamento, alugam trator de esteira fora do assentamento. Na indisponibilidade de recursos, trabalham a terra manualmente. As sementes utilizadas no plantio são provenientes da safra anterior, escolhidas, mas sem tratamento. Não fazem uso de fertilizantes e, quanto à utilização de agrotóxico, se resume ao formicida, para combate da formiga, com pouca incidência. Todavia, a prática de queimadas no preparo do solo ainda é muito utilizada, sempre justificada pela necessidade, indicando, ainda, um descuido com a preservação, por grande parcela da população, como avalia técnico do MST.

Tem o público que não tem a visão e continua a degradar o que já encontrou em processo de degradação e tem os que tem a visão, sabe da importância, mas não defende e até degradam em nome da necessidade. Falta uma ação de defesa, de recuperação. Há ainda muito mais a ação de degradar do que de preservar. Tem que se trabalhar a questão ambiental associada ao cultivo; combinar os projetos produtivos com a conservação e a melhoria da qualidade do solo. Eu sinto que as comunidades tem uma certa dificuldade... falta eles entenderem a necessidade dessa preservação (Entrevista 5, MST, dezembro 2007).

Questionados sobre suas atitudes para a preservação da natureza, trazem algumas práticas de conservação. Tanto a população do PA Europa como do PA Baixão afirmam preservar a “matéria” das margens dos rios, evitar queimadas e derruba das árvores nos lotes, procurando sempre manter uma reserva individual, capinar e deixar “o bagaço” quando

cultivam, assim como utilizar a palha da mamona, quando da colheita, deixando no solo. Admitem poder fazer mais pela natureza, sendo essa consciência, no entanto, muito mais evidente nos jovens. O Movimento vê a produção orgânica e as práticas de conservação do solo e preservação do meio ambiente como uma alternativa singular de viabilizar os assentamentos e a Reforma agrária. Porém, sabem que é preciso investir em formação continuada para, aos poucos, alterar práticas e processos enraizados na cultura, corroborados por iniciativas regionais que indicam os caminhos inversos.

De maneira geral, há nos assentados uma visão ainda que não muito profunda da importância da preservação ambiental. No entanto sabemos que é imprescindível que os assentados possam acessar conhecimentos técnicos que contribuam para assegurar a produção do viver e a preservação dos recursos naturais... Também como é questionável e urgente conter a degradação ambiental realizada pelo Agronegócio. Porque para o agronegócio não foi imposto o limite da exploração das terras e dos recursos naturais... a cada dia crescem as monoculturas que se expandem sem limites devastando a terra e destruindo e fazendo desaparecer a biodiversidade vegetal e animal e as populações que ainda vivem no campo (Entrevista 4, MST, dezembro 2007).

A população assentada testemunha o modelo do agronegócio, através de investimentos realizados nesse sentido em município vizinho, Iraquara, principalmente em localidade denominada Cascavel. Aí estão concentrados grandes empreendimentos irrigados pela barragem do Paraguaçu, com cultivo e beneficiamento de legumes como o tomate e a batata. A experiência é entendida por parte da população de Itaetê como a excelência do desenvolvimento regional, apenas pelos empregos gerados, em um tempo presente, sem uma ampla reflexão pelos danos ambientais e sociais causados. Essa reflexão, felizmente, já começa a acontecer nos assentamentos, puxada por algumas lideranças do Movimento.

Graças a Deus não tem nada igual no município de Itaetê... Usa a mão de obra de Itaetê e região e devolve a doença, que é muita manipulação de agrotóxico... irrigado pelo rio Paraguaçu... passa por lá e depois vem pra Itaetê (Entrevista 4, PA Europa, fevereiro 2008).

Porém, Cascavel se constitui em alternativa de emprego e renda para muitos jovens assentados, especialmente do PA Europa. Em situações onde a subsistência e a reprodução da vida familiar estão em constante ameaça, o discurso de preservar para desenvolver cai no vazio, sendo muito mais coerente o discurso de criar alternativas de desenvolvimento para ser possível preservar, como ressalta Ignacy Sachs (2000).

Existe nos dois assentamentos a demanda de *infra-estruturas para agregação de valor*, mas, aprendendo com a experiência do PRONAF, compreendem a necessidade de, antes, viabilizarem a produção. Os assentados do PA Baixão contam com três casas de farinha, de propriedade particular, e o PA Europa conta com uma, também de propriedade de

um dos assentados. São utilizadas para o beneficiamento da produção da mandioca, mediante uma taxa de 15% da produção ao proprietário.

Existe a perspectiva de se colocar em operação uma unidade esmagadora de bagas no município, povoado de Colônia, para a produção de biodiesel, cuja implantação foi iniciada em 2001, através de projeto financiado pelo PRONAF infra-estrutura. Grande parte das instalações foi implantada, mas, esgotando-se os recursos, a prefeitura efetivou uma parceria com uma empresa privada para conclusão do projeto, que não teve continuidade, estando parado até então. O prefeito declarou, em entrevista, ser um grande desafio o funcionamento do empreendimento, para 2008. Considera, ainda, a possibilidade de a gestão ser assumida por alguma cooperativa da agricultura familiar.

Fizemos o contrato com a empresa privada porque vimos que não íamos conseguir dar conta da demanda de recursos. Mas é uma concessão por um período que já venceu, podendo já ser rompido (PREFEITO, entrevista nº2, fevereiro de 2008).

Está em curso um processo de avaliação da possibilidade dessa unidade esmagadora ser assumida pela população assentada, através da COPRACD. O Movimento, em articulação com a Petrobrás, está avaliando as condições das instalações, considerando o encaminhamento de proposta de gestão para o poder público municipal, proponente de maior volume do investimento.

Apesar da escassez de serviços e infra-estrutura produtiva, a população assentada, principalmente do Projeto Baixão, tem na agropecuária, a principal estratégia para sua reprodução social. Para isso, utilizam do conhecimento que dispõem no planejamento e produção do espaço nos assentamentos.

4.3.2 ALIMENTANDO A CIDADANIA COM OS FRUTOS DA TERRA: A AGROPECUÁRIA NO ESPAÇO PRODUZIDO

As novas atividades exigem um lugar no espaço e impõem uma nova arrumação para as coisas, uma disposição diferente para os objetos geográficos, uma organização do espaço diferente daquela que antes existia (SANTOS, 1978, p. 164).

A re-produção do espaço nos assentamentos se constitui em um grande desafio para o grupo social assentado. Essa produção raramente é antecedida por um planejamento que atenda a nova estrutura, apesar de ser previsto o crédito para a elaboração do PDA, sempre tardio em relação à urgência dos assentados em tirar da terra a sua sobrevivência. Ademais, o desejo de ver “cortado os lotes”, e “ter o seu” leva o grupo, muitas vezes, a ignorar a função

dos “objetos geográficos” encontrados, condenando-os ao desuso. A fazenda desapropriada jamais será a mesma, pois dezenas de unidades produtivas serão criadas e dependerão da construção social em curso para serem outra vez reunidas em um projeto de desenvolvimento. E isso somente será possível pela necessidade de arranjos, justificados mais uma vez pela sobrevivência na área, para a reprodução familiar.

Desapropria-se o grande proprietário e acontece um hiato até a apropriação da terra pela nova estrutura social. Na maioria dos assentamentos de Itaetê, ainda não demarcados, se percebeu uma acomodação da população assentada, que aguarda o “corte dos lotes” para se apropriar da área, incluindo aí as benfeitorias que, certamente, continuarão de uso e domínio coletivo, mesmo depois da demarcação. Até então, para essa população, a área é do INCRA e/ou do Movimento. Esse fato, muitas vezes, dificulta a boa apropriação e gestão coletiva de alguns recursos, que, por sua vez, poderá dificultar o planejamento adequado para o parcelamento da área.

Os dois Projetos estudados dispõem de fartos recursos hídricos, um bem fundamental para uma região com escassez de chuvas. Entretanto, a distância da maioria dos lotes individuais das fontes de água se constitui numa grande dificuldade para viabilização de algumas atividades escolhidas pelos assentados.

A maioria dos lotes ainda tem área não utilizada, principalmente no PA Europa. Segundo depoimentos de assentados dos dois Projetos, esse fato se deve à falta de recursos para financiamento da produção, associado às constantes perdas da produção, devido à escassez e má distribuição das chuvas. Os assentados do PA Europa, além dos motivos da falta de recursos e da seca, trazem a falta de cercas e as dificuldades do acesso aos lotes, tanto nos períodos chuvosos, melhores para o plantio, quando o rio enche e interdita a passagem, quanto no momento da colheita, quando necessitam escoar a produção.

No PA Baixão, apenas aproximadamente 15% dos assentados usam toda área dos lotes e 65% estão com 50% da área apropriada, principalmente com pastagens e, em menor extensão, com a mamona consorciada com lavouras de subsistência. Apesar do risco climático e da falta de recursos, pela inadimplência, a maioria dos lotinhos está 100% apropriada com mamona em consórcio com milho ou amendoim, feijão, de corda e arranque, abóbora, melancia, batata e outros, de grande importância para a segurança alimentar. Muitos assentados conseguiram manter, também nos lotinhos, os plantios de pinha e caju, financiados pelo PRONAF.

Das atividades agropecuárias desenvolvidas, o descarte bovino, a mamona, o milho e o amendoim respondem pela renda monetária, comercializados quase integralmente. A pecuária suína é pouco mencionada porque não é bem aceita pela maioria, mas os poucos que criam garantem um descarte semanal de 80 kg, para consumo e comercialização no próprio assentamento. O plantio do feijão é a atividade de maior risco, por exigir rega no tempo, mas sempre se planta, assim como a mandioca, que não tem “valor” comercial, considerando o trabalho despendido para o beneficiamento, mas garante a farinha na mesa. Estimam que não mais que metade da produção das duas culturas seja comercializada. As frutas e verduras são basicamente para o consumo, mas alguns assentados conseguem reunir uma pequena produção para venda.

[...] mesmo que a manutenção física da família não tenha na agricultura sua fonte mais significativa, existe uma luta constante para reprodução da Unidade de Produção Familiar em seu nível mínimo, pelo menos. A persistência do trabalho agrícola é que legitima essa reprodução em bases produtivas [...] (ALENCAR, 1983)

No PA Europa, a apropriação dos lotinhos e lotes por culturas é inexpressiva, devido à dificuldade climática agravada pela falta de acesso aos lotes, em períodos de chuva, seguido da ausência de 32% das famílias assentadas, que moram no povoado de Colônia. As pastagens ocupam pequena parte dos lotes, onde também encontramos pequenas roças de mandioca e mamona. Nos lotinhos, plantam a mamona consorciada com as diversas culturas de subsistência, com pequeno destaque para o milho. Assim como no Baixão, o descarte bovino, a mamona e o milho respondem pela renda monetária proveniente da atividade agropecuária, comercializados quase integralmente. A mandioca, frutas e verduras são cultivadas, atualmente, apenas para o consumo (Tabela 17).

Como nos demais Projetos que já acessaram o PRONAF, a *pecuária bovina* (Figura 12) se apropria da maior extensão da área dos dois assentamentos, mesmo com a dificuldade de manutenção de rebanhos criados em lotes individuais, grande parte sem acesso a água, o que significa um tempo gasto diário de até duas horas para levar o gado para beber. Apesar de o projeto ter financiado um rebanho com aptidão leiteira, o difícil manejo, escassez de suprimento alimentar e a aptidão predominante para o gado de corte, tanto da região como dos assentados, levou a uma gradual alteração do rebanho, que atualmente apresenta características mais zebuínas, com uma maior resistência.

A pecuária é a atividade identificada com o grande proprietário, que deixou de herança para os assentados, a maioria das terras cansadas pelo pisoteio intenso. Por isso existia certa resistência do MST a essa atividade nos assentamentos. Mas a herança do grande fazendeiro

pecuarista, presença efetiva na região, para quem muitos trabalhavam antes, sem terra, está consolidada na vida dos assentamentos e dos assentados. Hoje, o Movimento já aceita a pecuária, pelo reconhecimento da questão cultural, pela vocação das terras mais fracas e pela seca, que expõe a agricultura a um alto risco, como podemos observar em depoimentos de produtor vizinho aos assentamentos e assentado, liderança da CETA na região, respectivamente.

O problema hoje é a estiagem pelo desmatamento e pelas queimadas... O próprio tempo... não ajuda né? Então vai se criando um pouquinho de gado... Vai acontecendo as transformações né? Uma coisa não dá e vai se fazendo outra. Aí que vem as mudanças né?... Da agricultura familiar de subsistência pra pecuária (Entrevista 1, Memória, julho 2007).

Tem uma questão cultural... a maioria das pessoas do semi árido sempre trabalhou com a pecuária, com o latifúndio. Então muitos deles se espelharam no latifúndio, então isso é uma questão cultural que não muda de um dia para o outro... a família não vai criar a sustentabilidade criando gado, tem que ser criação miúda e diversificar a produção... Precisa que se tenha preparação dessas pessoas (Entrevista 1, CETA, novembro 2007).

Tabela 17
Bahia, Itaetê, Projetos Baixão e Europa, 2007:
Atividades agrícolas desenvolvidas, por ordem de importância para os assentados.
Área utilizada, produção consumida e vendida.

Atividades/Culturas	Área estimada utilizada no PA em tarefas (*)	Nº fam. que desenvolve a atividade	Área média estimada por família em tarefas (*)	% da produção estimado para o consumo	% da produção estimado para a venda
PA Baixão					
Pecuária bovina/carne	1.800	120	15	0	100
Mamona / (com milho)	210	140	1,5	0	100
Milho (com mamona)	210	140	1,5	10	90
Mandioca/Farinha	140	98	1,4	50	50
Aimpim	-	120	-	92	8
Feijão de arranque	70	39	1,8	50	50
Amendoim em casca	56	70	0,8	10	90
Amendoim torrado	-	3	-	-	-
Pecuária bovina/leite	-	132	-	97	3
Pinha	dispersa	70	dispersa	96	4
Castanha	dispersa	70	dispersa	96	4
Cana, Abóbora, andu, batata, banana, feijão de corda, aimpim.	dispersa	140	dispersa	96	4
Suino	Pequenos cercados	14	-	Sem estimativa	Sem estimativa
PA Europa					
Pecuária bovina/carne	385	35	11	0	100
Mamona (com milho)	49	27	1,8	0	100
Milho (com mamona)	49	27	1,8	25	75
Mandioca/farinha	20	25	0,8	100	0
Cana, abóbora, andu, batata, banana, feijão de corda, aimpim.	dispersa	34	dispersa	100	0

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

(*) Tarefa (t): medida mais utilizada pela população assentada, que equivale a, aproximadamente, 0,43ha.

O PA Baixão, segundo levantamento realizado pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), em setembro de 2006, abrigava um rebanho de 1.851 cabeças, mantido por 132 famílias, perfazendo 14 animais por família. O levantamento um ano depois, em setembro de 2007, identificou um descarte significativo de animais, com a saída de famílias da atividade. O rebanho reduziu para 1.206 cabeças, mantido por 120 famílias, perfazendo 10 animais por família. No PA Europa, a ADAB levantou, em 2006, um rebanho de 450 animais, mantido por 45 famílias, ficando uma média de dez animais por família cadastrada e, em 2007, o rebanho reduziu para 272 animais, mantido por 37 famílias, ficando uma média de sete animais por família cadastrada. Ressalta-se que esses dados são provenientes de declarações, acompanhadas de notas de vacinas apresentadas, sem um acompanhamento presencial. Entretanto, depoimentos dos assentados dos dois assentamentos confirmam a redução do número de famílias na atividade, informando que o rigor da seca nos últimos dois anos, com as perdas das lavouras de subsistência plantadas e o baixo preço da mamona, tem levado as mesmas a recorrer ao descarte dos animais para garantia da sobrevivência.

Os criadores do PA Baixão confirmam os dados da ADAB, no que se refere à quantidade de famílias na atividade, porém declararam, em julho de 2007, que o rebanho médio por família, que continua na atividade, está em torno de treze cabeças, que lhes garante um descarte anual de duas reses, totalizando 20 arrobas, gerando uma renda bruta de R\$1.000,00/ano por família. Já no PA Europa, os depoimentos sugerem uma saída ainda maior de famílias da atividade, restando em torno de 35 criadores, com aproximadamente sete cabeças cada, sendo feito um descarte anual de uma rês de dez arrobas, dando uma renda bruta anual média de R\$500,00 por assentado. Questionados sobre a pouca pesagem no momento do descarte, esclarecem que nos assentamentos não se tem condições de esperar um ganho de peso maior devido à necessidade de recursos para atender a sobrevivência, corroborada pela necessidade de adequação do rebanho a disponibilidade de pastagens, hoje existentes.

A atividade gera grande entusiasmo porque, segundo eles, “o gado é que paga o crédito” (Coletiva 3, Baixão, julho 2007 e Coletiva 3, Europa, julho 2007), por não estar tão sujeito ao risco da seca e a grandes flutuações de preço. Entretanto, exercícios de custos e rendimentos de produção da pecuária desenvolvida, realizados nas atividades de grupo nos dois Projetos, demonstraram uma baixa remuneração do trabalho familiar despendido na atividade, basicamente, pelo difícil manejo dos pequenos rebanhos individuais para dar água.

Nos exercícios, tanto os assentados do PA Baixão como do PA Europa fizeram questão de considerar o tempo real de meio dia de trabalho familiar, despendido para levar os animais até a fonte de água mais próxima do lote. Esse componente foi relevante na redução da remuneração do trabalho familiar na atividade, como podemos verificar a seguir. O exercício foi realizado nos dois assentamentos, com resultados similares, diferenciando apenas na quantidade da área estabelecida para desenvolvimento da atividade. Aqui, a título de ilustração, apresentaremos o exercício desenvolvido no PA Europa, onde foi acordada e estabelecida uma área de 25 tarefas ou 11ha nos lotes, já sendo cultivada por pastagens para a atividade pecuária (Tabelas 18, 19 e 20).

O sistema utilizado nos assentamentos Baixão e Europa é o de cria e recria, com destaque para as matrizes, as vacas, e o desenvolvimento das crias. Para esse sistema, na evolução do rebanho são mantidas as fêmeas na propriedade, para renovação seletiva das matrizes, descartando-se os garrotes para remuneração da atividade. Nesse exercício, não se efetuou a evolução do rebanho, mas, em acordo com os assentados, aproveitando a experiência já em curso no assentamento, estabeleceu-se a quantidade máxima de cinco matrizes, que resultaria no total de onze cabeças, quando estabilizado o rebanho. A taxa de natalidade foi estimada em 50%.

De forma alternativa estudou-se, também, outro sistema de produção, baseando-se na engorda de nove garrotes de um a dois anos de idade, sendo adquiridos com uma pesagem média de sete arrobas. Para esse sistema, convencionou-se descartar os animais depois de dois anos, para remuneração da atividade e substituição dos nove garrotes.

Nos dois sistemas estudados a taxa de mortalidade não foi dimensionada pela pequena quantidade de animais. Dessa forma, com a capacidade de suporte da área estabelecida, tendo como base a experiência dos assentados, ter-se-ia o rebanho estabilizado, demonstrado na tabela 18.

Acordou-se que o custo de ambos os sistemas seria o mesmo, uma vez que o componente de maior valor é o manejo diário para levar o gado para beber, não se alterando de um sistema para outro. Calculou-se o valor total do custo monetário anual, referente a despesas com insumos, e levantaram-se os dias de trabalho familiar despendido na atividade (Tabela 19).

Tabela 18

Bahia, Itaetê, Projeto Europa:
Pecuária bovina - Sistema de cria e recria e sistema de engorda - Rebanho possível em área de 25 tarefas, 2007

Categoria	Faixa etária	Rebanho (em quantidade de animais)	
		Sistema de cria e recria	Sistema de engorda
Touro	> 3 anos	1	
Vacas	> 3 anos	5	
Novilhas	2 a 3 anos	1	
Novilhos	2 a 3 anos	0	
Garrotas	1 a 2 anos	1	
Garrotes	1 a 2 anos	0	9
Bezerras	0 a 1 ano	1	
Bezerros	0 a 1 ano	2	
Total		11	9

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007, com a colaboração do agrônomo Paulo Coqueiro Andrade.
 Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba.

Tabela 19

Bahia, Itaetê, Projeto Europa:
Pecuária bovina - Sistema de cria e recria e sistema de engorda em área de 25 tarefas - Custos de Produção, 2007

Custo de produção dos dois sistemas	Custo anual por cabeça (R\$)	Custo anual total (R\$)	Trabalho familiar (dia/ano)
<i>Insumos*:</i>			
-Sal	12,00	108	
-Carrapaticida, bernicida e outros	2,44	22	
-Vacinas**	8,30	74,70	
-Corda, arame e grampo	-	140,00	
<i>Manejo de pastagens**</i>			44
<i>Manejo do rebanho***</i>			180
Total		344,70	224

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007, com a colaboração do agrônomo Paulo Coqueiro Andrade.
 Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba.

* Vacinas/imunização: dados coletados pelos próprios assentados em curso da ADAB.

** Roçagem, e manutenção de cerca - manejo realizado 2 vezes por ano, sendo gasto dois dias de trabalho familiar por tarefa (2x11x2=44).

*** Manejo diário para levar o gado para beber e outros - 1 turno por dia, contabilizando as distâncias da agrovila ao lote e de lá para o bebedouro, totalizando 180 dias no ano.

Calculou-se a receita total anual de cada sistema, proveniente dos descartes, sendo deduzido dessa o custo monetário de R\$344,70. O saldo da receita, após a dedução, dividiu-se pelos 224 dias trabalhados, chegando-se ao valor da remuneração por cada dia de trabalho familiar, pago pela atividade da pecuária bovina, nos dois sistemas estudados (Tabela 20).

Tabela 20
Bahia, Itaetê, Projeto Europa:
Pecuária bovina - Sistema de cria e recria e sistema de engorda em área de 25 tarefas –
Receita e remuneração do trabalho familiar, 2007.

Receita e remuneração do trabalho familiar	Valor anual por cabeça (R\$)	Valor anual total (R\$)	Valor do dia de Trabalho familiar
<i>Sistema de cria e recria</i>			
-Descarte de 1 vaca de 14 arrobas	700,00	700,00	
-Descarte de dois bezerros/ano de 7 arrobas cada vendido a R\$50,00/arroba.	350,00	700,00	
Total receita sistema de cria e recria		1.400,00	
Total receita sistema de cria e recria, deduzindo custo monetário de R\$344,70		1.055,30	
<i>Remuneração do dia de trabalho familiar no sistema de cria e recria (1055,30 / 244)</i>			4,71
<i>Sistema de engorda</i>			
-Descarte de 9 mamotes, com ganho de 8 arrobas em 2 anos, sendo 4 arrobas/ano, a R\$50,00/arroba.	200,00	1.800,00	
Total receita sistema de engorda		1.800,00	
Total receita sistema de engorda, deduzindo custo monetário de R\$344,70		1.544,30	
<i>Remuneração do dia de trabalho familiar no sistema de engorda (1544,30 / 244)</i>			8,00

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007, com a colaboração do agrônomo Paulo Coqueiro Andrade.
 Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

No sistema de cria e recria, o rebanho estabilizado daria um descarte anual de uma vaca de quatorze arrobas e dois garrotes de sete arrobas cada, totalizando 28 arrobas/ano, vendidas ao preço atual de R\$50,00 a arroba.

No sistema de engorda, segundo estimativa dos assentados, os nove garrotes de sete arrobas precisariam de dois anos pra ser descartados com quinze arrobas, ganhando cada um oito arrobas em dois anos. O ganho de peso por ano seria, portanto, quatro arrobas por garrote, totalizando 36 arrobas/ano, vendidas ao preço atual de R\$50,00 a arroba.

Observou-se que ambos os sistemas remuneram muito mal o trabalho familiar, considerando o valor do dia de trabalho na região, que é de R\$15,00 (2007). O sistema de engorda remunera um pouco melhor, todavia, aqui não foi considerado o leite tirado para o

consumo, ganho para a segurança alimentar no sistema de cria e recria utilizado nos dois assentamentos.

O fato é que se constatou a necessidade de reavaliar a retomada do sistema de pecuária de leite, pensado inicialmente, quando do financiamento do projeto pelo PRONAF. Mas, para isso, deverá haver uma preparação, tanto em nível dos recursos materiais como em nível dos recursos humanos, para não ser repetido o insucesso da experiência anterior. Deverão ser viabilizados água nos lotes, suporte alimentar e capacitação para o manejo adequado à raça leiteira, mais exigente.

O objetivo desse exercício foi o de entender, junto com os assentados, quais das atividades desenvolvidas nos assentamentos melhor remuneravam o trabalho familiar. Contudo, constatou-se também a importância da diversificação dessas atividades para o assentamento, valorizando a cultura e o modo de vida da agricultura familiar, em que se tem maior disponibilidade do trabalho e menor disponibilidade de terra.

A *mamona* (Figura 12) é a segunda atividade em nível de área ocupada e importância para a população assentada e a principal cultura agrícola nos dois Projetos, Baixão e Europa, por sua resistência a longos períodos de estiagem e tradição regional. É sempre associada, em consórcio, com as culturas de subsistência. Os assentamentos alcançam uma produtividade média de nove sacas de 60 kg por tarefa, o que equivale a aproximadamente 1.200 kg por hectare, quando a produtividade média no município está em torno de 920kg por hectare, segundo dados do IBGE, do período entre 2002 a 2006. Desfavoravelmente, os últimos anos assistiram à queda continuada do preço, que chegou a R\$18,00 em 2006, desestimulando a população assentada para a atividade. O incremento da produção do biodiesel, por empresas da região e fora dela, em 2007, gerou uma grande procura pelo produto, com a intermediação dos atravessadores locais, resultando numa rápida reação do preço no mercado, chegando a R\$70,00 por saca, surpreendendo favoravelmente os assentados.

O *milho* (Figura 12), plantado em consórcio com a mamona, alcança nos assentamentos uma produtividade média estimada em 12 sacas de 50 kg por tarefa, o que equivale a 1.380 kg por hectare. Tem boa saída no mercado, sendo comercializado, normalmente, 90% da produção, a um preço médio de R\$ 20,00 a saca.

O PA Baixão colheu (2007), em 210 tarefas plantadas pelo consórcio mamona/milho, por 100% dos assentados, 1.890sc de 60 kg de mamona, vendidos a um preço médio de R\$60,00 cada, alcançando uma renda bruta anual de R\$113.400,00. A produção do milho

chegou a aproximadamente 2.520 sacas de 50 kg a um preço médio de R\$20,00 cada, alcançando uma renda bruta anual de R\$50.400,00. Estima-se uma renda média anual da atividade no PA de R\$163.800,00, sendo por família de R\$1.170,00. O PA Europa colheu (2007), em 49 tarefas plantadas pelo consórcio mamona/milho, por 27 assentados, 441sc de 60 kg de mamona, vendidos a um preço médio de R\$60,00 cada, alcançando uma renda bruta anual de R\$26.460,00. A produção do milho chegou a aproximadamente 588 sacas de 60 kg a um preço médio de R\$20,00 cada, alcançando uma renda bruta anual de R\$ 11.760,00. Estima-se uma renda média anual da atividade no PA de R\$38.220,00, sendo de R\$1.335,50 por família.

A *mandioca e o feijão de arranque*, normalmente também plantados em consórcio, é uma atividade bastante representativa, simbolizando a resistência da lavoura de subsistência na agricultura familiar. Independente do valor de mercado da farinha e independente do risco de perda a que está sempre sujeito a cultura do feijão, as famílias “teimam” em plantar. A produtividade da mandioca nos assentamentos alcança, depois de beneficiada, uma média de 40 sacos de 50 kg de farinha. Como pagam uma renda de 15% da produção, seis sacos dos 40 ficam com a família assentada proprietária da casa de farinha. O preço do saco de 50 kg de farinha, no mercado local, oscila entre R\$25,00 e R\$40,00. Enquanto se tem a certeza na colheita da mandioca, o feijão é sempre um risco. Quando a chuva rega no tempo, a produtividade é de 5sc de 60 kg por tarefa, que alcança o preço no mercado local de R\$40,00.

Estima-se que o PA Baixão produziu, em 2007, 5.600 sc de farinha, de 140 tarefas de mandioca de um ano e meio, plantadas por 98 assentados. Se toda a produção fosse colocada no mercado a um preço médio de R\$30,00 daria uma renda média bruta para o PA de R\$168.000,00. O feijão, sendo uma cultura de alto risco, perde-se com frequência. Levantamento feito pela associação estimou uma produção de 350 sacas, colhidas em 70 tarefas, plantadas por apenas 39 famílias assentadas, resultando numa renda média anual aproximada da cultura, para o PA, de R\$14.000,00. Se considerarmos a atividade associada da mandioca com o feijão de arranque, podemos estimar uma renda média anual por cada uma das 98 famílias que plantaram de R\$ 1.857,00, mesmo a maioria tendo perdido a produção. No PA Europa, foi identificado o plantio apenas da mandioca, para o consumo, em 20 tarefas, por 25 famílias. Entretanto, considerando que, se não fosse produzida a farinha, esta teria que ser comprada, podemos apropriar valor de consumo a produção das 800 sacas, a R\$30,00, que resulta numa renda estimada de R\$24.000,00 para o PA e de R\$960,00 por família.

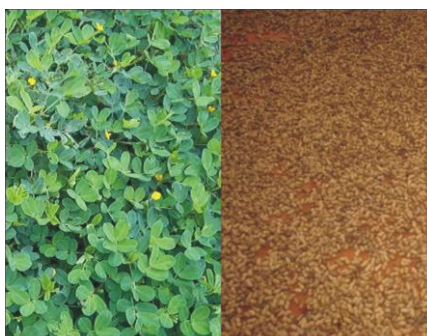
Figura 12
PA Baixão e Europa: O espaço material produzido, 2007.



PA Europa: Cultura da mamona. Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Europa: Consórcio.
 Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Baixão: Amendoim. Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Europa: Consórcio.
 Foto: Paulo Coqueiro / 2007.



PA Baixão: Fruticultura.
 Foto: Carina Cezimbra / 2007.



PA Baixão: Pecuária Bovina. Foto: Paulo Coqueiro / 2006.

O cultivo do *amendoim* (Figura 12) é a quarta atividade agrícola que desponta, em nível de importância na estratégia de sobrevivência para os assentamentos estudados. Tem dado uma boa resposta nas áreas, tanto na adaptabilidade e resistência como em produtividade, que chega a alcançar 30 sacas de 60 kg por tarefa, plantado solteiro, e 25sc em consórcio com outras culturas, principalmente a mamona e o milho. O preço no mercado apresentou-se instável, nos últimos dois anos, variando entre R\$25,00 a R\$40,00. Nesta safra (2007), a produção foi colhida e estocada, até se chegar ao preço mais alto, quando foi vendida.

No PA Baixão, 70 famílias colheram aproximadamente 1.400sc de 60kg de amendoim (2007), plantado em consórcio com diversas culturas, em 56 tarefas. A safra foi vendida a um preço médio de R\$40,00 a saca, alcançando uma renda bruta anual de R\$56.000,00. A produção das outras culturas foi destinada basicamente para o consumo, como garantia da segurança alimentar. Assim, estima-se uma renda monetária média anual da atividade por família de R\$800,00. No PA Europa a cultura é ainda inexpressiva.

A Petrobrás, através de articulação do MST, se propôs a comprar toda a safra (2007) de amendoim dos assentamentos, ao preço de R\$25,00. A proposta, entretanto, não foi aceita pelos assentados, que não viram compensação da venda a esse preço. No entanto, os exercícios das contas de produção, de atividades desenvolvidas por tarefa plantada, realizados em pesquisa de campo, demonstraram que a cultura do amendoim remunera satisfatoriamente o trabalho familiar, inclusive ao preço oferecido pela Petrobrás, conforme demonstrado a seguir.

No exercício das contas de produção das culturas plantadas, a população assentada, participante das oficinas, escolheu as atividades que consideravam mais importante para os assentamentos, em nível de estratégia de sobrevivência: o consórcio da mamona com o milho, nos dois projetos, e o consórcio da mamona com o amendoim mais utilizado no PA Baixão. A título de demonstração, apresentamos a seguir o exercício desenvolvido no PA Baixão (Tabelas 21 e 22).

Os produtores do PA Baixão destacaram que, quando desenvolvem a atividade em área “nova”, de primeira utilização ou “primeira planta”, o custo de produção se eleva por conta dos serviços de roçagem e destoca, executados por trabalho manual familiar (d/f), predominantemente. A partir da “segunda planta”, já com a área “aberta”, desmatada, reduz-se o custo desses primeiros serviços, pois o desenvolvimento da atividade começa na

“carpina”, realizada, principalmente, através de “aração e gradagem” por horas de trator (h/t). Nos dois assentamentos as famílias já dispõem de “áreas abertas”, onde desenvolvem as atividades, mas, ainda assim, quiseram fazer o exercício considerando as duas situações: “primeira planta” e “segunda planta” (Tabela 21).

Tabela 21

Bahia, Itaetê, Projeto Baixão: Consórcio mamona/milho e mamona/amendoim - Custos de produção em área de uma tarefa, 2007

Desenvolvimento da atividade	Consórcio mamona/milho (em 1 tarefa)				Consórcio mamona/amendoim (em 1 tarefa)			
	Primeira planta		Segunda planta		Primeira planta		Segunda planta	
	d/f *	h/t**	d/f *	h/t**	d/f *	h/t**	d/f *	h/t**
<i>Preparo da terra:</i>								
- Roçagem	6				6			
- destoca	10				10			
- carpina		1		1		1		1
<i>Plantio (mamona, milho e amendoim)</i>	1,5		1,5		1,5		1,5	
<i>Tratos culturais:</i>								
- 2 limpas***	15		15		15		15	
<i>Colheita:</i>								
- “quebra, bateção e abano” da mamona	8,5		8,5		8,5		8,5	
- “quebra, transporte e bateção” do milho	4		4					
- “arranque, despenque e abano” do amendoim					11		11	
Total (d/f e h/t)	45	1	29	1	52	1	36	1

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007. Contribuíram, especialmente, nesse exercício, Sr. Zequinha e Sr. João, no PA Europa e Sr. Advando, Sr. Abdias e Vando, no PA Baixão.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

* Dias de trabalho familiar

** Hora de trator, para aração e gradagem, ao preço de mercado: R\$35,00.

*** A atividade é desenvolvida tanto nos lotinhos como nos lotes. Segundo os assentados, a depender da localização e tipo da terra, gastam entre 10 a 20 dias, nas duas limpas necessárias nesses consórcios. No exercício foi considerada a média de 15 dias.

Observamos que os custos de produção nas primeiras etapas do desenvolvimento da atividade, de preparo da terra, plantio e tratos culturais, são os mesmos para os dois consórcios. A diferença entre os custos de produção dos dois consórcios se dá na colheita, pois o amendoim exige mais dias de trabalho familiar. Observamos, também, que as atividades exigem, basicamente, o trabalho familiar, uma vez que não utilizam insumos, pois o sistema de rotação e diversificação das culturas garante a manutenção da fertilidade da terra e a baixa ou inexistente incidência de pragas. As sementes são escolhidas e guardadas, da

safrá anterior. Dessa forma, o custo monetário se constitui, apenas, na hora de trator paga, quando na substituição do trabalho na “carpina” manual.

Para chegar-se a remuneração do trabalho familiar, considerou-se a produtividade média, por tarefa, de cada cultura plantada em consórcio, e a comercialização pelo preço no mercado local, em 2007, chegando-se à receita da atividade. Da receita, deduziu-se o custo monetário, referente à hora de trator, dividindo-se o saldo pelo número de dias de trabalho familiar despendidos na atividade, desenvolvida na “primeira planta” e na “segunda planta”, conforme demonstrado na tabela 22.

Tabela 22

Bahia, Itaetê, Projeto Baixão: Consórcio mamona/milho e mamona/amendoim - Remuneração do dia de trabalho familiar (t/f), em área de uma tarefa, 2007

Remuneração do dia de trabalho familiar (d/f)	Consórcio mamona/milho (em 1 tarefa)		Consórcio mamona/amendoim (em 1 tarefa)	
	mamona	milho	mamona	amendoim
<i>Remuneração do d/f a preços alcançados no mercado local em 2007</i>				
-Produção (saco)	9	12	9	25
-Preço por saco, alcançado na safra (R\$/saco)	60,00	20,00	60,00	40,00
-Receita bruta por cultura (R\$)	540,00	240,00	540,00	1.000,00
-Receita por consórcio, deduzindo custo monetário (h/t de R\$35,00)	745,00		1.505,00	
<i>Remuneração do d/f, na primeira planta (R\$)</i>	16,50		28,95	
<i>Remuneração do d/f, na segunda planta (R\$)</i>	25,70		41,80	
<i>Remuneração do d/f a preços mínimos estimados (parceria Petrobrás)*</i>				
-Preço pago por saco (R\$/saco)	45,00	20,00	45,00	25,00
-Receita bruta por cultura (R\$)	405,00	240,00	405,00	625,00
-Receita por consórcio, deduzindo custo monetário (h/t de R\$35,00)	610,00		995,00	
<i>Remuneração do d/f, na primeira planta (R\$)</i>	13,55		19,13	
<i>Remuneração do d/f, na segunda planta (R\$)</i>	21,00		27,63	

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007. Contribuíram, especialmente, nesse exercício, Sr. Zequinha e Sr. João, no PA Europa e Sr. Advando, Sr. Abdias e Vando, no PA Baixão.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

(*) A Petrobrás garante a compra de toda produção da mamona e do amendoim, a preços mínimos calculados pela média dos últimos anos. Nesse exercício, estimou-se o preço mínimo da mamona a R\$45,00 e o do amendoim a R\$25,00.

Como podemos observar no exercício desenvolvido com a população assentada, os dois consórcios mais utilizados pelos assentamentos remuneram melhor do que as atividades escassas oferecidas no entorno, pelo dia de serviço, pago a R\$15,00. A remuneração aumenta significativamente a partir da segunda planta, quando é deduzido o tempo gasto na roçagem e destoca da área. Verifica-se que na primeira planta é mais vantagem utilizar o consórcio mamona/amendoim, que cobre o investimento de preparo da área no primeiro ano de plantio e remunera melhor o trabalho. O valor do trabalho garantido pelo consórcio da mamona com o amendoim surpreendeu o grupo, que quis continuar o exercício apropriando diferentes preços às culturas. Esse interesse era justificado pelo desejo de encontrarem o “seu” preço mínimo, que lhes garantissem a remuneração justa do dia de trabalho familiar, proporcionando maior segurança na negociação com os comerciantes locais e/ou a Petrobrás.

Pode-se constatar que os preços previstos de serem praticados, resultantes da parceria com a Petrobrás, que assegurará o mercado para toda produção, dão boas perspectivas para uma maior segurança na atividade agrícola, uma vez que o amendoim, o milho e, mais ainda, a mamona apresentam uma melhor resistência à instabilidade climática e uma boa resposta em produtividade. Verificou-se a necessidade, todavia, de estarem atentos para os preços mínimos oferecidos, que devem remunerar dignamente o trabalho familiar.

Outras atividades agrícolas menos relevantes na renda monetária, mas com destacado papel na segurança alimentar e na estratégia da reprodução social, são desenvolvidas pela população assentada nos Projetos Europa e Baixão e demais assentamentos de Itaetê. Dentre essas, encontra-se a pinha, caju, maracujá, cana, melancia, abóbora, andu, batata, banana, feijão de corda e o aipim, convivendo no mesmo espaço, configurando diversificados consórcios, que se agregam à atividade pecuária. A maior parte das culturas plantadas nos projetos de assentamento de Itaetê é mantida, ainda, para o consumo familiar, mas não raras vezes, quando “dá preço”, comercializam nas feiras livres, diretamente com o consumidor nos povoados do entorno e em Itaetê. Algumas famílias preferem vender a um menor preço, no próprio assentamento, para outros assentados que reúnem a produção e levam para os mercados e feiras locais.

O predomínio no roçado de cultivos que podem ser autoconsumidos e/ou vendidos possibilita ao produtor enfrentar flutuações de preços, situações que escapam ao seu controle. É exatamente o caráter alternativo que esses produtos possuem que determinam sua escolha para o plantio, embora possam coexistir com cultivos destinados exclusivamente à venda (HEREDIA, 1979, p. 124).

Quando, ainda, os preços estão muito baixos, optam por utilizar o excedente da mesa familiar na alimentação das pequenas criações de suínos e aves, como no caso do andu,

leguminosa farta nos assentamentos de Itaetê que, eventualmente, complementa e enriquece o cardápio dos suínos.

4.3.2.1 A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

O espaço de socialização da população assentada de Itaetê ainda não inclui, com relevância, a produção e a comercialização cooperada. Como já indicado nos capítulos anteriores, a maioria produz e comercializa, basicamente, de forma desarticulada entre si, buscando individualmente os atacadistas, comerciantes locais e atravessadores, alguns do próprio assentamento, configurando redução nos ganhos da maioria, bem como uma pequena diversificação econômica.

[...] os assentados continuam presos a cadeias tradicionais de comercialização que retém, possivelmente, ganhos significativos na venda, submetendo os produtores a preços desfavoráveis (MEDEIROS & LEITE, 2004, p.41).

No entanto, identificamos algumas iniciativas em curso, a exemplo da organização da produção dos assentamentos, sob a coordenação de um grupo do PA Baixão, para comercialização em espaço conquistado no mercado novo de Itaetê. Esse espaço, específico para os produtos orgânicos da Reforma Agrária, já conta com a participação dos assentamentos Baixão e Santa Clara, bem como Rosely Nunes e São Judas Tadeu, em menor expressão (Figura 13).

Outra importante iniciativa em curso é a articulação com a Petrobrás, pelo MST, para apoiar a produção e comercialização de mamona dos assentamentos da região, com garantia de um preço mínimo. Os assentados do PA Europa e do PA Baixão, mais significadamente, estão inseridos nessa iniciativa, por configurar uma maior apropriação do espaço pela totalidade das famílias, bem como uma gestão satisfatória dos recursos comuns.

A falta de garantia de preço para os principais produtos, a mamona, o milho e o amendoim, se constitui em um grande desestímulo para o aumento da área cultivada. A população assentada, nos últimos anos, além da escassez das chuvas, enfrentou a oscilação dos preços dos produtos agrícolas, provocando insegurança e resultando em redução da oferta de produtos e da renda. Esse fato ameaça a reprodução da família, que muitas vezes se fragmenta em busca de alternativas fora do assentamento. O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel traz a perspectiva de garantir a comercialização e um preço mínimo, mas ainda encontra receio entre a população. O preço mínimo deverá garantir uma remuneração justa do trabalho familiar, para que seja estabelecida a confiança no Programa.

Figura 13

Itaetê, população assentada e comercialização da produção



Mercado Municipal produção PA Baixão e Rosely Nunes.
Foto: Carina Cezimbra / 2007.



Mercado Municipal produção PA Baixão e Rosely Nunes.
Foto: M. Jocélia S. Muritiba / 2007.



Mercado Municipal de Itaetê, produção PA Baixão.
Foto: M. Jocélia S. Muritiba / 2007.



Mercado Municipal de Itaetê, produção PA Baixão.
Foto: M. Jocélia S. Muritiba / 2007.



Mercado Municipal de Itaetê, produção do PA Santa Clara. Foto: M. Jocélia S. Muritiba / 2007.

Entretanto, apesar das dificuldades encontradas pela população assentada para o desenvolvimento da atividade agropecuária, o produto dos assentamentos já tem visibilidade local. A pequena produção excedente das centenas de famílias assentadas é vendida nos povoados do entorno, na sede municipal e nas feiras livres de municípios vizinhos (Quadro 6).

Atualmente (2007), a mamona e o amendoim são comercializados em Rumo, Colônia e Itaetê, entregue a atravessadores e comerciantes locais ou ainda no próprio assentamento, para assentados que assumem a intermediação. O amendoim também é comercializado torrado, por alguns assentados, nas feiras locais, direto para o consumidor. O milho, a farinha e o feijão são entregues para armazéns e Supermercados de Itaetê e também a feirantes.

Quadro 6
Bahia, Itaetê, Projetos Baixão e Europa, 2007:
Comercialização da produção - local, comprador e forma de recebimento.

Produtos	Local de venda	Para quem vende	Como vende
PA Baixão			
Mamona	Itaetê (Sede, Colônia e Rumo e Baixão)	Sede: Val, Gilberto, Roberto Cacareco (Sambra) e Casa Almeida; Colônia: Docha e Silvano; Rumo: Elias e Zedegu; Baixão: Leone.	A vista
Gado	Itaetê	Marchantes	A prazo
Farinha	Itaetê	Feirantes e mercadinho “Superfeira”.	A prazo
Milho	Itaetê e entorno	Feirantes e mercadinho “Superfeira”.	A vista
Feijão	Itaetê e entorno	Feirantes e mercadinho “Superfeira”.	A vista
Amendoim na casca	No PA	Assentados compram e revendem bruto ou torrado	A vista
Amendoim torrado	Feiras Bananeira e Itaetê	A granel, direto para consumidores.	A vista
Pinha	No PA	Assentados compram o cento e revendem nas feiras	A vista
Castanha	No PA	Assentados compram o saco de 60k e revendem nas feiras	A vista
Suíno	No PA	Criadores matam, cortam e vendem	
PA Europa			
Mamona	Itaetê (Sede, Colônia)	Sede: Val, Gilberto, Roberto Cacareco (Sambra) e Casa Almeida; Colônia: Armazem de Docha e Silvano;	A vista
Gado	Itaetê	Marchantes	A prazo
Farinha	Itaetê	Armazém	A prazo
Milho	Itaetê e entorno	Armazém	A vista
Amendoim	Em estoque		

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

O gado é vendido para “marchantes”, que matam, cortam e distribuem. A pinha e a castanha são vendidas no próprio assentamento, para assentados que reúnem a produção,

comprando para revender em comércios do entorno e feiras locais. De todos os produtos, somente a farinha e o gado são vendidos a prazo, sendo todos os demais remunerados no ato da compra.

A população assentada estabelece uma boa relação com o comércio local, relação essa motivada ora pelo consumo, ora pela oferta dos produtos dos assentamentos. Os comerciantes vêem a Reforma Agrária como um ganho para o município, pois concordam que houve crescimento no movimento comercial, tanto pela oferta diversificada de produtos como pela procura por produtos da cesta básica, como ilustra o depoimento de comerciante, atacadista de mamona e feijão.

Para o município foi bom (A reforma agrária) porque aumentou a população e movimentou o comércio... Os produtos mais procurados no comércio é a cesta básica e as ferramentas agrícolas (foice, machado, enxada). Material de construção compraram de fora. A produção do município aumentou e se diversificou com os assentamentos... Eles não plantam só uma coisa; plantam de tudo um pouquinho... mamona, feijão, milho, mandioca, aipim, abóbora, mangalô, andu... ta tendo muito, muito, muito. Batata o ano todo... O município, nessa última gestão melhorou muito na saúde, na educação e na pecuária – nos assentamentos, todos tem uma criação – já tem um leite para alimentação... Um ajuda o outro. A reforma agrária ta ajudando o município... (Entrevista 2, Comércio, julho 2007).

Contudo, mesmo reconhecendo os resultados positivos, os comerciantes têm uma visão crítica da política, no que se refere à ação do Estado, desde a provisão de infra-estrutura, a recursos técnicos e financeiros para promoção do desenvolvimento.

Têm assentados que trabalham muito, outros não trabalham nada... Tem o problema que tem muitos assentamentos que ainda não dividiram os lotes e precisa fazer logo isso para ver se aumenta a produção. Tem assentado que não tem casa, que ainda vive acampado, não tem lote e produzem bastante, é o caso dos de Santa Clara. Mas a maioria não produz, não investe porque não tem seus lotes divididos... A ajuda do governo é pouca mas já se tem resultado. Tem que ter crédito e ajuda do governo. O que atrapalha o desenvolvimento é a falta de recursos para plantar... A prefeitura deve ajudar na educação e saúde; poderia ajudar também a produção, botando um técnico. O biodiesel tem ajudado muito na recuperação do preço de mamona. Compro dos assentados a vista e vendo para o Bom Brasil Óleo de Mamona, antiga Samba (Entrevista 2, Comércio, julho 2007).

Mais uma vez, a importância do papel do poder público municipal na provisão dos serviços de saúde e educação é reconhecida, como também o entendimento da necessidade de apoio no setor produtivo, especialmente no que diz respeito à assistência técnica, onde existe o vazio do Estado.

4.3.3 OUTRAS ATIVIDADES: EXPERIÊNCIAS E SABERES NA DIVERSIFICAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA

A construção social começa a ganhar mais complexidade, na medida em que as diferentes expectativas se revelam e a perspectiva econômica começa a se desenhar, apontando para possibilidades de mudança da subsistência, com alcance diferenciado para as famílias.

[...] novas transformações vão se impor ao modo de vida do grupo. A terra cultivável conhece uma outra repartição no seu uso. O comércio especulativo separa aqueles que produzem os bens que apresentam um “valor” especulativo e os outros. Uma divisão idêntica se estabelece entre os que podem comprar mercadorias vindas de fora do grupo e os que não dispõem desse poder (SANTOS, 1978, p.165).

Muitos assentados trouxeram aportes de sua trajetória de vida, experiências e ofícios. Outros, já no percurso junto ao novo grupo social, adquiriram novos saberes, passíveis de serem partilhados com a sociedade assentada, como serviços, mediante remuneração. Todas as atividades desenvolvidas no assentamento contribuem para facilitar a sobrevivência, viabilizar a permanência na área, além de enriquecer a construção social e contribuir para o seu desenvolvimento.

Evidencia-se uma pequena diversificação sócio-econômica dentro do próprio grupo que, entretanto, não configura uma diferenciação social nem fonte de incômodo e conflito. Essa diversificação não é resultante da apropriação do trabalho do outro, nem tampouco, resulta em distintas classes sociais. É entendida, pela população assentada do PA Baixão e do PA Europa, como uma ocorrência natural das diferentes histórias de vida. Consideram que algumas atividades, geradoras dessa diversificação, podem até beneficiar a “totalidade social” em diversas situações, a exemplo da existência, no próprio grupo, de quem opere os equipamentos coletivos, de quem assuma a educação e a saúde na área. Até mesmo a ação de atravessadores na comercialização da produção, entre os próprios assentados, é aceita sem constrangimento, mesmo porque, o aporte de experiências e recursos que possibilita a atividade – a exemplo de um veículo para transportar a produção – veio de fora, de antes do assentamento. Outro meio de diversificação econômica reconhecido pela população assentada é a força de trabalho familiar disponível em fase produtiva, tal como os filhos jovens, que contribuem com as atividades agrícolas e não agrícolas, na parcela da família e no assentamento, ajudando na renda familiar.

Das atividades não agrícolas, foram identificadas como mais importantes para estratégia de sobrevivência, em maior incidência, as relacionadas ao serviço público municipal, seguidas dos pequenos estabelecimentos comerciais, que oferecem produtos da cesta básica e, às vezes, atravessam a produção colhida. A atividade de tratorista e eventuais serviços de pedreiro também foram identificados em um percentual menor de famílias. O beneficiamento da mandioca é a única estratégia de agregação de valor a produção, atividade desenvolvida nos dois assentamentos em casas de farinha de estrutura simples, de propriedade particular. As transferências governamentais têm se revelado nos últimos anos, segundo depoimento dos próprios assentados, como uma significativa complementação na renda, para a maioria das famílias (Tabela 23).

Tabela 23

**Bahia, Itaetê, Projetos Baixão e Europa:
Estratégias de sobrevivência da população assentada, 2007.**

Atividades desenvolvidas	Baixão	% fam	Europa	% fam
Agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> • No PA -Pecuária bovina / carne / leite; -Pecuária suína / carne; -mamona / milho; -mandioca / farinha; -feijão de arranque; -amendoim; -pinha, castanha, cana, abóbora, andu, batata, banana, feijão de corda, aimpim, melancia. -galinha caipira -ovos -Venda do dia de trabalho -Beneficiamento da mandioca 	<ul style="list-style-type: none"> 86 10 100 70 28 50 94 7 2 	<ul style="list-style-type: none"> -Pecuária bovina / carne; -mamona / milho; -mandioca / farinha; -amendoim -pinha, castanha, cana, abóbora, andu, batata, banana, feijão de corda, aimpim. -Beneficiamento mandioca 	<ul style="list-style-type: none"> 70 54 50 5 68 2
Não agrícolas no PA	<ul style="list-style-type: none"> -Pedreiro -Comercio -Tratorista -Serviço público municipal: professores, agente de saúde e zelador. 	<ul style="list-style-type: none"> 18 3 1,5 3,6 	<ul style="list-style-type: none"> -Comercio; -Tratorista; -Serviço público municipal: professores, zelador, merendeira, garis, motorista, agente de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> 6 2 28
Transferências governamentais	<ul style="list-style-type: none"> -Bolsa família -Aposentadoria 	<ul style="list-style-type: none"> 63 33 	<ul style="list-style-type: none"> -Bolsa família -Aposentadoria 	<ul style="list-style-type: none"> 46 8

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007. Levantamento realizado no Baixão com o apoio de Ivanildo Lima dos Santos, filho de assentado conhecido por Gurino, agente de saúde no assentamento e no PA Europa, com o apoio de José Luiz de Jesus Serra, assentado, vereador e liderança do MST.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

O PA Baixão tem uma estratégia de sobrevivência diversificada, no próprio assentamento, assim como o PA Europa. Entretanto, o PA Baixão assegura maior renda e maior segurança alimentar da agropecuária, que ocupa 100% das famílias nas diferentes atividades, que detalharemos em seguida. Aproximadamente 7% das famílias buscam complementação da renda fora do assentamento, principalmente os jovens que trabalham como assalariados na produção de batata, tomate e café, em Cascavel, localidade do município de Iraquara, centro do agronegócio da região. Apenas 1%, entre os meses de abril a julho, se desloca, também, para Cascavel, para a colheita do café, onde são remunerados por produção. Além da atividade agropecuária, 18% prestam, eventualmente, serviços de pedreiro, 3% das famílias complementam a renda com pequenos comércios no assentamento e 1,5% operam o trator da associação, comissionados por hora trabalhada. O poder público municipal remunera com salário 3,6% das famílias, pelas funções de agente de saúde, zeladora e professores. Um número significativo de famílias, 63%, é atendido pela bolsa família e 33% recebem aposentadoria, identificando-se oito famílias com dois recebimentos.

O PA Europa apresenta uma estratégia caracterizada por um percentual menor da renda proveniente da atividade agropecuária, que ocupa apenas 70% da população assentada na pecuária e um percentual menor, em torno de 50%, na atividade agrícola no assentamento. Um significativo percentual de 60% das famílias busca sua renda, ou parte dela, fora do assentamento, sendo 50% com a venda do dia de trabalho em fazendas vizinhas, em roçagem de pastos ou limpeza do café, entre os meses de abril a julho, e 10% na colheita de café, em Cascavel, por produção. Quanto às atividades não agrícolas, 6% das famílias complementam a renda com pequenos comércios no assentamento e uma família opera um trator, de propriedade particular³⁴, recebendo por hora trabalhada dentro e fora do assentamento. Para a Prefeitura trabalham 28% das famílias, que recebem salários pelas funções de agente de saúde, zeladora, garis, motorista do transporte escolar e professores, configurando certa dependência do poder público municipal. O Programa Bolsa Família atende 46% das famílias e apenas 8% recebe aposentadoria, o que indica a população predominantemente jovem.

No PA Baixão, a produção alcança expressivo volume nas lavouras que têm como principal objetivo o consumo familiar, principalmente o feijão de corda, abóbora e aipim. Essa produção, além de garantir a segurança alimentar, garante renda monetária, pois os excedentes são reunidos por algumas famílias e levados até as feiras locais para

³⁴ Essa família trabalhava para a EFA, operando o trator da Associação. Quando saiu da EFA para o PA Europa, recebeu o trator usado como uma recompensa por serviços prestados, recuperando-o.

comercialização. Tentando-se chegar a uma aproximação da renda bruta do assentamento, apropriou-se valor monetário à produção estimada pelos assentados, referente às atividades desenvolvidas, considerando, inclusive a produção consumida (tabela 24).

Tabela 24

**Bahia, Itaetê, Projeto de Assentamento Baixão, 2007:
Uma aproximação da renda considerando as principais atividades declaradas.**

Atividades / Culturas Unidade de comercialização	Nº Família	Área (tarefa)	Produtividade (t/ano)	Total Produção / descarte	Preço unitário (R\$)	Valor aferido
<i>Atividades agropecuárias no PA</i>						
Pecuária bovina						
-carne (arroba)	124	2010	20	2.640	50,00	132.000,00
-leite (litro)*	100	-	-	72.000	0,80	900,00
Pecuária suína						
-carne (kg)*	15	-	-	3840	5,00	19.200,00
Mamona (sacos 60 kg)	140	210	9	1.890	60,00	113.400,00
Milho (sacos 50 kg)	140	210	12	2.520	20,00	50.400,00
Mandioca						
-farinha (sacos 50 kg)**	98	140	30	4.200	35,00	147.000,00
Aipim (kg)**	120	-	-	18.000	1,00	18.000,00
Feijão arranque (sacos 60 kg)	60	70	5	350	40,00	14.000,00
Feijão de corda (litro)	140	-	-	1.400	1,50	2.100,00
Andu (litro)	140	-	-	1.400	1,50	2.100,00
Amendoim/casca (saco 25 kg)	70	56	25	1.400	40,00	56.000,00
Amendoim torrado***	3	-	-	56	10,00	672,00
Abóbora (kg)***	140	-	-	40.000	0,25	10.000,00
Castanha (sacos de 80 litros)***	80	-	-	200	30,00	6.000,00
Pinha (cento)***	70	-	-	690	10,00	6.900,00
Banana (cachos)	126	-	-	2.500	4,00	10.000,00
Total renda agropecuária no PA						588.672,00
<i>Atividades agropecuárias fora do PA</i>						
Colheita do café Cascavel (lata)	1	-	-	900	1,70	1.530,00
Assalariado Cascavel	10	-	-	-	380,00	3.800,00
Total renda agropecuária fora do PA						5.330,00
<i>Atividades não agrícolas no PA</i>						
Tratorista (horas)****	2	-	-	600	5,00	3.000,00
Serviço público Municipal (salário)****	4	-	-	4	470,00	1.900,00
Pedreiro (diárias)	25	-	-	250	25,00	6.250,00
Guia (diária)	9	-	-	6	50,00	300,00
Total renda não agrícola no PA						11.450,00
<i>Transferências governamentais</i>						
Bolsa família*****	88	-	-	88	76,00	6.688,00
Aposentadoria*****	46	-	-	54	380,00	20.520,00
Total Transferências						27.208,00
RENDA ANUAL APROXIMADA						632.660,00

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007. Dados área plantada por cultura, produtividade, produção e preço: assentados em exercícios de contas de produção, associação do PA Baixão e técnicos da parceria MST/Petrobras. Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

* Aproximadamente 100 famílias tiram o leite, mas apenas 4 produzem para venda, 15l/dia cada. O porco, é abatido 2 de 40kg por semana, sendo vendida a carne no próprio PA.

**Não foi retirado da produção os 15% pagos por assentado para a casa de farinha, pelo beneficiamento da mandioca, uma vez que essa renda fica no próprio assentamento. Todos plantam aipim, mas apenas 4 comercializam na feira, a própria produção e a de outros.

*** Três assentados, feirantes, compram o amendoim em casca de vizinhos, descascam, torram e vendem na feira. Compram um total de 56sc em casca por ano, ganhando R\$12,00 por saco em casca. Aproximadamente 30 famílias, de 70, produzem comercialmente a pinha (20centos/fam/ safra); a castanha é vendida por apenas 10 famílias (6sc/fam/safra).

**** Cada tratorista aproximadamente 300 hs/ano, de R\$25,00, recebendo 20% por hora. Os professores recebem 1,5 salário mínimo, os demais recebem um salário.

***** 88 pessoas recebem bolsa família em valores que variam de 58,00 a 120,00, sendo a maioria equivalente a R\$76,00.

***** 54 pessoas recebem aposentadoria, estando 16 dessas em 8 famílias.

No PA Europa não foi possível realizar esse exercício de aproximação da renda, já que o trabalho fora do assentamento, principalmente a venda de diárias, ainda se constitui na principal estratégia de sobrevivência, e, sendo ocasional, não permitiu uma estimativa pelas famílias. O trabalho em Cascavel é sistemático, mas os ganhos são bastante variáveis, dependendo da oferta de mão de obra, do tipo de relação estabelecida, diária, contrato ou produção, bem como do volume da safra no período.

Temos que ressaltar que os dados de produção das culturas plantadas em consórcios muito diversificados, de forma dispersa, incluindo as frutíferas pinha e castanha de caju, consistiram em estimativas feitas pelos assentados, considerando uma produção mínima, pela impossibilidade de saber a produtividade, no sistema utilizado. A renda proveniente dos pequenos comércios existentes no PA não são acompanhadas/registradas pelas quatro famílias que desenvolvem a atividade. Dessa forma, não sendo possível identificação, não foi contabilizada no exercício.

Verificou-se que aproximadamente 95% da renda é gerada no assentamento, tendo na agropecuária a principal estratégia de sobrevivência, que responde por aproximadamente 93% da renda, sendo apenas 2% proveniente de atividades não agrícolas. Esse fato indica que o PA Baixão não se insere no conceito do “Novo Rural Brasileiro” (GRAZIANO, 1999), caracterizado pela relevância da renda oriunda de atividades não agrícolas. As transferências governamentais, também, têm pouca expressão, respondendo por apenas 4% da renda. Outro fator a ser observado é que as atividades que geram mais renda no assentamento, a pecuária, a mamona, o milho, a mandioca são desenvolvidas pela maioria das famílias, configurando, dessa forma uma distribuição menos desigual na renda e uma diversificação sócio-econômica pouco expressiva.

A população assentada no PA Baixão apresentou em 2007 uma renda estimada anual de R\$632.660,00, que, se repartida de forma igual, dará uma renda estimada mensal, por família assentada, em torno de um salário mínimo, o que é muito pouco para um assentamento de dez anos de vida. Entretanto, a própria população chama a atenção que o ano estudado foi caracterizado pela escassez das chuvas e pela instabilidade dos preços dos principais produtos agrícolas, no exercício anterior, que desestimulou o plantio, agravado pela falta de perspectivas de mercado para garantir a comercialização. Quando a produção do exercício é insuficiente para a reprodução social e mesmo para a reprodução da produção no exercício seguinte, a população assentada recorre ao descarte “extra” do gado, que não foi aqui contabilizado.

Não foram contabilizados, também, muitos ganhos que não oferece segurança no registro, como a diversidade de cultivos colhidos “pro gasto” da família e “das criações”, hortaliças e frutas, com relevância para a segurança alimentar, bem como as rendas provenientes de produção do artesanato. É a renda proveniente da “(...) produção invisível, nem sempre captada pelas estatísticas oficiais, porque dispersa e, muitas vezes, irregular” (MEDEIROS & LEITE, 2004, p.40). Outro fato a observar é que todo o investimento na produção foi com recursos próprios, sem qualquer apoio técnico e/ou creditício, o que confere ao assentamento autonomia relativa frente à subordinação formal ao mercado financeiro.

[...] as rendas reais podem ser indicadores muito insatisfatórios dos componentes do bem-estar e da qualidade de vida que as pessoas têm razão para valorizar (SEN, 2000, p.101).

Esse exercício de aproximação da renda objetivou, principalmente, a compreensão dos meios de reprodução social da população assentada nos assentamentos estudados. Constatamos, apesar dos apelos externos de uma sociedade de consumo e de um mercado especulativo, a importância para a população assentada, do modo de trabalho familiar e da relação de parceria com a terra, que ganham um “valor” de expressão maior do que a renda real aferida.

4.3.4 NOVAS ALTERNATIVAS DE EMPREGO E RENDA, EM PERSPECTIVA

Estão em implantação na Chapada dois projetos do MST, em parceria com a Petrobrás, para plantio, acompanhamento e comercialização das culturas da mamona e girassol, com a perspectiva de esmagamento dos grãos, posteriormente.

O primeiro projeto é objeto de um convênio firmado, em agosto de 2007, entre a Cooperativa Central dos Assentamentos da Bahia (CCABa) e a Petrobrás, através do Programa Petrobrás Fome Zero, do Rio de Janeiro. Essa parceria tem como objetivo fomentar o plantio de 700ha de mamona e aproximadamente 30ha de girassol, ambos consorciados com milho e feijão, nos assentamentos da Chapada e do Recôncavo. Esse convênio envolveu subsídios para a instalação de três escritórios em julho/2007, nos municípios de Wagner, Itaetê e Boa Vista do Tupim, financiamento do preparo da área, fornecimento de sementes e contratação de sete técnicos, via SEAGRI, para orientar e acompanhar a implantação das culturas. Em Itaetê, estão sendo trabalhados 300ha, envolvendo 100 famílias do PA Baixão e 120 do PA União da Chapada. Na região de Wagner serão beneficiadas cerca de 150 famílias e na região de Boa Vista do Tupim serão beneficiados 200 famílias. A orientação é que a área cultivada não ultrapasse 3ha por assentado, no sentido de evitar o desestímulo à diversificação, própria do modo de produção da população assentada, bem como a dependência de uma única cultura.

O segundo projeto é objeto de contrato firmado entre a Cooperativa Regional de Reforma Agrária da Chapada Diamantina (COPRACD) e a Petrobrás-Bahia, em novembro de 2007, para comercialização dos grãos das oleaginosas mamona e girassol. Os assentados terão a garantia de um preço mínimo, estabelecido pelo preço médio dos últimos 36 meses e quando esse preço baixar muito será garantido o preço mínimo da CONAB que, hoje, é de R\$33,70 a saca de 60 kg de mamona. Estima-se que o máximo para garantir viabilidade da cultura da mamona para produção do biodiesel seja em torno de R\$47,00 por saca de 60 Kg. O contrato envolve ainda o fornecimento de 20 kg de sementes selecionadas e tratadas de feijão, 10kg de milho e 5 de girassol por família assentada, em todos os projetos de Itaetê, além da contratação de técnicos, para orientação e acompanhamento, via parceria Estado/Seagri/Petrobrás, numa proporção de um técnico para 150 famílias. A comercialização se dará através da Cooperativa Regional de Reforma Agrária da Chapada Diamantina (COPRACD), iniciativa do MST, com a descentralização da gestão, envolvendo as lideranças dos Projetos de Assentamento.

Tem-se a expectativa de que esses dois projetos darão suporte para aproveitamento/comercialização de outras culturas implantadas, como o feijão, o milho, a farinha, o amendoim, caju, o abacaxi, etc., organizando a produção já existente e ampliando o plantio, estimulando a diversificação. O desafio é reconstruir a cooperação, reconquistando a confiança da população assentada no cooperativismo, por conta das experiências anteriores

mal sucedidas: a cooperativa criada pelo INCRA na época da colonização – grande parte dos assentados são filhos dos antigos colonos.

A mamona, principal cultura comercial dos projetos, tem uma produtividade média de 900 Kg/ha na região da Chapada Diamantina e no município de Itaetê e, especificamente nos assentamentos de Reforma Agrária, essa média alcança hoje aproximadamente 1200kg/ha³⁵. Os dados de produtividade fornecidos pelos assentados confirmam os declarados pelo Coordenador técnico do Projeto Biodiesel do MST, na Chapada: aproximadamente 540 kg/tarefa acondicionados em 9 sacas de 60kg, o que equivale a aproximadamente 1200 kg/ha, 20 sacas de 60kg de bagas da mamona. A cultura é bastante adaptada na região, resistindo aos períodos de escassez de chuva, estando incorporada à tradição de lavoura dos assentados do município. Entretanto, o preço da cultura na região tem oscilado muito nos últimos anos, indo de R\$18,00 a R\$65,00.

Tendo-se a garantia de mercado e de um preço mínimo, assegurando uma justa remuneração para o trabalho familiar, é retomada a confiança do produtor no investimento, uma vez que não envolve endividamento, apenas o compromisso da venda nas condições acordadas. No entanto, a proposta do Movimento é o beneficiamento da produção para agregação de valor, com a viabilização de uma unidade esmagadora de bagas para a produção do óleo, gerida pela Cooperativa Regional da Chapada, COPRACD, que poderá ser a já implantada em Colônia, não estando, contudo em funcionamento. Além da mamona, estão iniciando a implantação da cultura do girassol e do pinhão manso, já com algumas iniciativas bem sucedidas na região.

Em Itaetê, os projetos já estão em implantação. Os assentados já contam com dois profissionais, um técnico agrícola e um engenheiro agrônomo, que estão trabalhando desde o mês de agosto/2007. As áreas de plantio já foram preparadas e cultivadas com as sementes recebidas pelas famílias, em parceria com as associações. Para armazenamento da produção contam com dois galpões no município, um construído pelo projeto e outro alugado pela Cooperativa.

No PA Baixão, foi preparada e cultivada uma área de 510 tarefas, aproximadamente 222ha., em parceria com o projeto, com a mamona consorciada com o milho e o feijão, e mais 100 tarefas por iniciativa individual, de 43% dos assentados, consorciada com o milho e o amendoim, pela perspectiva de garantia da comercialização a preços justos. Receberam, além

³⁵ Conforme declaração de Coordenador técnico do Projeto Biodiesel do MST, na Chapada, em entrevista realizada em dezembro/2007, bem como depoimento da população assentada em pesquisa de campo.

das sementes, um aporte de recursos para preparo da área, através do abastecimento do trator da Associação. Está sendo preparada, também, uma área para a implantação de um banco de sementes com as culturas do pinhão manso e girassol, além da mamona, com sementes escolhidas das safras anteriores e sementes melhoradas fornecidas pelo projeto. Essa área se constitui em de 10ha, de uso coletivo, projetada inicialmente para expansão da agrovila.

No PA Europa, infelizmente, pelas dificuldades inerentes a área, referente à pouca capacidade de gestão do grupo social, associada à falta de infra-estrutura básica de acesso aos lotes, a ponte, a população apenas recebeu as sementes e o mesmo apoio técnico do Baixão, não tendo recebido, contudo, o aporte de recursos para preparo do solo.

Com o projeto do biodiesel a mamona já está plantada, mas o problema vai ser na colheita, por conta de não ter a ponte pra trazer a produção dos lotes. Estamos conversando com o INCRA pra ver o que vai ser resolvido dessa ponte, que, diga de passagem é uma obra muito cara e a empresa que ganhou o projeto não presta... (Entrevista 4, PA Europa, 2008).

Em pesquisa no INCRA, no Setor de Engenharia, o técnico responsável sinalizou com o encaminhamento do problema: a empresa licitada para a execução da obra alega insuficiência dos recursos disponibilizados. Deverá ser encaminhada uma equipe com técnicos do INCRA e da Empresa licitada para o PA Europa, para averiguar a situação em que se encontra a obra e programar sua conclusão ou dar o encaminhamento necessário para tal. O INCRA deve essa ação para a população assentada, essencial para a viabilidade do Projeto.

É desejo da população assentada e meta prevista nos PDSA o aproveitamento do potencial hídrico dos assentamentos, para irrigação de áreas coletivas, destinadas para o plantio de frutíferas e hortaliças.

Outra atividade desenvolvida no PA Baixão é o artesanato de bolsas, sacolas, chapéus, almofadas e outros (Figura 14). É presente a busca de alternativas econômicas. Conforme constatado em outras pesquisas, a ocupação não agrícola se impõe como estratégia de sobrevivência. Os Projetos de assentamento de Itaetê apresentam grande potencial para o ecoturismo, possuindo atrativos naturais como grutas, cachoeiras e nascentes. Nessa busca, alguns caminhos já estão sendo desbravados. Um deles está sendo trilhado pela Associação dos Condutores de Visitantes de Itaetê (ACVI), da qual participam nove jovens do PA Baixão, sendo um assentado e oito filhos de assentados (Figura 14). Participam, também, outros jovens da sociedade rural e urbana que visam trabalhar com o eco turismo e a preservação ambiental. A associação desenvolve atividades de Monitoramento tais como

limpeza de trilhas, preservação do parque, educação ambiental nas escolas de Itaetê e no PA Baixão, orientação aos trilheiros e a outros guias, bem como o combate a incêndios.

A Prefeitura, através da Secretaria de Turismo Municipal, contribui com a criação de material para divulgação, tais como a produção de documentário sobre Itaetê, e de folder. O trabalho é divulgado ainda através do programa “na carona” e do *e-mail* acvcitaete@yahoo.com.br. A Prefeitura, além do apoio na divulgação da atividade, ajudou na reforma de espaço onde funciona a sede da Associação, no PA Baixão, e tem apoiado no transporte para as viagens.

Além da Prefeitura, a ACVI se articula com o INCRA, o MST, o IBAMA e as ONG ambientalistas Gambá e a Cipó, além da Bahiaturisa, através da Rede Via Condutor da Associação de Condutores de visitantes da Chapada (ACVC). Como resultado da articulação da ACVI com o INCRA, está em curso o Projeto Terra Sol de Turismo Rural, para apoio na capacitação dos jovens, aquisição de equipamentos para a guiagem, sinalização das trilhas e divulgação da iniciativa do turismo rural. O Projeto também deverá possibilitar a recuperação da casa sede para receber os visitantes, já tendo disponibilização de recursos para elaboração do projeto técnico. Os assentados planejam, também, montar uma loja com o artesanato local. Ocorreu na Superintendência do INCRA, em Salvador, em 2006, uma oficina que integrou todas essas entidades e outros assentamentos, tendo como propósito apresentar quatro roteiros turísticos em áreas de reforma agrária, incluindo esse, denominado roteiro da Chapada.

O IBAMA possibilitou a participação da Associação no conselho do Parque, hoje Câmara Técnica de Educação Ambiental e viabiliza a liberação para a “guiagem”³⁶. As ONG ambientalistas Gambá e a Cipó, apóiam na capacitação e divulgação, respectivamente. A Bahiaturisa é responsável pelo credenciamento dos condutores da Chapada (guias), mas, até então (2007), essa ação não se efetivou.

É essa integração de ações que pode viabilizar um Projeto de Assentamento de Reforma Agrária. E essa conjunção de apoios é resultado de conquista de espaço e de reconhecimento, como demonstra representação do poder público local.

Em Itaetê, a cultura rural é muito forte... Quando se fala de Movimento a televisão só passa a questão da invasão, mas não passa o depois, o retorno dessa luta toda e eu acho que isso é muito diferencial (Entrevista 4, Séc. Turismo, julho 2007).

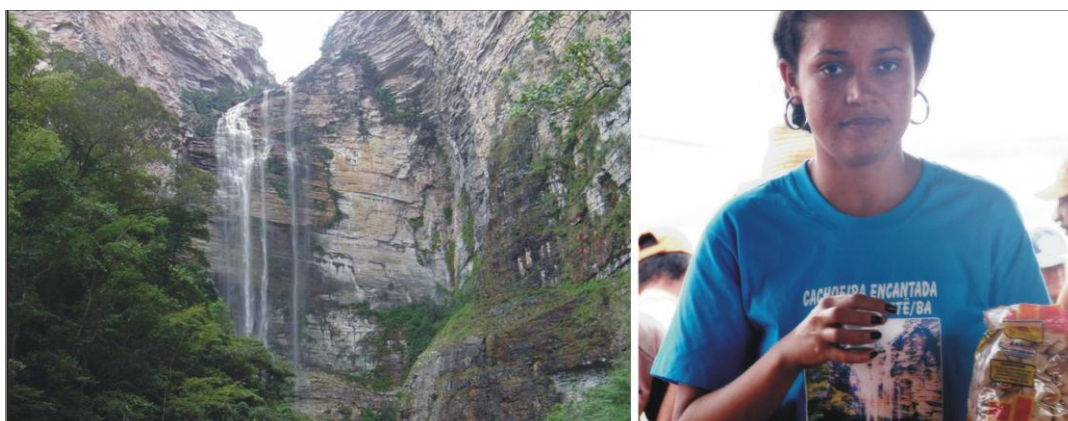
³⁶ Guiagem é o termo utilizado na região para expressar a ação de conduzir, de guiar os visitantes.

Figura 14

PA Baixão: Novas alternativas de emprego e renda, 2007.



Projeto Biodiesel - Povoado de Colônia. Esmagadora de mamona. PA Baixão: Cultura do girassol.
Fotos: Paulo Coqueiro/ 2007.



PA Baixão: Projeto Terra Sol de Turismo Rural - Cachoeira Encantada e Guia da ACVI.
Fotos: Secretária Municipal de Turismo de Itaetê e Paulo Coqueiro/ 2007.



PA Baixão, artesanato.
Fotos: INCRA / 2006.

As articulações se dão entre representações e, quando necessário, em reuniões ampliadas. A relação com todas as organizações é boa, de cooperação, mas a relação com a Bahiaturisa é considerada razoável, de poucos avanços. A ACVI no ano em curso, 2007, já conquistou certa estrutura e deu início a atividade de guiagem, estando em processo de divulgação. Acredita que pode ajudar no desenvolvimento do assentamento, envolvendo e incentivando outros jovens na discussão e busca de alternativas, na preservação ambiental, na questão da coleta e deslocamento do lixo local e outros.

[...] é projeto nosso cuidar o lixo local... a gente quer deslocar prá um aterro, dar um rumo... Fizemos contato com a Prefeitura, mas ainda não tivemos apoio.... (Entrevista 1, ACVI, julho 2007).

Outra perspectiva de geração de emprego e renda que já se desenha, no PA Baixão, está chegando através da formação dos jovens pelo PRONERA, que vem “repensando o modelo de educação que possa contribuir na formação profissional e científica da comunidade assentada de modo a aumentar as potencialidades de intervenção produtiva” (Entrevista 3, MST, dezembro 2007). Os Movimentos Sociais acreditam nessa perspectiva, mais que em qualquer outra, tendo conseguido, aos poucos, ampliar os recursos, os cursos e o número de vagas para o Programa. O PA Baixão conta com dois formandos em Pedagogia da Terra e um estudante, recém aprovado para o curso de Agronomia, que se inicia em 2008. A educação se constitui, dessa forma, em uma perspectiva formuladora de um novo conceito de desenvolvimento, com efetiva participação da população assentada, nessa construção.

4.4 DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Quarenta e um anos depois da promulgação do Estatuto da Terra de 1964 e treze anos depois da Lei n.º 8.629/93, regulamentadora da Constituição Federal de 1988 - o assentamento de reforma agrária – uma unidade de análise distinta do conjunto de "módulos rurais" que o constituem, é hoje um conjunto de projetos territoriais à espera de um projeto de desenvolvimento (ABRA, 2007).

No início desse trabalho, duas idéias estavam bastante claras e a pesquisa buscou se apoiar nelas. A primeira é de que não se pode ter uma visão unidimensional da política de Reforma Agrária, focando apenas produção e renda. É preciso entender a política nas suas respostas multidimensionais, ou seja, o direito social, político e cultural devem estar juntos do direito a produção e ao consumo. A segunda é a de que a população assentada é a melhor fonte para referenciar o caminho, se não de um projeto de desenvolvimento para o conjunto de unidades territoriais, certamente, para o seu projeto de vida. O Estado, historicamente, tem sim, desenhado

projetos de desenvolvimento para as populações tradicionais, sem, contudo, considerar seus referenciais e suas especificidades.

Em meados do século passado, o sentido de desenvolvimento estava simplesmente associado a crescimento econômico. O custo social e ambiental que acompanhou o crescimento econômico associou esse sentido, mais coerentemente, a um “mau desenvolvimento” (SACHS, 2004). Não adiantam altas taxas de crescimento, acumulação de riquezas, se essas são geradas através da marginalização de um número cada vez maior de pessoas. O Brasil optou por um modelo de modernização da agricultura que concentra a terra e empurra as pessoas para a periferia das cidades e degrada a natureza. Assim sendo, o conceito de desenvolvimento, nas últimas décadas, vem incorporando a necessária multidimensionalidade, demandando a incorporação de diversos adjetivos ao termo.

Ignacy Sachs (2000) sugere dispensar os adjetivos, redefinindo o desenvolvimento por seu objetivo: promulgar o bem estar de todos, pelo princípio ético de justiça social, com a condicionalidade ecológica baseada no postulado ético da solidariedade com as gerações futuras. Significa que não se pode pensar desenvolvimento sem a articulação e complementaridade das dimensões econômica, social e ambiental. Finalmente, afirma que a palavra desenvolvimento deve ser utilizada para um crescimento social razoável, ecologicamente prudente e economicamente eficiente. Chama a atenção para o fato de que sempre se falou muito da necessidade de se conservar os recursos para o desenvolvimento, quando se deve, em diversas situações, desenvolver para conservar os recursos; promover estratégias de desenvolvimento que possibilite alternativas de sobrevivência para as populações, em sintonia com sua cultura. E cultura como elemento mediador entre sociedade e natureza, como modo de vida.

Essa é uma questão de grande relevância: desenvolver para conservar os recursos e, melhor ainda, se possível for, desenvolver, conservando-se os recursos. Pois, quando a situação ainda está em nível da luta pela sobrevivência, a reprodução da vida humana grita mais alto, como a das demais espécies. Encontra-se uma forma de acreditar “que os recursos de Deus são inesgotáveis” (Entrevista 6, MST, agosto 2006). A população assentada, em nível consciente, entende a necessidade de preservação dos recursos dos assentamentos, como forma de garantir “a terra para o plantio que dá o sustento”, “a mataria (matas), pra conservar as chuvas” (Coletiva 5, Europa, julho 2007). Mas, se a chuva escasseia, o feijão e o milho não vão pra feira nem pra mesa; se a mamona não dá preço, o que se ganha com ela não garante a compra da subsistência. Daí é que o gado ganha relevância não só para “pagar o projeto”, mas como estratégia de sobrevivência, mesmo que, para tal, precise ser solto na reserva, quando também é ameaçada sua reprodução.

Porém, as alternativas existem, com o apoio do Estado, e o PA Baixão está no caminho dessas alternativas: lutar pelo escasso crédito da modalidade Manejo de Recursos Naturais, no âmbito do INCRA, para, desenvolver o projeto de recuperação de sua reserva, mantendo um corredor de passagem do gado para o rio. Enquanto isso, plantam frutíferas nas ruas da agrovila e multiplicam os pés de pinha e caju, nos lotes e lotinhos.

Para Amartya Sen (2004), o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Liberdades expressas no acesso a saúde, educação, seguridade, segurança, transporte etc. Sugere ainda que esses serviços essenciais possam ser disponibilizados como resultante da “prosperidade”, ou pelo “custeio público”, caso não haja um crescimento significativo.

Matos (2002), na mesma linha de Sen, corrobora afirmando que os ativos produtivos, terra, água, tecnologia e crédito devem vir acompanhados de outros, como organização social, informação, saúde, educação, transporte. E não se pode conceber desenvolvimento onde as pessoas não possam desenvolver suas capacidades para lhes proporcionar os níveis de bem-estar de sua própria escolha. Sem esse conjunto, não poderá haver liberdade para escolher o Projeto de Assentamento como espaço de trabalho e vida. Em consonância com Sen e Matos, é possível reconhecer desenvolvimento nos assentamentos Baixão e Europa, no que se refere à oferta de serviços básicos de saúde, educação, transporte, comunicação e energia, uma essencialidade para o viver em qualquer espaço, campo ou cidade (Quadros 7 e 8). A garantia de direitos é que se traduz em “oportunidades”, que proporcionam a liberdade de escolher a vida na “roça”, como ilustram os depoimentos de assentados e filhos de assentados, a seguir.

Hoje no campo temos mais oportunidade de emprego e alimento natural: riqueza sem tamanho. É a conservação da vida (Coletiva 5, PA Baixão, julho 2007).

É andar sem dinheiro, andar a pé e muitas vezes comer sem carne. É também sair pra roça com a certeza de que volta pra casa; é preservação da saúde; maior proteção; sossego. A gente na roça vive (Coletiva 5, PA Baixão, julho 2007).

A cidade é um lugar pra ir, conseguir alguma coisa pra se estruturar na roça... Antes era um lugar de oportunidades de emprego, conforto, moradia, energia, telefone, água, o que não tinha no campo. Hoje... Muita coisa que tinha na cidade que aqui no campo a gente necessitava, hoje nós temos. Cabe a gente tá se agrupando e correr atrás. Acho que se a gente correr atrás, lutar e se interessar, acho que a gente vai viver na terra, se manter na terra (Entrevista 1, ACVI, julho 2007).

Viver na roça é viver mais. Viver mais, com saúde, viver mais, na liberdade. As oportunidades estão vindo aqui pra roça, e se não tiver ninguém na roça as oportunidades vão embora... Agente tem que lutar pra as oportunidades vim pra roça, que é um direito nosso. Nos somos cidadãos e temos que cobrar as oportunidades vir prá onde nos vivemos... (Entrevista 1, ACVI, julho 2007).

Quadro 7

Bahia, Itaetê, PA Europa, 2007	
Qualidade de vida: O que melhorou na vida, como assentado?	
Antes do assentamento	Hoje, assentados da reforma agrária
<p>Moradia: <i>Casa própria</i> (X)73% <i>Casa alugada</i> (X)27% Energia: elétrica (X)73% querosene(X)27% solar ()___ Parede: bloco (X)6% adobe (X)55% taipa (X)39% Telhado: cerâmica(X)83% palha (X)14% eternit (X)3% Piso: Lajota ()___ cimento (X)50% terra(X)50% Quartos: um (X)10% dois (X) 43% mais (X)47% Banheiro(X) 31%: água (X)27% vaso (X)27% pia (X) 14% fossa (X) 80% Cozinha (X)50%: Com água (X)27%</p>	<p>Moradia: <i>Casa própria</i> (X)100% <i>Casa alugada</i> ()___ Energia: elétrica (X) 100% querosene()___ solar ()___ Parede: bloco (X)100% adobe ()___ taipa ()___ Telhado: cerâmica(X)100% palha ()___ lona ()___ Piso: Lajota ()___ cimento (X)100% terra ()___ Quartos: um ()___ dois (X) 100% mais ()___ Banheiro (X) 100% água (X)100% vaso (X) 100% pia (X)18% fossa (X) 50% Cozinha (X)100%: Com água (X)100 %</p>
<p>Moveis, utensílios e eletrodomésticos: Camas: um quarto()___ dois quartos()___ todos (X)72% <i>Guarda-roupa</i> (X) 22% <i>Mesa</i> (X) 87% <i>Geladeira</i> (X)19% <i>Televisão</i> (X)30% <i>Radio</i> (X) 90%</p>	<p>Moveis, utensílios e eletrodomésticos: Camas: um quarto()___ dois quartos()___ todos (X)100% <i>Guarda-roupa</i> (X) 39% <i>Mesa</i> (X) 100% <i>Geladeira</i> (X)22% <i>Televisão</i> (X)50% <i>Radio</i> (X) 90%</p>
<p>Veículos Carro grande ()___ carro pequeno () Moto ()___ Carroça () bicicleta (X)71%</p>	<p>Veículos Carro grande () carro pequeno (X)7% Moto (X)7% Carroça () bicicleta (X)78%</p>
<p>Saúde Incidência de doenças: Pressão alta (X) gripe (X) escabiose (X) bexiga (x) Chagas (X) gripe (X) malária (X) sarampo (X) febre (X) catapora (X) Assistência médica: Sempre ()___ raramente (X)___ nunca ()___ Assistência odontológica: Sempre ()___ raramente (X)___ nunca ()___</p>	<p>Saúde Incidência de doenças: Pressão alta (X) gripe (X) escabiose () coluna (X) Assistência médica: Sempre (X)___ raramente ()___ nunca ()___ Assistência odontológica: Sempre ()___ raramente (X)___ nunca ()___</p>
<p>Segurança alimentar Produtos do próprio plantio: Feijão de corda (X) milho (X) andu (X) abobora (X) batata (X) banana (X) aimpim (X) inhame () cana (X) Produtos de fora: arroz (X) carne (X) óleo (X) farinha (X)</p>	<p>Segurança alimentar Produtos do próprio plantio: Feijão de corda (X) milho (X) andu (X) abobora (X) batata (X) banana (X) aimpim (X) inhame () farinha (X) cana (X) Produtos de fora: arroz (X) carne (X) óleo (X) farinha (X)</p>

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

Quadro 8

Bahia, Itaetê, PA Baixão, 2007	
Qualidade de vida: o que melhorou na vida, como assentado?	
Antes do assentamento	Hoje, assentados da reforma agrária
<p>Moradia: <i>Casa própria</i> (X)____ <i>Casa alugada</i> ()____ <i>Casa emprestada</i> (X) Energia: elétrica (X)____ querosene(X)____ solar ()____ Parede: bloco (X)4% adobe (X)90% taipa (X)6% Telhado: cerâmica(X)93% palha (X)2% taboa (X)5% Piso: Lajota ()____ cimento (X)91% terra(X)9% Quartos: um ()____ dois (X) 86% mais (X)14% Banheiro(X) 15%: água (X)4% vaso () pia () fossa (X) 12% Cozinha (X)35%: Com água (X)4%</p>	<p>Moradia: <i>Casa própria</i> (X)100% <i>Casa alugada</i> ()____ <i>Casa emprestada</i> () Energia (X): elétrica (X) 100% querosene()____ solar ()____ Parede: bloco (X)100% adobe ()____ taipa ()____ Telhado: cerâmica(X)100% palha ()____ lona ()____ Piso: Lajota ()____ cimento (X)100% terra ()____ Quartos: um ()____ dois (X) 100% mais ()____ Banheiro (X) 100% água (X)50% vaso (X) 100% pia (X)100% fossa (X) 100%, mas 50% abertas. Cozinha (X)100%: Com água (X)100 %</p>
<p>Moveis, utensílios e eletrodomésticos: Camas: um quarto()____ dois quartos()____ todos (X)19% <i>Guarda-roupa</i> (X) 15% <i>Mesa</i> (X) 29% <i>Geladeira</i> (X)13% <i>Televisão</i> (X)23% <i>Radio</i> (X) 90%</p>	<p>Moveis, utensílios e eletrodomésticos: Camas: um quarto()____ dois quartos()____ todos (X)100% <i>Guarda-roupa</i> (X) 60% <i>Mesa</i> (X) 100% <i>Geladeira</i> (X)42% <i>Televisão</i> (X)64% <i>Radio</i> (X) 90%</p>
<p>Veículos Carro grande ()____ carro pequeno (X)1% Moto ()____ Carroça (X)2% bicicleta (X)31%</p>	<p>Veículos Carro grande ()____ carro pequeno (X)1% Moto ()____ Carroça (X)44% bicicleta (X)50%</p>
<p>Saúde Incidência de doenças: Pressão alta (X) gripe (X) escabiose (X) diarreia () Assistência médica: Sempre (X)____ raramente ()____ nunca ()____ Assistência odontológica: Sempre (X)____ raramente ()____ nunca ()____</p>	<p>Saúde Incidência de doenças: Pressão alta (X) gripe (X) escabiose () diarreia (X) Assistência médica: Sempre (X)____ raramente ()____ nunca ()____ Assistência odontológica: Sempre (X)____ raramente ()____ nunca ()____</p>
<p>Segurança alimentar Produtos do próprio plantio: feijão (X) milho (X) andu (X) abobora (X) batata (X) banana (X) aves (X)____ feijão de corda (X) porco (X)____ Produtos de fora: café (X)100% carne (X)100% óleo (X)100%</p>	<p>Segurança alimentar Produtos do próprio plantio: feijão (X)____ milho (X) 70% andu (X) 100% abobora (X)100% batata (X)100% banana (X)____ amendoim (X)50% feijão de corda (X)100% pinha (X)____ caju (X)____ porco (X)____ aves (X)____ Produtos de fora: café (X)100% carne (X) óleo (X)100%</p>

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007.

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

E o “viver na roça” sendo atendido nos direitos mínimos de cidadania, agregado ao direito de moradia, na terra própria, que possibilite a reprodução da vida, é para a população assentada o primeiro indicador de desenvolvimento, traduzido na qualidade de vida, como depõem declarações dos assentados em oficina de campo, para identificação de referenciais de desenvolvimento e qualidade de vida (Coletiva 5, PA Baixão, julho 2007).

Temos terra própria, comida farta na mesa, acesso a recursos nunca tidos, volta pra origem.

Hoje eu não tenho geladeira nem televisão, mas tenho minha roça e minhas vacas e sobrevivo delas.

Temos mais conhecimentos, informação e reconhecimento. Melhor nível de escolaridade pra os nossos filhos.

Os Projetos de assentamento Baixão e Europa são atendidos nos serviços de educação e saúde, energia, abastecimento de água, transporte e comunicação. Contudo, a educação referenciada para o desenvolvimento, pelos assentados do PA Baixão, é a educação para o campo. A população já avançou bastante nesse sentido, tanto empreendendo esforços para a criação e manutenção da EFA, como disputando as vagas do PRONERA. Na questão do acesso aos serviços de saúde, apesar de ser identificada certa insatisfação no PA Europa, a maioria se sente contemplada.

Quanto à infra-estrutura, o PA Europa justifica sua baixa autonomia produtiva pela falta da ponte e a existência das estradas em boas condições de tráfego é ainda uma demanda dos dois assentamentos. A população dos dois projetos é atendida satisfatoriamente nas condições de moradia, porém, reivindica aporte de recursos do INCRA para recuperação das casas e melhoramentos nas condições sanitárias, pois muitas casas ainda não dispõem de reservatórios suspensos e fossas. Na época em que receberam o crédito na modalidade Aquisição Material de Construção, para os cinco primeiros Projetos criados em Itaetê o recurso era insuficiente para as instalações sanitárias e acabamentos. Ter atendido o direito a casa própria é uma conquista, mas essa casa deve configurar a habitação que proporcione o bem estar familiar: “Me sinto realizado, mas continuo lutando por uma vida ainda mais digna, por novas conquistas” (Entrevista 1, PA Moçambique, julho 2007).

A população assentada reconhece o aporte da segurança alimentar, na condição de assentados, mas declararam que antes “a terra dava mais fartura por conta das chuvas que eram mais certas... Agora, plantar é um risco”. Uma vida mais digna para a população assentada envolve ampliação da liberdade também no trabalho, reduzindo as dificuldades e o peso da atividade agrícola com aportes de informações e conhecimentos, reduzindo os riscos

de perda da produção, melhorando a renda pela agregação de valor ao seu trabalho e a sua produção. Tudo isso como função da reprodução e do bem estar familiar.

Em relação à água e energia, o PA Baixão avalia que esses serviços precisam ser ampliados para a área produtiva, pois grande parte dos lotes ainda não têm acesso à água, e a rede elétrica instalada não possibilita o uso de alguns equipamentos, necessitando a instalação da rede trifásica. A comunicação para os dois assentamentos é facilitada pelo transporte regular e pela telefonia, mas, segundo os assentados do PA Baixão, a falta de acesso à internet dificulta a informação, referencial essencial de desenvolvimento e suporte fundamental para a atividade do eco turismo, em implantação no PA. Dessa forma, demandam a Inclusão Digital no assentamento. A alternativa pode ser encontrada através de duas via: a Secretaria de Agricultura Familiar (SUAF), do governo do estado, que disponibiliza ação de Apoio a Inclusão Digital e o MDA, através do Programa Territórios da Cidadania, que estará lançando a ação Territórios Digitais, para disponibilizar acesso gratuito a tecnologia da comunicação e informação. Articulações deverão ser feitas nesse sentido, através do INCRA.

Um grande gargalo, considerado pela população assentada, para o desenvolvimento tanto dos assentamentos como do município, são as vias de acesso, inexistentes ou em péssimas condições. A dificuldade de acesso ao município e aos assentamentos, pela falta de manutenção das estradas, é um fator limitante, inclusive à perspectiva de desenvolvimento da atividade do turismo rural, uma possibilidade de articulação da preservação ambiental dos assentamentos com trabalho e renda para a população dos jovens assentados. Essa ação, que exige a articulação dos três poderes, certamente demandará um maior esforço de articulação e pressão da população assentada do município de Itaetê.

Quanto mais se configura a territorialização da população assentada, maior a clareza de objetivos e mais desenhado o projeto de desenvolvimento para a vida no assentamento. Os referenciais se qualificam por certa adjetivação (Quadro 9).

Além de referenciar os indicadores de acesso aos serviços básicos, essenciais à vida de qualquer cidadão, a população assentada tem como uma das principais referências de desenvolvimento, o “viver do assentamento”, entendida aí a produção necessária para a reprodução da produção e da vida. Essa produção, para os assentados do PA Baixão, inclui o adjetivo “diversificada”, que significa a garantia do plantio das culturas de consumo, para a mesa familiar, bem como a garantia de implementação de outras atividades que, entretanto, condicionam sabiamente ao acesso a créditos tempestivos, com planejamento de execução e acompanhamento adequados. A marca da inadimplência é muito presente, sinal do aprendizado que adveio com a experiência.

Desenvolvimento é produção em primeiro lugar... Mas, prá produzir precisa de recurso, além de coragem e saúde... O recurso foi recebido fora de época das chuvas e saiu todo em um só tempo, prá muita coisa. Tem que sair por partes. E prá o recurso tem que ter o projeto feito direito, com estudo: assistência técnica (Coletiva 5, PA Europa, julho 2007).

Quadro 9

Bahia, Itaetê, PA Baixão e Europa

Referenciais de desenvolvimento da população assentada e nível de satisfação, 2007.

PA Baixão	Nível de satisfação	PA Europa	Nível de satisfação
Produção	Insatisfatório	Produção	Insatisfatório
Produção diversificada	Satisfatório	Credito no tempo	Insatisfatório
ATES “específica”	Insatisfatório	ATES de qualidade	Insatisfatório
Planejamento	Insatisfatório	Estrada	Insatisfatório
Estrada	Insatisfatório	Casa de farinha	Insatisfatório
Casa	Satisfatório	Irrigação	Insatisfatório
Energia	Satisfatório	Ponte	Insatisfatório
Telefone	Satisfatório	Estradas	Insatisfatório
Terra boa	Satisfatório	coragem	Insatisfatório
Água agrovila	Satisfatório	Saúde	Insatisfatório
Água nos lotes	Insatisfatório	Casa	Satisfatório
Garantia de mercado	Insatisfatório	Energia	Satisfatório
Agroindústria	Inexistente	Terra	Satisfatório
Acesso a saúde	Satisfatório	Matas preservadas	Satisfatório
Educação ligada ao campo	Satisfatório	Educação	Satisfatório
Educação no PA	Satisfatório		
Conhecimento e informação	Insatisfatório		
União no grupo	Satisfatório		
Lutar com as próprias forças	Satisfatório		
Vida digna no lugar que se vive	Insatisfatório		
Oportunidades para os jovens	Insatisfatório		
Estabilidade e segurança	Satisfatório		
Capacidade de luta	Satisfatório		
Eco-turismo	Insatisfatório		
Sustentabilidade	Insatisfatório		
Reserva recuperada e preservada	Insatisfatório		
Lazer na agrovila	Insatisfatório		

Fonte: pesquisa de campo em julho de 2007

Elaboração: Maria Jocélia Souza Muritiba

O referencial de desenvolvimento “produção”, no que se refere à diversificação é satisfatório, mas em relação ao volume, ainda não foi viabilizado satisfatoriamente em nenhum dos assentamentos de Itaetê. Porém, a parceria com a Petrobrás abre uma perspectiva, através do acompanhamento técnico e garantia na comercialização por um preço mínimo justo. Estão em curso, também, articulações no sentido da apropriação, pela COOPECD, da esmagadora de mamona, instalada em Colônia, para agregação de valor a produção pela extração do óleo. O sucesso dessa iniciativa pode significar um começo para a diversificação de atividades, desejada.

O PA Baixão está mais adiantado no processo do desenvolvimento desejado do que o PA Europa, se considerarmos o nível de atendimento dos referenciais sugeridos, fruto de conquistas realizadas através da apropriação do espaço sócio-político e material da vida.

Os PDSA elaborados, de ambos os assentamentos, há quatro anos atrás, sinalizam para estratégias, algumas já conferidas e descartadas pela população, como a caprinocultura e a pecuária de aptidão mista, corte e leite, desenvolvida em sistema coletivo e as galinhas de raça melhorada. Recriaram a proposta, atendendo às condições disponíveis, e hoje desenvolvem do seu jeito. A pecuária mista é considerada como uma atividade a ser avaliada, numa nova tentativa, pela renda que agrega, na pouca área que dispõem. Outras são identificadas como viáveis, a exemplo da pinha e do caju, que, apesar da grande perda, replantam e multiplicam, bem como da mamona e do amendoim, consorciados com as culturas tradicionais.

A população assentada entende que é possível alcançar o desenvolvimento referenciado, desde que atendidas as condições necessárias. A assistência técnica, os créditos produtivos e o acesso aos lotes, pelos assentados nos Projetos criados a partir de 2004, são algumas dessas condições, previstas desde o momento da criação dos projetos de assentamento, todavia, não atendidas.

Se, por um lado, as carências materiais desses assentamentos ainda são enormes e exigem maiores investimentos públicos para serem equacionados, numa perspectiva de garantir a sustentabilidade socioeconômica da produção familiar, nessas áreas reformadas, por outro lado, as políticas macroeconômicas – cada vez mais subordinadas aos interesses do capital financeiro internacional – impõe severas restrições e limites à satisfação dessas demandas (MEDEIROS & LEITE, 2004, p.300).

Assim como a produção, o referencial de ATES também vem acompanhado de um adjetivo, tanto no o PA Europa, “de qualidade”, como no PA Baixão, “específica”, que quer dizer adequada para o seu modo de vida. Os créditos, por sua vez, para os assentados do PA Europa, devem ser “no tempo”. Uma crítica freqüente em relação aos créditos se refere à intempestividade na liberação dos recursos, em relação ao ano agrícola e/ou ao cronograma planejado, comprometendo muitas vezes a boa aplicação e os resultados.

Existe uma concepção na última década, partilhada por muitos intelectuais e pesquisadores, como também pelo governo, que defende um padrão hegemônico de produção, caracterizado pela especialização e uniformização, sustentado por um alto padrão tecnológico e artificialização da agricultura. Esse padrão é considerado como uma única tendência possível no meio rural “desenvolvido”. Com base nessa crença, apostam na exclusão social do campesinato, ou sua subordinação a esse padrão, ou ainda sua extinção, na incapacidade de inserir-se nesse contexto. Essas proposições, ao impor um padrão homogêneo de vida e de trabalho, negam a liberdade de escolha do modo de viver e de produzir no campo, negam a diversidade própria da maioria das comunidades tradicionais e população assentada.

A exclusão social dos camponeses é determinada pela sua dependência a um modelo tecnológico e a uma matriz de produção que lhe são altamente desfavoráveis, mas que lhe são impingidas pela conjugação de crédito rural subsidiado com a pressão ideológica governamental e dos meios de comunicação de massa. A resistência a essa exclusão social exigirá dos camponeses uma mudança global de comportamento perante o capital. Essa mudança poderá ocorrer em dois passos: primeiro, pela diversificação das culturas e das criações na sua unidade de produção e pela substituição dos insumos de origem industrial; segundo, pela obtenção de parte da sua dieta alimentar pela oferta de produtos cultivados e criados na própria unidade de produção (CARVALHO, 2005, p. 34).

Carvalho (2005) propõe um referencial de desenvolvimento rural a partir de um olhar do campesinato, que coloca o acesso à terra e aos recursos naturais que ela comporta, o processo de produção e de circulação das mercadorias e serviços, bem como a relação entre as pessoas e os valores que as movem, em função da melhoria da qualidade do trabalho e da vida. Porque a racionalidade, dessas categorias, está centrada na reprodução social da família, racionalidade essa muito diferente daquela da empresa capitalista centrada na obtenção do lucro. Chama atenção, entretanto, que, por ser a acumulação camponesa desejada, em função da qualidade da vida e do trabalho familiar na terra e com a natureza, não descarta a industrialização cooperativa de seus produtos e subprodutos, bem como o artesanato e a pluriatividade, de maneira familiarmente individualizada ou em cooperação parcial ou total.

Não há preconceitos com relação ao novo; há sim, conceito: esse novo deve estar a serviço da sua libertação enquanto pessoa, família, grupo social e comunidade. Libertação da pobreza e do sofrimento objetivo e subjetivo, ruptura com os cativos (CARVALHO, 2005, p.22).

A população assentada de Itaetê rompe com o paradigma de “desenvolvimento rural” em curso, na medida em que nega a sua matriz de produção, pois, mesmo plantando a mamona, como a principal cultura para o mercado, plantam em consórcio com o feijão, o milho, o amendoim. A abóbora, a batata, a mandioca, o aipim misturam-se com o andu, o feijão de corda, o maracujá.

Desenvolvimento é plantar e produzir o que a terra pode dar. É produzir alimentos de subsistência (Entrevista 5, PA Baixão, julho 2007).

[...] mamona, mandioca pra mesa, milho, amendoim, gado suficiente pra terra que tem, galinha. Quero vê tu comprar o café com o gado! (Coletiva 5, PA Europa, julho 2007).

E, desse modo, negam também a matriz de consumo, quando mesmo sem valor comercial e, arriscando-se a perda pela seca, plantam para sua própria mesa. E elevam sua auto-estima, pois escolhem e selecionam suas sementes, da produção para uma próxima safra, e, mesmo com essa profusão de diversidade, conseguem um bom nível de produtividade da mamona, compatível com o plantio solteiro da região. Agradecem “a terra que é boa, que nem precisa de adubo” e cobrem-na com a palha ou o “bagaço” (Coletiva 3, PA Europa, julho 2007). É a diversidade de saberes e de modos de convivência com os recursos naturais que possibilita relativa autonomia em relação aos créditos para a produção, que não recebem há três anos, e em relação à cultura de insumos disseminada, associada a outras imposições subjetivas.

Desenvolvimento é saber aplicar os recursos conquistados... É planejamento...
Desenvolvimento é assistência técnica ‘específica’ (Entrevista 3, EFA, maio 2007).

Os sujeitos sociais da reforma agrária, no município de Itaetê, referenciam como indicadores econômicos de desenvolvimento a renda e a segurança alimentar, expressas tanto na produção da terra e na agregação de valor a essa produção, como em outras atividades não agrícolas, principalmente como fonte de oportunidade para os jovens.

Uma alternativa pra o desenvolvimento do município é o incentivo a produção da mamona e o esmagamento da mamona. Em vez da gente vender o grão, nós vamos ser detentor da tecnologia do esmagamento, vamos vender o óleo e vamos agregar valor (Entrevista 4, PA Europa, fevereiro 2008).

A esses indicadores econômicos, sociais e ambientais, fazem questão de agregar outros, como independentes da dimensão social, mesmo que como consequência dessa. Os indicadores políticos, expressos no reconhecimento de direitos, o selo da cidadania e a auto-estima como assentados da reforma agrária, expressos na participação de grupos sociais, no acesso a políticas públicas e na autonomia e participação política, como ilustram os testemunhos de assentados no PA Baixão, a seguir.

Desenvolvimento é lutar com as próprias forças... é união no grupo (Entrevista 3, EFA, maio 2007).

O antes é como eu já disse: eu não tinha terra para trabalhar, andava em terreno dos outros, depois, eu vim compreender através do movimento, o que é trabalhar organizado, o que é participar de uma organização; aprendi muito com isso, pra mim o movimento foi uma escola que eu aprendi o que não aprendi durante os quatro anos que estudei, porque eu tive a oportunidade, através do Movimento, de tá saindo em marchas, em ocupações, aprendi a reivindicar meus direitos, sei até onde eu posso ir e onde eu não posso... (Entrevista 2, PA Baixão, julho 2007).

Me sinto honrado hoje de tá numa área de reforma agrária, de tá contribuindo com a luta, pelo seguinte... Conhecer as cidades e as pessoas que conheci, pelo esclarecimento que eu tive da vida e até mesmo o reconhecimento... Por tá na Reforma Agrária eu tenho muito reconhecimento lá fora e lá onde agente morava, no Rumo... (Entrevista 1, ACVI, julho 2007).

Quando a gente entra na Reforma Agrária, você não luta só por um pedaço de chão, mas também prá conquistar tudo aquilo que você tem direito... aprende a correr atrás do que é objetivo seu. Você aprende muito (Entrevista 1, ACVI, julho 2007).

Agregam também os indicadores culturais, que proporcionam a valorização de sua trajetória de luta para viver na terra e da terra, expressos nas diversas manifestações vividas e revividas nas místicas, festejos, religiosidades e na autonomia de trabalho, expressos na independência “do fazendeiro”, na produção diversificada e manutenção da subsistência, essência do seu modo de vida.

Desenvolvimento é vida digna no lugar que se vive... Crescimento, estabilidade e segurança (Entrevista 1, ACVI, julho 2007).

Eu agradeço demais a Reforma Agrária, e acho que hoje eu tô muito melhor, porque se antes eu tinha negocio de 5 ou 10 cabeças de galinha, hoje eu tenho 18 cabeça de gado, hoje eu tenho 31 tarefa de pasto, do outro lado uns 150 pés de caju, se não me falha a memória, tenho 40 pés de pinha, tenho minha roça de mandioca e não preciso levantar de madrugada pra trabalhar a dia. Então, não ta ainda como a gente imaginou, mas ta bem melhor do que antes (Entrevista 2, PA Baixão, julho 2007).

Desenvolvimento é poder ficar no campo, se estabelecer (Entrevista 4, PA Baixão, julho 2007).

Dessa forma, a idéia de desenvolvimento aqui colocada pela população assentada se traduz pela satisfação de suas necessidades elementares para o bem viver familiar, na e da terra. Os assentados dos Projetos Baixão e Europa apresentam a sua noção do desenvolvimento, na garantia de espaços para o trabalho e vida digna, vida cidadã. Cidadania expressa na participação política, nos direitos e oportunidades conquistados. A inserção na luta pela terra possibilitou a população, hoje, assentada de Itaetê, a consciência desses direitos. A construção territorial, em curso, a partir dos assentamentos, tem possibilitado conquistas continuadas, viabilizando sua inserção como beneficiários e, ao mesmo tempo, como sujeitos, no processo de desenvolvimento de sua referência.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A territorialização da luta pela terra viabilizou a intensificação da criação de assentamentos através da desapropriação, principal instrumento de democratização da terra e resgate de sua função social. A territorialização da população assentada, entretanto, se revelou, nessa pesquisa, como um processo de enfrentamento de dificuldades, pela descontinuidade ou, até mesmo, ausência das ações de responsabilidade do Estado. A reforma agrária demanda ações articuladas, que, quando programadas, continuam encontrando barreiras que dificultam ou impedem a sua realização; barreiras plantadas, algumas vezes pela desigual correlação de forças nos diversos poderes instituídos, e/ou pela justificativa da excelência da produtividade, característica da grande agricultura e do agronegócio, principal foco das políticas agrícolas.

A estratégia de espacialização da luta pela terra, pelos movimentos sociais, possibilitou a constituição de verdadeiros territórios da reforma agrária. Mas os territórios do agronegócio ocupam espaços significativos na política e na economia. O conceito de território envolve os elementos espaço e poder e a disputa por poder e o conflito são parte da construção territorial. O poder nos territórios da reforma agrária advém do reconhecimento e legitimidade de uma representação social. O poder nos territórios do agronegócio advém do reconhecimento da capacidade de acumulação de capital e de divisas, pela sua mobilidade e penetração em um mercado internacional. Conta a favor do agronegócio a opção do governo brasileiro em apoiar essa proposta de agricultura, como sinônimo de “desenvolvimento rural”.

O Estado tem historicamente atuado, na constituição de um produtor rural integrado ao mercado internacional, através das políticas públicas de incentivo a determinado tipo de produto, demandado por tal mercado. A condição para a integração a esse mercado é a competitividade da produção, alcançada por menor preço, escala e uniformidade. Essas condições têm sido alcançadas com o aumento da produtividade e redução de custos, alto grau de especialização nas atividades e elevados investimentos em mecanização e quimificação, em grandes áreas, para subordinação da natureza. Isso resulta em intensa exploração dos fatores de produção terra e trabalho. Perde a terra, perde o trabalho e perdem as populações que fazem do seu viver o trabalho na terra, cada vez mais concentrada, descumprindo a sua função social.

Nos últimos anos, o Estado tem “convidado” os agricultores familiares para, também, integrar-se a esse modelo. Todavia, o agricultor familiar integrado ao mercado global, especialmente no Nordeste do país, não tem acontecido. Mesmo em outras regiões, no Sul, os que se integram a cadeias produtivas do agronegócio estão somente na base da produção, onde fica a menor remuneração do trabalho. A maioria, entretanto, resiste em especializar-se em um só produto, resiste em artificializar a terra. Essa resistência provém de duas fontes. A primeira é sua cultura, constituída no modo de vida familiar, alicerçada numa relação com a natureza, onde a parceria se sobrepõe à subalternização de um pelo outro. A segunda é a dificuldade de acesso, por essas populações, a recursos técnicos e financeiros, condicionante para a implantação desse modelo de agricultura. Se o Estado possibilitasse as condições, a população assentada em Itaetê se integraria ao mercado, pela via proposta?

Esse trabalho não tem resposta para essa questão, mesmo porque não se propôs a respondê-la. Contudo, ele nos trás uma reflexão. Estamos vivendo um momento de evidência global, dos efeitos desse modelo de desenvolvimento em curso: alto custo social e alto custo ambiental. Que categorias teriam mais capacidade para protagonizar um outro modelo de desenvolvimento? Se considerarmos a aclamação, já bastante ampliada, pela preservação do meio ambiente como sinônimo de preservação da vida, podemos afirmar que o modo de vida da população assentada e das demais comunidades tradicionais, bem como a produção que resulte dessa proposta de desenvolvimento, tem um alto valor, nesse outro mercado global. Trata-se de uma proposta que considere o modo de vida dessas populações como um componente do processo produtivo para geração do produto “saúde” para a terra e para a mesa do mundo.

Logicamente, essa nova proposta não se viabilizará, mantendo-se o incentivo indiscriminado ao modelo vigente, antagônico e em oposição, cujos únicos compromissos são a concentração da terra, da riqueza e do capital. A valorização do modo de vida interativo com a natureza, o estímulo a etnobioidiversidade, com os jeitos singulares de organização do trabalho e da vida, o apoio à ampliação das capacidades e oportunidades para as populações tradicionais, devem vir acompanhados de certo controle à liberdade dos capitalistas agro-industriais. Esse controle poderia se expressar em medidas, como o estabelecimento de limite ao tamanho da propriedade, como a destinação das terras utilizadas com trabalho escravo e plantio de psicotrópicos, para a reforma agrária, e outras como a implementação de ações de discriminação da terra pública³⁷ e de regularização. Essas ações resultariam num banco de

³⁷ Aquelas que visam a separar as terras do domínio público das do domínio particular.

terras, evitando a legitimação de apropriações fraudulentas. Teríamos espaço para as *commodities*, sob controle do estado, diferente de incentivo, e teríamos espaço para uma reforma agrária efetiva, com resultados significativos, além dos sociais e políticos, econômicos e ambientais.

A política de reforma agrária não pode prescindir de mecanismos legais que dêem suporte a sua viabilização, mas não pode prescindir da disponibilização orçamentária e financeira para a garantia de ações de planejamento, infra-estrutura produtiva e social para as áreas reformadas, bem como recursos humanos necessários e qualificados no INCRA, principal órgão executor da política, para que cumpra satisfatoriamente suas funções. Ações complementares, a exemplo de preços mínimos viáveis, créditos tempestivos, universalização efetiva da saúde, da educação e da assessoria técnica, ambiental e social, devem compor o tecido institucional para a efetividade da política, que deve, ainda, possibilitar que os trabalhadores e trabalhadoras rurais sejam os principais protagonistas do processo.

A reforma agrária é agora uma bandeira de luta política capaz de unificar não só os trabalhadores do campo, mas inclusive de se estender aos trabalhadores urbanos, e há muito deixou de ser uma demanda do desenvolvimento capitalista, passando a ser um questionamento das categorias do campo, da forma que assumiu esse desenvolvimento: onde cabe o desemprego em massa, a exploração do trabalho infantil, o trabalho escravo no agronegócio, a violência no campo.

Essa pesquisa evidencia a contradição existente entre a proposta de modelo de desenvolvimento liberal e a proposta referenciada pela população assentada, o que situa essa última na contra hegemonia. Quanto maior e mais organizada a representação social, mais se consolida o poder e a força da população assentada. Nos territórios da reforma agrária, a população assentada é representada por diversas institucionalidades: o MST, a CETA, a FETAG, a FETRAF e muitas outras. Nos territórios onde existe polarização em torno de uma organização, como no município de Itaetê, a unidade na luta configura um maior poder e uma maior convergência de ações. Entendemos, no entanto, assim como as Organizações Sociais do campo ultimamente têm entendido, que uma verdadeira disputa deverá se dar extrapolando os municípios e até mesmo os estados, entre as duas estruturas de poder que representam as diferentes propostas de desenvolvimento: a vigente, do agronegócio e uma nova, a da produção familiar, com a economia em função da sustentabilidade social e ambiental.

A concentração de assentamentos em Itaetê e a expressiva população assentada no município revelam o sucesso da estratégia dos movimentos sociais, quando concentram suas

ações no espaço, visibilizando-as. Itaetê converge força social, com poder de mudar os rumos da política local. Essa estrutura sócio-política se constitui em potencial para a convergência de ações de Estado, em todos os níveis, para qualificar os assentamentos e viabilizar uma produção em consonância com a preservação do meio ambiente, viabilizar a reprodução social com menor custo para a população assentada, viabilizar estratégias de desenvolvimento. Entretanto, Itaetê não configura essa convergência, principalmente no que se refere à instância estadual e federal, uma vez que os assentamentos possuem carências básicas, de assistência técnica, créditos e infra-estrutura. Esse contexto indica a desfavorável correlação de forças para a população assentada, bem como a vulnerabilidade do governo, em relação à pressão da outra estrutura, a do capital, quando extrapola a instância local.

Para a efetivação da política de reforma agrária desejada pelos movimentos sociais, que altere a estrutura política e social no campo brasileiro através da redistribuição da terra, da renda e do poder, será necessária uma conquista ainda maior de espaço político pelas organizações sociais do campo, que possibilite a alteração da correlação de forças e conseqüente participação nas decisões. Somente dessa forma poderá ser concebido um modelo de desenvolvimento que sobredetermine os recursos naturais e o homem ao capital, acumulado por poucos.

Contudo, enquanto não se altera o contexto nacional, as organizações sociais atuam no contexto municipal, com respostas significativas. Provavelmente a reforma agrária contribuiu para a reversão da tendência de esvaziamento do meio rural de Itaetê, no período estudado, pela fixação e até retorno de centenas de famílias para o campo. A nova geografia do município contraria a tendência projetada para o rural, pela dinâmica organizacional diversificada, integrando dimensões e colocando em perspectiva a pluriatividade inerente, desde sempre, à ocupação rural do espaço. Essa dinâmica impacta positivamente a reprodução social e requer imersão das ciências humanas e sociais na realização de estudos sobre as novas configurações e relações entre dinâmicas territoriais, focalizadas nos sujeitos sociais que as constituem, que alimentam a cultura campo e cidade e fortalecem a parceria entre o rural e o urbano.

Pode-se constatar, também, respondendo ao objeto dessa pesquisa, que Itaetê configura um processo de territorialização da população assentada, com níveis diferenciados de amadurecimento. A origem das famílias, as relações de trabalho e socialização cultural e política, vividas antes dos assentamentos, nos povoados de origem e/ou nos latifúndios onde trabalhavam, contribuíram, em maior ou menor grau, para a constituição de elementos

identitários. Esses elementos ganharam uma liga significativa, quando da organização para a luta pela terra. A posse da terra e das benfeitorias, entretanto, configurou momentos delicados, de dificuldade na manutenção desses elementos, por conflitos internos gerados pela necessidade natural de ajuste de posturas, condutas e procedimentos, na passagem de um processo para outro. Outros conflitos se dão, entre a população assentada e algumas representações do MST. Entretanto, a observação dos assentamentos, em diferentes estágios, nos indica que os conflitos dão conta de importante papel: o de possibilitar a reflexão, avaliação e ajuste no processo de construção social e política, na construção territorial.

Em relação à população dos Projetos criados a partir de 2004, não podemos identificar uma coesão social, nem tão pouco a apropriação material dos assentamentos, com exceção do PA Santa Clara. A ausência do Estado, principalmente na representação do INCRA com as ações inerentes a implantação de assentamentos, é um fator de relevância, contribuinte para o insucesso dessas populações, dificultando e até quebrando a construção social iniciada na luta pela terra. A situação não é mais difícil para essa população, graças à presença do poder público municipal, que a atende nos serviços básicos de educação, saúde e transporte e ao MST que marca espaço com ações políticas pontuais. No entanto, de outro lado, a fragmentação dos grupos, pela procura de atividades fora das áreas, dificulta o fortalecimento de uma organização e se estabelece uma relação, tanto com a Prefeitura como com o Movimento, de submissão e dependência. Depoimentos dessa população nos remetem a uma vida de três a quatro anos, tempo de acampamento dentro dos projetos, de muitas incertezas que paralisam a ação e a produção de espaços no assentamento.

Da população assentada nos primeiros projetos criados, é evidente o reconhecimento e apropriação de espaços objetivos e subjetivos no PA e no município. O espaço material produzido, apesar da pouca ação do Estado, testemunha essa apropriação por toda a população assentada no PA Baixão, a maioria no PA Moçambique e em menor proporção no PA São Judas Tadeu, Rosely Nunes e Europa. Quanto mais consolidada a construção social e política, maior autonomia e maiores as possibilidades de conquista no espaço material. Essa constatação se evidencia quando nos aproximamos dos assentamentos Baixão e Europa. No Baixão podemos identificar um movimento latente, uma inquietação positiva no encaminhamento de questões e na busca de alternativas que, na maioria das vezes, ecoa e trás respostas. No PA Europa, a fragmentação do grupo social leva ao surgimento de trilhas diversas, algumas em companhia, outras solitárias, repercutindo negativamente na produção do espaço material.

A relação estabelecida entre a população assentada e os demais grupos sociais e institucionalidades locais é de respeito e cooperação, havendo o reconhecimento na comunidade municipal pela população assentada como força de intervenção e transformação da realidade de Itaetê. Essa intervenção, entretanto, acontece através da mobilização social. A participação direta no planejamento não foi identificada. Existe a intencionalidade, pois a população está representada em alguns espaços de participação e controle social, Câmara e Conselhos, mas, segundo declaram, estes não se efetivam como espaços de formulação de propostas e, quando acontece, somente se executam com a concordância dos gestores, configurando uma centralização das decisões nos gabinetes.

No entanto, a pesquisa possibilitou a constatação da ocorrência de inserção da população assentada no desenvolvimento local, sendo alvo das políticas públicas municipais. Essa inserção é garantida pela conquista do espaço político, que viabiliza uma configuração municipal favorável à reforma agrária. Esse processo conta com a população de todos os assentamentos, através da mediação do MST, territorializado na região e do Sindicato Rural, apoiado, atualmente, pela FETRAF. Itaetê abriga relações de poder geradas através da apropriação, pela população assentada e suas representações, de espaços sócio-político e material, na organização para o trabalho, vivência e convivência. As relações de poder, nas diversas estruturas sociais, sempre têm uma intencionalidade, que interfere nas ações do planejamento de determinada escala. Esse fato justifica o atendimento, no contexto do município, de boa parte dos referenciais de desenvolvimento, estabelecidos pelos sujeitos sociais envolvidos nessa pesquisa.

A busca e implementação de estratégias de sobrevivência é indicativo de autonomia na tomada de decisões, que dizem respeito à intervenção no seu viver social, no município, adquirindo um “valor” que está além da acumulação. A população assentada em Itaetê testemunha a importância da reforma agrária, na consolidação da cidadania, na oportunização de emprego e renda, na melhoria da qualidade de vida no meio rural, que, claramente, indicam a política como um vetor de desenvolvimento, mas ainda falta muito para que se concretize o desenvolvimento referenciado pela população assentada em Itaetê. É preciso que a importância da política de reforma agrária se amplie para o nível econômico, orientado pela preservação da diversidade cultural, da natureza, da justiça social, somente factível dentro de uma nova concepção de desenvolvimento.

A população assentada em Itaetê mostra que a diversificação da produção é economicamente recomendável, por se constituir numa estratégia de otimização combinada de

tempo, trabalho e espaço. Os sistemas multi-consorciados colaboram com a reposição nutricional do solo, dispensando a utilização de fertilizantes, alcançam boa produtividade e ainda permitem múltiplas alternativas, no sentido de o que não alcança valor no mercado, pode ser valorizado na mesa familiar ou no quintal com as criações. Essa estratégia, racional, reduz os riscos, as perdas, a dependência de insumos e a vulnerabilidade em relação à flutuação dos preços, fator não controlável, o que nos leva a considerar a racionalidade econômica da produção familiar. Atualmente, nos assentamentos de Itaetê, a diversificação compõe a produção de subsistência da população assentada, enquanto reprodução simples da produção. É possível haver uma reprodução ampliada, desde que sejam atendidas as condições de serviços e infraestrutura necessários, de responsabilidade do Estado, articulado nas suas diversas instâncias.

Dessa forma, a ampliação e fortalecimento do espaço material ainda se constituem em desafio para a população assentada. A sinergia cultural e social, hoje bem mobilizada e utilizada para a conquista de espaços políticos, deverá ser dirigida para atrair investimentos que lhes garantam maior renda. A produção e comercialização cooperadas pode ser uma forma de superação das dificuldades inerentes à pequena produção: alto custo em investimento de infra-estrutura produtiva, baixa escala e competitividade no mercado. De forma solidária e cooperativa, a produção familiar, reunida, possibilitará a oferta em escala competitiva, a aquisição de equipamentos e estruturas para beneficiamento, bem como a utilização de serviços especializados. Esse caminho já é uma possibilidade considerada pela população assentada em Itaetê, demonstrado nas articulações e iniciativas em curso.

Apesar da ausência das ações do estado, a reforma agrária desenhou uma nova geografia no município de Itaetê, configurada por uma dinâmica populacional no meio rural, caracterizada por redes de relações ampliadas, que vêm mudando a paisagem e dando nova função social à terra, em processo contínuo, mesmo que em ritmos diferenciados de apropriação.

A luta pela terra e a construção territorial da população assentada em Itaetê, através da produção de espaços para trabalho e vida, lhes dá a clareza de suas capacidades, como sujeitos de transformação da realidade em conjunção com sua própria transformação, entendidas como processo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária. **Qual é a Questão Agrária atual?** www.reformaagraria.org/publicacoes/Documento.pdf. 27/4/2007. Acesso em 09-08-2007.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: NEAD, 2000. p 301-310.
- ALENCAR, Cristina Maria de Macêdo de. **Em Terras (de) Alguém**. Estudo sobre as transformações no processo de organização da produção de pequenos produtores num projeto de colonização. Dissertação de Mestrado, defendida no Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, UFRRJ, 1983.
- ALENCAR, C. M. M. de e MOREIRA, R. J. **Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo** in Identidades sociais – identidades contemporâneas. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O que há de novo no rural brasileiro?** Terra Livre, São Paulo, n.15, p.87-112, 2000.
- ALMEIDA, Jalcione. **O enfoque sistêmico e a interpretação dos processos sociais rurais: usos “redutores” de um pretense paradigma “holístico”**. Artigo publicado na revista *Redes*, vol. 8, n.1, jan.-abr. 2003.
- ANDRADE, Paulo L. Coqueiro, **Planejamento estatal e o processo de produção do espaço em assentamento de reforma agrária**. Dissertação de Mestrado, defendida no Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFBA. Salvador: 2006.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do Desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- AUGUSTO, Danilo. Entrevista com João Paulo Rodrigues, coordenador nacional do MST. **Revista Sem Terra**, www.mst.org.br, 2006.
- BETTO, Frei. Os movimentos sociais na luta contra a pobreza. **Caros Amigos**, número 117, 2006. São Paulo: Editora Casa Amarela Ltda, 2006.
- BRASIL. MDA. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais** (Série Documentos Institucionais, 2). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- BRASIL. MDA/INCRA. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**. Brasília: 1999.
- _____. MDA/INCRA. **Relatório INCRA 1985 a 1994**. Brasília: 2001.
- _____. MDA/ CNDRS / NEAD. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: 2001a.
- _____. MDA/INCRA/NEAD. Série Textos para Discussão, nº 4. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: 2003.
- _____. MDA/INCRA. **II PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília: 2003a.
- _____. MDA/INCRA. **Vida Digna no Campo**. Brasília: 2003b.
- _____. MDA /INCRA. **Termos de Referência para Áreas Reformadas**. Brasília: 2003c.

_____. MDA /INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**. Bahia: Consulta em junho/2006 e junho/2007.

BRUMER, Anita e SANTOS, José V. Tavares dos. **30 Anos de Sociologia Rural em América Latina, Estudos Agrários no Brasil – Modernização, violência e Lutas Sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX)**, Capítulo II. ALASRU – Associação Latinoamericana de Sociologia Rural, 2000.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. Brasília, junho de 1999.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção**. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n.11. p. 53-75, out. 1998.

CARVALHO, Horacio Martins de. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. MPF/ NEAD / IICA. Curitiba, 1999.

_____. **Campesinato e a democratização da renda e da riqueza no campo**. Notas para o Seminário sobre a Biodiversidade Camponesa. Curitiba, julho de 2005.

CHAUÍ, Marilena. Entrevista concedida a **Brasil de Fato**, Edição Nº 143, de 24 a 30 de novembro de 2005. São Paulo, 2005.

CORNELL, Elias. **A arquitetura da relação cidade campo**. Brasília: Edições Alva Ltda, 1998.

CPT. **Apontamentos da CPT para o II Plano Nacional de Reforma Agrária**. www.cptnac.com.br, 2004. Acessado em 20 de junho, 16hs, 2006.

_____. **Reforma Agrária: ontem e hoje**, por Antonio Canuto. www.cptnacional.org.br, 2004a. Acessado em 24 de agosto, 19hs, 2006.

_____. **Nota da Coordenação Nacional da CPT sobre a aprovação do relatório da CPMI da Terra**. www.cptnacional.org.br, 2005. Acessado em 15 de julho, 9hs, 2006.

_____. **A agricultura camponesa garante alimentos aos brasileiros**, por Mieceslau Kudlavicz. www.cptnacional.org.br, 2006. Acessado em 15 de abril, 17hs, 2007.

_____. **Dados da CPT revelam que impunidade mantém violência no campo**. www.cptnacional.org.br, 2007. Acessado em 15 de outubro, 17hs, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a.

_____. **Movimento social como categoria geográfica**. São Paulo: Terra Livre, 2000b.

_____. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. Artigo. *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003.

_____. **20 anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula: texto**, 2004, acessado pelo site www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera, em 15 de setembro, 16hs, 2006.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Buenos Aires: Revista OSAL 16, Clacso, 2005a.

_____. **Cercas do latifúndio**, obtida via internet. <http://www.planetaportoalegre.net>, 25 de novembro, 19hs, 2005b.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2005c.

Folha de São Paulo: **Bancada ruralista cresce 58% e barra combate à escravidão**. São Paulo: 21 de outubro de 2007.

FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. Brasil/Portugal: Editora Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Ribamar; FURTADO, Eliane. Capital humano e capital social nos territórios rurais: imposições para uma nova formação dos profissionais do campo. **I Fórum Internacional Território Desenvolvimento Rural e Democracia**. Fortaleza: IICA, 2004.

GASPARETTO, Agenor. **Governo, Oposição e entidades da sociedade civil organizada**, 2002, obtida via internet. www.socio-estatistica.com.br/governo.htm. Acessado em 27 de setembro, 20hs, 2006.

GAUTIE, Jérôme. **Da invenção do desemprego à sua desconstrução**, 1998, obtida via internet. www.scielo.br/pdf/mana/v4n2/2411.pdf. Acessado em 21 de dezembro, 15hs, 2007.

GERMANI, G. I. **Cuestión Agrária y Assentamento de Poblacion em el Área Rural: La Nueva Cara de la Lucha por la Tierra. Bahia, Brasil (1964-1990)**. Tese de Doutorado, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.

_____. **O MST e a legitimidade da reforma agrária**. Ilhéus: s.ed., 1997.

_____. A geografia (e) (da) reforma agrária. In: **Encontro de técnicos e dirigentes de cooperativas e associações do MST**. Salvador, 1998.

_____. **Assentamentos de reforma agrária: produção de novos espaços de vida e de conflitos**. Revista Vozes, Petrópolis/RJ, n° 6, p.67-84, 2001.

_____. Expropriados terra e água. O conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA, Editora ULBRA, 2003.

GeografAR. A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária do Estado da Bahia**. Banco de Dados. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/ CNPq. Salvador, 2006.

GOHN, Maria da Gloria. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. (Org). **Movimentos sociais no início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis/RJ, Vozes, 2003.

GRAZIANO, Jose. **Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: NEAD, Série Textos para Discussão n° 2, 2001.

_____. **O Novo Rural Brasileiro**, 2ª edição. Campinas, IE/UNICAMP, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INCRA. **Laudo de Vistoria da Fazenda Brasília**. Bahia: 1998.

INCRA. **Relatório de Atividades – INCRA 30 anos**, referente ao período 1970 a 1984. Publicado pela Presidência do INCRA, em 2000a.

_____. **Relatório de Atividades – INCRA 30 anos**. Publicado pela Presidência do INCRA, em 2000b, referente ao período 1985 a 1994.

_____. **Relatório de Atividades – INCRA 30 anos**. Publicado pela Presidência do INCRA, em 2000c, referente ao período 1995 a 1999.

_____. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDSA) Baixão**. Bahia, 2002.

_____. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDSA) Europa**. Bahia, 2003.

_____. **Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA)**. Bahia, 2004.

_____. **Sistema de Informações de Projetos de Assentamento (SIPRA)**. Bahia: Consulta em 2006.

_____. **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**. Bahia: Consulta em 2006a.

JARA, Carlos Julio. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para o Desenvolvimento, 2001.

_____. **Qualidade social e desenvolvimento sustentável dos territórios rurais: porque a sociedade tem que ser capitalizada?** In: I Fórum Internacional Território Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza: IICA, 2004.

KASSAI, Lucia. **O agronegócio em xeque**. Revista Globo Rural, p 33/34, maio de 2007.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. **O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista**. Tese doutorado, Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA), Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2005.

LAGO, Luciana Correia do. **A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos** *In Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade*. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR), 1986.

LEITE, Sergio P. (organizador). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

_____. [*et al.*]. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Editora Unesp. São Paulo. 2004.

_____. **A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen. Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia. Salvador, Bahia, 2006.**

_____. Coordenador. **Inclusão socioeconômica e desenvolvimento rural na Bahia: uma análise das políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRRJ/ICHS/DDAS/CPDA, 2007.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres. Problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

MACPHERSON, C. B. **Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios: o papel do Estado, das classes e da propriedade na democracia do século XX**. São Paulo: Paz e Terra S/A, 1991.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: VOZES, 1995.

MATOS, Aureliano da Costa e Tsuji, Tetsuo, colaboração de Carlos Miranda. Síntese do Seminário Internacional “**Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar**”, Maranhão, 2002.

MATOS, Marcio Oliveira. **História do MST na micro-regional de Itaetê**. Ensaio monográfico apresentado para conclusão de curso concomitante de Ensino Médio e Ensino Normal, Universidade do Estado da Bahia (UNEB) / MST / Centro de Formação Carlos Mariguella (CFCM) / PRONERA. 2004.

MEDEIROS, Leonildes Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. et alli (Orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1994.

_____. **Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **Assentamentos Rurais. Mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista NERA Presidente Prudente Ano 9, n. 8 pp. 151-172 Jan./Jun. 2006.

MONTEIRO, Tânia. **Desmatamento cresce 600% na fronteira do Brasil com a Bolívia**. Guajará-mirim e Porto Velho. www.estado.com.br/editorias/2007/10/21/ger-1.93.7.20071021.1.1.xml. Acessado em 21 de outubro, 10hs, 2007.

MST. **Acampamentos 2004**. www.mst.org.br/biblioteca/acamp2005. Acessado em 2006.

_____. **CPMI da Terra: palco ideológico da luta pela Reforma Agrária: 2005**. www.mst.org.br/mst/pagina.php. Acessado em 22 de outubro, 15hs, 2007.

NETO, Euclides. **Trilhas da Reforma Agrária**. Bahia: Editora Littera, 2º edição, 1999.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa político-ideológica entre a reforma agrária redistributiva e o modelo de reforma agrária de mercado do banco mundial (1994-2005)**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3, p. 611-646, set./dez. 2005.

POLANYI, Karl. **La Gran Transformación: crítica del liberalismo económico**. Presentación y traducción: Julia Várela y Fernando Álvarez-Uría. Madrid: Ediciones de La Piqueta, 1989.

RABOTNIKOF, Nora. **La Caracterización de la Sociedad Civil em la Perspectiva del BID y del BM**. México: Perfies Latinoamericanos, 1999.

RAWLS, John. **La Justiça como Equidad: Política, no Metafísica**. Philosophy & Public Affairs, 1985.

REFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 2001.

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Relatório anual: **Direitos Humanos no Brasil 2006**. São Paulo. www.social.org.br/relatorio2006.pdf. Acessado em 25 de novembro, 16hs, 2007.

ROLLEMBERG, Eliana. **As lágrimas amargas de mulheres camponesas sobre o deserto de papel da Aracruz.** www.adital.com.br/site/noticia.asp, 2006. Acessado em 19 de junho, 20hs 2006.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Sociedade, Cultura e Meio Ambiente.** Palestra proferida em Aula Magna do Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental a nível de mestrado, PGCA, Niterói, RJ. www.uff.br/cienciaambiental/mundoevinda.htm, 2000. Acessado em 23 de maio, 22hs, 2007.

SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques. **Pobrezas e Desigualdades no Terceiro Mundo;** tradução Catherine M.Marthieu. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado.** Seminário Internacional: Sociedade e a reforma do Estado, 1998. <http://homplanejamento.serpro.gov.br>. Acessado em 19 de junho, 19hs, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** HUCITEC, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. **Espaço & método,** 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos e. **O processo de territorialização do MST no projeto de assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no estado da Bahia.** Dissertação de Mestrado, defendida no Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFBA. Salvador: 2003.

SAUER, Sergio e PEREIRA, João Marcio Mendes (orgs). **Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

SCHNEIDER, Sergio e TARTARUGA, Ivan G. Peyré. **Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais.** Artigo publicado em Raízes, Revista de Ciências Sociais, Campina Grande/Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande, Vol. 23, nº 1 e 02, p. 99-117, jan-dez, 2004.

SEI. **Análise territorial da Bahia rural,** Salvador, 2004. (Série Estudos e Pesquisas, 71)

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** Editora Schwarcz LTDA. São Paulo – SP, 2004.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **A Reforma Agrária no Brasil do século XXI.** Texto apresentado no Seminário Desenvolvimento e Questão Agrária no Brasil. Brasília, 2007.

_____. **O renascimento da agenda agrária.** Folha de São Paulo, Opinião, Tendências/Debates. São Paulo, 20 de fevereiro de, 2008.

SILVA, José Gomes da. **A Reforma Agrária na Virada do Milênio.** Alagoas: ABRA/EDUFAL, 1997, 2ª Edição.

_____. **Caíndo por terra: crises da Reforma Agrária na Nova República.** São Paulo: Busca Vida, 1987.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória.** São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, Silvio B. de M. e SILVA, Bárbara Cristine N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia.** Salvador: Mestrado em Geografia/UFBA, 2003.

SOARES, Laura Tavares. **Estado e Mercado na formulação de políticas de combate à Desigualdade**. Conferência apresentada no Seminário Internacional Desenvolvimento com Distribuição de Renda. DIEESE 50 anos. São Paulo, abril de 2006.

SOUZA, Celina. Construção e consolidação de instituições democráticas; papel do orçamento participativo, **São Paulo Perspectivas**, São Paulo, v. 15, n° 4, p.3-9, 2001.

_____. **Governos e sociedades locais em congestos de desigualdades e de descentralização**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, obtida via internet. <http://www.scielo.br>, São Paulo, v. 7, n° 3, 2002.

_____. Estado de campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n° 51, 2003.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder: autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.(Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertand do Brasil, 1995, p.77-116.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: USP/MDA/FAO, 2003.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mansano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro (coordenador). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 3ª edição, 2002.

Terra de Direitos. **CPMI da Terra - Nota de repúdio**. Paraná, 2005. www.terradedireitos.org.br, Acessado em 22 de outubro, 9:30hs, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**, 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VEIGA, José Eli da, *et alii*. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VEIGA, José Eli da. Entrevista. **Rumos, Economia & Desenvolvimento para os novos tempos**. Nov.-Dez. 2003.

_____. **Diretrizes para uma nova política agrária**. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Fortaleza, 1998. file:///D:/projetos/nead_novo/htdocs-OLD-20030326/portugues/estudos/diretrizes.htm. Acessado em 25 de novembro, 21hs, 2005a.

_____. **Desenvolvimento sustentável; o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Geramond, 2005b.

VERISSIMO, Luis Fernando. **Culpa maior**. Texto escrito para O Globo em 10 de julho de 2003.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Câmara de Vereadores. **Histórico do ex-projeto de Colonização de Andaraí no município de Itaetê, no estado da Bahia, pertencente ao INCRA.** Itaetê, 1987. Circulação restrita.

Câmara de Vereadores. **Documento encaminhado ao Ministro dos Transportes Mário Andreazza.** Itaetê, 1968. Circulação restrita.

CPT. **Zacaria, mártir do Pau a Pique.** Documento de registro ilustrado do conflito envolvendo Zacaria José dos Santos e família, Itaberaba, 1985.

_____. **As lutas pela terra no Vale do Paraguaçu.** caderno 1, Fazenda Cana Brava. Circulação restrita. Itaberaba, 1987.

_____. **Primeira Missão da Terra em Bom Jesus da Lapa, Bahia.** Entrevista de Frei Luciano Bernardi aos trabalhadores/as que participaram do evento. Itaberaba, 1990.

_____. Entrevista concedida a Frei Luciano Bernardi por Padre Eugênio Bernardelli. Itaberaba, 1990 b.

A Tarde. **Posseiros estão sendo expulsos em Iramaia.** Matéria publicada em de 16 de Setembro de 1988.

Jornal da Bahia. **Padres em greve de fome no interior.** Matéria publicada em 13 de Setembro de 1988.

ASSINCRA/BA. **‘Demanda, orçamento e recursos humanos na Reforma Agrária da Bahia’.** Documento elaborado por equipe inter-setorial de técnicos do INCRA-BA, resultante de estudo realizado durante mobilização de greve, em junho de 2007.

REFERÊNCIA DAS ENTREVISTAS

ASSENTADOS

- Coletiva 1, PA Santa Clara, maio 2007. Identificação da trajetória de vida e organização para acesso e posse da terra – 1ª oficina.
- Coletiva 2, PA Santa Clara, maio 2007. Identificação do reconhecimento e apropriação de espaços objetivos e subjetivos no PA – 1ª oficina.
- Coletiva 1, PA Rosely Nunes, maio 2007. Identificação da trajetória de vida e organização para acesso e posse da terra – 1ª oficina.
- Coletiva 2, PA Rosely Nunes, maio 2007. Identificação do reconhecimento e apropriação de espaços objetivos e subjetivos no PA – 1ª oficina.
- Coletiva 1, PA São Judas Tadeu, maio 2007. Identificação da trajetória de vida e organização para acesso e posse da terra – 1ª oficina.
- Coletiva 2, PA São Judas Tadeu, maio 2007. Identificação do reconhecimento e apropriação de espaços objetivos e subjetivos no PA – 1ª oficina.
- Coletiva 1, PA União da Chapada, maio 2007. Identificação da trajetória de vida e organização para acesso e posse da terra – 1ª oficina.
- Coletiva 2, PA União da Chapada, maio 2007. Identificação do reconhecimento e apropriação de espaços objetivos e subjetivos no PA – 1ª oficina.
- Coletiva 1, PA Sta. Maria Florentina, julho 2007. Identificação da trajetória de vida e organização para acesso e posse da terra – 1ª oficina.
- Coletiva 2, PA Sta. Maria Florentina, julho 2007. Identificação do reconhecimento e apropriação de espaços objetivos e subjetivos no PA – 1ª oficina.
- Coletiva 1, PA Florestan Fernandes, julho 2007. Identificação da trajetória de vida e organização para acesso e posse da terra – 1ª oficina.
- Coletiva 2, PA Florestan Fernandes, julho 2007. Identificação do reconhecimento e apropriação de espaços objetivos e subjetivos no PA – 1ª oficina.
- Coletiva 1, PA Moçambique, julho 2007. Identificação da trajetória de vida e organização para acesso e posse da terra – 1ª oficina.
- Coletiva 2, PA Moçambique, julho 2007. Identificação do reconhecimento e apropriação de espaços objetivos e subjetivos no PA – 1ª oficina.
- Coletiva 1, PA Baixão, maio 2007. Identificação da trajetória de vida e organização para acesso e posse da terra – 1ª oficina.
- Coletiva 2, PA Baixão, maio 2007. Identificação do reconhecimento e apropriação de espaços objetivos e subjetivos no PA – 1ª oficina.
- Coletiva 3, PA Baixão, julho 2007. Identificação da produção material e estratégias de sobrevivência – 2ª oficina.
- Coletiva 4, PA Baixão, julho 2007. Identificação da sociabilidade e participação política - 2ª oficina.

- Coletiva 5, PA Baixão, julho 2007. Identificação de referenciais de desenvolvimento e qualidade de vida - 2ª oficina.
- Coletiva 1, PA Europa, julho 2007. Identificação da trajetória de vida e organização para acesso e posse da terra – 1ª oficina.
- Coletiva 2, PA Europa, julho 2007. Identificação do reconhecimento e apropriação de espaços objetivos e subjetivos no PA – 1ª oficina.
- Coletiva 3, PA Europa, julho 2007. Identificação da produção material e estratégias de sobrevivência – 2ª oficina.
- Coletiva 4, PA Europa, julho 2007. Identificação da sociabilidade e participação política - 2ª oficina.
- Coletiva 5, PA Europa, julho 2007. Identificação de referenciais de desenvolvimento e qualidade de vida - 2ª oficina.
- Entrevista 1, PA Europa, agosto 2006. Vereador pelos assentamentos de Itaetê, liderança do MST, Coordenação Regional Chapada: Jose Luis de Jesus Serra (Grilo).
- Entrevista 2, PA Europa, julho 2007. Destaque na produção de mamona e mandioca: Sr Zequinha.
- Entrevista 3, PA Europa, fevereiro 2008. Proprietários de um trator: Sr. João Souza de Melo e Mira.
- Entrevista 4, PA Europa, fevereiro 2008. Liderança regional do MST e vereador pelos assentamentos de Itaetê: Jose Luis de Jesus Serra (Grilo).
- Entrevista 1, PA Baixão, maio 2007. Professores da Escola Municipal, jovens filhos de assentados: Joseane e Jovino.
- Entrevista 2, PA Baixão, julho 2007. Presidente da Associação do PA: Edvando dos Santos (Vando).
- Entrevista 3, PA Baixão, julho 2007. Proprietário de pequeno comércio no PA, liderança na Luta pela Terra e presidente sindical na década de 80/90: Leone Oliveira dos Santos.
- Entrevista 4, PA Baixão, julho 2007. Uma das fundadoras da Associação da EFA, filha de colonos do Projeto de Colonização: Vera Lúcia Lima dos Santos de Oliveira.
- Entrevista 5, PA Baixão, julho 2007. Vice-presidente da Associação do PA: Edson de Assunção de Novais.
- Entrevista 6, PA Baixão, julho 2007. Jovem, filho de assentados e agente de saúde no PA: Ivanildo Lima dos Santos, (Gurino).
- Entrevista 7, PA Baixão, fevereiro 2008. Trabalham na colheita do café, em Cascavél, município de Iraquara: Sr. João Alves e D. Zenilda.
- Entrevista 8, PA Baixão, fevereiro 2008. Criador de suínos: Abdias Pereira da Silva.
- Entrevista 9, PA Baixão, fevereiro 2008. Feirante, um dos fundadores da Associação da EFA: Jozino.
- Entrevista 1, PA Moçambique, julho 2007. Liderança local do MST: Aquilino Pereira Alves (Dão).

ORGANIZAÇÕES DE APOIO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Itaetê / FETRAF

- Entrevista 1, Sindicato, maio 2007. Presidente do Sindicato e assentado no PA Rosely Nunes: Paulo da Cruz Santos; Diretores, assentados no PA União da Chapada: Genivaldo Fernandes da Cruz e Valéria Oliveira Santos da Cruz.

MST

- Entrevista 1, MST, agosto 2006. Coordenação Estadual e Regional Chapada, escreveu monografia sobre a territorialização do MST na Micro Regional Itaetê em curso PRONERA: Marcio Matos.
- Entrevista 2, MST, agosto 2006. Coordenação Regional Chapada, neto de liderança da luta pela terra, Zé Bocão, na década de 70 e 80: José Francisco Correia Neto.
- Entrevista 3, MST, agosto 2006. Coordenação Regional Chapada, assentado no PA Europa e vereador pelos assentamentos de Itaetê: Jose Luis de Jesus Serra (Grilo).
- Entrevista 4, MST, dezembro 2007. Direção Estadual, setor de educação, conselheira da Escola Nacional Florestan Fernandes: Dejacira (Deja).
- Entrevista 5, MST, dezembro 2007. Coordenação Equipe Técnica e Coordenador do Projeto Biodiesel: Julio César Vasconcelos Campos.
- Entrevista 6, MST, fevereiro 2008. Direção Estadual e Regional Chapada, participou da territorialização do MST na Chapada e criação dos primeiros PA em Itaetê: Vera Lucia da Cruz Barbosa.
- Entrevista 7, MST, fevereiro 2008. Coordenação Estadual, setor de produção, atualmente no governo do estado na SEDES: Antonio (Tonho).

Escola Família Agrícola de Colônia (EFA)

- Entrevista 1, EFA, maio 2007. Direção e professores: Reginaldo, Fátima Araújo e Vera Lucia.
- Entrevista 2, EFA, maio 2007. Pais fundadores da associação da EFA, assentados no PA Baixão: Vera Lucia Lima e Jovino.
- Entrevista 3, EFA, maio 2007. Jovens estudantes, filhos de assentados dos assentamentos Baixão e Roseli Nunes: Jaciara, Gerlane e Aline.

Associação dos Condutores de Visitantes de Itaetê (ACVI)

- Entrevista 1, ACVI, julho 2007. Associados assentados PA Baixão: Marco Almeida Bispo, Milene Almeida Bispo, Ivanildo dos Santos e Paulo Cezar Pereira.

Grupo de jovens do PA Roseli Nunes

- Entrevista 1, Grupo de Jovens, maio 2007. Ângela Márcia Lima Gomes (Dinha) e outros.

Grupo de mulheres do PA Baixão

Grupo de mulheres do PA Roseli Nunes

FUNDIFRAN

Entrevista 1, FUNDIFRAN, junho 2006. Dermeval.

CETA

- Entrevista 1, CETA, novembro 2007. Coordenação Regional na área de produção, comercialização e ATES: Vanderlei Almeida de Souza.

CPT

- Entrevista 1, CPT, junho 2006. Secretaria Estadual, agente pastoral e advogada na região do Vale do Paraguaçu no período 1976-1984: Marta Angels.

PODER PÚBLICO LOCAL

- Entrevista 1, Prefeito, julho 2007. Jorge Luiz de Oliveira (Jorge Estrela).
- Entrevista 2, Prefeito, fevereiro 2008. Jorge Luiz de Oliveira (Jorge Estrela).
- Entrevista 3, Séc. Administração, julho 2007. Jorge Pina.
- Entrevista 4, Séc. Turismo, julho 2007. Secretaria Municipal de turismo, cultura e meio ambiente: Isis Chaves.
- Entrevista 5, Séc. Agricultura, julho 2007. Almiro Pinheiro.
- Entrevista 6, ADAB, maio 2007. Técnico do escritório de Itaetê: Gilberto Carvalho de Almeida.

INCRA

- Entrevista 1, INCRA, julho 2006. Chefe da Unidade Avançada de Bom Jesus da Lapa: Hamilton Félix.
- Entrevista 2, INCRA, julho 2006. Técnico que atuou na área da Chapada: Laudêncio.
- Entrevista 3, INCRA, julho 2007. Técnico atuante na área da Chapada: Ciro Maia.
- Entrevista 4, INCRA, dezembro 2007. Técnico engenharia: Joelito.
- Entrevista 5, INCRA, fevereiro 2008. Chefe da divisão de Desenvolvimento: Sérgio Rezende.
- Entrevista 6, INCRA, fevereiro 2008. Chefe da divisão de Obtenção: Paulo Coqueiro.

CIDADÃOS, MEMÓRIAS DE PROCESSOS

- Entrevista 1, Memória, julho 2007. Produtor rural e oleiro, topógrafo nas décadas de 70 e 80: Erson Lima Macedo (Nê professor).
- Entrevista 2, Memória, julho 2007. Liderança da luta pela terra na década de 70, presidente do Sindicato na década de 80, colono do Projeto de Colonização: Manoel José das Neves (Estafeta).

- Entrevista 3, Memória, julho 2007. Proprietário de terras no município, filho de José Américo Araujo, doador das terras do Projeto Integrado de Colonização, proprietário da Agropecuária Agrícola de Una: José Américo Filho.

COMERCIANTES

- Entrevista 1, Comércio, maio 2007. Comerciante, proprietário de supermercado O Barateiro: Reinaldo Santana.
- Entrevista 2, Comércio, julho 2007. Comerciante de material de construção, atacadista de mamona e feijão: Gerval Ribeiro (Val).

APENDICE I

ROTEIROS DAS OFICINAS NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO

- Identificação da trajetória de vida e organização para acesso e posse da terra – 1ª oficina.
- Identificação do reconhecimento e apropriação de espaços objetivos e subjetivos no PA – 1ª oficina.
- Identificação da produção material e estratégias de sobrevivência – 2ª oficina.
- Identificação da sociabilidade e participação política - 2ª oficina.
- Identificação de referenciais de desenvolvimento e qualidade de vida - 2ª oficina.

Roteiro I para a primeira oficina
(Coletiva 1, PA, data)

Objetivo: Identificação da trajetória de vida e organização para acesso e posse da terra

Metodologia: Memória oral em grupos, partilhada a seguir em plenária

PA:

Nº de famílias:

Nº de participantes:

De onde vieram?

- 1) Origem do grupo:
- 2) Relação de trabalho anterior:
- 3) Participação em grupos sociais antes do assentamento:

Como foi o caminho para conquistar a terra?

- 4) Como souberam da reforma agrária?
- 5) Porque entrou na luta pela terra?
- 6) Como entrou na luta pela terra do assentamento?
- 7) Quantos estiveram presentes em algum conflito? Que tipo de conflito?

Como chegaram na terra conquistada?

- 8) Quem informou da desapropriação e imissão na posse? Como?
- 9) Conheceram o que a terra tinha a oferecer, antes ou depois da desapropriação?
- 10) De que forma conheceram o que a terra tinha a oferecer?
- 11) Quem participou da escolha do lugar onde ficar, no início do assentamento? Como decidiram?
- 12) Tinha plantios e equipamentos na área? Quais? Como foram ou são usados?
- 13) Como se definiu o uso desses recursos, da estrutura e dos equipamentos existentes na área?
- 14) Como se deu o abastecimento de alimentos?
- 15) Havia crianças e jovens? Como participavam?
- 16) Por quais atividades decidiram começar? Como realizaram?
- 17) Quem participou do planejamento para o começo do trabalho na área? De que forma?
- 18) A associação foi constituída antes ou depois de criado o projeto? Teve eleição? Quantas chapas disputaram?
- 19) Seleção dos assentados: Como foi o processo? Quem participou?
- 20) O que existia quando chegaram que hoje não existe mais?

- Melhores lembranças:
- Piores lembranças:
- Maiores desejos hoje:

Roteiro II para a primeira oficina
(Coletiva 2, PA, data)

Objetivo: Identificação do reconhecimento e apropriação de espaços objetivos e subjetivos no PA

Metodologia: depoimentos em grupos, partilhada a seguir em plenária, com identificação de espaços no mapa do assentamento.

PA:

Nº de famílias:

Nº de participantes:

Apropriação do espaço objetivo

- 1) Qual a área do Assentamento?
- 2) Qual a área coletiva?
- 3) Qual a área de reserva?
- 4) Qual a área dos lotes?
- 5) Qual a área da agrovida?
- 6) Onde moram?
- 7) Utilizam toda a área individual? Porque?
- 8) Quem trabalha na área individual (família nuclear, parentes, vizinhos em cooperação, diaristas / sempre, as vezes, nunca)?
- 9) Tem orientação técnica (sempre, as vezes, nunca)? De quem?
- 10) Como é feito o trabalho na terra (manejo, equipamentos e insumos)?
- 11) O que existe no assentamento de uso coletivo? Como é feita a manutenção?
- 12) Como são partilhados os resultados?
- 13) Quais os espaços comuns consideram mais importantes?
- 14) Como você vê os recursos naturais do assentamento? E da área coletiva (reserva, rios, etc)? E dos lotes? Porque?
- 15) O que você faz para preservar o seu lote?
- 16) Quais os lugares mais freqüentados no assentamento hoje (por ordem de prioridade)? Por quem ? Para que?

Construção social

- 17) Quais os encontros, comemorações, brincadeiras e festas que acontecem no assentamento? Como acontecem?

Evento	Periodo	Motivação	organizadores	participantes

Roteiro I para a segunda oficina
(Coletiva 3, PA, data)

Objetivo: Identificação da produção material e estratégias de sobrevivência

Metodologia: Contas de produção em grupos, sendo os resultados partilhados a seguir em plenária; complementação de informações em sub-grupos de lideranças e entrevistas individuais.

PA:

Nº de famílias:

Nº de participantes:

Produção material

- 1) Quais as atividades agropecuárias mais importantes do assentamento?
- 2) Qual a área estimada utilizada por atividade?
- 3) Quantas famílias desenvolvem cada atividade?
- 4) Qual a área média estimada por família, de cada atividade?
- 5) Qual a produtividade de cada cultura?
- 6) Qual a produção anual estimada?

Atividade	Área total estimada (t)	Nº de famílias	Área média estimada por família (t)	Produtividade de	Produção anual estimada

- 7) Quanto se consome e quanto se vende da produção, aproximadamente?
- 4) Como é vendida a produção do assentamento?

Produtos	% estimado consumo	% estimado venda	Local de venda	Para quem vende	Como vende

- 5) Os assentados vivem do que produzem? Se não, porque?
- 6) Quais as outras fontes de renda dos assentados?

Roteiro II para a segunda oficina
(Coletiva 4, PA, data)

Objetivo: Identificação da sociabilidade e participação política

Metodologia: dinâmicas e depoimentos em grupos, partilhados a seguir em plenária.

PA:

Nº de famílias:

Nº de participantes:

Relação com o entorno e participação política

1) Onde costumam ir quando não estão no PA? Com qual frequência?

2) Quais os lugares mais freqüentados? Por quem? Para que?

3) Quais os encontros, comemorações, brincadeiras e festas que freqüentam fora do PA?
Como acontecem?

Evento	Periodo	organizadores	participantes	Forma de participação

4) Com quais Instituições/Organizações, o PA se articula? Para que? Como acontece?

Instituições / Organoizações	Objetivo da articulação	Como acontece?

5) Quais os resultados efetivos dessas articulações? Como são passados esses resultados para os assentados? Como pode ser considerada essa relação?

Instituições / Organoizações	Resultados efetivos	Como são socializados os resultados?	Como é essa relação?

6) A população assentada tem peso na eleição municipal? Porque?

7) Aproximadamente 30% da população total de Itaetê está nos assentamentos de reforma agrária, que responde por aproximadamente 20% da área total do município. Como a prefeitura pode ajudar mais no desenvolvimento dos assentamentos?

8) Os assentamentos participam das decisões da prefeitura? De que forma?

9) Quando o assentamento necessita de alguma ação da prefeitura, articula sozinho ou com os outros assentamentos?

10) Em sua opinião, como o assentamento tem conseguido melhores resultados: em ação conjunta ou em uma ação isolada de outros assentamentos?

11) Já houve articulação do conjunto dos assentamentos? Em que situação?

Roteiro III para a segunda oficina
(Coletiva 5, PA, data)

Objetivo: Identificação de referenciais de desenvolvimento e qualidade de vida

Metodologia: dinâmicas e depoimentos em grupos, partilhados a seguir em plenária.

PA:

Nº de famílias:

Nº de participantes:

Referenciais de desenvolvimento e qualidade de vida para a população assentada

- 1)O que significa desenvolvimento para o assentamento?
- 2)Qual o resultado do desenvolvimento do assentamento para a vida dos assentados?
- 3)O que o assentamento tem, que ajuda no desenvolvimento?
- 4)E o que atrapalha o desenvolvimento?
- 5)O que vocês acham que é a natureza?
- 6)O que é feito para a preservação do meio ambiente do assentamento?
- 7)Como vocês vêem a vida na cidade? E a vida no campo?
- 8) Na sua percepção, o que indica o desenvolvimento no município de Itaetè?
- 9) Em sua opinião, em que o assentamento contribui para o desenvolvimento do município?
- 10)Ser um assentado da reforma agrária melhorou ou piorou a vida? Em que sentido?
- 11)O que melhorou na vida, de antes do assentamento para hoje?

APENDICE II

ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

- Lideranças de Movimentos e demais Organizações Sociais
- Instituições locais e regionais
- 1ª entrevista com o Prefeito de Itaetê
- 2ª entrevista com o Prefeito de Itaetê
- Comerciantes locais

Roteiro para entrevistas com Lideranças de Movimentos e demais Organizações Sociais

Data de aplicação:

Organização:

Nome/PA:

Formação:

Função:

- 1) Quais os principais objetivos da organização?
- 2) Que atividades você desenvolve na organização? E no município de Itaetê?
- 3) Como você conceituaria desenvolvimento?
- 4) *“O PA de reforma agrária – uma unidade de análise distinta do conjunto de ‘módulos rurais’ que o constituem, é hoje um conjunto de projetos territoriais à espera de um projeto de desenvolvimento” (ABRA, 2007). Qual seria o desenho aproximado de um projeto de desenvolvimento para os PA?*
 - 4.1) De que forma essa organização pode contribuir para esse projeto?
- 5) Que alternativas você vê para o desenvolvimento dos PA's de Itaetê?
- 6) Como você percebe a atitude da população assentada em relação ao uso dos recursos naturais dos PA?
- 7) Na maioria dos lotes dos assentamentos de Itaetê esta sendo desenvolvida a atividade pecuária bovina. Essa atividade pode ser considerada uma alternativa para autonomia da população assentada?
- 8) Vocês pensam em alguma alternativa para melhorar a inserção dos jovens, filhos de assentados, na unidade produtiva, evitando a evasão?
- 9) Na sua opinião, quais os fatores que mais atrapalham o desenvolvimento dos assentamentos?
- 10) Quais os Programas que têm mais impacto no desenvolvimento dos PA?
 - 10.1) Como está a ATES?
 - 10.1.1) Qual a perspectiva de ATES para os assentamentos de Itaetê?
 - 10.2) Como está o acesso ao crédito PRONAF?
 - 10.2.1) Qual a perspectiva para os assentamentos de Itaetê, com a atual inadimplência?
 - 10.3) Como está o PRONERA hoje? Qual a perspectiva?
 - 10.3.1) Como o Movimento concilia a sua proposta pedagógica com a municipal?
 - 10.4) Como tem se dado a utilização dos recursos do crédito instalação?

- 11) Na sua percepção, o que indica o desenvolvimento em um município?
- 11.1) De que forma os PA's poderiam contribuir para o desenvolvimento dos municípios onde estão inseridos?
- 11.2) Você considera uma realidade essa contribuição pela maioria dos PA?
- 11.3) A população assentada participa das decisões e gestão municipal? De que forma?
- 11.4) A população assentada tem peso na eleição? Porque?
- 11.5) Quem compõe a força política do prefeito?
- 12) Essa organização se articula com quais organizações? Com quais objetivos?
- 12.1) Quais os resultados efetivos dessas articulação?
- 13) Qual a sua opinião sobre a atuação dessas Instituições nos assentamentos?
- INCRA -
 - IBAMA -
 - Poder público Estadual
 - Poder público municipal
- 14) *“O Movimento dos Sem Terra está sendo maior que os de todas as revoluções brasileiras... Contudo, esta no momento de corrigir rumos. Afastar-se um pouco da política eleitoreira, vaidosa, com fome de poder. Aliás, do jeito que vai, tal procedimento está desintegrando partidos, sindicatos, dificultando alianças” (Euclides Neto, 1999).* Você poderia comentar essa afirmação?
- 15) Como você vê o fato das lideranças dos movimentos assumirem cargos/funções no governo do Estado/União?
- 16) A CPT registra uma significativa redução nas ocupações e conflitos, a partir de 2005. A que você atribui esse fato?
- 17) Como você está percebendo o Governo Lula? Que perspectiva você vê?
- 18) Como o movimento entende a política de desenvolvimento Territorial da SDT?
- 18.1) Essa organização participa do Colegiado do Território da Chapada?

Roteiro para entrevistas com Instituições locais e regionais

Data de aplicação:

Nome/ Organização:

Formação/Função:

- 1) Qual o objetivo dessa Instituição?
- 2) Quais as atividades desenvolvidas?
- 3) O que acham da luta pela terra?
 - 3.1) Dê sua opinião sobre os Movimentos e Organizações Sociais que conhece?
- 4) Qual a sua opinião sobre os assentamentos de reforma agrária no município de Itaetê?
- 5) Essa Instituição se articula com os assentamentos? Quais?
 - 5.1) Qual o objetivo da articulação?
 - 5.2) Como ocorre a articulação entre a essa Instituição e os assentamentos?
 - 5.3) Quais os resultados efetivos dessa articulação com cada assentamento?
- 6) Essa Instituição se articula com as demais Instituições e organizações envolvidas com os assentamentos? Quais?
- 7) Em sua opinião, o que indica ou indicaria o desenvolvimento nos assentamentos?
 - 7.1) De que forma o senhor acha que essa Instituição pode contribuir para o desenvolvimento dos assentamentos?
- 8) Em sua opinião, o que contribui e o que atrapalha o desenvolvimento nos assentamentos?
- 9) Se pode observar o reflexo dos assentamentos na oferta de produtos agropecuários no comércio e na feira local?
 - 9.1) O senhor percebe organização nos assentados, para a compra de produtos no comércio local ou para a venda de seus produtos?
 - 9.2) Quais os produtos mais ofertados pelos assentados?
- 10) Que tipo de manejo de solo o sr. percebe na prática dos assentamentos de de Itaetê?
- 11) O sr. percebe alteração na cobertura vegetal do município após os assentamentos de R.A. ? Em que sentido?
- 12) Na sua percepção, o que indica o desenvolvimento no município de Itaetê?
 - 12.2) Pode-se observar alguma relação entre a reforma agrária e o desenvolvimento no município de Itaetê?
- 13) A população assentada tem peso na eleição? Porque?
- 14) Aproximadamente 30% da população total de Itaetê está nos assentamentos de reforma agrária, que responde por aproximadamente 20% da área total do município. No seu entendimento, a prefeitura deveria implementar ações no sentido de estimular o desenvolvimento dessa população? Quais?

Roteiro para 1ª entrevista com o Prefeito de Itaetê

Data de aplicação:

Nome:

Origem:

Formação:

- 1) O que o senhor acha que contribuiu para a grande concentração de projetos de assentamento no município?
- 2) Existe ainda conflito por terras no município?
- 3) Porque o senhor acha que ainda continuam as ocupações, ou seja, os acampamentos?
- 4) Dê sua opinião sobre as organizações sociais que conhece.
- 5) Quais as vantagens e quais as dificuldades geradas pelo aumento da população rural de Itaetê?
- 6) O senhor lembra de algum investimento ou projeto desenvolvido no município por conta dos assentamentos ou população assentada? Quais?
- 7) O senhor lembra de algum investimento ou projeto desenvolvido no município por conta dos assentamentos ou população assentada? Quais?
- 8) O senhor acredita que o desenvolvimento dos assentamentos pode contribuir para o desenvolvimento do município? De que forma?
- 9) Na sua opinião, o que contribui ou contribuiria para o desenvolvimento dos assentamentos? E o que atrapalha?
- 10) Na sua percepção, o que indica o desenvolvimento no município de Itaetê?
- 11) Qual o reflexo dos assentamentos na oferta de produtos agropecuários?
- 12) A população assentada tem peso na eleição?
- 13) Aproximadamente 30% da população total de Itaetê está nos assentamentos de reforma agrária, que responde por aproximadamente 20% da área total do município. Quais as ações da prefeitura para os assentamentos em relação a:
 - 13.1) Apoio a produção e comercialização?
 - 13.2) Educação?
 - 13.3) Saúde?
 - 13.4) Infraestrutura de apoio aos assentamentos (estrada, transporte, saneamento básico)?
- 14) A prefeitura se articula com as demais Instituições envolvidas com os assentamentos? Quais?
- 15) Como ocorre a articulação entre a prefeitura e os assentamentos?
 - 15.1) O prefeito vai até os assentamentos? Em que situações?
- 16) A população assentada participa do planejamento e gestão do município?
 - 16.1) Quais os instrumentos de planejamento utilizado pela prefeitura?
 - 16.2) Existe algum instrumento de gestão participativa, além dos instrumentos de gestão representativa? Quais?
- 17) A prefeitura utiliza os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (PDSA), como instrumento de planejamento? Porque?

Roteiro para 2ª entrevista com o Prefeito de Itaetê

Data de aplicação:

Nome:

Origem:

Formação:

- 1) Quais as principais atividades econômicas de Itaetê, hoje?
- 2) Quais as principais fontes de receitas para atender a gastos e investimentos?
- 3) Quais as principais despesas?
- 4) Quais programas e ações o sr. prioriza?
- 5) Como o Sr. pensa o desenho de um projeto de desenvolvimento para Itaetê?
- 6) Existe algum projeto estruturante que o senhor considere importante para o desenvolvimento dos Assentamentos, povoados e município?
- 7) O que ainda pode ser considerado como um sinal de mau desenvolvimento?
- 8) Como vê o projeto de biodiesel? Qual a perspectiva em Itaetê?
- 8.1) Qual o destino da Indústria de beneficiamento da mamona, implantada com recursos do PRONAF infraestrutura, já a algum tempo e sem funcionamento?
- 8.1.1) Existe a possibilidade de ser gerida pela agricultura familiar?
- 9) Qual foi o objetivo da construção da barragem Madeira de Melo? O que trouxe ou poderá trazer de benefício para o município?
- 10) Existe algum programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar em Itaetê?
- 10.1) Quem fornece alimentos para a merenda escolar?
- 11) Os assentados estão inadimplentes com a CONAB por um financiamento do plantio de mandioca, que deveria ser pago em produto, com certa especificação, não atendidas pelas indústrias de farinha locais. O que o senhor acha disso?
- 12) *“A educação do campo é um dos grandes fatores do êxodo rural”*. O Sr. concorda? O Sr. acha que a educação do campo deve ser igual a da cidade?
- 12.1) O que o Sr. acha do programa pedagógico do MST? *“Educação vinculada ao projeto popular de agricultura; a valorização do trabalho como processo educativo; o projeto pedagógico não é neutro, ele tem um lado e nosso lado é o do oprimido, da classe trabalhadora”* (Coordenação pedagógica estadual).
- 12.2) A Secretaria de Educação municipal se articula e estabelece algum tipo de parceria com os responsáveis pelo programa pedagógico do MST?
- 13) Quais as principais incidências de doenças em Itaetê, hoje? Dados da SEI, de 2004, indicam incidência de hanseníase, hepatite, meningite, AIDS, tuberculose e muita leishmaniose.
- 13.1) Quais os elementos identitários que definiram os territórios para os serviços de saúde?
- 13.2) Que profissionais compõe essas equipes?
- 14) Como se compõe os conselhos? Quem escolhe os participantes? Sobre o que deliberam? Como funcionam para chegarem as deliberações?
- 16) Qual a sua opinião sobre a atuação das Instituições Públicas Federais e Estaduais nos assentamentos?
- 17) Como a prefeitura entende a política de desenvolvimento Territorial da SDT? Itaetê tem representação no colegiado do Território da Chapada?
- 18) Como o Sr. está percebendo o Governo Lula? Que perspectiva vê?

Roteiro para entrevistas com comerciantes locais

Data de aplicação:

Nome/ Naturalidade:

Atividade comercial:

- 1) Qual a sua opinião sobre os assentamentos de reforma agrária no município de Itaetê?
- 2) O que os comerciantes acham dos acampados? E dos assentados?
- 3) Os assentamentos de reforma agrária aumentaram a população municipal? Quais as vantagens do aumento dessa população para o comércio local?
- 4) E qual o reflexo dos assentamentos na oferta de produtos agropecuários e na feira local?
- 5) Quais os produtos ou estabelecimentos comerciais mais procurados pelos assentados?
- 6) Quais os produtos mais ofertados pelos assentados?
- 7) O senhor percebe organização nos assentados, para a compra de produtos no comércio local ou para a venda de seus produtos?
- 8) O senhor acredita que o desenvolvimento dos assentamentos podem contribuir para o desenvolvimento do município? De que forma?
- 9) Na sua opinião, o que contribui ou contribuiria para o desenvolvimento dos assentamentos?
 - 9.1) E o que atrapalha?
- 10) Na sua percepção, o que indica o desenvolvimento no município de Itaetê?
 - 10.1) Qual a relação que o senhor observa entre a reforma agrária e o desenvolvimento no município de Itaetê?
- 11) A população assentada tem peso na eleição? Porque?
- 12) Aproximadamente 30% da população total de Itaetê está nos assentamentos de reforma agrária, que responde por aproximadamente 20% da área total do município. No seu entendimento, a prefeitura deveria implementar ações no sentido de estimular o desenvolvimento dessa população? Quais?

ANEXOS

- 1 Mapa de parcelamento do PA Baixão, elaborado através convênio INCRA/CRH/UFBA;
- 2 Mapa de parcelamento do PA Europa, elaborado através convênio INCRA/Desagro;
- 3 Cópia de documento: Histórico do ex-Projeto de Colonização de Andaraí, no município de Itaetê, no município da Bahia, elaborado por vereador, 1º Secretário da Câmara de Vereadores de Itaetê, em 24 de junho de 1987;
- 4 Cópia de documento da Sociedade de Itaetê, encaminhado para o Ministro dos Transportes Mário Andreazza, 30 de abril de 1968;
- 5 Cópia de documento: Primeira Missão da Terra em Bom Jesus da Lapa, Bahia. Entrevista de Frei Luciano Bernardi, CPT, aos trabalhadores/as que participaram do evento. Itaberaba, novembro, 1990;
- 6 Documento de registro ilustrado do conflito envolvendo Zacaria José dos Santos e família, CPT, Itaberaba, 1985;
- 7 Cópias de matérias publicadas no Jornal da Bahia, de 13 de Setembro de 1988, e no Jornal A Tarde, de 16 de Setembro de 1988, sobre conflito envolvendo o lavrador Simplício Ferreira Ramos e sua família;
- 8 Documento resultante de pesquisa em Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (SNCR), no INCRA, Bahia, contendo Imóveis por extrato de área no município de Itaetê.